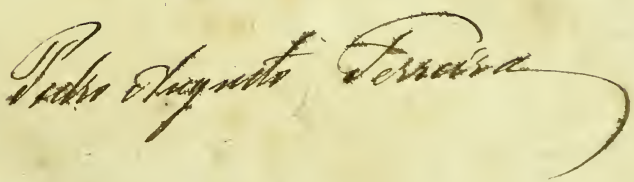
MEMORIAS DE AVEIRO.

MARQUES GOMES.

MEMORIAS DE AVEIRO.



AVEIRO:

TYP. COMMERCIAL — RUA DA FABRICA.

1875.

A

Meu Pae.

Digitized by the Internet Archive
in 2016

https://archive.org/details/memoriasdeaveiro00marq

DUAS PALAVRAS

O livro que vae lêr-se é despretencioso e humilde como as florinhas do prado. Nas suas paginas não sobresahem as pompas d'um estylo vigoroso e elegante, mas sim uma certa força de vontade e o desejo de saber. Se tem algumas imperfeições, sirvam-lhe de desculpa os vinte annos do seu auctor.

INTRODUCÇÃO

FORMOSO é o aspecto da cidade que, sentada n'um extenso tapete de verdura, sob o azul d'um céo purissimo, vê deslisar a seus pés as placidas aguas da ria a que dá o seu nome, d'esse extenso lago em que se unem em fraternal abraço as aguas do Oceano com as do Vouga.

A sua posição topographica, as suas salinas, os ferteis campos que a cercam, e as recordações do seu passado glorioso, colocam-na á altura de disputar belleza ás mais formosas como disse um illustrado escriptor contemporaneo. (1)

Aveiro vista anteriormente não desdiz em nada das impressões que se recebem ao avistal-a de longe, não obstante ser demasiado pequeno o numero dos seus monumentos, e modestissimos todos os edificios que a embelesam.

Apesar da sua remota fundação, não tem o aspecto d'uma cidade antiga; aqui não se encontra um unico vestigio de qualquer edificação secular; as ruas são na maior parte tortuosas, porém desassombradas, e os largos e praças, por não serem espaçosos, não deixam de ser elegantes.

Aveiro está muito demodada do que foi n'outras eras; não tem a riqueza d'então; porém, sim a elegancia que custa a encontrar em cidades d'esta ordem, para o que muito concorrem os seus pittorescos arrabaldes e as suas salinas. O sr. J. Horta disse ha annos: «Aveiro quasi a perder-se no horisonte offerece um aspecto mui singular, que é difficil esquecer observado uma vez. As pyramides de sal que lhe ornam as lagôas, semelhando alvos monumentos mortuarios, destacam-se d'um terreno baixo escuro, e apenas avivado com as fitas de prata de uma abundante ria que fertilisa o paiz, dão-lhe um tal colorido de melancolia e saudade que seus filhos consagram e que já são proverbiaes.» (2)

A 27 de janeiro de 1687 escrevendo um douto filho de Aveiro sobre a sua terra natal dizia:—«A villa dilata-se quasi toda de norte a sul em fórma prolongada sobre uma fertil e aprazivel campina, que não tem competidora em muitas leguas em roda; e descobrindo vistosa face ao poente, faz alegre e magestosa face ao norte.

.....

As aguas do Vouga augmentadas com as de alguns ribeiros, que cercam a villa de graciosa verdura, cavaram em outro tempo na espaçosa planicie um não profundo mas ameno valle, que se alarga entre quintas contra o oriente, e deixando espaços de terreno mais elevados, dos quaes se fizeram ilhotes e salinas; conduziu a industria um canal ou esteiro que sóbe e desce com o fluxo e refluxo das marés, cortado com duas pontes, uma de boa fabrica, e guarnecida com dilatado caes que em tres pontes se termina. Na margem d'este esteiro, de uma e outra parte correm casas de varios mercadores, na da Ribeira os naturaes, na do Alboy os inglezes que lhe pozeram o nome d'Albyon sua terra natal, que significa Inglaterra, as quaes fazendo costas a outras ruas por todo aquelle sitio, enchem dois bairros bem povoados de mercadores, mercantes, pescadores e marnotos.

Para a parte boreal se vão estendendo, e levantando as ruas até o bairro chamado de Villa Nova, por se unir com as quintas de alguns principaes da terra, e chega por grande distancia sem interrupção alguma á ermida de N. S. da Alegria, que supposto fica em Sá, dominio da illustre casa dos Almadas, conservam n'ella posse os moradores da villa, a camara vesitando-a com festas e procissões e os pescadores servindo-a com privilegios e administração.

.....

Da ponte para a parte austral continua com pequena su-

bida o quarto bairro, que é o melhor e o mais antigo da Villa em que reside toda a nobreza d'ella; e este sómente cingido de altos muros, obra então magnifica do infante D. Pedro, filho do sr. rei D. João o primeiro, e os melhores que se conservam desde aquelle tempo.»

Antes de descrevermos, ainda que rapidamente, as principaes causas do progresso e decadencia d'Aveiro, cumpre-nos o dar uma resumida noticia da sua fundação e etymologia.

Quasi que geralmente se confunde Aveiro com Talabrica; muitos escriptores referindo-se ás antigas cidades da Lusitania formam das duas differentes povoações, uma só.

Não consentimos que ninguem seja mais cioso do que nós, das glorias da sua patria, mas como acima de tudo collocâmos a verdade, somos por isso obrigados a sustentar que Aveiro não é Talabrica. (3)

Imperando em Roma Marco Aurélio, que havia subido ao poder em seguida ao fallecimento de Antonino, lançaram-se os fundamentos a uma pequena povoação, juncto da foz do Vouga, a que se deu o nome de Aviarium. São tão obscuros os principios d'esta povoação, que mal se sabe quem foram os seus fundadores; alguns dizem ser os veteranos das legiões romanas (4) que habitavam nas circumvisinhanças do Vouga e alguns dos habitantes de Talabrica que haviam escapado á destruição da sua famosa cidade, o que teve logar no anno 162. (5)

Aviarium é um vocabulo latino, que, segundo Columela e Calepino, significa o logar com muitas lagôas onde se criam aves palmides. (6)

Apesar de seguirmos a auctorisada opinião d'aquelles dois grandes latinistas, sobre a etymologia de Aveiro, não deixaremos de apresentar algumas outras, de que temos conhecimento.

Alguns escriptores sustentam que o nome de Aveiro foi imposto a esta povoação pelos normandos, ou pelos gascões, (que assim como destruiram e saquearam muitas cidades e aldeias do nosso litoral, reedificaram e fundaram outras) que lhe deram o nome de *Aviron*, (remo) ou *ville d'Aviron*, (cidade de remo.) Fernão de Oliveira, no cap. 31 da Linguagem Portugueza, diz que aquelle nome lhe foi dado, por antigamente aqui morar um caçador de *aves*, alcunhado o *Aveiro*.

Segundo um velho manuscripto que existiu no archivo do convento de N. S. da Misericordia, d'esta cidade, o nome de Aveiro compõe-se da palavra *ave* e *iro* ou *eiró* (enguia). Brandrant, no seu *Lexicon Giographico*, diz que Aveiro se chamava antigamente *Lavare*; e Moreri, no seu *Grande Diccionario His-*

torico, diz o mesmo. Duarte Nunes de Leão, e Gaspar Barreiros, sustentam que *Lavara* era onde hoje é o logar de S. Julião de Cacia. (7)

O grande historiador Carlos Romey, no seu excellente mappa comparativo dos principaes nomes das localidades da Hespanha antiga, com os da actual—trabalho em que seguiu o plano de Prisot, com relação á Italia, —não apresenta *Aviarium*, mas sim Eburobritum na foz do Vouga. (8)

No mesmo mappa lê-se *Avarum Promontorum*—Cabo de Aveiro.

Fr. Antonio Brandão, na sua Monarchia Lusitania, (9) affirma que o *Avarum Promontorum* ficava entre Azurara e Villa de Conde.

Destruido o imperio romano pelos barbaros, a Peninsula e bem assim a Lusitania foram presa da invasão dos mesmos barbaros; muitas cidades pereceram com a conquista, e Aveiro teve sem duvida a mesma sorte, tal é o silencio que sobre ella aguardam os historiadores d'estas calamitosas épocas, e mesmo porque tudo leva a crer que Aveiro, além de ser por muitas vezes campo de batalha, havia muito frequentemente ser invadida pelo mar.

Com a dominação dos arabes, Aveiro decerto não melhorou, e senão vejamos.

As dissenções civis que por tantas vezes se levantaram entre os serracenos, que tinham destruido o imperio visigotico, haviam de necessariamente impedir que Aveiro prosperasse; e se esta povoação não succumbiu presa d'aquellas dissenções, succumbiu das luctas travadas entre christãos e arabes, em seguida ao haver Pelagio desfraldado o estandarte da independencia nos desfiladeiros da Calabria. Cantabria

Não nos cumpre historiar como um punhado de bravos furagidos nas brenhas asturianas se aventurou a arremeçar-se de encontro aos aguerridos esquadrões do Islam, nem tão pouco ás successivas victorias alcançadas sobre os mussulmanos pelos descendentes de Pelagio, os reis de Oviedo; por isso passaremos em silencio esses grandes successos, por pouca ou nenhuma relação terem com Aveiro.

Segundo o sr. Alexandre Herculano, nos principios do seculo XI a extrema fronteira da Galisa, ao occidente, parece ter-se dilatado ao sul do Douro, nas proximidades da sua foz até áquem do Vouga. O territorio que fica entre o Douro e o Mondego, do meiado do seculo XI em diante foi por 60 annos theatro de não interrompidas guerras. As povoações destruidas

foram immensas. Aveiro tambem se pode contar n'este numero, pois em diversos documentos coevos, ou quasi coevos, não apparece mencionada, emquanto que já não succede o mesmo com outros logares sitos nas proximidades do Vouga, como *Recardães*, doado ao mosteiro da Vacariça, em 1016, por Recemundo Maurcliz; e o de *Travasolo*, (Travaçô) que vem incluido na carta de confirmação que Fernando I fez á sé de Compostella, em 1065, de differentes bens que esta já possuia por concessão de D. Affonso III.

Parece que Aveiro foi reedificado logo em seguida á fundação de Lancobriga, (Feira) que teve logar em 990, reinando em Castella D. Fernando XI (o Gotoso).

Aveiro, apesar de reedificada, continuou sendo durante os primeiros seculos da nossa monarchia uma humilde e pobre aldeia; pouco importa que já se lhe dê o titulo de *villa* no reinado de D. Sancho I, porque n'esta época tal titulo era generico a quasi todas as aldeias, como affirma Schœffer.

Aveiro tambem não recebeu os favores que aquelle monarcha dispensou aos logares assolados pela guerra, o que não deve causar espanto, se se attender á sua posição, que não tem nada de estrategica. Isto então tornava-se necessario, porque Portugal, emancipando-se da tutela de Leão, começou a viver quasi que exclusivamente engolfado em guerras de mouros, o que fazia com que as vistas dos nossos primeiros monarchas convergissem só para as terras que possuiam muralhas—muralhas em cujas torres tomadas e retomadas ora se hasteava o crescente mauritano, ora a cruz do Christo.

Aveiro, sentada n'uma planicie immensa, não possuia castellos em que se podessem acoutar os destemidos cavalleiros da nova monarchia; ella devia florescer e tornar-se poderosa, mas era na paz e não na guerra; a sua gloria não devia provir da sorte das armas, mas sim do commercio e da agricultura.

A importancia d'Aveiro data do reinado de D. Diniz, e não do de D. Sancho I; porém esta importancia foi por muitos annos ephemera, não obstante os previlegios que o rei lavrador e bem assim seu filho, D. Affonso IV, concederam áquelles que se quizessem estabelecer na *sua* villa de Aveiro.

Coroado de feliz exito o arrojo sublime que cingiu a corôa a D. João I, a sorte de Aveiro mudou consideravelmente, porque em seguida á tomada de Ceuta, a essa conquista que representa a primeira pagina do nosso poema de sacrificios e aventuras, de gloria e miseria, principiou a receber os benefi-

cios do principe que havia emprehendido tornal-a uma das primeiras *villas* de Portugal.

É quasi que desnecessario dizer que aquelle principe, o restaurador de Aveiro, foi o nosso maior politico das épocas volvidas—D. Pedro, duque de Coimbra.

A grandeza de Aveiro nasceu com a prosperidade de Portugal; do seu porto tambem por muitas vezes sahiram os que em busca de renome iam travar temerosa lucta com as vagas enraivecidas do oceano, a quem tentavam devassar as ignotas solidões; sim, Aveiro tambem concorreu para a grandiosa empresa, que teve por fim descobrir a Europa uma nova vereda para a India, atravez dos mares.

O nosso engrandecimento havia sido rapido, mas ainda mais rapida foi a nossa decadencia; eis o que succedeu com Aveiro; pois a sua população, que nos meiados do seculo XVI excedia a onze mil almas, ficou depois do tempestuosissimo inverno de 1575 reduzida a menos de metade; obstruida a barra, as salinas em breve se tornaram em pantanos infectos e insalubres, aniquilando assim ao mesmo tempo a população, a agricultura e o commercio.

A decadencia de Aveiro, progressiva sempre, augmentou com a perda do esperançoso monarcha, que em Alcacer-Kibir pereceu conjunctamente com muitos de seus filhos, (10) e com os 60 annos de captiveiro que se seguiram áquelle tristissimo successo.

Recuperada a independencia e a liberdade com a revolução do 1.º de dezembro de 1640, Aveiro não melhorou, nem podia melhorar, porque por um lado o entulhamento do seu porto, defecando o commercio, e por outro a guerra sorvendo-lhe vidas (11) obstaram ao seu engrandecimento.

Os males recresciam sempre e Aveiro parecia que tinha os seus dias contados, quando o attentado contra a vida de D. José I lhe trouxe, por assim dizer, a protecção do conde d'Oeiras. Os aveirenses stygmatisando aquelle facto, por um protesto de fidelidade que enviaram ao monarcha em 6 de janeiro de 1759, fizeram com que elle elevasse esta terra á cathegoria de cidade por alvará de 26 de julho de 1759. A camara de Aveiro, conhecendo que aquella mercê havia sido dada por intercessão do conde de Oeiras, felicitou o grande estadista em 6 de outubro de 1770, por este haver sido elevado á dignidade de marquez de Pombal em 13 de setembro do mesmo anno.

Aveiro pouco lucrou com as honras que lhe foram concedidas; as suas necessidades continuaram a augmentar; nos

principios d'este seculo as suas desgraças tinham chegado ao seu maior apogeu. Ella era um vasto cemiterio, em que os monumentos funereos, eram as ruinas dos edificios que desabavam; os seus campos e marinhas não chegavam a produzir um terço do que deviam produzir; o clima havia-se tornado insalubre e productor de miasmas que em pouco quasi que despovoavam a cidade e arredores; o numero dos mortos chegou a exceder o numero dos nascimentos, pois Aveiro que nos seculos XV e XVI tinha 2:500 fogos, ficou somente com 900, e os seus 11:000 habitantes ficaram reduzidos a 4:000. D. João VI então ainda principe regente, compadecido com a sorte d'esta cidade, mandou fazer grandes obras hydraulicas, que ao fim de seis annos de nunca interrompidos trabalhos, deram em resultado a abertura de uma nova barra.

Logo em seguida a este grande melhoramento, Aveiro principiou a mostrar largas tendencias para voltar á sua antiga grandeza. O commercio e a agricultura começavam a animar-se, quando a primeira invasão franceza veio supplantar os germens d'aquella prosperidade renascente. Só passados alguns annos depois que as forças de Napoleão batidas em mais de cem combates deixaram pela ultima vez o solo livre da Peninsula, é que Aveiro continuou na obra do seu restabelecimento; porém esta obra ainda foi paralisada pela guerra civil de 1828-1834, porque esta cidade tambem foi presa d'aquellas dissensões—soffreu como todas as outras cidades. Mas para que avivar feridas que o tempo ha já quasi cicatrisado? deixemos, pois, em branco essa pagina da historia d'Aveiro, e a mão imparcial do futuro que a escreva.

Nos ultimos 40 annos, Aveiro tem melhorado muito, e ainda mais pode melhorar, se na sua barra se proceder ás obras que a sciencia reclama como necessarias, e se concluam as estradas transversaes que a devem ligar com as principaes povoações do districto.

Concluiremos dizendo, que Aveiro ainda pode readquirir o seu esplendor dos seculas XV e XVI, se no coração de todos os seus filhos renascer a fé patriotica d'outras éras.

PRIMEIRA PARTE

TALABRICA

Já ha muito que baqueou entre nós o antigo systema de escrever a historia, isto é, apresentar os factos o mais das vezes adulterados quando não, substituidos por meras combinações ideaes.

A critica moderna collocando-se acima do nivel das paixões deu um golpe tremendo nos servidores da velha escola mariana; hoje só se admittem como verdadeiros os factos que se baseiam em fontes tão auctorisadas como são as chronicas contemporaneas, as medalhas, as moedas, as lapides commemorativas e todos os mais monumentos coevos que a mão pesada dos tempos deixou chegar até nós.

E' guiado por estes principios que o historiador deve tentar prescrutar os segredos do passado, atravez da cerração que o mais das vezes os occulta.

Talvez vamos cahir no desagrado d'alguem por irmos sustentar na presente memoria uma opinião contraria a tudo que até hoje se ha escripto com relação aos fundadores de Talabrica: embora assim succeda, não deixaremos de condemnar essas opiniões que na sua mór parte não passam de fabulas, inventadas pelos escriptores dos primeiros seculos do Christianismo.

Diz o padre Carvalho, na sua *Corographia Portugueza* que Talabrica foi fundada por Brigo IV rei de Hespanha, a quem colloca como successor de Tubal, primitivo povoador da Peninsula, no dizer d'alguns historiadores, a cuja frente se encontra o padre João de Marianna, que começa a sua historia

geral de Hespanha pela seguinte forma: «*Tubal, hijo de Japhet, fue el primier hombre che vinó a España.*»

O que ahi fica dito, não é mais do que uma mal concebida fabula, não só porque o tal Brigo jámais existiu, como tambem porque Tubal nunca veio á Hespanha.

Marianna e bem assim os que o seguem, sustentam ser Tubal o primeiro povoador da Peninsula, fundando-se n'uma passagem de S. Jeronimo.

Por mais que se tente, é impossivel encontrarem-se vestigios d'uma raça aborigene na Hespanha; aqui não ha senão povoações mais ou menos antigas, anteriores umas ás outras. (12)

Para não termos de nos lançar no campo vago das conjecturas, pomos de parte tudo que se ha escripto sobre as primeiras raças, que habitaram o nosso continente, e cujo estabelecimento é anterior á tradição historica.

Presentemente é facto resolvido, que os habitantes da Peninsula descendem d'um povo asiatico, a raça aryana.

Sobre a migração d'aquelle povo, eis o que escreve um grande historiador: (13) «Depois da descoberta do *sanshrito* e dos trabalhos iniciados pela sociedade de Calcuttá sobre os preciosos monumentos do Oriente, começou a dar-se por averiguada a migração indo-europêa. A civilisação indiana abria os seus archivos aos olhos da sciencia occidental: os idiomas da Europa encontravam as suas raizes nos que foram originariamente fallados na bacia do Golpho Persico, e os povos, que encheram a historia com as guerras travadas em nome do antagonismo das raças, achavam por fim a mãe commum, que lhes ensinara na infancia a lingua, a religião, a poesia e o direito

Ultimamente, porém, alguns ethymologistas celebres quizeram reivindicar para o Occidente o que a sciencia tem concedido ao Oriente. Em França Henrici, seguido, na Inglaterra por Latham, sustentam que o *sanshrito* é uma derivação do *celtico*, considerando todas as linguas chamadas *neo-latinas* como filhas da lingua *celto-ligura*, simples dialecto do velho celta, conservado ainda em nossos dias com o nome de *lingua provençal*. Para este escriptor o *latim* e o *grego* seriam egualmente, provenientes do idioma *celtico*. D'Omalyus tentou demonstrar, do mesmo modo, origens europeas das raças humanas, collocando-se no campo da historia linguistica e da paleontologia. A these de D'Omalyus foi, segundo refere Quatrefages, fortemente impugnada na sociedade de anthropologia: e Chavée, em nome do linguistica; Lagneau e Bonté, em nome de historia: Bertrand, em nome da archeologia; Liétard, em nome da historia, da phi-

lologia e da mithologia; Pruner Bei, debaixo de todos os aspectos, deixaram definitivamente assentada a migração aryana.»

Finalmente, tudo leva a crer que a procedencia das nações europêas é oriental. Assentado o principio da grande migração aryana, torna-se necessario demonstrar qual o primeiro povo d'esta origem que se veio estabelecer na Peninsula.

Como já dissemos, os primeiros povoadores do nosso continente não foram os filhos ou companheiros de Tubal, nem tão pouco os de Tharsis, filho de Javan, neto de Japhet e bisneto de Noé, como quer Eusebio.

Na difficuldade de se escrever a historia das raças paleontalogicas, deve-se principiar a historia da Peninsula, como que se esta só fosse habitada depois da migração aryana.

Presentemente ainda se tem por duvidoso, se esta migração partiu de um só ponto: muito se ha escripto sobre esta questão, alliás importante, mas por emquanto a sciencia ainda não deu o seu veredictum.

O auctor mais antigo, cujos escriptos, com relação a Hespanha, chegaram até nós, é Scilax, de Caryande, navegante grego, e contemporaneo de Dario, isto é, o que viveu pelo anno 522, antes de Jesus Christo.

Scylax no Periplo que escreveu, diz fallando da Peninsula o seguinte:—«Os primeiros povos da Europa, que se apresentam, são os iberos, nação indigena, cujo territorio é banhado pelo rio Ibero. Alli ha duas ilhas chamadas Gades. N'uma d'ellas ha uma cidade affastada um dia de caminho das columnas d'Hercules. Tambem nas suas proximidades se encontra uma cidade grega chamada Emporium, que foi povoada por uma colonia de Masalheses. As costas da Iberia, comportam sete dias e sete noites de navegação. Em seguida aos *iberos* encontram-se os *ligurios*, cuja população é mesclada com a dos primeiros; estendem-se até o rio Rhodano.»

Quem eram pois estes *iberos* de que Scylax nos dá noticia no seu Periplo? Seriam povos aborigenes que tiravam seu nome do rio Ibero como quer o navegante grego? de certo não. Estes povos foram dos primeiros, que habitaram a Peninsula, porque sem duvida faziam parte da migração aryana. O nome que usavam não lhes proveio, comtudo, do rio Ibero, mas sim talvez d'uma região que outr'ora existiu no Oriente, limitada da banda occidental pela Colchida e parte da região do Ponto, do norte pelo Caucaso, do Oriente pela Albania e do sul pela grande Armenia.

A esta região, sulcada por numerosos rios, entre os quaes

se conta o *Iberos* affluente do *Cyros*, que se vem lançar ao mar Caspio, deram os latinos o nome de Iberia.

Alguns escriptores, diz o sr. Julio de Vilhena, tem pretendido sustentar que os iberos, sendo os primeiros povoadores das Hespanhas na edade historica, são de origem africana e não de procedencia asiatica.

Niebuhr no terreno da historia, e Bory de Saint Vincent no campo da philosophia natural perfilham este parecer. E' facil conciliar as opiniões oppostas. Os iberos podiam ter vindo da Africa, atravessando o Mediterraneo, sem por isso deixarem de pertencer á raça aryana. A corrente da migração não se dirigiu em um unico sentido. Comprehende-se que uma parte das tribus nomadas entrassem no valle do Nilo, (e isto explica a antiguidade da civilisação egypcia,) e percorressem a costa africana. Seguindo este itinerario os emigrantes encontrariam melhores meios de subsistencia do que se atravessassem a Europa.

O clima da costa septentrional da Africa era identico ao clima da India. As palmeiras abrigavam-nos do rigor das estações, e os fructos do lotus serviam para a sua sustentação. Em vista d'isto póde seguir-se a opinião de Niebuhr, sem negar que uma fracção dos iberos seguisse na sua migração o trajecto da Europa. Os iberos não se fixaram unicamente em Hespanha. A Sicilia, a Italia, as costas da Gallia ao occidente da embocadura do Rhodano, a Corsega, a Sardenha, a Helvecia, e a Irlanda receberam a população iberica. E' pois, facil de comprehender que as tribus emigrantes se dividissem em duas correntes, estendendo-se para as regiões occidentaes da Europa por caminhos diversos.»

Entre os differentes povos que tomaram parte na migração aryana, contam-se os celtas, a quem se dá por origem uma fracção dos médos refugiados em tempos remotos nas cordilheiras do Kurdistan.

Os celtas pertencendo á familia indo-europêa, apoderaram-se da Europa central, formando os Cemmurios da Taurida, os Cimbros da Jutlandia, os Scordicos, Taurinos e Boios da Germania, e espalhando-se depois nas costas occidentaes do continente europeu. (14)

O estabelecimento dos celtas na Peninsula não é posto em duvida por nenhum escriptor antigo: confirmam-n'o Laimuendo Strabão, Resende, Masdeu e Apiano; além d'isto é confirmado por alguns vocabulos celticos que ainda permanecem entre nós, e o grande numero de *dolmens* que se encontram não só em Hespanha, como tambem em Portugal.

*

Os celtas fundaram muitas cidades em cuja organisação social predominava geralmente o systema federativo. Entre as cidades que se podem attribuir serem fundação celtica, conta-se Talabriga, a que os romanos depois, alatinando, como costumavam, a palavra, deram o nome de Talabrica.

O vocabulo *briga*, que no celta significa cidade, deu aso a muitos antiquarios darem por fundador de todas as cidades, cuja dição acabava em *briga*, um rei que jámais existiu, e a que concederam o nome de Brigo.

O padre Carvalho tambem affirma que o tal Brigo foi o fundador de Talabrica, e os primeiros habitadores d'esta cidade os turdulos.

No que diz respeito aos turdulos, não foi grande o erro commettido por Carvalho, porque estes na sua primitiva eram um povo celta, (15) a quem depois os phenicios civilisaram, suavisando-lhe a asperesa dos costumes; pois a sua civilisação tão apregoada pelos historiadores, taes como Polybio e Strabão, não é anterior ao primeiro estabelecimento d'aquelles povos na Peninsula; porque a duração de 6:000 annos que se lhes dá, vêm a fixal-a contemporanea d'este estabelecimento, pois estes annos não são annos solares de doze mezes como os nossos.

Diodoro da Sicilia, Varrão, e Plutarco, dizem que os antigos povos contavam os seus annos por divisões compostas de seis, de quatro, de tres, ou mesmo de um unico dos nossos mezes. (16) Isto mesmo succedia com os turdulos, segundo o auctorisado testemunho de Xenofonte. A contarem-se os annos dos turdulos pelo periodo de doze mezes, a sua civilisação vinha a existir perto de 2:000 annos antes da creação do mundo, adoptada a chronologia proposta pelos benedictinos na *Arte de verificar as datas*. Tomado o termo medio de tres mezes para o anno turdulo, aquella tão apregoada civilisação vem a ficar, como dissemos, contemporanea do primeiro estabelecimento dos phenicios.

Fundada Talabrica pelos celtas, ou até mesmo se quizerem pelos turdulos, havia necessariamente receber um grande incremento com a migração phenicia, que teve logar entre os annos de 1400 e 1450 antes de Jesus Christo.

Julgamos não ser fora de proposito o dizermos alguma cousa sobre os phenicios.

Segundo o texto da Biblia, os phenicios tem por tronco a Canaan, filho de Cham. Habitando as immensas planicies da Caldêa, vieram estabelecer-se nas costas da Syria, isto vinte e dois seculos antes da era christã. Foi alli que a sociedade pheni-

cia veio a adquirir o desenvolvimento immenso de que a historia nos dá noticia, passados alguns seculos, quando os seus marinheiros haviam desvendado os segredos do mar, transportando em frageis baixeis ás ilhas e praias do Mediterraneo, ao Egypto e á Europa as mercadorias importadas do interior da Asia.

Compulsando-se os annaes do passado, encontram-se occupando o primeiro logar dos povos que se hão tornado mais celebres, os phenicios, a quem o commercio, as artes e a navegação, collocaram na vanguarda dos mais civilisados, como eram os egypcios e assyrios.

Ninguem pode contestar aos phenicios a primasia de serem na antiguidade os mais arrojados navegadores; não havia difficuldades que lhes embaraçassem o passo aventureiro; lançavam-se sobre o oceano com uma temeridade que assombrava; o amôr do lucro fazia-lhes encarar friamente a morte, que a cada momento lhes offerecia em suas vagas encapeladas.

Os phenicios chegaram a grangear relações commerciaes com a mór parte dos povos então conhecidos; em toda a parte estabeleceram colonias, porque o seu genio era como a aguia, que não admitte peias.

O definitivo estabelecimento dos phenicios na Peninsula, data depois que Jericó, Hai, Gabaon, Jerusalem, Bethlem, Yérimoth, Hebron, Gader, e Lachis, cahiram em poder do chefe do povo de Deus—Josué

Batidos e dispersos, os phenicios refugiaram-se nas grandes metropoles da costa; Sidonia, a velha Tyro, Biblos e Arado trasbordaram de habitantes. Este augmento de população fez nascer rapidamente o pensamento de estabelecer feitorias, e cidadelas no paiz, onde até então apenas se tinham mostrado como simples mercadores; e os baixeis de Sidonia e de Tyro transportaram ao mesmo tempo colonias cananeas para entre os paizes selvagens de Atica e Peloponeso, e para o centro d'aquelles que habitavam as extremidades occidentaes do Mediterraneo até o sul e oeste d'Hespanha. (17)

O genio dos phenicios era o mais apto possivel para o commercio; estabeleceram-se pacificamente na Peninsula, e alliaram-se com os antigos habitantes.

A politica dos phenicios tinha por principal base o menor numero de guerras; e o principal mytho da sua religião era Melkarth, ou Hercules Tirio.

O elemento celto-phenicio destacou-se sempre entre os turdulos, a ponto de serem estes os primeiros que se sujeitaram

á conquista de Carthago, como affirma o sr. Julio de Vilhena.

Não obstante o não existirem dados certos por os quaes se prove que na foz do Vouga, isto é, em Talabrica, houveram estabelecimentos phenicios, quasi que se pode sustentar sem mêdo de errar, que estes povos aqui viveram, ou pelo menos aqui vieram commerciar.

Ao mesmo tempo que os phenicios fixavam a sua residencia na Peninsula, um outro povo tambem oriundo do Oriente, arrojado como elle, veio fundar igualmente colonias no nosso continente. Este povo eram os gregos, em que estava encarnado o genio phenicio, pois foram estes que fundaram as sempre relembradas colonias de Thebas, Dedone, Creta e Tyro; foi sob os seus passos que os argunautas da Thessalia principiaram a aventurar-se ao caminho obscuro e perigozissimo dos mares.

Alguns historiadores, entre os quaes se conta o sr. Alexandre Herculano, querem que os gregos já tivessem colonias nas margens do Minho e Douro, antes da chegada dos phenicios. (18)

Não nos propomos a discutir a antiguidade das colonias gregas, comtudo, parece-nos que ellas são posteriores ás phenicias; o que é muito provavel é que os gregos tambem tivessem relações commerciaes com os talabricanos.

Vamos entrar n'uma epocha em que se trava renhida lucta, entre Roma e Carthago, lucta que veio a operar na Peninsula uma transformação immensa; por isso não devemos começar a historial-a sem primeiro havermos lançado um golpe de vista sobre estes dois imperios.

Carthago era uma colonia phenicia, fundada no anno 860 (antes de Jesus Christo) por Dido (19) mulher de Sicheu; situada ao norte da Lybia, possuia vastos territorios e riquissimas colonias que em todo o tempo do seu esplendor lhe outhorgaram um poderio immenso.

Carthago, diz G. Temple, cujo nome fez tremer tantas vezes a poderosa Roma, era senhora de fortes e valorosos exercitos, de numerosas esquadras, e do commercio de todo o mundo; a ella se curvavam, submissas, a Africa, a Hespanha, a Sardenha, a Corsega, a Sicilia e mesmo a propria Italia, finalmente basta dizer *Carthago, dives opum, studiisque asperrima belli.*

Ella havia enriquecido muito mais cedo do que Roma, por isso a devassidão, infiltrando-se-lhe tambem no corpo muito mais

cedo, depressa anteviu a sua indole guerreira, e esta é a rasão porque fazia a guerra com tropas mercenarias.

«Em Carthago tudo que o publico podia dar aos particulares, affirma Montesquieu, vendia-se, e todo o serviço feito pelos particulares era pago pelo publico.»

Roma deve a sua fundação a Romulo, e a sua grandeza aos triumphos de seus filhos, triumphos iniciados com as guerras que os seus primeiros reis faziam aos povos vizinhos para adquirirem cidadãos, mulheres, e terras. Os romanos tinham amor á guerra, e encaravam as suas conquistas pelo lado da gloria e não pelo da riqueza, porque a sua ambição fundava-se no orgulho e não na avareza como succedia com os carthaginezes.

Eis esboçada a indole dos dois imperios; citando as palavras do erudicto viajante britanico G. Temple, dissémos que a Hespanha tambem se havia submettido á soberania de Carthago, por isso não devemos deixar de fallar do estabelecimento dos carthaginezes na Peninsula.

Guerras suscitadas entre os phenicios e turdetanos fizeram com que aquelles pedissem auxilio a Carthago, cujos habitantes apesar de serem seus irmãos, tinham uma indole bem dessimelhante «pois a sua politica foi sempre a dos conquistadores; não abriam portos, senão para augmentar o numero de suas praças de guerra, não fundavam colonias, senão para dilatar a sua soberania, e seus dominios: não commerciavam finalmente, senão para abrir caminho a novas conquistas.»

Os carthaginezes vindo á Peninsula em soccorro dos phenicios em breve os esbulharam da superioridade que estes haviam adquirido; e aqui se estabeleceram não como amigos e alliados mas sim como conquistadores 600 annos antes de Jesus Christo.

O estabelecimento definitivo dos carthaginezes só teve logar mais tarde, mas nem por isso deixou de ser precedido de bastantes guerras com os differentes povos que habitavam na Peninsula que depois vieram a ser seus poderosos auxiliares na guerra da Sicilia.

Desde o anno 396 até 238 a historia não relata nenhum facto estupendo praticado pelos carthaginezes na Peninsula, a não serem as viagens emprehendidas por Amilcon e Hanon, viagens cujos roteiros são reputados hoje como os mais preciosos monumentos da geographia antiga.

Os dois arrojados navegadores sahiram conjunctamente de Cadiz; Hamilcon dirigiu-se para o norte, a fim de reconhecer as costas da Europa occidental e septentrional, e Hanon para o sul, ao longo da Africa ainda inexplorada.

Do Periplo do Hanon, resta uma traducção grega, porém, do d'Hamilcon, apenas alguns fragmentos, que M. Heeren julga terem sido colhidos por Avieno; n'estes fragmentos, não apparecem mais do que curtas e deffeituosas descripções das costas da Peninsula; por esta rasão é hoje impossivel affirmar que cidades do nosso continente foram visitadas por Hamilcon.

Alguns escriptores, levados pela tradição, dizem que Hamilcon aprooú a Talabrica no anno de 431, antes de Jesus Christo.

Não se póde fixar a época em que Hamilcon veio a Talabrica, se por acaso veio, pois aquella viagem, segundo Dodvel, não podia ser anterior ao anno 408 nem posterior a 260 antes de Jesus Christo. Campomanes fixa-a no anno 406, Florião de Campo no de 448, Bougainville, Saint Croix, e Falconer no de 570. (21)

A lucta travada entre Roma e Carthago, que como dissémos veio a influir nos destinos da Peninsula, teve começo no anno 264 (antes de Jezus Christo) e por fundamento os soccorros, que aquella enviou a Sicilia, onde ha perto de dois seculos se debatia renhida peleja com os carthaginezes.

Foi a disputada posse da Sicilia, que deu motivo a essa agglomeração de batalhas, victorias e revezes, a que a historia deu o nome de *guerras punicas*.

Como seria demasiado longo ennumerar aqui os principaes successos que anniquilaram Carthago e engrandeceram Roma, limitar-nos-hemos a dizer que a Peninsula cahiu em poder dos romanos, depois que a batalha de Zama lhes concedeu a soberania do orbe.

A posse da Peninsula custou a Roma a vida de muitos dos seus soldados assim como a d'alguns dos melhores generaes; Tito Livio, nol-o diz, ainda que a custo, nas pompas do seu estylo.

Talabrica tambem deve ter tomado parte n'estas guerras de independencia, porém a historia não nos dá noticia senão da resistencia heroica que ella oppôz ás victoriosas cohortes de Decio Junio Bruto.

Viriato, esse vulto gigante da liberdade, que convertendo o cajado pastoril em gladio exterminador do despotismo, se erguera altivo sobre as montanhas e campos do seu paiz, disputando a victoria ás legiões romanas, havia sido cobardemente assassinado por ordem do consul Servilio Cepião; porém, o ferro homicida embebido no sangue do heroe despertou o odio e a vingança, pois os lusitanos continuaram sustentando uma guerra de exterminio contra Roma.

No anno 137 (antes de Jesus Christo) o consul Decio Junio Bruto é mandado á Peninsula para suffocar a rebellião dos lusitanos, o que só pôde levar a cabo no segundo anno do seu governo. Este triumpho que valeu ao consul romano a prolongação dos seus poderes, foi grangeado á custa de grandes perdas e sacrificios; tal foi a resistencia que por tôda a parte lhe oppozeram os valentes companheiros de Viriato; o numero das cidades destruidas foi immenso, entre ellas conta-se Talabrica, que recusou render-se, em quanto que os seus filhos não jazeram mortos ou agonizantes, e as suas muralhas não cahiram por terra feitas pedaços.

Talabrica, apesar d'aquelle ataque, continuou a presistir cheia de grandeza até o anno 162 (da era christã) em que foi incendiada e destruida por alguns piratas africanos: porém das suas ruinas não se encontra hoje uma lapide ou outro qualquer monumento que auctorise o archeologo a dizer: alli existiu Talabrica.

Esta cidade foi importantissima durante quasi todo o periodo da dominação romana; a ella aproaram os navios do imperio que aqui vinham buscar, assim como a outras partes da Peninsula, os generos de que Roma carecia. (22)

Uma das mais arrojadas emprezas posta em pratica pelos romanos foi a das suas estradas; não havia nada que as egualasse em solidez e beleza; occupavam, segundo Bergier, uma area de mais de quatro mil e oitenta milhas romanas; ellas eram uma especie de grandes ruas, diz o mesmo auctor, por meio das quaes, e pela relação que tinham com Roma, todo o orbe parecia mudado n'uma unica cidade, por causa da facilidade, com que se percorria o mundo de uma e outra extremidade sem receio algum sob o dominio de um só.» (23)

« As vias militares eram calçadas com grandes pedras bem planas, como se observa em varios pedaços que restam da que ligava Lisboa e Santarem a Merida, ou eram feitas por um processo, posto que mais complicado, semelhante ao que hoje usamos na construcção das estradas mac-damisadas. Compunham-se as vias por aquelle systema de quatro camadas, ou *camas*, como lhe chamavam. A primeira denominada *statumen*, que consistia em grandes pedras, era considerada como alicerce, e procuravam assental-a no terreno mais firme que se podia encontrar, sem todavia se cavar a muita profundidade. A segunda, *rodatro*, constava de fragmentos de telhas, de ladrilho, e de quaesquer vasos de barro, ou pedra miuda, envolvidos em argamassa. A terceira, *nucleus*, era uma certa espessura, e que servia para

receber e prender, estando fresca e branda, a quarta e quinta camadas, a qual chamava *summa crusta*, ou *summum dorsum*. Compunha-se esta de seixos dos rios, de calhaus, de pedaços de tijolos, de fragmentos de rocha granitica etc. Aos lados faziam-lhes fossos para o escoamento das aguas da chuva» (24)

Em todas estas estradas haviam columnas miliares, em muitas das quaes se encontra o nome do imperador que mandou construir o caminho, ou do magistrado que o reedificou.

Entre as differentes *vias militares* que os romanos construiram na Lusitania, conta-se a que, sahindo de Braga, se dirigia a Lisboa. Esta estrada passava em Talabrica, como se vê do itinerario de Antonio Pio.

A Hespanha, diz Tito Livio, foi a primeira região que as nossas armas occuparam e a ultima que submetteram, cujo acto só teve logar no tempo de Octaviano Cesar, depois que elevado á dignidade de imperador com o titulo de Augusto, melhorou consideravelmente o estado social da Peninsula, que até então não havia tido mais do que um governo militar, e por tanto dispotico, ficou por isso d'ahi em deante auferindo os beneficios da mais recta equidade.

Augusto dividiu a Hespanha em tres provincias, Tarragonesa, Betica e Lusitania. Cada uma d'estas provincias comprehendia um certo numero de districtos *conventus juridici*; os da Lusitania eram Emerita, (Merida) Pax Julia, (Beja) e Scalabis, (Santarem).

Talabrica, que pertencia ao *conventus juridicus* (Relação) de Emerita, era uma das 36 cidades tributarias que existiam na Lusitania. (25.)

E' hoje quasi impossivel fixar o numero das tropas romanas que em differentes épocas guarneceram a Hespanha. Augusto poz-lhe de guarnição tres legiões, cuja totalidade das forças attingia a desoito mil homens. Uma d'estas legiões, dividida em cinco cohortes de 600 soldados cada uma, occupava a costa occidental da Lusitania, desde o Douro até Eminium, guarnecendo as cidades de Talabrica, Lacobriga, (Feira) Calen, (Gaya) e Aeminium, (Agueda. (26)

Porém onde existiu Talabrica? eis o que resta saber. Plinio enumerando as diversas cidades da Lusitania, diz:—*Flumen Vacca oppidum Talabrica*, etc.

A' vista do que fica dito, é claro que Talabrica existiu junto do Vouga (Vacca); e muitos querem que no mesmo local em que está Aveiro, fundando-se para isto no itenerario de An-

tonino, que marca de Talabrica a Eminium a mesma distancia que presentemente medeia entre Aveiro e Agueda.

Talabrica escreveu J. M. Vasconcellos, *vero fuit prope oppidum maritimum quod hodie Aveiro dicitur.* (27)

Talabrica não podia existir no mesmo local em que está Aveiro, não só por aqui se não encontrar um unico vestigio de remotissimas edificações, mas tambem porque a qualidade pantanosa dos terrenos, indica o não ter aqui existido nenhuma cidade em tão remotas épocas como foi a de Talabrica.

A nossa opinião é que aquella cidade era onde hoje é Cacia, pequeno logar sobranceiro ao Vouga, e cinco kilometros distante d'Aveiro. Duarte Nunes de Leão, na sua Descripção do Reino de Portugal, diz que Talabrica era na ribeira do Vouga, onde hoje é o logar de Cacia, em que alguns collocam a cidade Labara, que Brandrant e Moreri dizem ser Aveiro. (29) Plinio Strabão e Ptolomeu, não fallam do Labara; por isso é bastante crivel que nunca existiu, ou então é a propria Talabrica.

Romey, no seu Mappa de geographia comparada, (29) colloca na foz do Vouga, Eburebritum, e Talabrica ao oeste de Albergaria-a-Nova, entre o Vouga e Angeja.

OS DONATARIOS

A propriedade territorial tem soffrido entre nós largas e profundas alterações; taes são as phases porque ha passado esta remota plaga do Occidente a que chamamos Portugal.

Se estudarmos no longo estendal de factos que dizem respeito aos primitivos habitantes da Peninsula, qual era a indole da propriedade até á epocha das primeiras invasões romanas, havemos necessariamente vir no conhecimento de que o seu dominio era livre para o que cultivava.

Esta liberdade deixou de existir depois que passados dois seculos em successivos combates os lusitanos se deixaram manietar ao carro triumphante da rainha do orbe, porque d'ahi em

diante, ficaram sendo escravos; tal era n'aquella epoca a sorte dos vencidos.

Os luzitanos depois da conquista romana continuaram a cultivar as terras, não como suas, mas sim por mercê do conquistador, porque os romanos logo que conquistavam qualquer estado, tomavam-lhe os campos para patrimonio da republica e impunham aos habitantes o *census capitis*, tributo de capitação. (30)

A pensão *census soli* a que eram obrigados os agricultores, regulava o mais das vezes pela decima parte dos fructos colhidos. Este tributo variava conforme a fertilidade do solo; na Sicilia, Sardenha, Africa, Asia, Siria e Egypto pagava-se a decima, porém na Hespanha sómente a vigesima. Comtudo os lusitanos não tiveram o pacifico dominio da propriedade que havia sido sua, só a troco d'aquelle tributo, porque ao diante foram sobrecarregados com onerosas contribuições, pois a propriedade em seguida ao succumbimento da republica, teve de satisfazer ás exigencias do faustuoso luxo da dissoluta Roma, progressivo sempre depois da proclamação do imperio. Foi tal o augmento dos impostos, que muitos agricultores chegaram a abandonar as terras. (31)

Durante o dominio romano, a população agricola da Peninsula, era escrava, pois era por meio dos escravos, diz o sr. Alexandre Herculano que os romanos cultivavam as terras. Invadido o imperio pelos barbaros e bem assim assolada por elles a Peninsula, mudaria a sorte dos agricultores? ficaram estes com a posse dos bens que lhes haviam sido tomados pelos romanos? Ao mesmo tempo que o poder dos Cezares principiava a abalar-se, despontava viçosa uma arvore, cujos fructos sacrossantos espargidos com o sangue de milhares de martyres deviam ser a baze d'uma nova sociedade. O imperio romano succumbiu asfixiado por dois grandes collossos—o christianismo que vinha ensinar uma religião de caridade e amor até então desconhecida, religião sublime em todas as suas manifestações que veio proclamar aos aristocratas romanos que todos os homens eram filhos de Deus e eguaes perante elle; e as hordas selvagens que do septentrião se arremeçaram para o meio dia da Europa, não com o fim de conquistarem, mas sim de se estabelecerem.

As antigas tradições que tanto enobreciam o imperio romano, havia-as perdido a vida dissoluta dos imperadores, que desassombradamente transpunham o limiar dos lupanares, onde pouco a pouco se ia obliterando o genio altivo e guerreiro do

povo rei; a Roma só restava o nome de cidade, como diz um grande pensador, (32) quando foi tomada e destruida por Alarico.

Nos ultimos tempos do imperio, póde-se quasi dizer que já não existiam luzitanos; de tal sorte estes estavam confundidos com a população romana, o que era devido á convivencia que tiveram com ella durante quatro seculos, convivencia que não podia deixar de produzir aquelle resultado, pois os dominadores do mundo com a sua colonisação, com a guerra que declaravam ás leis, costumes, religião e linguagem dos povos que subjugavam, faziam desapparecer as instituições e caracter primitivo dos mesmos povos.

A legislação e costumes dos romanos que se haviam identificado com os peninsulares passaram com algumas alterações para os barbaros, que d'elles se serviram para policiarem as regras do seu antigo viver.

No anno 409 da nossa era, as extensas cordilheiras dos Pyreneos foram transpostas pelos alanos, vandalos e suevos que vieram saccudir da Hespanha o dominio romano. «Os vandalos occuparam a Betica, os alanos estabeleceram-se no territorio que se chamava Luzitania, e os suevos ficaram senhores da Galiza. Passados tempos os vandalos e alanos passaram á Africa, e os suevos que ficaram vivendo na Galiza e norte de Portugal, foram vencidos e expulsos em 585 pelos godos que entre os barbaros eram os mais civilisados.

Os habitantes da Peninsula não foram tão adversos aos godos, diz Paulo Osorio, como haviam sido aos vandalos, alanos e suevos, pois viviam com elles *non cum subjectis, sed cuu fratribus christianis*, e faziam isto por estimarem antes viverem livres aparentando de servos, do que serem escravos com apparencia de livres, como escreve Salviano. (33)

Os godos adoptando o direito de conquista tomaram para si duas partes da propriedade cultivada e bem assim dos escravos, dos animaes domesticos e dos instrumentos de trabalho. Não obstante o não haver n'esta divisão plena egualdade, pois os proprietarios da raça germanica ficaram muito mais ricos do que os hispano-romanos por o numero dos conquistados ser menor que o dos conquistadores, ella não deixou de ser acceite de bom grado, porque melhorava em parte os effeitos da conquista.

Os romanos nunca deram, como os godos, quinhão nas terras conquistadas aos vencidos.

O grande historiador Cesar Cantu observa que tomar metade ou um terço das terras d'uma nação disimada pela guerra,

é allivial-a assim do tributo que no tempo dos romanos era tão pesado que muitas vezes se abandonava ao fisco o proprio fundo da propriedade; por isso aquelle modo de proceder não parecia um abuzo da victoria.

Em seguida á conquista, a maioria dos habitantes dos campos deixou de ser livre, porque, reduzidos á condicção de colonos, ficaram sendo servos de gleba.

« A servidão é constituida pelos ricos que abusam das infelicidades publicas, como diz Salviano, porque os poderosos pareceram não ter emprehendido proteger os pobres, senão para os roubar e tornar mais infelizes, fingindo amparal-os. »

Ao mesmo tempo que a escravidão se desmoronava aos golpes vibrados pelos discipulos de Jesus, nascia a servidão. Os barbaros, escreveu Montesquieu, fazendo tantos cidadãos escravos de gleba, isto é, do campo, no qual os vincularam, não introduziram cousa alguma, que antes d'elles não tivesse sido exercida com muito maior crueldade.

Os godos repartiam as terras como allodiaes, e esta divisão fazia-a o chefe por os que lh'as haviam ajudado a conquistar.

Além das terras repartidas como allodiaes, haviam outras denominadas *beneficios*, que eram dadas pelo rei ou condes, por seus parentes e amigos, segundo as suas qualidades e serviços prestados. Os senhores d'estas propriedades davam-nas á cultura por certo *censo*, e ainda algumas vezes por arrendamentos de terço, quarto e quinto.

Montesquieu sustentava que o rei, os ecclesiasticos e os senhores levantaram tributos regulares sobre os servos dos seus dominios. Estes tributos chamados censos, eram direitos economicos e não fiscaes; rendas inteiramente particulares, e não imposições publicas. (34)

Divididas as propriedades, o senhor d'ellas reunia em si todos os poderes a que nas modernas sociedades se dá o titulo de poderes publicos.

Os godos, logo desde o começo da conquista, principiaram a amoldarem-se á civilisação romana; comtudo as duas sociedades viveram por muito tempo como juxta-postas, mas não confundidas. Os godos tentaram vencer o elemento romano na Peninsula, conservando os seus habitos nativos, assim como o seu direito; porém taes exforços foram baldados, pois afinal vieram a adoptar como sua a legislação romana.

« Embora vencedores em numero, foram todavia vencidos em civilisação pelos povos conquistados. »

Receswinth, prohibiu que se citasse a lei romana, mas ao

mesmo tempo que fazia isto, aconselhava o seu estudo aos jurisconsultos, talvez para melhor ser comprehendido o Breviario d'Alarico, que foi o primeiro direito escripto que os godos tiveram.

Aquella collecção de leis não é mais nem menos que a reproducção do codigo Theodosiano—codigo celebre pelas suas imperfeições, promulgado no Oriente por Theodoro-o-moço, sanccionado no Occidente por Valentim III, pertencendo ao quarto periodo da historia do direito romano, que Gibon fixa desde Alexandre Severo até Justiniano.

Nem que se diga que o elemento romano foi supplantado na Peninsula pelo elemento germanico, hade-se necessariamente convir que em toda a legislação wisigothica sobresahem as origens do direito romano—origens que o sr. Julio de Vilhena diz haverem sido largamente indicadas pelo jurisconsulto hespanhol Villadiego e outros commentadores.

De todas as leis barbaras, a mais perfeita é o Codigo Wisigothico, *Codex legis Wisigothorum*; encerra as leis civis conjunctamente com as criminaes militares e canonicas, bem como os regulamentos relativos ao commercio e á industria. Compõe-se de doze livros: os cinco primeiros regulam as relações civis e privadas; os tres seguintes tratam dos delictos e das penas; o nono, dos crimes d'estado; o decimo, e decimo primeiro, conteem regulamentos respectivos á ordem publica e ao commercio, sendo o ultimo unicamente consagrado á extincção do judeismo e das seitas hereticas. Os livros são divididos com titulos á semelhança dos codigos romanos, e debaixo de cada titulo acham-se as diversas leis designando o nome do rei que governava quando foram promulgadas.

Este codigo concorreu muito para a junção das duas raças romana e goda. Montesquieu, diz que as leis n'elle contidas são pueris, defeituosas e idiotas; que não alcançam o seu fim, que são cheias de rethorica, vasias de sentido, frivolas no fundo e gigantescas no estylo. (36) Porém este juizo é condemnavel. O Codigo Wisigotico para ser um monumento basta ter, como teve, por principal base o de Justiniano, esse derradeiro lampejo da legislação romana.

« O Codigo Wisigothico, diz o sr. Julio de Vilhena, esteve em vigor com a sua legislação romana em toda a Peninsula durante muitos seculos. Com a invasão dos arabes, o Fuero-Juzgo, (37) verdadeira lei nacional, continuou a governar a nobreza refugiada nas Asturias, podendo dizer-se que desde a sua promulgação nunca deixou de ter execução nas Hespanhas. No

meiado do seculo X, D. Bermudo confirmou este codigo no reino de Leão, e depois as côrtes de Oviedo em 1003 e o concilio de Coiança em 1050 acceitaram a sua auctoridade. Desde então o Codigo Wisigothico teve uma grande influencia em toda a Peninsula. Nos fins do seculo XI, D. Affonso VI outorgou-o por foral a Toledo, e ainda no seculo XIII foi dado por D. Fernando III de Castella e Leão, com o titulo de *Fuero de Cordova*, á povoação d'este nome. » (38)

Na juncção das duas raças, goda e hispano-romana, influiu immenso o clero, porque a noção politica da Egreja na sociedade civil é uma das circumstancias mais notaveis da historia de Hespanha durante o dominio wisigothico. (39)

Durante o reinado de Recaredo, opera-se entre os godos uma revolução immensa. Esta revolução é o triumpho do catholicismo sobre o arianismo, é a juncção dos vencedores e vencidos sob uma só bandeira—a bandeira da Cruz.

Recaredo, abraçando o catholicismo, fez com que a maioria dos godos o abraçasse tambem; comtudo, a antiga crença—o arianismo—continuou a ter proselytos, que foram constantemente perseguidos pelas determinações dos concilios, d'essas assembleias mixtas, d'onde sahiam conjunctamente as leis ecclesiasticas e civis.

A juncção das duas raças, que desde o começo da conquista viviam politica, mas não socialmente, consolidou-se com as medidas tomadas por Chindasvintho e Recesvintho.

O sr. Theophilo Braga pertende que ainda depois d'aquella juncção os costumes germanicos se conservassem puros no elemento servo (lite) e que fossem só os homens livres (Werk-man) que se identificassem com a civilisação dos vencidos.

A' destronisação do conde Julião, e filhos de Witisa, seguiu-se a invasão dos arabes. Em 28 d'abril de 711, desembarcou em Gibraltar, á frente de doze mil guerreiros, Tarik-ben Zeyab, e a 26 de julho do mesmo anno feria-se renhida peleja nas margens do Guadalete, que deu em resultado o desmoronamento do poder wisigothico e a consolidação do dominio arabe.

Os novos invasores em breve captivaram os animos dos godos; não destruiram os templos christãos, nem tão pouco obstaram á celebração do culto; a propriedade continuou na posse dos que a cultivavam; não exigiram do proprietario senão certo tributo, que pago integralmente, era segura garantia da posse dos mesmos bens.

Os arabes esforçaram-se por fraternisarem com os habi-

tantes da Hespanha, para mais depressa aqui fixarem o seu pleno dominio: tal era o enthusiasmo que nutriam por este paiz, que diziam ser a Syria, pela doçura do clima e pela pureza do ar, o Yemen, pela fecundidade do solo, a India, pelas flôres e pelos aromas, o Hedjaz, pelas producções da terra, o Cathay, pelos metaes preciosos, e o Aden pelos portos e pelas praias. (40) Esta era a descripção que os poeta arabes faziam da Hespanha.

Foi tal a influencia operada na Peninsula pelos arabes, «que a philosophia, as sciencias e a poesia arabica, arrastaram todos os espiritos, e até o latim barbaro, a lingua escripta dos hespano-godos, se perdia esquecida no meio das pompas e elegancias do arabe. »

A guerra que depois os godos sustentaram com os arabes, não foi uma lucta em que influiu o espirito da liberdade, mas sim o do predominio e da ambição.

Da nobreza goda a, que não succumbiu no campo do combate, refugiou-se nas Asturias, n'esse paiz defendido pelos grandes desfiladeiros que se estendem desde o valle de Bastán até ás nascentes do Ébro; e foi d'aqui que surdiu a nova monarchia hespanhola, que conquistando palmo a palmo o solo peninsular, veio restabelecer em parte a legislação e costumes wisigothicos; pois a conquista continuou a ser a base fundamental do dominio, como se vê d'uma infinidade de documentos coevos.

Eis a época em que o mundo romano, decrepito pela corrupção, se esphacela, e a moderna sociedade se ergue altiva, germinando por entre as suas ruinas, em que apparecem « á creação do poder senhorial a formação dos municipios, o nascimento dos direitos do terceiro estado, as crusadas, a escholastica, as luctas entre o pontificado e o imperio, entre a realesa e o poder feudal e tantos outros acontecimentos que preparam o genesis da civilisação da Europa. » (41)

E' nos densos horisontes—a edade media—que se perde a origem de todas as modernas instituições, como o mostraram Robertson e Montesquieu. E' alli que dos restos decrepitos do mundo romano e das invasões dos barbaros se refunde a sociedade antiga, transformação immensa em que o principal motor é o christianismo, cuja philosophia individualista lhe introduz o principio da personalidade e da independencia.

Na formação da moderna sociedade, o elemento romano suplanta o germanico, como tão magistralmente demonstrou Littré.

E' no meio das luctas d'esta epoca que nasce a monarchia

portugueza. São seus fundadores o conde D. Henrique e D. Affonso Henriques que, seguindo as pisadas dos successores de Pelagio, adquiriram o dominio por meio da conquista.

Porém agora a conquista já não importava a mesma ideia; diz o sr. Alexandre Herculano, que significava sete ou oito seculos antes, quando as raças do norte, invadindo o imperio romano, repartiam entre si nos campos da batalha os membros despedaçados d'aquelle grande collosso.

Os arabes não seguiram o systema dos barbaros; não tomaram para si senão as terras dos godos romanos que haviam perecido na guerra ou se tinham refugiado nas Asturias; convertiam os maninhos em prados, e os logares ermos em povoações mais ou menos importantes.

A conducta dos arabes operou uma grande revolução social, porque a reacção wisigothica não pôde pôr novamente em pratica o velho direito de conquista.

O feudalismo, era a lei predominante no sul da Europa, quando a monarchia portugueza se desmembrou da de Leão; porém a legislação wisigothica conjunctamente com os costumes arabes que se tinham generalisado entre nós, obstou a que elle se firmasse em Portugal, mas não a que a sua grande influencia se fizesse sentir poderosamente.

Em Portugal não houveram *feudos* mas sim a imitação d'elles, porque em vez de *senhores feudaes* tivemol-os de *baraço e cutelo*. «O *baraço* significava o direito de prisão e sequestro, o *cutelo* abrangia a morte natural e civil. (42)

A indole da nossa sociedade era contraria aos uzos feudaes, porque aqui as terras dos nobres ou eram patrimoniaes ou havidas da corôa por doações em que não existia a perpetuidade, esse caracter essencial do dominio feudatario.

Não obstante o feudalismo se não chegar a estabelecer entre nós, os donatarios tinham plena soberania nas terras que possuiam, principalmente se eram,—*coutos e honras*.

Os nossos primeiros monarchas fizeram tão grande numero de doações á nobreza e corpos de mão morta, que a propriedade territorial concentrou-se quasi toda em poder dos grandes senhores, ordens e egrejas; taes foram as extorsões dos poderosos e o fanatismo e ignorancia da plebe, porque uma doação forçada de bens era muitas vezes o unico meio de escapar ao rigor da justiça senhorial. (43)

A servidão religiosa, diz o sr. Theophilo Braga, predominou entre nós com o nome de *familiares*, *famulos*, *oblatos*, Deovotos, Donatos, etc; tornavam-se escravos dos mosteiros, pon-

do sobre a cabeça uma moeda de quatro dinheiros e lançando-a sobre o altar. A servidão voluntaria ás egrejas fazia-se tambem enrolando em volta do pescoço a *corda do sino*, com a qual se costumava fazer a investidura ecclesiastica. (44)

D. Diniz foi prodigo em doações ao clero e á nobreza; porém ao diante veio a conhecer quão erradamente tinha procedido, e para remediar o mal, revogou as graças que fizera nos primeiros annos do seu reinado, por Carta de Lei de 26 de dezembro do anno 1383. D'esta sorte ficou assentado o principio do rei não poder alienar os bens da corôa.

Os abuzos da nobreza, e bem assim do alto-clero, recrésciam sempre. D. Affonso III principiou a reprimil-os creando os concelhos; porém, D. Diniz foi mais longe, pois por *ordenança* feita em 2 de outubro de 1307 supprime todas as honras creadas posteriormente ao anno de 1290, e ordena que todos os *donatarios* provém perante os seus *corregedores* os privilegios das terras que possuiam.

Além d'aquellas providencias, D. Diniz tomou outras não menos importantes, como foram a faculdade dos povos appelarem para o rei, dos senhôres de terras, que algumas vezes, arrogando a si a jurisdicção civel e crime, a isso obstavam ameaçando os seus homens com pena de morte e confiscação de bens.

Os primeiros passos para o restabelecimento do direito romano foram dados por D. Diniz, fazendo traduzir a *lei das partidas* em que se ordenava que os cavalleiros fixassem as suas linhagens, tornando assim extensivo só ao poder real o conferir a nobreza.

Aquella medida, que segundo Bardoux foi a morte do feudalismo, é secundada pela firmação dos principios monarchicos, que as côrtes d'Atouguia (45) estabeleceram promulgando os *direitos reaes*.

A idade media havia finalisado, quando D. João I elevado ao throno por uma revolução popular, descarregou o derradeiro golpe no feudalismo; a nobreza, emquanto que o povo grangeava a supremacia politica via esvaecer-se o seu passado poder: tal foi a revolução produzida pelo direito romano. 138

«Os jurisconsultos romanistas exerceram uma acção portentosa na transformação social do mundo moderno; eram os revolucionarios da ideia sacrificados já pelos interesses senhoriaes que afrontavam, sustentados pela noção do justo, já pelos costumes populares, que pretendiam reduzir á unidade legal.»

D. João I teve entre nós o direito romano, deve-se ao ce-

*

lebre João das Regras, que desejando fortalecer o *poder real* escreveu a *lei mental* em que se estabelece a revogalidade das doações e a necessidade da confirmação.

Aquella lei só foi promulgada no tempo de D. Duarte que tambem encarregou o doutor Ruy Fernandes de colleccionar todas as leis que podessem fortalecer por qualquer modo os direitos reaes.

D. João II remata a obra de D. João I e de D. Duarte, proclamando a sua vontade como auctoridade suprema; entra com os seus corregedores pelas terras dos nobres, sem se embaraçar com nenhuma qualidade de privilegios, e ordena por carta de 15 de desembro de 1481, que não possam continuar a presistir, sem sua confirmação, os previlegios, liberdades, doações, graças, mercês, tenças e officios, concedidas pelos reis seus antepassados.

A nobreza julgou-se por um pouco ainda em plena edade-media; tentou reagir; mas o rei em breve a supplanta, fazendo rolar a cabeça do duque de Bragança sobre o cadafalso, levantado na Praça d'Evora, a 20 de junho de 1483, e embebendo, n'uma das salas do seu proprio palacio, em Setubal, no dia 23 de agosto de 1484, um punhal no peito do duque de Vizeu.

D. João II destruiu completamente o poder dos *donatarios*; por isso julgamos ser sufficiente o que dissémos, para se poder avaliar o que vae lêr-se, com relação aos *donatarios d'Aveiro*.

A condessa D. Mumadona, por escriptura de 26 de janeiro de 967, doou ao mosteiro, *duplex*, de S. Salvador de Guimarães, (que havia fundado n'aquelle mesmo anno), diversas terras e marinhas que possuia em Aveiro (47).

Aquella senhora era filha do conde D. Diogo Fernandes, e casou com o conde D. Gonçalo Moniz, governador (pelos annos de 918) das terras de Coimbra e Vizeu. Possuidores de uma grande fortuna, doaram-n'a aos mosteiros de Guimarães e Lorvão (48).

D. Sancho I, em maio de 1177, deu a sua meia irmã D. Urraca Affonso a villa de Aveiro, em troca pela de Avô, (49) de que era senhora por concessão de seu pae D. Affonso Henriques.

D. Urraca casou com D. Pedro Affonso, filho de Egas Moniz, e de sua segunda mulher D. Thereza Affonso. Por morte de D. Urraca foi a villa d'Aveiro dividida entre seus filhos, D. Abril Pires, D. Sancha e D. Aldara; esta ultima doou a parte, que lhe pertenceu, em 1257 ao mosteiro de S. João de Tarouca.

A infanta D. Sancha, estando em Montemor-o-Velho em maio de 1222, comprou a D. Sancha Affonso e a seu marido D. Pedro Rodrigues Girão a parte da villa de Aveiro que herdara por morte de sua mãe, e deu-a em agosto do anno seguinte ao seu mosteiro de Cellas (50). Aveiro permaneceu assim dividida até o reinado de D. Diniz; porém, n'esta época voltou toda á corôa.

Em 6 de março de 1306, estando D. Diniz em Coimbra, confirmou uma sentença que declarava a *granja* da Touça, no concelho de Numão, propriedade da corôa, e não do mosteiro de S. João de Tarouca.

A 22 de julho d'este mesmo anno D. Diniz deu ao mosteiro de Tarouca aquella *granja* e a egreja de Çamudens, em troca pelas duas partes da villa d'Aveiro, que o mosteiro possuia por doação de D. Aldara e D. Abril Pires (51).

D. Diniz, senhor de duas partes da villa d'Aveiro, tratou de comprar a que pertencia ao mosteiro de Cellas, dando-lhe em escambo a aldeia de Eiras. Esta compra, ou antes troca, fez-se por escriptura celebrada entre o rei e a abbadessa D. Thereza Raymonda (52) em S. Martinho do Bispo, junto de Coimbra, a 14 de abril de 1306, assignando como testemunhas D. João Simão, meirinho-mór do reino, Fr. Estevam Custio, religioso franciscano, Fr. Martinho, esmoler-mór, e o mestre Pedro, physico do rei.

Os menos lidos em historia patria não ignoram a paixão que D. Fernando I tributava a D. Leonor Telles, filha de Martim Affonso Tello de Menezes e mulher de João Lourenço da Cunha; paixão que o levou a desposal-a.

D. Fernando, victima dos ambiciosos caprichos de D. Leonor, sahiu de Lisboa em direcção ao norte do reino, e chegando a Leça, ahi fez publico o seu casamento com D. Leonor, e a *carta d'arrhas*, passada em Eixo a 5 de janeiro de 1372, onde teve lugar o seu consorcio, em que consignava á nova rainha Villa Viçosa, Abrantes, Almada, Cintra, Torres Vedras, Athouguia, Obidos e Aveiro. Com a acclamação do Mestre de Aviz, Aveiro voltou á corôa.

Mezes depois da batalha de Aljubarrota differentes povoações que haviam seguido o partido da rainha D. Leonor se conservaram ficis ao rei de Castella; entre ellas conta-se Chaves, a que D. João I foi pôr cerco em seguida ao haver-se apoderado de Santarem e Leiria.

O assedio começou em janeiro de 1386 e d'ahi a quatro

mezes a guarnição da praça capitulava, reconhecendo como rei de Portugal o Mestre d'Aviz.

D. João I, durante o cerco de Chaves, e como remuneração dos serviços prestados, deu diversas terras a alguns dos seus mais esforçados cavalleiros, em cujo numero se conta João Rodrigues Pereira, a quem fez doação em 6 de fevereiro de 1386 da sua villa de Aveiro, de juro e herdade (para sempre) e *com toda a jurisdicção civel e crime, e mero e mixto imperio* (53).

João Rodrigues Pereira deu uma terça parte da villa de Aveiro em dote a sua filha D. Leonor Pereira, quando esta casou com Ayres Gonçalves de Figueiredo, a quem depois D. João I comprou a dita terça parte, dando-lhe por escambo a Terra de Fermedo. (54)

D. João I tambem comprou as outras duas partes aos filhos de João Rodrigo Pereira, Gonçalo Pereira e Ruy Vaz Pereira que as haviam herdado por morte d'aquelle.

O mesmo monarcha na sua volta da tomada de Ceuta, deu a villa de Aveiro a seu filho D. Pedro, duque de Coimbra.

O infante D. Pedro, quando regente na menoridade de seu sobrinho D. Affonso V, dispensou a Aveiro grandes favores, entre os quaes avultam a construcção das muralhas e outras edificações, de que hoje apenas resta a memoria.

D. Affonso V confirmou a doação de D. João I em 1448, tornando-a de *juro e herdade*.

Assassinado cobardemente o duque de Coimbra na batalha de Alfarrobeira a 20 de maio de 1449, todos os seus bens foram confiscados, pelo que Aveiro voltou novamente á corôa. Pouco tempo depois D. Affonso V deu a villa de Aveiro como *prestamo* a D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, que dotou com ella sua filha D. Maria de Noronha. A doação foi feita em 10 de junho de 1465, e aquelle monarcha confirmou-a por carta datada de Portalegre a 15 do mesmo mez e anno (55).

D. Maria de Noronha casou com D. Affonso, filho do segundo duque de Bragança, D. Fernando e D. Joanna de Castro; D. Affonso V concedeu a estes a villa de Aveiro de *juro e herdade* por carta passada em Salvaterra a 20 de maio de 1467 (56), e o titulo de conde de Faro em 23 de junho de 1469.

D. Caetano de Souza, diz que o conde de Faro tambem o fôra de Odemira e Aveiro (57).

O conde de Faro fazendo parte da conspiração contra a vida de D. João II, de que era chefe seu irmão o duque de Bragança, refugiou-se em Hespanha, por não desejar que o al-

goz lhe decepasse a cabeça como havia feito áquelle ; comtudo a sua emigração não obstou a que lhe fosse confiscado tudo quanto possuia.

D. João II, por carta passada em Alcobaça em 19 d'agosto de 1485, fez mercê da villa de Aveiro, «com todos os seus termos e todas as rendas e direitos reaes, e dizimos do pescado novo e velho e imposição do sal » á princeza D. Joanna, sua irmã (58).

E' no reinado de D. João II que tem principio a casa de Aveiro na pessoa de seu filho illegitimo D. Jorge. O progenitor dos duques de Aveiro era filho de D. João II e de D. Anna de Mendonça, filha de D. Nuno Furtado de Mendonça ; nasceu em Abrantes a 12 de agosto de 1481.

D. Jorge, que tomou o appellido de Lancastre, em memoria de sua terceira avó, a rainha D. Filippa, mulher de D. João I, e filha de João de Gand, duque de Lancastre (Inglaterra,) foi educado no convento de Jesus d'esta cidade, por sua thia, a princeza Santa Joanna.

D. Jorge, logo que morreu a Santa Princeza, (tinha então nove annos), foi levado a Evora (59) por o bispo do Porto, D. João de Azevedo, sendo alli recebido com as honras devidas ao seu alto nascimento ; D. Rodrigo da Cunha (60) diz que o principe D. Affonso o veio esperar fora da cidade a 15 de julho de 1490, acompanhado de luzido sequito e foi apresental-o a el-rei seu pae : D. João II, havendo perdido seu filho o principe D. Affonso, morto em resultado d'uma queda a 13 de julho de 1491, na margem do Tejo, proximo de Santarem, quiz nomear successor da corôa D. Jorge, mas a rainha e o papa Alexandre VI, oppozeram-se fortemente a isto, e o rei mudou de tenção.

D. João II, conhecendo a impossibilidade de fazer sentar no throno D. Jorge, quiz que elle ficasse sendo o fidalgo mais rico de Portugal, doando-lhe para isso todas as terras que haviam pertencido a seu avô o infante D. Pedro, pelo que ficou sendo duque de Coimbra, marquez de Torres Novas, senhor de Montemor-o-Velho e Aveiró, grão-mestre da ordem de S. Thiago e governador da de Aviz.

D. Jorge de Lancastre, chegado á edade de vinte annos, desposou D. Beatriz de Vilhena, filha de D. Alvaro de Portugal, e neta dos 2.os duques de Bragança, D. Fernando e D. Filippe de Mello.

E' d'aquelle consorcio que descendem os duques d'Aveiro.

1.º Duque :

D. João de Lancastre era filho de D. Jorge e de D. Beatriz de Vilhena; D. João III deu-lhe o titulo de duque d'Aveiro e marquez de Torres Novas em 1547 (61). Casou com D. Beatriz de Lara, filha de D. Pedro de Menezes, 3.º marquez de Villa Real, e falleceu em 22 de agosto de 1571.

2.º Duque:

D. Jorge de Lancastre, que succedeu no ducado d'Aveiro por morte de seu pae D. João de Lancastre, casou com D. Magdalena Girão, filha de João Telles Girão, 4.º conde d'Urenha e senhor de Ussuna (Hespanha).

D. Jorge acompanhou D. Sebastião á Africa, onde praticou heroicos feitos e morreu combatendo ao lado do joven monarcha em Alcacer-Kibir a 4 de agosto de 1508.

3.º Duque:

D. Alvaro de Lancastre, filho do 1.º duque D. João de Lancastre. Por morte do duque D. Jorge, suscitou-se grande questão sobre a posse da casa de Aveiro entre D. Juliana de Lancastre, filha d'este, e seu thio D. Alvaro, que afinal se julgou ser o legitimo herdeiro, em vista das rasões apresentadas em favor da sua causa, por o grande jurisconsulto hespanhol Pedro Barbosa.

D. Filippe II promoveu então o casamento de D. Alvaro, com sua sobrinha D. Juliana. O mesmo monarcha por carta de 10 de setembro de 1598 concedeu o titulo de duque de Torres Novas aos primogenitos dos de Aveiro.

Os duques de Aveiro foram sempre tratados com a mesma consideração que se dava aos de Bragança. Na *Lei das Cortezias*, publicada em 14 de setembro de 1597, foi concedido o tratamento de excellencia só aos duques de Braganca, porém Filippe III attendendo ás justas reclamações dos d'Aveiro, ordenou em 1619 que fosse dado a estes egual tratamento.

4.º Duque:

D. Raymundo de Lancastre, filho do duque de Torres Novas, havendo fallecido seu pae, tomou posse da casa d'Aveiro como herdeiro de sua avó D. Julianna de Lancastre em 18 de setembro de 1637.

D. Raymundo passou a Hespanha e foi offerecer os seus serviços a Filippe IV logo depois do fallecimento de D. João IV. Pretendendo o conde de Soure, D. João da Costa, desvial-o do intento em que estava de trahir a patria, elle lhe respondeu: «sempre conheci v. s.ª com o achaque de zeloso do bem publico, e n'esta consideração lhe prometto fazel-o meu alferes-mór quando fôr rei de Portugal.»

Uma sentença dada em agosto de 1663 condenou-o a ser dególado em estatua, execução que teve logar em 14 de outubro do mesmo anno.

5.º Duque:

D. Pedro de Lancastre, filho de D. Alvaro, e de D. Julianna de Lancastre, foi duque d'Aveiro, por uma sentença de 14 de março do 1668 (62) o haver declarado legitimo successor de D. Raymundo.

D. Pedro estudou theologia na Universidade de Coimbra, e, seguindo a vida ecclesiatica, foi bispo da Guarda, arcebispo de Sida e Braga, inquisidor-mór, presidente da Mesa do Desembargo do Paço e conselheiro d'estado.

6.º Duque:

D. Maria Guadalupe de Lancastre, sobrinha do precedente e marqueza d'Elche e de Cidade Real, em Hespanha; casou com D. Manoel Ponce de Leon, duque d'Arcos, (Hespanha). Foi-lhe concedida a casa d'Aveiro por sentença de 20 de outubro de 1679, e falleceu em 9 de fevereiro de 1715.

7.º Duque:

D. Gabriel de Lancastre, filho da duqueza D. Maria Guadalupe, tomou posse da casa de Aveiro a 22 de março de 1729, e foi-lhe confirmado o titulo de duque por carta regia de 2 de junho de 1732.

8.º Duque:

D. José Mascarenhas de Lancastre; era filho de D. Martinho de Mascarenhas, conde de Santa Cruz, marquez de Gouveia, (63) mordomo-mór e conselheiro privado d'el-rei D. João V e de D. Ignacia Rosa de Tavora.

Nasceu em 2 outubro de 1708, e cazou em 30 de julho de 1739 com D. Leonor de Tavora, filha dos condes d'Alvor.

O primogenito dos marquezes de Gouveia, D. João de Mascarenhas, (64) por motivos que hoje se ignoram, renunciou todos os seus cargos, titulos e senhorios em seu irmão D. José, (65) que depois foi mordomo-mór de D. João V e de D. José I, deputado da Junta dos Tres Estados, e presidente do Desembargo do Paço, de que tomou posse a 30 d'agosto de 1749.

« Por fallecimento do duque de Aveiro, D. Gabriel de Lancastre Ponce de Leon, ligitou-se esta grande casa entre seu sobrinho D. Antonio de Lancastre Ponce de Leon e D. José de Mascarenhas, marquez de Gouveia. Venceu este em 1749, e a 26 de maio de 1752 confirmou-se a sentença, entrando elle na posse de tão vastos estados a 11 d'agosto d'esse mesmo anno.

« Ficou pois sendo desde então D. José de Mascarenhas,

além de marquez de Gouveia e conde de Santa Cruz, mais duque de Aveiro, marquez de Torres Novas, senhor de Penella, Abiul, Lousã, Segadães, Recardães, Brunhido, Casal d'Alvaro e Pereira; alcaide-mór de Coimbra e Setubal, alcaide-mór, e senhor de Cezimbra, Barreiro, Arrabida, Samora Corrêa, Torrão, Torreira, Castro Verde, Aljustrel, Arruda, S. Thiago de Cacem, Sines etc., etc. » (66)

Sobre a memoria de D. José de Mascarenhas, recae a maldição da historia. O seu nome anda ligado ao attentado contra a vida de D. José I, que teve logar em 3 de setembro de 1758. Por emquanto os precedentes d'aquelle acontecimento ainda estão occultos sob o véo do mysterio, e por isso não seremos nós que havemos de affirmar se o duque d'Aveiro era culpado ou innocente.

Pelas 11 horas da noute d'aquelle dia, atravessando a Calçada do Galvão D. José I, conjuntamente com o seu valido Pedro Corrêa, foram disparados tres tiros de bacamarte sobre a carruagem em que iam, por tres embuçados a cavallo, que se diz serem Antonio Alvares Ferreira, José Polycarpo d'Azevedo e Manuel Alvares Ferreira, creados do duque d'Aveiro e marquez de Tavora.

As balas, fazendo dois rombos espherico no espaldar da carruagem, foram ferir o rei no braço esquerdo.

D. José, logo que se viu ferido, ordenou ao cocheiro, Custodio da Costa, que retrocedesse para a Junqueira, (d'esta sorte escapou a uma outra emboscada estacionada adiante,) onde se recolheu em casa do marquez d'Angeja; e havendo-lhe sido ministrado o primeiro curativo, voltou ao palacio d'Ajuda. Na manhã do dia seguinte corria de bocca em bocca a noticia da emboscada e ferimento do rei, e indigitavam-se como auctores do attentado os Tavoras.

O marquez de Pombal fez constar que o ferimento do rei havia sido produsido por uma queda e não por qualquer outro motivo.

Passados tres mezes, D. José, já completamente restabelecido, encarregou de procederem á prisão dos que haviam attentado contra a sua existencia, os desembargadores José Antonio de Oliveira Machado, João Ignacio Dantas Pereira, Antonio Alves da Cunha, José de Seabra da Silva, Eusebio Tavares de Sequeira, Agostinho de Novaes e Campos, Estevam Pedro de Carvalho, Joaquim d'Oliveira Brandão, e José Amaro da Cunha.

Na madrugada de 13 de dezembro foram presos em Lis-

boa D. Francisco d'Assis de Tavora, D. José Maria de Tavora, D. Luiz Bernardo de Tavora, D. Jeronymo d'Athayde, conde d'Athouguia, D. Manoel de Tavora, marquez d'Alorna, condes d'Obidos, da Ribeira e do Calhariz, Antonio da Costa Freire e outros fidalgos.

Em igual dia foi preso o duque d'Aveiro na sua quinta de Azeitão (para onde se havia retirado,) pelo desembargador José Antonio d'Oliveira Machado.

Em 16 de dezembro o Juiz do Povo e a Casa dos Vinte e Quatro, foram ao paço pedir que os delinquentes do regicidio fossem desnaturalisados, e *que contra elles se admittisse toda a qualidade de prova.*

Aveiro quasi que imitava Lisboa, pois em 6 de janeiro de 1759, havendo a camara prestado em nome do povo da villa juramento de fidelidade ao monarcha perante o prior de S. Miguel, fr. Paulo Pedro Ferreira Granado, representou que não queria «continuar a ter por donatario o homem, que havia attentado contra a vida do seu rei e senhor.»

D. José I nomeou differentes desembargadores para julgarem os que se diziam cumplices no regicidio. Este tribunal, que representa a vontade despotica e sanguinaria do marquez de Pombal, proferiu tres sentenças: a primeira em 11 de janeiro de 1759, a segunda a 12, e a terceira a 13.

N'uma d'aquellas sentenças lia-se o seguinte, com relação ao duque de Aveiro:

« Condemnam o réu José de Mascarenhas, que já se acha exautorado das honras e privilegios de portuguez, de vassallo e creado, degradado da ordem de S. Thiago, de que foi commendador, e relaxado a esta junta secular, que n'ella se administra, a que, como um dos tres cabeças ou chefes principaes d'esta infame conjuração, e do abominavel insulto que d'ella se seguiu, seja levado com baraço e pregão á praça do caes de Belem, e que sobre um cadafalso, que será levantado de sorte que o seu castigo seja visto por todo o povo, a quem tanto tem offendido o escandalo do seu horrorosissimo delicto, depois de ser rompido vivo, quebrando-se-lhe as oito canas das pernas e dos braços, seja exposto em uma roda para satisfação dos presentes e futuros vassallos d'este reino; e aqui, depois de feita a execução, seja queimado o mesmo réu com o cadafalso em que foi justiçado, até que tudo pelo fogo seja redusido a cinzas e pó, que serão lançadas ao mar, para que d'elle e sua memoria não haja mais noticia. »

A execução do duque d'Aveiro, assim como de seus cum-

plices, teve logar no dia 13 de fevereiro d'aquelle anno. D. José de Mascarenhas foi o ultimo a ser justiçado; atravessou a praça de Belem descalço, de cabelleira redonda e vestido de encarnado, sendo escoltado por cinco esquadrões de cavalleria. A execução teve logar, como estava determinado na sentença.

O palacio que o duque d'Aveiro tinha em Belem (67) foi demolido, em seguida salgado todo o terreno que occupava. Hoje ainda alli se conserva uma columna cylindrica de cinco metros d'altura, em cujo plynto se lê esta inscripção:

AQUI FORAM ARRASADAS E SALGADAS
AS CASAS DE JOSÉ MASCARENHAS
EXAUCTORADO DAS HONRAS DE DUQUE DE AVEIRO
E OUTRAS,
CONDEMNADO POR SENTENÇA PROFERIDA
NA SUPREMA JUNTA DE
INCONFIDENCIA EM 12 DE JANEIRO
DE 1759,
JUSTIÇADO COMO UM DOS CHEFES
DO BARBARO E EXECRANDO DESACATO
QUE NA NOUTE DE 3 DE SETEMBRO
DE 1758 SE HAVIA COMMETTIDO
CONTRA A REAL E SAGRADA PESSOA DE
D. JOSÉ I.
N'ESTE TERRENO INFAME SE NÃO PODERÁ
EDIFICAR EM TEMPO ALGUM.

Assim acabou a grande casa de Aveiro. A D. José de Mascarenhas ainda sobreviveu seu filho D. Martinho, que não, obstante o não ter sido accusado de cumplicidade no regicidio, viveu e morreu pobre e esquecido; e teria decerto de mendigar um bocado de pão, com que matasse a fome, se não fosse a generosidade do conde de Obidos, em casa de quem falleceu, sem deixar successão, a 29 de dezembro de 1805.

« Vinte e dois annos depois do suplicio do duque, na noute de 3 d'abril de 1771, a instancias de D. Maria I, foram declarados innocentes por uma *junta de ministros* os que foram suppliciados, os que ainda estavam presos e os que andavam expatriados. (Os ministros eram 18, e só 3 votaram contra).

O procurador da corôa impugnou esta decisão (que por tanto não *transitou em julgado*) e nunca houve sentença definitiva. Ainda outro mysterio sobre este celebre processo. (68)

A sentença que condemnou o duque d'Aveiro mandou que

o escudo das suas armas fosse picado; porém tal medida não foi geral, pois n'esta cidade ainda se encontram alguns intactos.

O brasão da casa d'Aveiro compunha-se d'um escudo com as quinas reaes, com quebra de bastardia, tendo por timbre um pelicano.

OS FORAES

A historia social d'um povo encontra-se na legislação e costumes d'esse mesmo povo.

Se desejarmos conhecer a indole do povo portuguez nos primeiros seculos da monarchia, não temos mais seguro elemento, para podermos chegar a esse resultado, do que estudarmos a instituição dos foraes, d'essas *cartas d'alforria* alcançadas pelas classes servas da Peninsula ao finalisar da edade-media.

Quasi ao mesmo tempo, que em o norte da Europa as revoltas populares produziam a formação das communas, entre nós promulgavam-se os foraes, garantindo-se assim a immunidade da classe burgueza.

O sr. Theophilo Braga, sustenta que os nossos foraes, tambem pódem ser considerados como verdadeiras *cartas de communa*, cartas em que se estabelecia a emancipação popular, e por onde as classes servas se libertavam da escravidão dos senhores.

As leis dos foraes, disse Schoeffer, são a expressão fiel das ideias, dos costumes, e dos uzos da nação que as produziu; e os filhos da epocha as pintam fielmente em uma linguagem quasi sempre inintelligivel para nós, porém, de ordinario, ingenua e veridica. Sómente ellas nos pódem testemunhar o grau de civilisação que n'estes seculos contavam os portuguezes; e por nenhum outro lado nos é permittido penetrar antecipadamente em o sanctuario da ordem social, e da vida do cidadão. Estes privilegios nos mostram a *posição dos municipios em geral*, bem como quaes eram as relações reciprocas entre as *diversas classes de cidadãos, seus direitos e seus deveres.*

Ellas egualmente nos fazem conhecer as turmas *convocadas*, *as mezas de portagem*, *as camaras de justiça*; — e os *crimes* os mais frequentes, e os *castigos* os mais usados nos offerecem um espelho bem fiel dos habitos do povo n'esta epocha.

Portugal ao constituir-se em monarchia independente não era mais do que um paiz assolado por guerras continuas; as suas mais importantes povoações jaziam por terra, nos campos não se divisavam mais do que urzes germinando por toda a parte a seu bel-prazer; para reedificar aquellas povoações e reduzir novamente á cultura estes campos, necessitavam-se muitos braços; e como havel-os? Offerecendo franquias e privilegios ás familias que alli se quizessem vir estabelecer, dando-lhes ao mesmo tempo porções de territorio para cultivarem. Isto foi o que fizeram os nossos monarchas desde D. Affonso Henriques até D. Diniz.

As terras, cujos possuidores haviam perecido na guerra assim como dos que eram pertença da corôa, foram divididas por as familias que tinham vindo fundar novas povoações com as cinzas das destruidas.

N'esta divisão os monarchas serviram-se da palavra = *coirella* = ou = *quairel* = para designar um cazal que comprehendia sufficiente terreno para entreter um cultivador com sua familia e os domesticos indispensaveis.

D. Affonso Henriques dividiu as terras e granjas de Panoyas em oito=coirellas;=e D. Sancho I partilha por um foral, em 1188, o territorio de Folgosa em dez =coirellas.=

Dentro em pouco se sentiu a necessidade de braços estrangeiros para ajudar ao cultivo das terras e deffender a propriedade.

Um regato, que banhasse qualquer porção de terreno provendo assim ás primeiras necessidades da vida era muitas vezes o bastante, para attrahir os cultivadores, cujas habitações se iam agrupando ao longo das duas margens; esta reunião era o nucleo d'uma tal ou qual existencia social, um concelho. Na margem direita do Douro dez casas formaram o ajuntamento, dos barqueiros, a que D. Sancho I dá um foral em 1223.

Entre nós o estabelecimento dos concelhos concorreu immenso para a emancipação do terceiro estado, porque com elles nasceu a necessidade dos foraes, porque aquelles não podiam coexistir sem haver um documento solemnemente publicado, que, estabelecendo as suas relações sociaes com o rei ou donatario, regulasse a posição reciproca das diversas classes de seus habitantes; e estes documentos eram os foraes, que muitos consideram como cartas de *communas*.

Desde o começo do seculo 12 até o começo do 15, e desde os ultimos annos do conde D. Henrique até o fim do reinado de D. Diniz a maior parte dos nossos municipios obtem foraes; comtudo, o maior numero d'elles data do reinado de D. Affonso III, porque é este monarcha que estabelece mais concelhos do que todos os seus antecessores, como n'outro logar mostraremos.

Os nossos foraes apresentam tres classes distinctas, moldadas pelo typo do Foral de Santarem, do Foral de Salamanca, e do Foral de Avila.

O Foral de Santarem serviu de typo para as povoações da Extremadura, do Alemtejo e do Algarve; o de Salamanca serviu de typo na Beira central, e ainda em Traz-os-Montes e Alto-Minho, e o de Avila predominou em todo o Alemtejo. (69)

Não eram só os monarchas, que davam foraes; os grandes senhores, mestres das ordens, e prelados, tambem concediam foraes aos municipios que lhes eram submettidos. Porém estes foraes não passavam de emprazamentos collectivos, porque a carta que fazia existir um concelho como identidade politica, essa só podia partir do rei.

No foral, que se dava a uma povoação, validavam-se sempre os costumes locaes: eis o motivo porque não é raro encontrar alli a reportação a certos direitos usados e não escriptos. As classes servas, fixando-se o seu estado incerto, transformaram a immunidade em *costume*.

Em muitos concelhos o *costume* era a unica legislação municipal: isto mesmo succedia com o de Aveiro. O padre Carvalho na sua *Corographia Portugueza* diz que em 1380, o corredor do meirinhado-mór da provincia da Beira, veio a Aveiro para moderar os *costumes* a que chamam *foral antigo*.

O concelho de Aveiro não teve foral antes do reinado de D. Manuel; mas teve as mesmas liberdades que n'elles se davam, não concedidas pelo rei, mas sim alcançadas, talvez, pela revolução, que muitas vezes creou a communidade entre os habitantes d'um logar.

Embora se pretenda sustentar que os foraes são unicamente devidos á liberdade real, é fóra de toda a duvida, que na promulgação de muitos d'elles influiu consideravelmente o espirito da revolta, «porque o povo nem sempre era pacifico na grande obra da sua propria emancipação; nem sempre a acceitava como mercê, antes ás vezes a exigia como direito.»

O reinado de D. João II é a epocha das grandes reformas; a nobreza havia perdido o seu antigo prestigio; e sobre as rui-

nas dos seus privilegios o rei pôde firmar a integridade do seu poder, graças á introdução do direito romano.

Aquelle monarcha estabelecendo a necessidade das Confirmações geraes por Carta Circular de 15 de dezembro de 1481 mostrou que não lhe era indifferente a reforma dos foraes.

Nas cortes de Santarem de 1430, nas de Coimbra de 1472, e nas de Evora de 1481, appareceram as primeiras queixas dos povos contra os foraes. (70)

D. João II por carta circular expedida em 15 de dezembro de 1481 ordenou que todos os foraes fossem enviados ao Juizo dos Feitos da Fazenda, e que estes ficassem em desuso se alli não estivessem antes de outubro de 1483.

O rei, a quem a historia com justa rasão dá o nome de principe perfeito, não pode levar a cabo duas das suas mais arrojadas emprezas, a descoberta do Oriente e a reforma dos foraes: finando-se, legou-as conjuntamente com a corôa a D. Manuel o=afortunado.=

D. Manoel, por carta de 22 de novembro de 1497, encarregou da reforma dos foraes os drs. Ruy Boto, João Façanha e Fernão de Pina. N'esta carta se mandam recolher todos os foraes existentes nas diversas cidades, villas e logares do reino, para por elles se fazerem os novos.

Os motivos da reforma vem explicitos no foral, dado por D. Manoel a Lisboa, em 6 de agosto de 1500.

D. Manoel deu foral a Aveiro em 4 de agosto de 1515. (71)

Estabelecidas as bases da reforma, creou-se um tribunal onde eram ouvidas as partes juntamente com o conhecimento das inquirições. Do trabalho d'estas foi incumbido Fernão de Pina, que desempenhou plenamente a sua importante missão.

Os serviços de Fernão de Pina tiveram por recompensa uma pensão de setenta mil réis concedida por carta de mercê de 26 de maio de 1520, e o ir jazer n'um carcere por culpas machinadas pela maldade dos seus emulos, como affirma Diogo Barbosa.

Os foraes, depois da reforma de D. Manoel, perderam o seu caracter politico, e isto é devido ao poder real estar já firmado na Europa na forma de monarchias, como diz o sr. Theophilo Braga; d'aquelle reinado em diante ficaram elles apenas com o caracter de escripturas de obrigação emphyteutica dos povos para com a corôa.

Em 1807, Junot invade Portugal, e D. Maria I e D. João VI, então principe regente, fogem para o Brazil.

Da côrte do Rio de Janeiro vinham continuamente um

sem numero de decretos e cartas regias; entre estas conta-se a de 7 de março de 1810, sobre a reforma dos foraes.

D. João VI, conhecendo que as ideias democraticas iam ganhando terreno em Portugal, promulgou aquella lei, cujos resultados foram nullos não obstante as ordens expedidas pela regencia do reino em data de 12 de março de 1812.

Nas côrtes de 1822 foi apresentada uma lei para a reforma dos foraes; porém não se chegou tambem a pôr em execução, por D. João VI declarar como nullos todos os actos da Constituinte por alvará de 5 de junho de 1824.

Depois de tantas alternativas os foraes foram declarados extinctos por os decretos de 12 d'agosto de 1832 e 22 de junho de 1846.

«A questão dos Foraes, permitta-se a expressão, era uma especie de lei agraria. Em todas as commoções politicas é a que reclama as primeiras providencias. Quando o Foral era ainda carta de immunidade e de garantia civil, a revolta das classes servas é que a obtinha e a fazia valer contra as invasões senhoriaes, ou contra as ficções do poder real. D. Affonso III viu-se forçado pelas circumstancias a liberalisal-as ao povo; D. João I cria a *lei mental*; D. João II dá-lhe vigor. Com a introdução das ideias revolucionarias da França, D. João VI ordena as primeiras providencias ácerca dos Foraes; com a Constitunte de 1822 os Foraes tornaram-se menos vexatorios para os povos; com o triumpho e estabelecimento do systema liberal por D. Pedro IV, Mousinho da Silveira em 1832 dá as mais amplas e generosas providencias para a emancipação da terra; em 1846 foi o ultimo plano da reforma» (72)

A ALCAIDARIA-MÓR

Ao fundar-se a nossa monarchia, Portugal era um paiz coberto de castellos; o que então se tornava necessario, pois as guerras suscitadas entre christãos e sarracenos eram quasi continuas.

A edificação dos castellos na Peninsula desde os fins do seculo IX até os fins do XI foi uma necessidade da época.

Até o seculo XII ao governador de qualquer castello, dava-se o nome de *municeps*; porém das primeiras decadas d'este seculo em diante, tal vocabulo foi substituido por o de—alcaide.

As successivas victorias, alcançadas pelos christãos sobre os arabes fizeram, com que a importancia estrategica dos castellos declinasse immenso, a ponto de uma parte se converter em nucleos de importantes municipios, e outra em luxuosas habitações de familias nobres.

Os castellos que ficaram no centro das povoações de certa importancia, continuaram a desempenhar os fins, para que haviam sido fundados, não oppondo heroica resistencia ás hostes sarracenas, mas sim ás exigencias algumas vezes injustas da burguezia.

Por este motivo o *municeps* ficou sendo um personagem de muito maior importancia do que havia sido até alli; pois tomou o duplicado caracter de governador militar e de suprema auctoridade civil e politica, ficando assim com uma situação analoga á dos *al-kaids* das *medinas* mouriscas. (73)

A semelhança das attribuições trouxeram a introducção do vocabulo, porque o titulo de Khadi competia, segundo Al-mahkri, ao juiz de uma povoação importante.

Durante os primeiros tempos da nossa monarchia, como affirma Schoeffer, os alcaides-mores tinham por obrigação o prover de homens armas e viveres e deffender em casos de guerra os logares que os reis haviam entregado á sua guarda, como eram os castellos e districtos independentes, a que se dava o nome de Alcaidarias-mores.

Diz o mesmo historiador que em rasão da importancia inherente a estes cargos, elles só os davam a homens em que muito se podia confiar, e em que se reconhecia nobre auctoridade e alto nascimento.

O costume dos alcaides-mores desempenharem as funcções militares conjuntamente com as civis caiu em desuso no reinado de D. Diniz, vindo por fim a obliterar-se.

Não podemos vir no conhecimento de, qual era a antiguidade da alcaidaria-mór de Aveiro.

D. Jorge de Lancastre nomeou alcaide-mór de Aveiro, Alvaro de Sousa, commendador de Santo Isidoro d'Eixo na Ordem de Christo, do conselho de D. João III e vedor da casa da rainha D. Catharina.

Os habitantes de Aveiro impediram que Alvaro de Sousa tomasse posse da alcaidaria, pondo para isso em pratica o privilegio que lhes havia concedido o infante D. Pedro, de nenhum

fidalgo ou pessoa poderosa se poder demorar n'esta villa mais do que tres dias sem o beneplacito dos seus moradores—privilegio que havia sido confirmado por D. João II.

Esta questão, depois de longamente debatida, veio a acabar em virtude de Alvaro de Sousa ceder da mercê que lhe havia feito D. Jorge de Lancastre, e os aveirenses do seu privilegio, pelo que D. João III mandou passar carta de composição, estando em Thomar, a 22 de setembro de 1522. (74)

Por alvarás de 3 de agosto de 1767 e 6 de novembro de 1769 foi extincto em todo o reino o cargo de alcaide-mór.

AS PESCARIAS

N'outro tempo a industria da pesca foi um dos mais importantes ramos do nosso commercio, o que é devido á posição geographica dos nossos portos, á natural propensão e robustez do nosso povo e á grande quantidade de salinas que possuimos. « As pescarias são um manancial de innumeraveis vantagens para as nações maritimas, não só pela porção de braços que empregam, pelos capitaes que põem em giro, pelos seus productos como alimento, ou como materiaes para as artes e usos domesticos ; mas tambem por serem uma excellente escola de marinheiros. »

A prosperidade, a que chegou entre nós a industria da pesca, concorreu muito para o engrandecimento do nosso commercio; porém aquella industria decahiu consideravelmente depois que a batalha de Alcacer-Kibir nos tornou escravos de Castella, porque os Filippes foram incansaveis, em se opporem á nossa prosperidade; e foram elles, sem duvida, que amorteceram aquella industria, que, tornando-nos ricos, nos punha aptos para a marinha.

O alvará de 3 de maio de 1802, diz que foi por meio das antigas pescarias que Portugal se preparou para as grandiosas descobertas que tornaram celebre o nome portuguez em todo o universo.

O decreto de 9 de agosto de 1832 aboliu todos os impos-

*

tos com que a corôa, a nobreza e o clero vexavam os pescadores.

Em 1843 creou-se o imposto de 6 por cento sobre o producto das pescas.

Não obstante a pesca não ser presentemente entre nós mais do que uma sombra do que foi; o valor dos productos alcançados por ella calculam-se em 1:200 a 1:500 contos de réis annualmente. Em 1862 os barcos de pesca, redes e mais utensilios necessarios a esta industria foram avaliados em 2:000 contos de réis. (75)

Já durante o reinado de D. Fernando I os pescadores portuguezes não só pescavam nas costas do nosso littoral, como tambem nas da Inglaterra e Bretanha; e isto em virtude d'um tratado de commercio que havia entre os habitantes de Lisboa e Porto, e Eduardo III.

E' muito provavel que os aveirenses tambem tomassem parte n'aquellas pescas, tal é a importancia que ao deante vem a ter na do bacalhau. Nos reinados de D. João I e D. Duarte, além do pescado que se consumia no reino, exportava-se muito para os portos do Levante.

Segundo se vê das côrtes de Lisboa, convocadas por D. Affonso V em 1456, faziam-se grandes carregações de pescaria, que era exportada para o estrangeiro, nos portos de Vianna, Villa de Conde e Aveiro.

A pesca do coral foi importantissima nas costas do nosso Algarve, e parece que foi exercida com grandes vantagens até o fim do seculo XV.

O coral foi por muito tempo considerado como um vegetal; assim o julgaram Théophrasto, Plinio e Doscorides. Só em 1725 é que um medico celebre, Peysonnel, demonstrou que as pequenas estrellas, que Marsigli havia dito serem flores de coral, eram animaes.

O coral foi muito estimado pelos gregos. Orpheu faz menção d'elle nos seus cantos e Ovidio nas suas Metamorphoses. Presentemente encontra-se em grande quantidade no Mediterraneo e no mar Vermelho.

O padre Carvalho, fallando sobre Aveiro, na sua Corographia Portugueza, diz: « D'esta barra sahiram em poderosas náus os moradores d'ella e descobriram na costa septentrional da America a peninsula a que chamaram Terra Nova, onde faziam a pesca do bacalhau, que largaram aos inglezes ou por pouca cubiça, ou por muita vaidade. »

Não seguimos a opinião de Carvalho no que diz respeito,

a terem sido os aveirenses os descobridores da Terra Nova. Parece que aquella ilha, a que Carvalho erradamente dá o nome de Peninsula, foi descoberta no reinado de D. Manuel.

Attribue-se geralmente o descobrimento da Terra Nova a Sebastião Cabot, genovez, encarregado em 1497 por Henrique VII de Inglaterra, de explorar os mares do Norte, afim de por elles encontrar um caminho para a India.

Ramusio diz que esta viagem teve logar em 1496; o abbade Gautier diz que em 1499; Buillet, esse sustenta a data que acima apresentamos, 1497.

O padre Cordeiro, na sua Historia Insulana, affirma que João Vaz Corte Real e Alvaro Martins Homem, descobriram á *Terra do Bacalhau* no tempo de D. Affonso V. Fixa-se a época d'esta viagem no anno de 1463.

O que é fora de duvida é que João Vaz Corte Real visitou aquella ilha e poz nomes portuguezes a algumas paragens da costa, como são os de Terra do Lavrador, Bahia da Conceição, etc. D. Jeronymo Osorio e Damião de Goes fallam n'esta expedição.

A descoberta da Terra Nova é propriedade dos portuguezes, em virtude da viagem feita por Corte Real; embora Cabot houvesse percorrido aquelles mares em 1496, este não desembarcou em nenhuma parte da costa, como affirma mr. de Bosseville.

A possessão da Terra Nova, abandonada por os portuguezes, foi por longo tempo disputada entre os francezes e inglezes, assim como o direito de pescar no grande banco d'aquella ilha.

Durante as differentes guerras travadas entre uma e outra nação, os principaes estabelecimentos da Terra Nova foram tomados e retomadas pelos povos beligerantes.

O brilhante feito d'armas de Dessain, em que Villars bate Eugenio de Saboia, determinou a celebração do celebre tratado de paz feito em Utrecht em 11 d'abril de 1713. Por o artigo 13 d'este tratado a França cede das suas pertensões — á posse da Terra Nova, reservando apenas o direito de poder pescar n'uma certa extensão designada, e construio na costa barracas e mais aprestes necessarios para a salga do peixe.

As disposições do tractado de Utrecht, com relação á Terra Nova, foram renovadas por os tractados de 25 de março de 1802 e 17 de junho de 1814. (76)

Quando em 1504 alguns navegantes da Bretanha e Normandia aportaram ás costas da Terra Nova, já aqui encontraram colonias compostas de pescadores de Aveiro e Vianna.

Por isto se vê que os aveirenses foram os que primeiro alli pescaram bacalhau.

Houveram annos que da barra de Aveiro sahiram com destino á pesca do bacalhau mais de 60 navios. (77)

Aquella pesca, do seculo XIV em diante, é uma das maiores em que se empregam as nações maritimas: presentemente occupam-se n'esta iudustria perto de 6:000 marinheiros. A pesca do bacalhau é feita com anzoes e algumas vezes com redes; pescado o peixe, salga-se a bordo do navio ou nos estabelecimentos da costa. (78)

Um *alvará* de D. Manuel de 14 de outubro de 1506 mandou cobrar a dizima das pescarias da Terra Nova ; este imposto chegou a render em Aveiro 4:000$000 réis.

Por um documento existente no *archivo municipal* vê-se, que em 1572 se seccou e *beneficiou* bacalhau em Aveiro.

Entre nós o não prosperar hoje a industria da pesca, resulta da falta de capitaes e de conhecimentos necessarios que se dá na classe pescatoria.

NOSSA SENHORA DO PRANTO

A tradição conserva entre nós uma lenda, que mereceu ser cantada por um dos nossos primeiros poetas contemporaneos, o sr. João de Lemos. Fr. Luiz de Sousa narra-a com a elegancia que lhe é peculiar na sua Historia de S. Domingos, e foi aqui que o mavioso cantor da *Lua de Londres* a foi buscar, para depois nol-a apresentar nos elegantes versos que em seguida se lêem:

I

« Vai alta a noite! Um luzeiro
Não se vê no céu luzir,
E a nobre villa d'Aveiro
Tão socegada a dormir:
Não dorme toda, velava
O velho *Affonso*, e resava

A' Virgem mãe dos christãos;
E o velho jaz entrevado,
Como com pregos cravado,
Tolhido de pés e mãos!

Jaz entrevado, mas dôres
Não pódem matar-lhe a fé,
A Virgem é seus amores,
N'outros amoros não crê;
E já de longe a piedade
Traz estreita esta amizade,
Que dos verdes annos vem;
Tão sabida e tão fallada,
Por toda a villa espalhada,
Que não n'a ignora ninguem.

O velho *Affonso* resava,
Mas sem c'os labios bulir,
Olhos do corpo cerrava,
Mas sem com elles dormir,
Era n'alma a prece ardente,
N'alma sã, pura e contente,
Era lá todo o fervor...
Eis seu nome escuta... e logo
Abre os olhos, vê de fogo
Acceso um raro fulgor!

Não é mais clara e brilhante
Do sol a brilhante luz,
Nem derretido diamante
Em rios manando a flux,
Nem d'archanjo brilhou aza,
Como d'Affonso na casa
Aquelle fogo a brilhar!
No meio da chamma pura
Que celeste formosura,
Que nova luz a raiar!?

Dos anjos era a Rainha,
Era a filha de Jacob;
Em rosal ardente vinha
A rosa de Jerichó!
E o feliz velho tremia

Na torvação, na alegria,
Mas em seu goso a adorou;
Fallou-lhe a Virgem... não cabe
O pobre em si, mas quem sabe,
O que a Virgem lhe fallou?!

II

—Quem bate á porta do Infante,
Filho do Mestre d'Aviz?
—Um velho.—Que quer?—Nada diz.
—Inda o sol anda distante,
Mais logo se te abrirá.
—Abride que sou *Affonso*...
O pagem resa um responso,
Como quem vê cousa má!

O *entrevado!* mas d'onde,
Quem o remedio te deu?
Apontou-lhe para o céu,
E mais nada não responde,
Nem á turba que o seguiu,
Que em torno mirando pasma,
Como se visse fantasma,
Que do sepulcro fugiu!

—Do Infante quero audiencia,
Bom pagem, leva-me lá,
Que uma embaixada terá
Do reino da omnipotencia!
E o pagem logo o levou
Ao Infante, que o que via
D'admirado o não cria,
Quando o entrevado fallou:

—Com meus olhos peccadores
Vi, Senhor, a Mãe de Deus,
Oh! que a vi, desceu dos céus
Entre gloria e resplendores;
E disse-me,—*Affonso*, vem,
Toma uma enxada, e meus passos
Vem seguindo... e achei meus braços
Achei as pernas tambem!

Fui-me traz ella, e passada
A *Porta do Sol* quedou,
Alli então se assentou,
Ao pé do muro, na escada;
Depois do seu servo quiz,
Que a enxada no descampado
Lá deixasse assignalado
Um bom pedaço, o que fiz.

Disse então—que o Infante tome
Para um mosteiro este chão,
De São Domingos serão
Os frades, e meu o nome;
Vai e dize-lh'o assim.
Dize, sou eu que te mando...
Mas eu volvi-lhe hesitando,
E a tal me mandais a mim?

Eu homemzinho, e coitado
Tamanha embaixada dar!
Oh! não me ha-de acreditar,
Nem ouvir o meu recado.
Vai, de novo me tornou,
Serás crido em te elle vendo
Posto em pé, e requerendo
Por quem te desentrevou!

III

Por villa d'Aveiro em fora
Aonde vae o infante agora
Com toda a gente melhor?
Tão galhardo e feiticeiro
Não viu a villa d'Aveiro
Nem Infante, nem Senhor!
A *Porta do Sol* passara...
Mas eil-o que logo pára,
E pára tudo ao redor.

Foi-se a cumprir o mandado
Da Virgem, lá desenhado
Do entrevado pela mão;
E pelas suas o Infante

Lança a pedra que ao diante,
Sustenta o templo christão ;
Depois n'um altar que erguia,
A primeira missa ouvia
Com piedoso coração.

Faltava o nome ; qual deve
Dos passos que a Virgem teve
Ao mosteiro o nome dar ?
Aquelle em que viu sentida
Sem vida a fonte da vida
Nos seus braços reclinar :
E do caso com espanto
Nossa Senhora do Pranto
Se começou a chamar.

O COMMERCIO E A NAVEGAÇÃO

O commercio é coevo com a civilisação, disse um grande estadista nosso.

Desde o momento, em que os homens começaram a sentir a necessidade de usar de certos artigos que não possuiam ; principiou entre elles uma communicação commercial—uma troca. Pois a palavra commercio, cuja origem vem de duas latinas *commutatio mercium*, não significa outra cousa, do que a troca de generos por generos—troca rapida, que facilita a qualquer nação os meios de obter as commodidades que as outras gosam.

A aptidão do negociante consiste, em parte, em conhecer de perto as necessidades e o superfluo das nações com quem commercia.

« O espirito das emprezas commerciaes é inherente á natureza do homem. Não ha um só paiz no mundo, ainda os não civilisados, nem uma só época, posto que remota que seja, de que nos não refira a historia uma ou outra de semelhantes emprezas ».

Entre os povos da antiguidade os egypcios são os primeiros que se apresentam mais adiantados em civilisação, pois

o Egypto, quando ainda a maioria das nações jazia na barbarie, era já civilisado, não obstante a sua religião ser um mixto de superstições as mais absurdas.

A pompa e magnificencia que se observava na côrte de Faraó denotam-nos claramente que o commercio entre os egypcios era antiquissimo, porque o luxo foi em todas as épocas um poderoso incentivo nas operações commerciaes; pois é a elle que as artes devem o seu aperfeiçoamento.

A ideia da navegação foi sem duvida o passo mais gigantesco que se deu para a prosperidade do commercio.

Quem escrever a historia do commercio, escreve a da navegação; tão estreitamente estão ligados estes dois objectos; por isso na presente memoria, narraremos, ainda que rapidamente, os progressos d'aquelles dois importantes motores da civilisação de todas as épocas.

A origem da navegação perde-se na cerrada noute dos tempos. Algum tronco de arvore fluctuando sobre as aguas de qualquer regato ou até mesmo os proprios peixes e aves aquaticas, despertaram no homem a ideia de construir uma barca ou jangada em que se podesse atravessar o leito dos rios. D'estas canôas ou barcas ja nos dá noticia Homero, na sua *Odyssea*, quando nos diz que Ulysses construiu uma com o auxilio de Calypso.

Os egypcios, que foram os primeiros povos da antiguidade que se entregaram ao commercio, reunindo-se em carabanas para com mais segurança atravessarem a amplidão dos seus desertos, fizeram igualmente grandes progressos na arte de navegar. Em tempos remotissimos já elles possuiam pequenos barcos, que se compunham d'um tecido de junco forrado de coiro, tornando-se por isso d'uma extrema ligeireza. Tal é a descripção que faz Herodoto d'um navio de transporte=do *Euphrates*.

Com o andar dos tempos os egypcios principiaram a aperfeiçoar os seus navios; comtudo estes progressos só se tornaram verdadeiramente reaes depois que Sesostris estendeu o seu dominio desde o Ganges até o Danubio, porque só d'esta época em diante é que principiaram a ter uma fórma algum tanto parecida com os d'hoje, e serem movidos pelo meio de remos.

Os egypcios foram pouco ambiciosos com o seu commercio, pois consentiram que os assyrios tivessem numerosas esquadras no mar Vermelho. O grande historiador hebreu, José, diz que os seus compatriotas desconheciam o mar; tal era o ardor com que se entregavam á agricultura.

A propria viagem ordenada por Nechao, 610 annos antes

de Christo, á roda d'Africa, foi effectuada pelos phenicios, e não pelos egypcios.

Os phenicios fizeram tambem progredir immenso a marinha; os seus navios tornaram-se faustuosos. Os bancos dos remadores eram marchetados de marfim e as vélas pintadas de purpura.

No commercio pode-se dizer que não tiveram rivaes; fundaram colonias em Chipre, Rhodes, Creta, Sicilia, Hespanha, Africa, etc—colonias que se tornaram florescentes a ponto de chegarem a ser mais poderosas do que a propria metropole.

Dos assyrios não nos resta outra memoria, com relação ao seu commercio, a não ser a da fundação da famosa Ninive; apesar d'isto, elle não podia deixar de ser importante, ao menos no tempo de Semiramis, pois só por meio d'elle é que esta princesa poderia obter os thesouros que amontoou e tornar Babylonia rival d'aquella.

A Grecia é um dos paizes que ganhou mais celebridade nos fastos da historia antiga; comtudo o seu commercio foi quasi nullo durante alguns seculos.

Minos que dizem haver tido o imperio dos mares quasi que não saiu das circunvisinhanças da sua ilha.

Os gregos antes de Homero não negociaram senão entre si, ou com algum povo barbaro: elles não eram mais do que piratas. A pirataria é uma bella industria, diz Leon Renard; ella data dos primeiros ensaios maritimos como o roubo da constituição da propriedade.

A Grecia, escreveu Montesquieu, era uma grande peninsula em que os cabos pareciam haver feito recuar os mares, e os golphos abrirem-se de todos os lados como para os receberem. Se se lançarem os olhos sobre a Grecia, ver-se-ha um paiz extremamente pequeno, uma vasta extensão de praias. As suas innumeraveis colonias occupavam uma immensa circumferencia em volta d'elle; e elle ahi via, por assim dizer, todos os povos que não eram barbaros.»

Os gregos chegaram a ver o seu commercio a prosperar em todo o mundo; graças ao seu systema colonisador, a sua influencia fez-se sentir poderosamente nas costas do mar negro, do de Marmara, do Ponto Euxino e Palus Meotis, na Asia menor, Africa, Thracia, Macedonia, Italia, e ilhas do mar Egeu.

Os gregos fizeram notaveis progressos na marinha, empregaram nos seus navios duas e tres ordens de remos, e introduziram mais tarde igualmente o uso das vellas, cuja invenção se attribue a Dedalo de Athenas.

Muito se ha escripto com relação ás famosas galeras gregas, e á maneira porque eram tripuladas: como seria longo trazer para aqui aquellas eruditas dissertações, diremos sómente, que foi depois da introdução das galeras que principiaram a ser classes distinctas os marinheiros e soldados, e a especificarem-se os navios de guerra e de carga.

As maiores galeras de que resta noticia, são a *Isis* construida sob a immediata direcção de Ptolomeu Philopatro, de 40 ordens de remos tendo 420 pés de comprimento por 60 de largo, e a de Archimedes, em que se consumiram madeiras bastantes para a construcção de 60 galeras ordinarias.

Quem ha ahi que não conheça Carthago, essa cidade que sendo o emporio do commercio foi a maior rival que teve Roma?

Foi por ordem do senado de Carthago, que Hanon navegou até ás costas de Senegambia, e Amilcon até á Inglaterra.

A marinha e bem assim o commercio attingiram uma supremacia immensa entre os carthaginezes; porém esta grandeza foi ecclipsada pelo triumpho das armas romanas que tornaram Carthago um montão de ruinas.

Foi uma galera carthagineza aprisionada pelo consul Caio Duillio que ministrou aos romanos o conhecimento da navegação; porém esta poucos progressos fez entre os senhores do orbe, porque elles só ligavam importancia ás forças de terra, cuja indole era estarem sempre firmes, combater n'um logar e ahi morrer, como diz Montesquieu.

O commercio tambem jámais se tornou notavel entre os romanos: todos os seus desejos eram conquistar e não enriquecer; commerciaram com os arabes, em seguida á conquista do Egypto; porém este commercio levou á India e Arabia sommas consideraveis, porque as mercadorias importadas, como affirma Plinio, eram vendidas em Roma por o centuplo. O commercio dos romanos com a India abreviou a queda do imperio; tal foi o luxo que produziu em Roma.

Um dos ramos de commercio dos romanos foi o do trigo, que o senado mandava vir para Roma para subsistencia dos habitantes.

Invadido o imperio pelos barbaros, o commercio quasi que desappareceu; uma lei dos wisigodos permittiu aos particulares occupar metade do leito dos grandes rios, ficando assim só uma pequena parte destinada á navegação.

Mas tambem se não póde negar que os barbaros prestaram algum auxilio ao commercio; ha uma lei dos wisigodos bastante favoravel aos commerciantes; pois lhes concede que sejam

julgados segundo as leis e juizes das suas respectivas nações, o que, segundo Montesquieu, se fundava no costume estabelecido entre todos os povos mixtos, de que vivesse cada homem subordinado á sua propria lei. (80).

A travez da barbarie, o commercio e a navegação não só não tomam incremento, mas até declinam rapidamente, pois a escolastica julgava como vil a classe dos commerciantes. Os judeos eram os unicos que commerciavam; a nobreza tinha por degradante semilhante mister; taes eram os principios prégados pelos theologos. Se estudarmos profundamente os factos que caracterisam a edade-media, havemos de convir que esta época não é uma época de retrocesso, como por ahi se diz.

As cruzadas são um grande elemento civilisador que desponta no meio da ignorancia e da barbarie; ellas dão um incremento immenso ás relações commerciaes, pois abrem aos europeus as portas da civilisação oriental e patenteam-lhe uma vereda cheia de espinhos, é verdade, porém gloriosa—o trabalho.

A navegação recebe um salutar impulso com as cruzadas; na armada em que S. Luiz se transportou á Terra Santa, encontram-se bastantes modificações na arte da construcção naval. N'esta expedição, segundo Leon Renard, figuravam mil e oitocentos navios, cuja maioria era genoveza e veneziana. (81)

As cruzadas generalisaram o commercio entre as nações europeas; elle até alli era quasi que pertença exclusiva dos venezianos; que emquanto que a Europa se precipitava a morrer sobre os desertos d'Africa, impellida por uma ideia, aliás grandiosa, iam mercadejar, ora nos arraiaes da Cruz, ora nos do Crescente.

Veneza que, durante os primeiros seculos do christianismo, não era mais do que uma grande agglomeração de ilhas desertas, fluctuando sobre os aguas do Adriatico, tornou-se o emporio do commercio do Oriente, logo que seus filhos principiaram a transportar atravez das aridas e extensas campinas da Asia « as especiarias da India, as sedas e porcelanas da China e do Japão, os diamantes de Golconda, as perolas de Ceylão e as alcatifas da Persia.

Transposto o cabo de Boa Esperança por Vasco da Gama, Veneza baqueou do seu throno de rainha dos mares, porque Lisboa arrancando-lhe das mãos o commercio das Indias, tornou-se em breve, diz o sr. I. de Vilhena Barbosa, o emporio dos productos da Asia e o principal porto commercial do mundo.

No seculo XIV o aperfeiçoamento da bussola por João Gioja Amalfi, abre á navegação as portas do Universo; a des-

coberta das Canarias, da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde, mostram a Vasco da Gama involta em diaphana sombra uma nova vereda para a India, atravez dos mares, e a Christovam Colombo um mundo desconhecido — a America.

As descobertas de tão vastos continentes, desenvolvem o commercio a um ponto, onde elle jámais havia chegado ; e fazem tomar á navegação proporções verdadeiramente assombrosas. «No XVI seculo a invenção da barquinha, a das cartas planas por Mercator (1550), e o seu aperfeiçoamento pelo inglez Wright (1599) facultam ao maritimo o meio de calcular mais exacta e rapidamente a sua derrota ; a hydrographia, enriquecendo-se com as conquistas da navegação, estende e augmenta o seu dominio ; os aperfeiçoamentos, realisados nos instrumentos destinados á astronomia nautica e nos chronometros, concorrem successivamente para a segurança das grandes viagens de circumnavegação.

«Em fins do seculo XVIII, graças ao sextante e a bons roteiros, podem os navios determinar sempre a sua posição com admiravel exactidão, o que contribue poderosamente não só para a segurança dos navegadores como para a diminuição das despezas dos transportes. »

Eis-nos chegados ao seculo XIX, ao seculo de progresso e trabalho, á época esplendida cujo imperio pertence á intelligencia ; época em que a luz derramada em torrentes, por todas as classes da sociedade, proclama a philosophia de Dsecartes como a emanação mais sublime do genio.

O seculo XIX é por excellencia o seculo das invenções grandiosas; a navegação a vapor, e a ideia de couraçar os navios de guerra, é pertença d'este seculo, como vamos mostrar.

Muitos seculos antes de se empregar o vapor á navegação concebeu-se o plano de fazer mover os navios por meio de rodas postas em acção pela força muscular.

Os cartaginezes e mais tarde os romanos tiveram navios movidos por meio de rodas de pás.

Do seculo XVI é que datam os primeiros ensaios para applicar o vapor á navegação. Navarete, fundando-se em diversos documentos que encontrou nos archivos de Simancas, (Catalunha) diz que em 1543 Blasco de Garay apresentou a Carlos V uma machina, que havia inventado para fazer mover os grandes navios. Fizeram-se experiencias com a nova machina no navio *La Trinidad* em Barcelona a 17 de junho d'aquelle anno, que, apesar de darem resultados satisfactorios, nunca se chegou

saber em que consistia; pois Garay oppoz-se fortemente a que fosse examinada pelos circumstantes.

Os antigos tambem conheceram a força do vapor da agua; pois Hero de Alexandria, um seculo antes de Christo, ensaiou uma machina que havia inventado, cujo principal motor era a agua. Comtudo o verdadeiro inventor na navegação a vapor foi Papin.

Em 1736 Jonathas Hull apresentou um modelo de barcos a vapor; porém, desprotegido, abandonou o seu invento sem haver coustruido o navio. Em 1776 o marquez de Jeoffroy fez algumas experiencias sobre a navegação a vapor, mas sem resultado.

Dois americanos celebres, John Fitch e James Rumsey, apresentaram em 1784 a Washington um projecto de navios movidos a vapor, que sendo ensaiado no Delaware, deu igualmente resultados pouco satisfatorios.

Depois de incessantes estudos Fulton removeu todas as difficuldades concernentes á navegação a vapor, começando um navio de construcção sua a navegar regularmente de 1807 em diante entre Nova York e Albany. (82)

O propulsor empregado por Fulton foram as rodas de pás; conhecidos os inconvenientes que estas apresentavam principalmente na marinha de guerra, tratou-se de descobrir um novo systema de propulsão, que dando o mesmo resultado não pozesse o minimo obstaculo á collocação da artilheria nem tão pouco estivesse tão exposto ao fogo da embarcação inimiga.

A descoberta fez-se, e as rodas foram substituidas pelo helice; a gloria d'ella cabe ao engenheiro sueco Ericeson que fez as primeiras experiencias em Inglaterra em 1837.

Ao invento do helice, seguiu-se a ideia de defender das balas e outros meios de destruição, os navios por meio de uma couraça, ideia que em parte não pertence ao seculo XIX, porque a galera, ou caraca *Sant'Anna* dos cavalleiros de S. João de Jerusalem, construida em Nice em 1530, e que fazia parte da grande esquadra enviada por Carlos V a deffender Tunis, do ataque de Muley Hassan, era blindada em chumbo. Foi commandante d'esta expedição o celebre André Doria.

Em 1813 construiu-se, com feliz successo, um navio blindado sob a direcção de Fulton; d'esta época em diante tem-se feito grandes progressos nas construcções d'este genero, como o mostra Leon Renard.

O que deixamos dito comprova a nossa asserção — de ser o seculo XIX, o seculo das invenções grandiosas.

* * *

Os portuguezes tornaram-se conhecidos em todo o universo, graças ao seu arrojo; aos romanos tornou-os grandes a gloria das suas armas, e aos portuguezes a do seu commercio e da sua marinha.

Nos annaes da nossa historia maritima ha paginas esplendidas, que não podem passar desapercebidas. Por essa razão iremos colher alli o que ha de mais notavel, e apresental-o aos nossos illustrados leitores.

Os luzitanos nunca tiveram marinha, nem sabemos se até mesmo mercante; mas é provavel que sim; tal era o commercio que faziam com os romanos, e mesmo porque os marinheiros peninsulares tornaram-se celebres em Roma no tempo dos imperadores, segundo o testemunho de Horacio. Alguns escriptores antigos, taes como Plinio, mostram o grande arrojo que os habitantes da Lusitania tinham para o mar.

Durante o dominio godo succedeu necessariamente o mesmo; marinha de guerra não havia, mas sim talvez mercante, pelas razões que acima apresentámos, e mesmo porque escriptores coevos, ou quasi coevos, sustentam que os lusitanos commerciavam nas costas de França, Italia e Africa.

Adriano Balbi divide em oito épocas a marinha portugueza; nós seguiremos tambem esta divisão.

PRIMEIRA ÉPOCA

(De 1092 a 1420)

O conde D. Henrique, logo que tomou posse de Portugal, mandou construir algumas *galés*, para com ellas deffender as costas maritimas do seu condado; pois n'esta época os nossos mares estavam cobertos de piratas argelinos e normandos. Estes ultimos, sahindo em pequenas barcas das costas da Jutlandia e Noruega, appareceram pela primeira vez, nos principios do seculo IX, na Inglaterra, França e Hespanha, assaltaram as terras de Santa Maria (Feira) em 1026, e sem duvida Aveiro; tão pequena é a distancia que medeia entre estas povoações. Viterbo, no seu Elucidario, diz haver encontrado no cartorio do mosteiro de Pedroso uma doação feita para pagamento d'um resgate, em que se declara que um tal Moytili vendêra uma herdade que tinha na terra da Feira a Octricio, afim de lhe pagar o seu resgate e de sua filha Guncina. (83) Na doa-

ção se declara o que Octricio deu pelo resgate, sendo entre outra cousas, tres moios de sal.

O documento publicado por Viterbo quasi que nos faz crer que os normandos tambem vieram a Aveiro, porque n'aquella época só se fabricava sal aqui e em Setubal.

Durante todo o reinado de D. Affonso Henriques e dos monarchas que se lhe seguiram até D. Affonso III, o commercio portuguez foi nullo; pelo menos não nos restam vestigios de taes empresas. Porém já não succede o mesmo com a marinha; D. Affonso Henriques, tendo conhecimento de que uma esquadra marroquina infestava os mares e costas do sul dos seus dominios, mandou preparar uma pequena frota para lhes sair ao encontro. D. Fuas Roupinho, alcaide de Porto de Mós, é o capitão escolhido para ir inaugurar os nossos triumphos maritimos. Os seus passados feitos persagiavam-lhe a victoria, e o amôr da patria fazia-lhe encarar friamente as ondas que vinham quebrar de encontro ás suas *gallés*.

D. Fuas Roupinho, havendo sahido de Lisboa, encontrou-se a 29 de julho de 1180 junto do cabo de Espichel com as embarcações inimigas; o combate não se fez esperar. Em poucas horas a maioria das gallés marroquinas ficaram prisioneiras do exforçado cavalleiro que dentro em poucos dias voltou ao Tejo, onde foi recebido por toda a população de Lisboa com um enthusiasmo delirante.

D. Fuas Roupinho, passados mezes, partiu com a pequena armada em busca de aventuras; porém d'esta vez não é tão feliz; pois n'um ataque no estreito de Gibraltar perde a vida, tendo por tumulo o seio do revolto Oceano.

D. Sancho I em 1188 reuniu á armada das crusadas, que convidou para o coadjuvarem, quatro gallés e um grande numero de transportes.

Parece que D. Affonso II tambem empregou no ataque de Alcacer do Sal alguns navios de guerra portuguezes.

D. Sancho II empregou no bloqueio de Ayamonte em 1240 cem gallés, que foram das maiores que até então tivemos.

Com a aclamação de D. Affonso III o commercio e a marinha recebem um grande impulso. Com a sua estada em Flandres comprehendeu as vantagens que se obtinham por meio do commercio; chamado a occupar o throno de que seu irmão injustamente havia sido deposto, tratou logo de dar impulso ás relações commerciaes estabelecendo feiras e mercados publicos em differentes terras do reino, e atraindo os mercadores estrangeiros a Lisboa, que havia escolhido para côrte. A falta de nume-

rario obrigava a que, todos os contratos se fizessem por trocas; pelo que se deduz de alguns documentos coevos, davam pelos artigos industriaes de França, Flandres e Inglaterra, sal, fruta e vinho.

Para se conhecer a importancia do commercio n'esta época basta vêr-se uma pauta em que D. Affonso III taxou em 1291 varios artigos de industria e commercio. Se não existem dados certos por os quaes se prove que a marinha progrediu durante este reinado, é comtudo muito verosimil que ella obteve notavel progresso; pois só assim se explicam as expedições ao Algarve em 1259.

A navegação e o commercio progridem immenso durante o sabio governo de D. Diniz; esportavamos n'esta época trigo em grande quantidade; á barra de Aveiro aproavam muitas embarcações estrangeiras com o fim de levarem carregações de sal e cereaes, como se prova com alguns registos das alfandegas de então.

D. Diniz, com o fim de proteger o commercio, organisou uma formidavel esquadra, cujo commando entregou em 1 de fevereiro de 1372, a um celebre fidalgo genovez, Manuel Peçanha, a quem incumbiu de organisar a guarnição da esquadra, como se vê da carta de contracto publicada por D. Caetano de Sousa na sua Historia Genealogica da Casa Real; e deu grande desinvolvimento ás construcções navaes, mandando semear o pinhal de Leiria.

No reinado de D. Affonso IV e D. Pedro I não ha noticia de nenhuma expedição maritima, mas sim d'uma esquadra de tres gallés e cinco navios grandes, que este monarcha creou com o fim de proteger o commercio nas nossas costas.

Não obstante o dizer-se que D. Fernando foi um mau rei, é fóra de duvida que elle animou como nenhum dos seus passados o commercio e a navegação, promulgando leis sabias e justas como foram as das côrtes de Athouguia.

D. Fernando, com o fim de animar a navegação, creou a *Companhia de Segurança Naval*, de que Duarte Nunes de Leão nos dá noticia pela seguinte fórma:

E para no reino haver copia de navios, e o tracto e commercio se accrescentar, deu muitos privilegios e isempções e ajudas aos que fizessem naus e navegassem. E para que mais sem perigo o fizessem, inventou uma ordenança e companhia das naus para que quando alguma se perdesse, não ficasse perdido o dono d'ella. Para o que ordenou uma bolsa, onde contribuiam todos os que tinham naus ou navios e com elles navegavam, dan-

do todos uma pequena parte do ganho que alcançavam, de que se refaziam as perdas por muito boa maneira. Esta foi uma lei humana e util, porque ninguem temia ficar perdido, ainda que sua nau se perdesse. Pois se lhe restituia a perda por aquella invenção, sem oppressão de ninguem.»

Julga-se que esta companhia fôra a primeira que n'este genero existiu não só em Portugal, mas até na Europa.

Além da *Companhia de Segurança Naval* haviam as *Bolsas Maritimas* de Lisboa e Porto, creadas no tempo de D. Diniz; o que mostra bem claramente a prosperidade do nosso commercio com os estrangeiros.

Do tempo de D. Fernando resta memoria de duas esquadras, uma das quaes se compunha de 32 galés de cem remos e 30 navios redondos, que foi mandada saquear Cadiz em 1369, e a outra de 21 galés, uma galeota, e 4 naus, destruida, segundo diz Fernão Lopes, na batalha de Saltes, (1381) em que ficou prisioneiro o almirante D. João Affonso Tello.

Este desastre anniquilou totalmente a antiga marinha portugueza; o commercio tambem principiou a decahir do elevado grau a que havia subido.

SEGUNDA ÉPOCA

(De 1420 a 1500)

Com a acclamação de D. João I desponta viçosa a gloria de Portugal: eramos pequenos e dentro em pouco nos tornámos grandes, graças á nossa temeridade.

O Leão castelhano tentou avassalar-nos; porém reagimos, e afinal vencemos.

Lisboa foi cercada pelo rei de Castella em maio de 1384; o Mestre d'Aviz não se intimidou com isto, e mandou aparelhar alguns dos navios que existiam no Tejo, formou uma pequena frota de 13 galés, 7 naus e uma galeota, cujo commando entregou a Gonçalo Rodrigues de Sousa.

A armada portugueza saiu ao encontro da castelhana a 14 do mesmo mez e anno, e depois de alguns combates fez levantar o bloqueio.

N'esta epoca a orgulhosa Inglaterra chegou a pedir-nos emprestada a nossa frota; pois, como diz João Froissard, os embaixadores portuguezes, mestre de Santiago e Fogaça, enviavam ao duque de Lancastre, (por este lhe haver pedido) 7 galeras e 18 naus, para transportarem tropas inglezas.

Em 25 de julho de 1415 saiu D. João I de Lisboa com uma esquadra de 59 galés, 33 naus e 120 navios menores com destino a Ceuta. Em alguns naviós d'esta esquadra já iam peças de artilheria.

O cazamento da infanta D. Isabel, filha de D. João I, com Filippe III, concorreu muito para o desenvolvimento das nossas relações commerciaes, principalmente com Flandres. «Nossos generos de superfluo, vinho, sal, fructas, e alguns cereaes eram trocados pelos pannos d'aras, pelas cutellarias e tecidos de Liege, de Burges e de Gand, pelas rendas e musselinas de Malines e Anvers, assim como pelas sêdas e veludos do Levante e damascos da Italia.»

O Infante D. Henrique, creando uma escola nautica na sua villa de Sagres, mostra aos portuguezes que para gloria não basta a conquista de Ceuta; é por instigações suas que Tristão Vaz Perestrello, João Gonçalves Zarco, e Gil Annes encaram temerarios os perigos do oceano, e enceptam essa longa serie de viagens e descobrimentos maritimos, que em menos d'um seculo terminam com a descoberta da India e do Novo Mundo.

Ao mesmo tempo que isto succedia, o commercio paralisou, porque as guerras e conquistas sorviam-nos todos os recursos, e das costas de Guiné onde se haviam já plantado as cruzes da milicia de Christo, assim como em Ceuta, Madeira e Açores, apenas vinham as primeiras amostras do oiro e marfim.

D. Affonso V augmentou a marinha, porém não animou o commercio.

D. João II não seguiu as pisadas de seu pae: logo que subiu ao throno promulgou differentes leis maritimas e coloniaes, que lhe valeram o epitheto de *mau rei das mercadorias* dado pelos seus inimigos—os nobres.

O Principe perfeito anima a marinha e o commercio, enviando novas esquadras a demandar novas costas, funda fortalezas em differentes portos da Africa occidental, e colonias nas ilhas de S. Thomé e Principe; finalmente abre a Vasco da Gama o caminho da India, fazendo transpôr o cabo Tormentoso, por o arrojado Bartholomeu Dias.

TERCEIRA ÉPOCA

(De 1500 a 1595)

Vasco da Gama havia desvendado a India aos olhos da Europa, segundo a bella expressão d'um escriptor nosso, e Pe-

dro Cabral foi descobrir um novo hemispherio, a que dá o nome de Terras de Santa Cruz; os mares gemiam sob o pezo das nossas armadas; haviamos tomado Ormuz na entrada do golpho Persico e Socotorá na embocadura do mar Vermelho, fechando aos musulmanos e a Veneza os antigos caminhos do Indostão e da Indo China.

O commercio n'aquelles mares ficou sendo pertença nossa; os monarchas do Oriente, avassalados por as nossas armas ou atonitos pelo nosso arrojo, tornando-se-nos tributarios, solicitaram a nossa aliança.

Os Persas diziam que Lisboa era a capital da Europa; e com effeito o era, porque no Brazil, India e costa d'Africa ninguem commerciava sem licença nossa.

Assim como Lisboa se tornou um dos primeiros portos do mundo, do mesmo modo Aveiro se tornou um dos melhores de Portugal; porque o commercio que tinha sido a base do seu engrandecimento, durante os primeiros reinados da monarchia, foi egualmente no seculo XVI a unica causa do seu explendor: tal era o numero de navios que vinham buscar o sal das suas marinhas, e os que ella possuia com destino á pesca do bacalhau no banco da Terra Nova. De Lisboa, com destino á India, sahiram desde 1522 a 1557, 228 naus e 20 caravellas; e d'Aveiro para differentes portos sahiram mais de 150.

Nos estaleiros de Aveiro construiam-se navios de alto bordo como eram nács e galeões. No *archivo municipal* existe um velho pergaminho que se diz ser uma *carta regia* de D. Manuel, sobre a *taxa* dos calafates das *naves* residentes em Aveiro.

Um tempestuoso inverno em 1575 concorreu immenso pare a decadencia commercial de Aveiro, porque entulhada a barra, que é de areia, a nossa navegação ficou reduzida a embarcações de pequeno lote, e as marinhas soffreram tanto, que ficaram apenas produzindo metade do que até ahi produziam.

QUARTA ÉPOCA.

(De 1595 a 1640).

A gloria deslumbrante a que Portugal havia chegado, começou a declinar com a perda de algumas das nossas possessões da Africa e da India; foi isso o preludio da nossa decadencia. A guerra que tivemos de sustentar com os hollandezes

e a perda da nossa liberdade, reduziram-nos quasi que a um montão de ruinas.

A nossa marinha de guerra destruiram-n'a as luctas que, durante o periodo da nossa escravidão, a Hespanha sustentou com differentes potencias; e a mercante, aprisionada pelos corsarios d'estas, perdeu em muito poucos annos mais de duzentas grandes embarcações.

Desde então a marinha de guerra portugueza, não alcançou jámais o passado explendor.

QUINTA ÉPOCA.

(De 1640 a 1668)

Sessenta annos de oppressão não foram bastantes para nos arrefecer na alma o patriotismo d'outras eras; estavamos pobres e abatidos, mas eramos portuguezes; a hora da liberdade havia soado; os brios patrioticos de melhores tempos reviveram nos corações de quarenta fidalgos; e isto foi o bastante para no dia 1.º de dezembro de 1640 mostrarmos ao mundo inteiro, que haviamos nascido livres e livres queriamos morrer.

Recuperada a liberdade, as nossas desgraças não finalisaram de todo; as nossas armadas e as nossas mais importantes colonias, tinhamol-as perdido, e o commercio era uma sombra do que havia sido. As guerras, que durante 28 annos tivemos de sustentar com a Hespanha, paralisaram o nosso restabelecimento; o commercio, esse, não obstante as cem victorias que consolidaram a liberdade que haviamos comprado no 1.º de dezembro com a morte do secretario de estado Miguel de Vasconcellos, e o havermos expulsado os hollandezes do Brasil não melhorou; o que em grande parte é devido á incuria dos governos que se seguiram ao da restauração.

SEXTA ÉPOCA.

(De 1668 a 1750).

Portugal acabava de recuperar no Brasil as capitanias de que os hollandezes se tinham apossado durante os sessenta annos que estivemos sob o jugo de Castella; porem estava arruinado. Que fazer pois? Animar a agricultura e o commercio, e restabelecer as finanças. Mas nada d'isto se fez: o Brasil principiava a patentear-nos os thesouros que occultava nas suas en-

tranhas ; não foi necessario mais para que as vistas convergissem para alli ; despovoou-se o reino, e o commercio com a India e Africa baqueou de todo.

Desprezaram-se então todas as fontes de riqueza nacional, o Brasil suppria tudo ; o oiro e diamantes das suas minas, tornando-nos ricos, intibiou a nossa energia nativa, e aqui pensava-se que esta propriedade não tinha limites: por isso essa grande agglomeração de riquezas dissipou-se em obras de pouca ou nenhuma utilidade, e em presentes valiosissimos enviados para Roma.

Durante o longo reinado de D. João V, o nosso commercio prosperou só no Brasil ; em Aveiro tinha elle descido quanto se pode descer, segundo se vê de differentes documentos existentes no *archivo municipal*, como são as rasões apresentadas em 1685 pelo desembargador Agostinho de Oliveira Rebello sobre a necessidade de reformar o *encabeçamento* das cisas e a sentença do conselho da fazenda de 17 de janeiro de 1686 em que se reduz aquelle encabeçamento á quantia de rs. 2:167$068.

SETIMA ÉPOCA.

(De 1750 a 1807).

É n'esta época que a decadencia progressiva de Portugal, foi detida por um pouco pelos incansaveis esforços do marquez de Pombal, que convergiram principalmente em animar as finanças, o commercio e a industria, para o que creou a companhia da India, e outra do Brasil com o titulo do Grão-Pará e Maranhão, e mais tarde a dos Vinhos do Douro.

A navegação, durante o reinado de D. José I, tambem fez sensiveis progressos; tal é o numero de exportações que n'esta época se faziam em Portugal ; na marinha de guerra, tambem o marquez de Pombal exerceu a sua poderosa influencia, pois reorganisou a nossa esquadra.

OITAVA ÉPOCA.

(De 1807 a 1821).

A nossa situação muda de repente, porque a prosperidade d'este paiz foi momentanea ; a invasão franceza quasi que extingue o commercio portuguez; taes são os resultados da fugida

da familia real para o Brasil ; as medidas tomadas pela regencia e os roubos operados por toda a parte pelos soldados do maior bandido dos tempos modernos.

Os soldados portuguezes sob o commando de lord Wellington, provaram, é verdade, ás hordas napoleonicas, «que sob a apparencia de uma nação decahida e moribunda, havia um povo cheio de patriotismo e uma nacionalidade repleta de vida»; mas isso não fez com que o nosso commercio melhorasse; taes haviam sido os desastres soffridos com a guerra.

Em 1808 abriu-se em Aveiro uma nova barra; o commercio e a navegação principiaram a apresentar algumas tendencias para voltar ao antigo; mas a guerra fez com que esta cidade pouco melhorasse.

NONA ÉPOCA

(Desde 1821 até 1874)

Os primeiros annos d'este periodo são lamentaveis ; a nossa esquadra depois da invasão francesa ficou reduzidissima e o commercio, ainda convalescente, quasi que desappareceu com a guerra civil de 1828 a 1834: porém ha alguns annos tem-se animado consideravelmente esta industria, e o longo periodo de paz que atravessamos promette longas e fundadas esperanças. Em Aveiro tambem tem tomado bastante desinvolvimento, e mais tomará se se conseguir pôr a barra em estado, de dar facil entrada á navegação.

Presentementente o commercio de Aveiro consiste apenas na exportação do seu sal, para o que aqui vem annualmente mais de duzentas embarcações, e na fructa, vinho, cortiça, madeira, ovos, (o padre Carvalho, na sua Corographia Portugueza, diz que iam de Aveiro para Lisboa mais de 3:200$000 réis de ovos) na louça da fabrica da Vist'Alegre e no minerio das minas do Braçal e do Palhal. (74)

ASSOCIAÇÃO AVEIRENSE

Foi em 1864 que se concebeu n'esta cidade a ideia de

formar esta associação; a iniciativa partiu d'alguns artistas, a quem, com receio de offender a sua modestia, omittimos os seus nomes. A associação auctorisada por um alvará de 3 de maio de 1864, constituiu-se definitivamente a 16 do mesmo mez e anno. Foi jubiloso para Aveiro aquelle dia. As lagrimas marejaram em muitos olhos, porque desde então o artista julgou-se feliz vendo lançar as bases á associação, que ao diante o emancipava de ir demandar uma enxerga ao hospital.

Em 16 de maio de 1864 o nobre e o rico, sem distincção de classes, congratulando-se mutuamente, iam apertar a mão calejada do artista, porque n'este dia a aurora esplendorosa do progresso saudava a instituição santa, cujo lemma era—a caridade.

Tem sido por mais d'uma vez bem precarias as circumstancias d'esta associação; e já ha muito lhe teriam sido fataes, se não fosse a desinteressada coadjuvação que lhe teem prestado alguns illustres filhos d'esta terra, entre os quaes se encontram os srs. José Joaquim de Carvalho e Goes, (já fallecido), Agostinho Pinheiro, e Rezende Junior, que tem sido incançaveis para com ella, promovendo-lhe bazares e outros beneficios.

Com relação aos fins da associação, eis o que se lê n'uma circular dirigida ha dois annos aos nossos compatriotas, residentes no Brasil:

« A associação presta soccorros aos associados nos casos afflictivos de enfermidade, e assegura auxilio ás suas familias quando a morte vem arrebatal-os do mundo. »

O numero dos associados passa de quatrocentos e os fundos da associação são já bastante avultados. Os estatutos por que actualmente se rege, foram approvados em sessão da assemblêa geral de 27 de janeiro de 1869, e postos em vigor no 1.º de setembro de 1870.

A JUDIARIA

Como é bem sabido, os judeus logo em seguida á tomada de Jerusalem por Tito, espalharam-se por todo o universo, e em grande numero vieram estabelecer-se na Peninsula. Invadi-

da a Hespanha pelos godos em 405; principiou uma oppressão violenta contra esta raça ; oppressão que se prolongou durante a monarchia d'aquelles barbaros.

O estado dos judeus melhorou consideravelmente com a conquista dos arabes, que teve lugar pelos annos de 715, porque estes povos já muito mais civilisados do que os godos, lhes toleravam que vivessem em cidades independentes, não lhes impedindo o livre trafico do seu commercio, o que fez com que em breve adquirissem avultadas riquezas.

No reinado de Affonso VII de Leão, Pedro de Cluny vindo á Hespanha trabalhou immenso para que fossem postas novamente em pratica, no que dizia respeito aos judeus, as antigas leis visigoticas; porém os esforços d'este varão foram infructiferos, porque os judeus continuaram cada dia ganhando mais preponderancia e estima; taes eram as suas riquezas, como Lucas Tudense affirma no seu *Brado contra os Albigenses*.

Em Portugal, desde o principio da monarchia, os judeus principiaram a ter entrada nos paços reaes e bem assim nos dos grandes senhores, porque aqui os monarchas fizeram o mesmo que em Castella ; chamaram para conselheiros os judeus, raça que, apesar de ser tida por maldita, possuia dinheiro, intelligencia e actividade; requisitos então difficeis de encontrar entre os filhos d'algo.

O papa Gregorio XI mandou reprehender pelos bispos de Astorga e Lugo D. Sancho II por este proteger os judeus; pois lhe havia dado os primeiros cargos do estado.

D. Diniz tambem favoreceu grandemente os judeus, o que fez com que o clero tambem se servisse d'isso para o accusar ao papa em 1289. A protecção que os judeus alcançaram d'este monarcha foi tão grande, que elle até chegou a nomear alguns para seus ministros.

D. Diniz além de obrigar os judeus a pagarem os tributos que lhes haviam sido impostos pelos reis seus passados, obrigava-os a darem uma ancora e uma amarra para cada navio que mandava armar. O valimento dos judeus elevou-se muito no reinado de D. Fernando I não só com o grande incremento que n'esta época recebeu o commercio, como tambem pelos favores que lhes prodigalisou este monarcha ; comtudo este valimento e entrada que elles tinham no paço caducou no tempo de D. Duarte, porque este rei promulgou uma lei em que prohibiu que nenhum judeu ou mouro podesse ser official de el-rei, rainha, infantes, titulares ou prelados; e esta mesma lei foi confirmada por D. Affonso V.

Em Portugal, ao contrario de Castella, permittiu-se aos judeus o terem bens de raiz, segundo se vê de diversas leis dos nossos monarchas, uma das quaes é de D. João I, promulgada em 1403, em que se determina que todo o judeu que não descrever no dia de S. Martinho os fructos e bens de raiz que possuir, os tenha por perdidos.

Segundo o livro 4.º, titulo 1.º, das ordenanças d'el-rei D. Manuel, logo que qualquer judeu possuisse bens, cujo valôr excedesse a seis mil réis, pagariam por cada um 120; já D. Affonso IV havia sobrecarregado com pesados tributos as propriedades dos judeus em data de 10 de novembro de 1340. Pode-se quasi affirmar que os judeus em Portugal formavam uma nação separada, pois viviam em bairros separados (judiarias) e tinham leis e magistrados completamente differentes dos do paiz; a sua suprema authoridade era o *Rabino-mór*, e usava por sêllo as armas reaes portuguezas com a legenda: « Sêllo do *Rabino-mór* de Portugal. »

Cada comarca tinha o seu ouvidor; no Porto residia o que governava os judeus que habitavam entre o Douro e Minho; em Moncorvo o de Trás-os-Montes; na Covilhã o da Beira; em Santarem o da Extremadura; e em Faro o do Algarve.

Os judeus eram obrigados a sahirem das povoações e a esperarem os reis, logo que elles a ellas se dirigissem com *tourinhas e guinelas*, especie de cavalhadas e danças.

D. João I prohibiu-lhes em 1402 o usar n'estas occasiões de qualquer arma, para assim se evitarem desordens.

Na chronica de el-rei D. João I faz-se menção de virem os judeus fora das portas de Santarem esperar a rainha D. Leonor, viuva de el-rei D. Fernando I. Estas demonstrações de respeito tributadas pelos judeu não tinham logar, logo que o monarcha estivesse de nojo; pois, como diz Ruy de Pina, os judeus não sahiram a esperar, como costumavam, D. João II quando entrou em Lisboa, logo em seguida á morte de seu filho o principe D. Affonso.

Os judeus, até aos principios do seculo XVI, foram respeitados e bem assim as suas crenças. D. João I ordenou que aos sabbados ou outro qualquer dia festivo, segundo o seu rito, as justiças reaes não podessem proceder contra elles, e até que não corressem n'esses dias as causas em que elles tinham parte. A este mesmo rei foram apresentadas em Coimbra no anno de 1392 pelo Rabino-mór em nome de todos os judeus, duas bullas, sendo uma de Clemente VI, expedida de Avinhão em 5 de julho de 1244, e a outra de Bonifacio IX, passada em Roma a 2 de

julho de 1389, em que se determinavam diversas providencias em favor d'elles; o rei mandou que as bullas fossem cumpridas por provisão de 17 de julho d'aquelle mesmo anno de 1393.

Os bairros onde habitavam os judeus eram sempre no centro das povoações, porém cercadas de muros, com guardas nas entradas e denominavam-se *judiarias*. A estes bairros não podiam ir as mulheres christãs senão acompanhadas por dois homens sendo casadas, e por um sendo viuvas ou solteiras, como foi determinado por uma provisão de D. Pedro I, passada nos paços d'Atouguia a 19 de setembro de 1366.

Depois das Ave-Marias era expressamente prohibido aos judeus sahirem dos seus bairros.

Em Aveiro tambem havia uma *judiaria*; occupava o largo do Terreiro e ruas circumvisinhas.

Com relação á *judiaria* aveirense não resta outra memoria a não ser o dizer-se geralmente que occupou aquelle local.

Desde D. Affonso IV os judeus eram obrigados a trazerem certos signaes ou divisa por onde facilmente podessem ser conhecidos, logo que não trouxessem as suas vestes proprias.

Com o andar dos annos este costume veio a cahir em desuso; mas D. João I mandou-o restabelecer por provisão passada em Evora a 20 de fevereiro de 1391, em que se ordenava que estes signaes fossem vermelhos e de seis pernas, e que a sua fórma e tamanho fosse a do seu sêllo redondo.

Todos os favores concedidos a esta raça desgraçada tornaram-se em cruel perseguição no reinado de D. Manuel, porque o monarcha venturoso, desejando imitar os réis de Castella, Fernando e Isabel, que haviam expulsado de seus dominios os judeus, mandou tambem que todos os individuos da raça israelita sahissem de Portugal dentro de certo praso, salvo os que quizessem abjurar as suas antigas crenças; e que todos os seus filhos, cuja idade não excedesse a 14 annos, ficassem para serem educados no christianismo.

Foi esta uma das paginas mais negras das que se encontram nas chronicas d'aquelle tempo.

E' este um dos acontecimentos dos que deslustram bastante o feliz reinado de D. Manoel. Em 1507 foram abolidas todas as leis que favoreciam os judeus. D'aquella raça não nos resta hoje mais do que a triste recordação das perseguições que muitos soffreram—recordações que durante alguns seculos nos foram avivadas pelos espectaculos repellentes e barbaros dos *autos de fé*.

O BISPADO

A expetacção era universal! Augusto proclamado imperador depois da batalha de Accio imperava sobre milhões de escravos; o Capitolio symbolisava a eternidade do seu poder, e o seu—quero—omnipotente echoava desde as margens do Tibre até o Danubio, desde o Eufrates até o Atlantico, *urbi et orbi.*»

Elle era o senhor do mundo porque ao estrepito das legiões romanas respondia o estampido das vagas subjugadas pelas suas frotas.

Tudo estava corrompido e degenerado: as religiões de então não eram mais do que escolas de immoralidade; o polytheismo erguia-se impavido sobre a sociedade greco-romana; então tudo era Deus, excepto o mesmo Deus, como diz o grando Bossuet; Jupiter, o parricida, e Juno, a adultera, eram os caracteres da familia divinisada, que Homero e Hesiodo collocavam no mais alto do Olympo e propunham á adoração do genero humano.

Estas divindades, que as escólas greco-romanas a principio não tomaram senão como forças differentes da natureza, diz Varrão, tornaram-se com a degradação moral, que durante dez seculos se operou n'aquella sociedade, que o luxo e a devassidão tinham corrompido, os verdadeiros symbolos da religião e da familia.

Ao mesmo tempo que o sabio Solon levantava na Grecia um templo a Venus, os romanos atravessando o *forum* com um idolo monstruoso e repellente, a quem davam o nome de Bacho, faziam-no coroar por uma honesta mãe de familia, como affirma Santo Agostinho.

N'essa época a lei era a vontade do imperante, e a mulher um ente nullo, porque contando os mezes pelos nomes dos maridos, não abrigava em seu coração o minimo laço que a prendesse á felicidade do lar domestico; porque o celibato, matando o cazamento, tinha morto a familia; de pouca ou nenhuma importancia foram as leis promulgadas por Augusto, com o fim de obrigar os mancebos romanos a cazarem, em vista da polygamia e o concubinato imperarem desassombradamente.

Os paes matavam os filhos, imitando assim Sparta, que lançava ao Tygete as creanças infezadas.

«A humanidade morria na arena aos dentes dos animaes ferozes, ao ferro dos gladiadores, assim como ao açoute ensan-

guentado que dilacerava a carne dos escravos», e, por muitas vezes estes mesmos se matavam a si proprios «para excitarem pela vista do sangue os convivas meio adormecidos sobre os triclinios d'ouro.»

Era repellente o estado da sociedade n'essa época, porque a humanidade estrangulada nos amphytheatros offerecia o espectaculo da alma envilecida na mais monstruosa dissolução.

Uma sociedade em tal estado não podia deixar de reclamar em altos brados um redemptor, que, quebrando os ergastulos ao escravo, fizesse baquear dos altares, em que o fogo devorava as victimas, os falsos deuses.

Os vaticinios tinham de ser cumpridos; por isso a vinda de um Deus revelador é uma das provas mais brilhantes das verdades biblicas. A expectação, sendo universal e unanime, seguia as pisadas das palavras dos prophetas com que estavam de accordo os oraculos de *Cumas* e *Delphos*. Em todas as edades, em todos os povos, se esperou sempre pelo Deus promettido, porque os homens mais doutos da antiguidade tinham affirmado que um acontecimento memoravel satisfaria a universal expectação, e na sociedade grego-romana seguiam as mesmas pisadas Socrates, Platão, Alcibiades, Aristoteles, Cicero e Virgilio.

Segundo Tacito, a multidão, seguindo as antigas tradições sacerdotaes, cria em que os homens que saissem da Judêa viriam a ser os senhores do mundo; e era n'essa mesma tradição que todos os olhos se fixavam, como diz Suetonio.

Pondo de parte os vaticinios das sibyllas com relação á chegada do desejado das gentes, eis o que nos narra Plutarcho:

Alguns mezes antes da desavença entre Mario e Sylla, que tão fatal veio a ser aos romanos, no ar puro e sereno resoaram de repente sons lugubres e lastimosos que baixavam do céo. A consternação apoderou-se de todos os corações. Os padres etruscos foram convocados no templo de Belona, e consultados sobre a significação do phenomeno. Foi esta a sua resposta:—A trombeta celeste annuncia uma nova era que mudará a face do universo.»

Ao acontecimento esperado tão anciosamente, respondeu ha 1874 annos uma modesta aldeia da Judéa que escutava de longe o sussurrar do Cedron.

Tendo saido o septro da casa de Judá, porque em Jerusalem reinava um Idomeu, tornava-se necessaria que fosse satisfeita a prophecia de Jacob, que pouco antes de morrer dissera —O septro não sahirá de Judá nem de principe da sua posteri-

dade, até que venha Aquelle, que deve ser enviado. E' Elle que reunirá todos os povos.»

Até que afinal chegou a hora do grande acontecimento!

A noite estende seu negro manto, a quem allumia o frouxo clarão dos candidos raios da lua, sobre um céo oriental.

«Bethulia e Modin, aquella, patria de Judith, esta, terra dos Machabeos, interromperam o hymno de seus heroes, e lá estão silenciosas como á espera do mais alto prodigio!

«E Jerusalem lá está sobre o Moriah com as suas fortalezas e torres, debruçada sobre o Cedron, como que a esperar uma grande nova, que lhe ha de levar o murmurio de suas aguas.»

No valle de Mambré a rosa, baloiçada pela briza da noite, com suas exalações olorosas perfuma a atmosphera de Bethelem, d'essa modesta aldeia saudada por Micheas, como berço que havia de ser do Salvador do mundo: ella, até então quasi desconhecida, jámais deixou de ser lembrada depois que o promettido e desejado das nações — o Messias — nasceu alli, sobre uma mangedoura, da Virgem, tendo por pae putativo um carpinteiro.

O christianismo em breve se estendeu á maioria das provincias do imperio.

Antes dos luzitanos haverem sido submettidos pelos romanos, veneravam como suas as divindades da Phenicia, da Grecia, e de Carthago; porém, submettidos pela rainha do Orbe, esta em breve aqui introduziu os seus deuses com as suas instituições religiosas.

As doutrinas de Christo produziram uma grande revolução social no mundo antigo, porque Elle, depois de haver prégado o Evangelho, diz Chateaubriand, deixou a sua cruz sobre a terra: esta é o monumento da civilisação moderna. Do pé d'esta cruz, plantada em Jerusalem, partem doze legisladores pobres, nús, e de cajado na mão, para ensinarem as nações, e renovarem a face da terra.

A sua introdução na Luzitania e bem assim em toda a Peninsula, não data, como querem alguns, do reinado de Claudio, mas sim muito mais tarde: esta é a verdade historica.

Foi no reinado de Severo, segundo se deprehende do auctorisado testemunho de Tertuliano e Santo Ireneo, que o christianismo fez notaveis progressos na Peninsula: aqui como em toda a parte soffreu perseguições, mas finalmente ergueu-se altivo e cheio de magestade sobre as ruinas do imperio.

Segundo o 11.º concilio de Toledo, convocado em 675, por

Wamba, ficaram sendo sédes na Lusitania, Braga, Porto, Lamego, Coimbra e Egitania (Idanha a Nova). Aveiro pertenceu sempre ao bispado de Coimbra, que desde 1540 ficou sendo suffraganeo do arcebispado de Braga.

A historia do bispado d'Aveiro até ao reinado de D. José I é a historia do de Coimbra.

Aveiro foi elevado á dignidade de diocese por decreto de 12 d'abril de 1775.

O bispado d'Aveiro está na provincia ecclesiastica bracharense, e confina ao N. com o bispado do Porto, ao S. com o de Coimbra, ao E. com os de Lamego e Vizeu e ao O. com o Oceano Atlantico.

Tendo de comprimento 66 kilometros e 650 metros, e metade de largura, tem 63 parochias, sete arciprestados e 29:400 fogos.

Até hoje houveram em Aveiro quatro bispos, a saber:

1.º D. Antonio Freire Gameiro de Sousa;
2.º D. Antonio José Cordeiro;
3.º D. Manuel Pacheco de Rezende;
4.º (bispo eleito) D. Antonio de Santo Elydio.

De todos aquelles não ha a relatar senão virtudes e relevantes serviços em prol da religião e do bispado.

Dos vigarios capitulares, que tem estado a governar o bispado, tornam-se dignos de menção pelos seus serviços os srs. dr. Manuel Rodrigues Tavares, dr. Joaquim Coelho de Sequeira, dr. José Antonio Pereira Bilhano, (hoje arcebispo d'Evora) e José Joaquim de Carvalho e Goes.

O actual vigario capitular é o exm.º sr. Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima, lente substituto da faculdade de theologia na Universidade de Coimbra, e uma das suas primeiras illustrações.

Em 1833 o bispado d'Aveiro era suprimido se fosse por diante a proposta da junta dos melhoramentos das ordens religiosas, que era reduzir os bispados do continente a oito, ficando d'esta maneira sendo tantos como as provincias.

Já depois d'aquella época o bispado d'Aveiro tem estado em vesperas de ser suprimido, havendo até uma lei que o extingue, referendada pelo ministro da justiça o sr. José Luciano de Castro.

FORÇA ARMADA

Portugal tem paginas brilhantissimas nos seus *Annaes Militares*. Durante a edade media pode dizer-se que todos os seus filhos eram soldados, mas soldados que combatiam em prol da patria e não de interesses mercenarios.

É curiosissima a historia dos nossos feitos; porem ainda mais a da antiga organisação militar, principalmente nos primeiros seculos da monarchia.

Podiamos narrar circumstanciadamente uma e outra, mas obsta-nos a isso a natureza d'esta obra.

Cremos que em Aveiro, tambem existiu essa milicia municipal, que até o reinado de D. João I tanta influencia teve em Portugal contra as exigencias dos senhores feudaes; mas como d'isto não resta nem minima memoria, passaremos em silencio alguns seculos.

N'uma memoria sobre a villa de Aveiro, escripta em 1687, lê-se o seguinte:

«Esta villa d'Aveiro teve sempre guarnição de tropa, e no seculo passado em tempo do sr. D. João III tinha tropa de couraceiros, e de infantes que acompanharam com a nobreza d'esta Villa o sr. rei D. Sebastião a Africa, onde ficou com elle destroçada na batalha de Alcacer-Kibir, ficando depois este reino mui prostrado com o dominio de Castella. Altos juizos de Deus!

No reinado do sr. rei D. Sebastião formaram-se as ordenanças com regimento de capitães-móres, e de sargentos móres, que eram nomeados das pessoas da primeira nobreza da comarca; depois d'estes eram os capitães das companhias que tambem são tirados de entre a nobreza, o que ainda hoje se cumpre por proposta dos vereadores, e nobreza da villa, e provedor da comarca d'Esgueira. Esta ordenança armada com differentes armas brancas, e de tiro, faziam a defensa da terra depois que o sr. rei D. Sebastião levou comsigo para a Africa a flôr da tropa de couraceiros e de ginetes: e depois que o sr. D. João IV foi acclamado rei d'estes reinos em dezembro de 1640, foram creadas tropas de auxiliares, e foi esta nobre villa uma das primeiras do reino que teve esta tropa em forma de regimento com mestre de campo, e sargentos-móres de batalha e capitães e outros graus inferiores com fardamentos mui vistosos e aceados, e peitos d'aço, e esta tropa que foi adestrada para a guerra, servia mui honradamente para defender a comarca, e terras visi-

nhas dos ataques dos castelhanos que procuravam conquistar este reinos; e para impedir o desembarque de uma armada do parlamento de Inglaterra mandada por um chamado Oliverio Cromwel de accordo com o rei de Castella contra o nosso rei o sr. D. João IV que santa gloria haja, mas por fim fizeram-se as pazes ficando nós em mais socego. A tropa dos auxiliares de Aveiro foi tida como a mais briosa de toda a beira-mar do reino, e a mais gabada pelos grandes serviços que prestou, pelo que lhe foram dados muitos louvores, que ficaram registrados nos livros da camara de Esgueira. Havia tambem n'esta villa uma boa companhia dos fachos, que acendia fachos, e fogueiras nas praias do mar, para dar rebate de noute, e para fazer signaes. Toda a tropa de Aveiro, e da comarca, dos auxiliares, e ordenança armada excedia a 3:500 homens dos mais valentes, e esforçados.»

Os corpos de ordenança só principiaram a ter uma fórma mais regular de 1641 em diante, vindo a acabar em 1834 com a consolidação do systema liberal; aqui haviam 4 companhias de ordenanças e cada qual com a sua bandeira. O ultimo capitão-mór d'Aveiro foi o morgado, Gabriel Lopes de Moraes Máriz Leão Picado de Sousa Balacó.

Aveiro tambem teve um regimento de melicias; o seu ultimo commandante foi o sr. José Maria Branco de Mello, morgado de Vagos.

Durante a guerra peninsular bateu-se com o maior denodo em differentes combates, como foi na tomada de Coimbra, operada em seguida á derrota de Massena no Bussaco pelo general inglez Trant.

Na guerra civil de 1828 a 1834 as milicias de Aveiro não deixaram desmerecer o bom nome que haviam ganhado, combatendo contra as forças bonapartistas.

Aveiro tem sido praça de diversos regimentos: de 1800 a 1846 estiveram aqui em differentes épocas cavallaria 6 e 11, e caçadores 10 e 7.

Além das milicias e ordenanças houveram aqui outros corpos populares.

PRIVILEGIOS

Aveiro teve muitos e varios privilegios. D. Diniz em 1332

ordenou que os moradores d'Aveiro não pagassem certo tributo nem fossem presos por qualquer culpa leve.

D. Duarte ordenou em 1430, que durante a feira de Março, franca por 9 dias, se não podesse prender nenhum criminoso, constando que vinha comprar ou vender a ella, (salvo se na feira commettesse novo delicto) nem citar alguem por dividas, senão as que na feira contrahisse.

O infante D. Pedro concedeu-lhe o privilegio de nenhum nobre ou pessoa poderosa se poder demorar n'ella mais do que 4 dias sem o beneplacito dos seus moradores. Este privilegio foi confirmado por D. João II, e d'elle se serviram os aveirenses para impedir que Alvaro de Sousa tomasse posse da alcaidaria-mór d'Aveiro: caducou o dito privilegio em virtude de uma carta de D. João III passada em Thomar a 22 de setembro de 1522.

D. João III, por provisão da Casa da Supplicação, mandou que não tocasse em Aveiro o sino da ronda, e que tambem se não prendessem de noute senão os delinquentes, ficando assim sem effeito a determinação explicita no tit. XLIV, § 58.º do livro 1.º das Ordenanças de el-rei D. Manuel, com relação ao sino da ronda.

O cardeal D. Henrique, regente na menoridade de el-rei D. Sebastião, ameaçou com graves penas a pessoa que comprasse no caminho os viveres que fossem para vender em Aveiro.

D. Filippe I, por provisão passada em Thomar a 15 de agosto de 1582, concedeu á villa d'Aveiro o titulo de nobre e notavel, e por outra provisão do mesmo monarcha de 12 de maio de 1575 lhe foram concedidos todos os privilegios que tinham sido dados a Coimbra por D. Manuel em 1530, sendo os mais notaveis o de nenhum cidadão d'aquella cidade poder ser posto a tormentos por qualquer crime que praticasse, e o de poder usar de armas tanto de dia como de noute.

O mesmo D. Filippe, por carta passada em Lisboa a 22 de dezembro de 1585, confirmou todos os privilegios que tinham sido concedidos a Aveiro pelos reis passados.

D. João IV mandou aos juizes da relação do Porto, que não entrassem em Aveiro sem auctorisação regia.

O mesmo rei, por alvará de 12 de abril de 1641, confirmou todos os privilegios de que Aveiro gosava. N'este alvará, cuja copia authentica temos presente, enderessam-se aos aveirenses expressões de verdadeira gratidão não só por elles em todos os tempos terem sido ficis aos seus monarchas, como tam-

bem por « ajudarem a sustentar a independencia da patria com suas pessoas e fazendas. »

Aveiro tambem tinha privilegio de *infações* como Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Feira.

CAIXA ECONOMICA

Uma das mais bellas instituições das que se encontram nos annaes da civilisação é sem duvida a das Caixas Economicas; ellas são o melhoramento progressista que estende os seus beneficos resultados a todas as classes da sociedade, « porque assentam sobre a natureza dos affectos humanos, e sobre circumstancias mais ou menos communs nas sociedades modernas. As Caixas Economicas são o primeiro e agigantado passo para a solução do problema que as leis ainda não tentaram resolver; as Caixas Economicas são o contraste do patibulo. Criam o futuro para milhares de individuos, que nunca imaginaram tel-o, creando-lhes o goso da propriedade, e n'elle um recurso para a hora de afflicção e escassez, tão proxima entre as almas vulgares da hora do crime. »

E' curta a historia das Caixas Economicas; mas nem por isso deixa de ser interessante. A Allemanha e a Suissa foram as nações onde ellas primeiro despontaram, e isto nos fins do seculo XVIII. Em 1778 já havia uma em Hamburgo, e em 1787 creou-se outra em Berne. Nas demais nações só no seculo actual é que ellas principiaram a vulgarisar-se: em 1810 já a Inglaterra possuia uma, que era o seu Banco de Poupanças, estabelecido por Ducan; e foram tão prosperos os seus resultados, que em 1833 já esta nação contava mais de quinhentas Caixas Economicas, em que 470:000 individuos tinham depositado sommas não inferiores a dezesseis milhões de libras esterlinas.

Emquanto isto succede na Gran-Bretanha, eis o que acontece nas outras nações.

A Allemanha em 1838 tinha 257 Caixas Economicas, a Suissa 100, e a França 300.

Em Portugal a primeira voz que se levantou em prol d'estas instituições foi a do sr. Oliveira Marreca, e a primeira Caixa

Economica que tivemos foi a que creou em Lisboa o Monte Pio Geral em 1842; e desde então auras mais bonançosas tem corrido para as classes menos remediadas.

Em Aveiro foi a 20 de maio de 1858 que se lançaram os fundamentos á nossa Caixa Economica, para o que contribuiu poderosamente o sr. Nicolau Anastacio de Bettencourt, então governador civil d'este districto, e cujo retrato os accionistas, reconhecidos, mandaram collocar na salla das operações da mesma Caixa.

Os estatutos approvados em assembleia geral foram reduzidos a escriptura publica no livro de notas do tabellião Nogueira em 1858 e confirmados por decreto de 10 de maio do mesmo anno.

Tem sido prosperos os resultados obtidos pela Caixa Economica, e muito mais o seriam, se uma reforma nos estatutos, por que se rege, permittisse que fossem em mais larga escala as suas operações; mas muito tem ella caminhado, e decerto continuará a offerecer-nos resultados cada vez mais lisongeiros; porque ha a esperar muito da dedicação e experiencia das pessoas a quem estão entregues os seus destinos.

CORTES

As antigas côrtes de Portugal eram formadas por tres *braços*, a que se dava o nome de *tres estados*, pois compunham-se dos representantes do clero, nobresa e povo.

Não cabe nas proporções d'esta obra o historiar o nosso antigo systema legislativo, e por isso abstemo-nos de dar aos leitores larga noticia das antigas côrtes portuguezas.

A reunião dos tres estados era precedida das cartas convocatorias do monarcha, em que se declaravam quasi sempre os principaes motivos da convocação.

A eleição dos procuradores do povo era feita na casa da camara, e só eram admittidos a votar os que andavam na governança da terra, vereadores, procuradores do concelho e seus filhos, e os da Casa dos Vinte e Quatro, onde a havia. Os votos eram apurados pelo juiz de fóra.

A maior parte das vezes a eleição recahia na pessoa mais distincta da localidade; e se por acaso era eleito para procurador algum membro da nobresa ou clero, este tinha de abandonar o seu logar e acceitar o que lhe havia sido offerecido pelo povo.

Na sessão da abertura (sessão real) eram distribuidos os logares aos procuradores dos póvos, segundo a cathegoria das terras que representavam. No banco 7.º tomavam logar os procuradores de Niza, Torres Vedras, Castello Branco e Aveiro.

Não podemos conseguir dados certos por os quaes se prove se em todas as legislaturas Aveiro teve representantes; comtudo parece fora de duvida que nas côrtes, convocadas em Elvas em 1361 por D. Pedro, já estiveram procuradores aveirenses; segundo o pedido feito para se não permittir o fabrico do sal nas nossas marinhas senão nos mezes de julho e agosto.

Nas côrtes de Coimbra em que a palavra inspirada de João das Regras fez que fosse acclamado rei o mestre d'Aviz, estavam tambem dois aveirenses Affonso Domingues e fr. Domingos de Aveiro.

Nas de Santarem de 1434 os representantes da villa de Aveiro, pediram a D. Duarte a revogação de differentes leis de el-rei seu pae com relação ao nosso sal.

O infante D. Pedro expediu uma carta á camara d'Aveiro em 4 de janeiro de 1441, para esta enviar os seus representantes ás côrtes que no mez seguinte deviam ter logar em Lisboa. Esta carta, (escripta em pergaminho), guarda-se no *archivo municipal*.

Como se vê de differentes documentos existentes no Archivo Municipal, Aveiro tambem teve representantes nas côrtes que, seguem:

De Lisboa, 1562 e 1663, convocadas por a rainha D. Catharina, viuva de D. João III; idem de 1579; de Almeirim 1580; de Thomar 1581; de Lisboa 1583, idem 1641, idem 1645 e 1646, idem 1669, idem 1674, idem 1671, idem 1679 e 1680, idem 1697 e 1698.

A ultima vez, que em Portugal se reuniram as côrtes, foi em Lisboa, a 11 de julho de 1828. O procurador de Aveiro não chegou a tomar assento.

Nas 23 legislaturas que tem havido em Portugal desde 1820 a 1874, esta cidade tem tido representante, em cujo numero se contam os srs. Luiz Cypriano Coelho de Magalhães, José Estevam Coelho de Magalhães, Manuel José Mendes Leite,

Manuel Firmino de Almeida Maia, José Luciano de Castro, e José Dias Ferreira.

O BRASÃO

Os feitos heroicos e bem assim os successos estupendos do passado, são-nos as mais das vezes transmittidos pelos emblemas heraldicos, que, além de perpetuarem a memoria de muitos heroes, lançam grandes golfadas de luz sobre as paginas mais obscuras da historia.

Antigamente os jovens guerreiros sahiam a disputar os loiros do combate com o escudo em branco, e não o illuminavam sem primeiro haverem praticado algum feito estupendo.

Segundo o abbade de Vallemont, as armas das cidades formavam-se ordinariamente do logar em que estão situadas, ou de alguma singularidade do paiz.

As armas d'Aveiro, taes como estão no Archivo Nacional, são em campo verde duas estrellas e duas meias luas de prata, e um cysne tambem de prata sobre ondas azues.

Comtudo as armas de que uza a camara d'esta cidade nos seus documentos, assim como tambem as que se vêem no paço municipal, são bastante dessimelhantes; pois tem no meio do escudo uma aguia parda, (memoria da occupação romana,) entre duas estrellas de prata postas em aspa, tendo do lado esquerdo uma esphera, insignia do venturoso reinado de D. Manuel, e do direito as armas dos duques de Aveiro, isto é, as quinas reaes com quebra de bastardia.

N'um antigo manuscripto, que até 1834 se conservou no archivo do convento de Nossa Senhora da Misericordia, estavam as armas d'Aveiro illuminadas da seguinte fórma: sobre campo verde uma ave de prata, tendo á direita um sol de oiro e á esquerda uma lua de prata, e sobre a orla superior do escudo cinco estrellas tambem de prata.

A AGRICULTURA

O districto de Aveiro tem na fertilidade do seu solo todos os elementos de riqueza agricola. (86)

A agricultura é a base de todos os melhoramentos materiaes d'um paiz: entre nós tem sido por differentes vezes bem precarias as suas circumstancias, principalmente desde os fins do seculo XV, em que a maioria dos habitantes das nossas povoações ruraes abandonou a cultura das terras para se entregar ao commercio d'além mar.

«As conquistas que haviam sido a baze do nosso engrandecimento moral fôram a do nosso atrazo agricola; as conquistas tinham-nos consumido o rigor e a rija tempera do caracter nacional. Perdemos quasi tudo, perdendo-as. A decadencia correu mais apressada, do que os progressos, e a charrua já não abria senão algumas terras insufficientes, para alimentar uma povoação rareada. Jaziam as artes no mesmo estado. Passava de 3.000:000$000 réis a somma arrancada annualmente ao paiz para a compra de cereaes, sem contar os que entravam de Hespanha pela raia secca. Vendiamos as especiarias, as sedas, o marfim, e os artigos do oriente, e recebiamos em troca os pannos, as telas, as obras de ferro e de latão, e todos os productos creados pela industria, que nos julgavamos mui altos senhores para fabricar. A nobreza, enlevada nas emprezas da Asia, embarcava-se e ia a Goa, a Malaca, a Ormuz, á China e ao Japão lançar a espada na cuia das balanças das feitorias. Os fidalgos mais pobres faziam-se corsarios, e infamavam os mares e a bandeira portugueza com roubos e assaltos. Os homens da classe media ajustavam-se como soldados e escudeiros, e perdiam a vida em naufragios repetidos, cortados de doenças ou ás mãos dos barbaros. Quasi nunca aportava a Goa metade da gente sahida de Lisboa nas armadas. Quando por fim accordámos não achámos senão ruinas. A independencia desapparecerá no meio d'ellas em 1580; e, para a restaurarmos tivemos de esgotar as veias do pouco e dessorado sangue, que ainda conservavam, sustentando por mais de vinte annos uma guerra desigual.»

A agricultura entre nós poucos progressos tem feito: extinguiram-se, é verdade, os disimos, esse tributo onerosissimo que sobrecarregava a propriedade, os quintos quartos, jugadas e luctuosas; mas isso não foi o bastante, para que ella attingisse o elevado grau de prosperidade a que tem direito.

A lei de 19 de maio de 1863 que aboliu os morgados, e as de 4 de abril de 1861 e 22 de junho de 1866, em que se ordenou a desamortisação, foram um poderoso incentivo para o progresso da nossa agricultura; e bem assim o grande numero de estradas que se hão construido nos ultimos 20 annos.

E' incontestavel que a agricultura tem tomado uma grande extensão; porém, pouco tem progredido, pois é continuamente atrophiada pela rotina; a maioria dos nossos lavradores desconhecem a natureza do solo que cultivam, assim como todos os principios concernentes á agricultura; elles ligam á sua profissão um certo ostracismo a ponto de chegarem a desviar d'ella os filhos para outras que se lhes figuram mais nobres.

Nos campos d'Aveiro talvez não haja uma duzia de agricultores que tenha conhecimento dos novos instrumentos agrarios, como são a charrua de Dombasle e a grade obliqua de Valcourt; e mesmo estes não os possuem.

Que importa que Portugal tenha os requisitos necessarios para ser uma grande nação agricola, se a rotina tudo supplanta?

Em alguns districtos do continente a agricultura principia já a ser exercida industrialmente; porém no de Aveiro não succede isto: aqui diz-se que a grande subdivisão da propriedade obsta áquelle melhoramento. Não concordamos, porque a applicação de qualquer machina agricola tanto pode ter logar na grande como na pequena propriedade.

As machinas não produzem a mizeria, provocando a baixa dos salarios e deminuindo o trabalho, como querem alguns; porém sim substituem em grande parte o trabalho muscular do homem e proporcionam uma grande quantidade de productos com uma despeza comparativamente pequena.

No districto de Aveiro, além dos pantanos naturaes, como são os da lagôa de Fermentellos e outros, ha innumeros artificiaes em que se cultiva o arroz.

Tem-se reclamado por differentes vezes o dessecamento d'estes pantanos, que além de anti-hygienicos, são um grande obstaculo para a agricultura, pois cooperam poderosamente para a sua ruina. «Em umas partes domina o paul alagadiço, n'outras o brejo, onde os pastos muitas vezes dão a morte. Em 4:000 hectares campeam arrosaes, e até nos terrenos menos paludosos a lentura da terra é tão demorada, que mal concede sazão ás semeadas de milho, e em que o trigo tremez ou o ribeiro, mal encontra aqui e acolá uma ou outra courella de vulto para sua desafrontada vegetação. Onde deviam crescer e vecejar

frescas pastagens abertas ás manadas e rebanhos, onde deviam lourejar bastantes seáras; finalmente onde o grão e o gado deviam crear-se com abundancia, não se vê senão escassez, tristeza e esterilidade. A miseria do pão e da carne, a solidão agricola, as enfermidades e as mortes, enluctam com suas tintas lugubres um quadro, que a sciencia e o trabalho, luctando com exito, dentro de poucos annos saberiam alegrar de côres risonhas da prosperidade rural. » (87)

Por lei de 1 de julho de 1867 foi o governo auctorisado a proceder á extincção dos pantanos e arrosaes; mas no districto d'Aveiro pode-se quasi dizer que tal providencia ficou sendo letra morta; pois os arrosaes continuam a presistir.

Em quasi todos os pantanos d'este districto nascem plantas aquaticas, que são um excellente estrume, como é o canisio (*arundo phragmites*).

A producção do arroz no districto d'Aveiro está calculada em 16:055 hectolitros, e a área occupada pelos arrosaes em 501 hectares.

Aveiro possue bastantes baldios, que jazem por ahi incultos, e que arroteados se podiam tornar em mananciaes de riqueza; o que seria um meio poderosissimo para o augmento da nossa agricultura.

« N'este districto é onde mais e muito se faz sentir a necessidade de se proceder activamente ao plantio de novos bosques e florestas. Banhado pelo Oceano n'uma extensão approximada de 63 kilometros, cinge-o uma franja d'arêas, que ora é limitada pelas aguas, que lhes cercam o perimetro, ora se estende campos a dentro, invadindo as ceáras, e tentando cobril-as com o manto da sua esterilidade.

Se o plantio das mattas e florestas tem sido justamente considerado como exigencia da salubridade publica, e poderoso elemento de riqueza nacional, porque amenisa e tempera o clima; quebra a força das ventanias, e espalha por toda a parte a fecundidade e a abundancia; sobram ainda n'este districto outras poderosas rasões que tornam a arborisação não só util mas necessaria, e não só necessaria mas urgente.

A superficie movediça do nosso littoral offerece um elemento constante de prejuizo publico, porque as suas areias impellidas pelo vento ou vão estragar os terrenos agricultados que lhes ficam proximos, ou se precipitam sobre as aguas da ria que corre paralella, diminuindo-lhe gradual e sensivelmente o fundo, com prejuizo dos valiosos productos de tão rico manancial, e graves ameaças á sua importante navegação.

A arborisação n'aquelles pontos não será pois sómente o aproveitamento de uma superficie entregue actualmente á esterilidade. Fixando aquelles terrenos, será tambem um precioso preservativo das riquezas que lhe existem em torno. »

O comprimento do areial ao norte da barra é de 41 kilometros e sua largura media de 2 kilometros. N'esta grande extensão apenas existem pinheiros em 2:800 hectares.

Ao sul da barra apenas ha alguns pinheiros no areial da Gafanha e outros.

Em 1867 calculava-se em 26:000 hectares a superficie total das areias, das quaes só 3:600 hectares estavam cobertos de pinheiros. D'aquelles 36:000 hectares, segundo um calculo feito pelo illustrado engenheiro director das obras publicas d'este districto, o sr. Silverio Augusto Pereira da Silva, deviam estar cobertos de pinheiros 10:000 hectares.

A necessidade de cobrir de pinheiros a costa já é antiga. Por decreto de 2 de julho de 1802 mandou-se lançar por dez annos o imposto de 40 réis nos barcos maiores e de 20 nos barcos menores carregados com o moliço da ria. O producto d'este imposto deveria ser applicado na sementeira de penisco nas areias do littoral; e os crescimos, se os houvessem, empregar-se-hiam no melhoramento das pescarias, na cultura das amoreiras e creação do bicho da sêda, ou no estabelecimento de alguma fabrica de fiar algodão ou lã.

Divide-se Portugal em quatro regiões agricolas, a saber: a do Norte, a do Centro, a do Sul e a Montanhosa.

O districto de Aveiro, conjunctamente com os de Vianna, Braga, Porto, Vizeu e Coimbra, pertence á primeira — á do Norte—cuja cultura predominante é o milho e a engorda do gado bovino.

Esta região é constituida por terrenos crystalinos (granitos diversos) e por terrenos de transicção do systema siluriano, apparecendo do Vouga até Thomar, e até ás proximidades da margem direita do Tejo, algumas fachas de terrenos secundarios. (89)

No districto de Aveiro existem 20:850 proprietarios e 11:246 jornaleiros.

Entre as principaes regiões viticolas de Portugal tem um logar distincto a da Bairrada, que exporta uma grande quantidade de vinhos brancos e tintos. Os vinhos da Bairrada só principiaram a ter uma extração em maior escalla de 1820 em diante. A producção do vinho n'este districto calcula-se do 24:288 hectolitros.

O marquez de Pombal prohibiu por decreto de 4 de agosto de 1776 a exportação em todas as partes de Portugal dos vinhos de Vianna, Aveiro, Monção, Anadia, S. Miguel, Figueira, Coimbra e Algarve. (89)

Em dezembro de 1869 concebeu o sr. Lourenço d'Almeida e Medeiros, intelligencia robusta e alma verdadeiramente patriotica, o formar n'esta cidade uma associação agricola. Para esse fim convidou para socios fundadores differentes cavalheiros, a quem apresentou um projecto de estatutos, que depois de discutidos e approvados foram remettidos ao governo.

A associação projectada pelo sr. Almeida Medeiros ainda se não constituiu; não por s. ex.ª não haver empregado os maiores esforços para isto ; mas sim em parte por a pouca ou nenhuma protecção (vergonha é dizel-o !) que entre nós se presta a instituições d'esta ordem. Admiradores sinceros do sr. Almeida e Medeiros, d'aqui lhe enviamos, como filho d'esta terra, o nosso agradecimento pela sua patriotica ideia, de querer dotar Aveiro com uma associação agricola.

Talvez deveriamos dizer mais alguma cousa sobre a nossa agricultura; porém cumpre pôr termo mesmo porque a indole d'este livro não permitte mais largas apreciações.

A COMARCA E O CONCELHO

E' nas primeiras decadas do seculo XIV que principiam a ser nomeados os corregedores e os meirinhos; o territorio que estava por assim dizer sob o governo d'este tinha o titulo de meirinhado e d'aquelles de corregedoria e mais tarde de comarca.

Só no reinado de D. Affonso IV é que esta organisação judicial principiou a ter uma forma algum tanto regular ; é este monarcha que manda proceder á compilação do regimento dos corregedores das comarcas.

Aveiro só muito mais tarde veio a ser comarca ; em 1342, isto é no tempo de D. Affonso IV pertencia ao meirinhado da Beira.

A creação da comarca de Aveiro data do reinado de D. João III; pois segundo se vê do livro de Chancelaria d'este mo-

narcha, o primeiro corregedor de Aveiro tomou posse da correição a 20 de dezembro de 1533. (90)

D. João III, concedendo ao duque d'Aveiro, D. João de Lancastre, um ouvidor para as suas terras, Aveiro deixou de ser comarca, e as villas que lhe eram sujeitas, ficaram-o sendo ao corregedor de Coimbra; o provedor d'esta mesma cidade intitulava-se, diz o padre Carvalho, provedor das comarcas de Coimbra e almoxarifado de Aveiro. Em 1590 Esgueira foi elevada á dignidade de comarca.

Por provisão de D. José 1.º de 4 de setembro de 1760 foi creada uma nova comarca em Aveiro, e ordena-se, que o provedor, que até então havia sido d'Esgueira o fique sendo d'esta cidade, em virtude de ter sido extincta por lei de 11 de abril de 1759 a provedoria d'aquella villa. Uma provisão de 10 de fevereiro de 1628 tinha concedido aos provedores d'Esgueira; permissão para poderem residir em Aveiro.

Por alvará de 19 de outubro de 1759 foi nomeado corregedor de Aveiro o bacharel Antonio Jesus e Silva.

A antiga comarca de Aveiro, compunha-se das villas d'Ilhavo, Avelans de Cima, Ferreiros, S. Lourenço do Bairro, Vagos, Anadia, Sangalhos, Avelans de Caminho, Angeja, Serem, Bemposta (ou Pinheiro da Bemposta), Estarreja, Fermedo, Recardães, Segadães, Acequins, Sousa, (ou Sôsa) Oliveira do Bairro, Couto de Esteves, Prestimo, Trofa, Vouga, Brunhido e Aguieira.

Presentemente a comarca de Aveiro compõe-se dos concelhos de Aveiro, Ilhavo e Vagos, e pertence ao districto judicial da Relação do Porto.

A creação da maioria dos nossos concelhos data do reinado de D. Affonso III; e isto explica-se por este monarcha desejar oppôr, como nenhum dos seus passados, uma forte resistencia ao clero feudal: pois como ninguem ignora o conde de Bolonha, depois D. Affonso III, alcançou a corôa portugueza pela influencia do clero, e a principio desejando sem duvida mostrar-se reconhecido, restituiu a este todas as prerogativas de que o havia privado seu irmão D. Sancho 2.º; mas depois que se julgou seguro no throno, em que se sentára, pois o legitimo monarcha havia fallecido em Toledo pobre e esquecido; e os mouros que ainda habitavam no Algarve, em seguida ao serem derrotados junto de Faro, haviam abandonado para sempre o sólo portuguez, sacóde o jugo clerical, creando e restabelecendo leis, que mais tarde haviam de fazer baquear de todo o poder theocratico.

As doações feitas por D. Affonso Henriques ao clero, e bem assim por seu filho, outhorgaram-lhe um poder immenso, a ponto de alguns de seus membros se julgarem superiores aos proprios monarchas, sobre quem lançavam mui frequentemente milhares de excommunhões, arma favorita de que se serviam logo que aquelles se não prestavam a satisfazer ás suas mais pequenas exigencias.

Esta supremacia do clero não data de D. Affonso Henriques, mas sim d'épocas muito mais remotas; da sua influencia já se encontram largos vestigios no codigo visigothico, n'essa collecção de leis, sahidas na sua mór parte das assembléas ecclesiasticas e dos concilios.

Durante a monarchia Goda o clero foi riquissimo na Peninsula; as suas habitações eram muitas vezes mais luxuosas o opulentas do que os proprios palacios reaes; mas este luxo e esta opulencia baqueou quando os filhos do dezerto, os arabes, vieram espalhar por todo o sólo peninsular, a devastação e a ruina, os gemidos e a imagem da morte; porque então as cathedraes foram metamorphoseadas em mesquitas, e as habitações dos prelados, algumas em soberbos alcaçares, e as outras fel-as desabar o abandono e o rigor dos tempos.

Tanto poderio e tanta magnificencia em breve se tornou em miseria, e assim permaneceu até que Pelagio, soltando o grito de liberdade nos desfiladeiros da Cantabria deu aso a principiar-se novamente a organisação do estado ecclesiastico, que se foi consolidando á maneira que os estandartes dos filhos de Allah iam sendo abatidos pelos soldados da Cruz. Libertada a Peninsula, o clero achou os monarchas christãos de bom grado, para o indeminsarem do que haviam perdido com a invazão dos arabes.

As doações, feitas ao clero pelos monarchas conquistadores, consistiam em grandes porções de terrenos, mas estes completamente talados e em que apenas se divisava algum miseravel casebre, já meio em ruinas. Para habitar estes casebres, na sua mór parte abandonados, e para arrotear os campos onde se lobrigavam só urzes, eram necessarios agricultores, e estes só podiam alli ser attrahidos por meio de regalias e promessas; e isso foi o que fez o clero e bem assim os filhos d'algo.

Aquellas colonias, dispersas, foram depois d'onde nasceram os concelhos, esse poderoso elemento da liberdade popular.

O clero que com promessas, o mais das vezes fallazes, havia attrahido ás suas terras maior numero d'agricultores do que os filhos d'algo, em breve ganhou a sua antiga preponderancia,

de que podem servir de exemplo as dissenções que houveram entre D. Sancho I e o bispo do Porto, D. Martinho—dissenções, em que o rei se alliou com a plebe para melhor poder abater a altivez episcopal, o que lhe valeu não poucas excommunhões, com que o fulminou do alto do solio pontificio Innocencio III.

O mesmo que succedera com D. Sancho I, succedeu depois com D. Affonso e D. Sancho II, porque estes monarchas, querendo sustentar na devida altura a auctoridade real contra as exigencias do clero, tiveram de por mais d'uma vez fazer correr o sangue de seus vassalos, acarretando assim sobre o reino innumeras excommunhões e interdictos.

D. Affonso III vinha d'um paiz onde eram mui frequentes as contendas entre o clero feudal e os burguezes; por isso, confiado na experiencia propria, seguiu uma politica muito mais sagaz do que a que haviam seguido os reis seus passados. Eleito rei como já dissemos, pela influencia do clero, mostrou-se a principio grato a taes favores, mas depois julgou devel-o reprimir, como o haviam feito seu pae e irmão; porém n'esta repressão seguiu um systema muito dessemelhante do que aquelles haviam seguido; pois não atacou as suas terras com mão armada mas sim promulgou foraes a quasi todas as povoações d'alguma importancia, tornando por esta fórma o paiz coberto de concelhos.

A creação do concelho d'Aveiro data sem duvida d'esta época; pois D. Diniz em 1370 concedeu um privilegio *á sua villa e concelho d'Aveiro.* (91)

O DISTRICTO

O districto d'Aveiro está situado na provincia do Douro; confina ao norte com o districto do Porto, ao nascente com a provincia da Beira-Alta, ao sul com o districto de Coimbra, e ao poente com o Oceano Atlantico.

Tem de comprimento 78 kilometros e de largura 50. O numero total de seus habitantes é de 251:586. Em 1855 o districto d'Aveiro comprehendia 7 comarcas, 24 concelhos e 142 freguezias.

A divisão feita por o decreto de 24 de outubro d'aquelle anno ficou tendo 8 comarcas divididas pela seguinte forma :

Agueda : — Agueda, Albergaria Velha e Sever do Vouga.

Anadia:—Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro.

Arouca:—Arouca e Castello de Paiva.

Aveiro :—Aveiro, Ilhavo e Vagos.

Estarreja:—Estarreja.

Feira:—Feira.

Oliveira d'Azemeis: — Macieira de Cambra e Oliveira d'Azemeis.

Ovar:—Ovar.

O districto d'Aveiro possue bastantes minas, ainda que algumas estão por explorar.

Das exploradas, as mais importantes sãó a do Carvalhal, na margem do Caima, concelho de Sever do Vouga, e as do Braçal, Telhadella e Coval da Mó, tambem no mesmo concelho,

Todas estas minas compõem-se de spath calcareo, cobre, chumbo, pyrite de ferro, etc.

No districto de Aveiro tambem ha presentemente dous estabelecimentos fabris de grande importancia, que são a Fabrica de Papel de Valle-Maior e a de porcelana da Vist'Alegre.

Aquella, que é propriedade dos srs. Ferreira Tavares & Tellier, foi inaugurada em 1874, e os seus productos são geralmente apreciados tanto em Portugal como no estrangeiro. O papel empregado n'esta obra é da fabrica de Valle Maior, onde todas as encommendas são feitas com a maior promptidão e barateza.

Em Valle-Maior a fabricação do papel é á machina, o que torna ainda mais recommendavel este importante estabelecimento.

A fabrica de porcelana da Vist'Alegre, foi fundada em 1823, pelo sr. José Ferreira Pinto Basto, para o que obteve de el-rei D. João VI os mesmos privilegios que gosava a da Marinha Grande, por *provisão* de 1 de Julho de 1824.

Os productos da Vist'Alegre tem sido premiados nas exposições nacionaes de Londres e Pariz em 1851 e 1855, na internacional do Porto de 1865 e nas universaes de Pariz de 1867 e de Vienna de 1874.

O actual proprietario da fabrica da Vist'Alegre é o sr. Domingos Ferreira Pinto Basto.

A IMPRENSA

A imprensa data do seculo XV.

Nos meados d'aquelle seculo Lourenço Coster havia inventado em Harlem o processo da impressão com typos de metal fundido em um molde; foi isto que João Gutenberg aperfeiçoou a ponto de pôr em pratica.

Gutenberg era natural de Moguncia; a época do seu nascimento fixa-se em 1398 a 1400; aos 15 annos, havendo perdido seu pae, abandonou a patria e depois de haver viajado durante alguns annos, foi viver para Harlem; alli é que teve conhecimento da descoberta de Coster.

Gutenberg, desejando levar a final a descoberta da imprensa foi estabelecer-se em Strasburgo, onde durante dez annos trabalhou no aperfeiçoamento da maravilhosa invenção. Havendo-se associado com Heilmann, André Dryzehn e Riff, abandonou os seus trabalhos porque morrendo estes, se viu perseguido por numerosos credores que mais tarde o fizeram saír d'aquella cidade.

Gutenberg com a alma retalhada com decepções volta a Moguncia, porém pobre; tudo que havia herdado de seu pae, tinha-o gasto nas experiencias emprehendidas, para poder levar a final a obra que o havia de immortalisar; falto de recursos associa-se com João Fausto e Pedro Schœffer; com o dinheiro d'aquelle e intelligencia d'este pôde ver finalmente coroados de feliz exito os seus exforços, imprimindo uma edição da Biblia pelos annos de 1450 a 1455.

Descoberta a imprensa, Fausto tratou de se separar de Gutenberg, demandando-o pelas sommas que lhe havia emprestado, o que afinal conseguiu, pois aquelle vendo-se constrangido a abandonar as suas officinas, retirou-se de Moguncia para Strasburgo onde, auxiliado por alguns amigos como foram João de Meydenbach e Conrado Humery estabeleceu uma imprensa em que imprimiu em 1460 o *Catholicon.* (Diccionario latino.)

A imprensa em breve se espalhou por toda a Europa, sendo acolhida por quasi todos os soberanos com uma ovação verdadeiramente enthusiastica.

Crê-se que foram os judeus, que introduziram a imprensa em Portugal em 1489.

Não é para aqui historiar como a imprensa se estabeleceu em Portugal e quaes as cidades que primeiro tiveram typogra-

phias, porque Aveiro não consta que tivesse nenhuma anteriormente a 1840.

As primeiras obras litterarias que se imprimiram n'esta cidade foram em 1855 *Kean* ou a *Desordem e o Genio*, de Alexandre Dumas, e os *Burgraves Trylogia* por Victor Hugo, versão de José Maria Sousa Lobo.

Aveiro possue hoje duas typographias: a Aveirense e a Commercial.

***

E' remotissima a origem dos jornaes ou gazetas; os romanos tinham a *Acta Diurna* ou *Actos Diarios*, que eram quasi o mesmo que os nossos jornaes politicos.

Depois da extincção dos *Actos Diarios* dos romanos, appareceram em Veneza as primeiras gazetas que eram manuscriptas, não obstante estar ali já estabelecida a typographia; e sahiam de mez a mez.

As gazetas principiaram a divulgar-se pela Italia durante o pontificado de Gregorio XIII; porém elle prohibiu-as expressamente por meio de uma bulla.

Na Inglaterra o primeiro jornal que appareceu foi em 1588: intitulava-se o *Mercurio Inglez*.

Em França deve-se a introducção do jornalismo a um medico celebre, Renandot, que em 1652 obteve um privilegio exclusivo para a publicação d'um jornal.

O mais antigo jornal, de que ha memoria haver-se publicado em Portugal, é de novembro de 1641.

Em Aveiro tem existido differentes jornaes, como foram a *Aurora* (litterario), o *Aveirense*, a *Imprensa* e o *Imparcial*; hoje possue dois: o *Campeão das Provincias* e o *Districto de Aveiro*.

O *Campeão das Provincias*, que é tido por um dos jornaes mais bem redigidos e sensatos do paiz, foi fundado pelo sr. Manuel Firmino de Almeida Maia em 14 de março de 1851. Tem sido bastante penosas as phases por que ha passado este jornal; porém a todas tem sobrevivido, graças á louvavel coragem do seu illustrado proprietario. O *Campeão das Provincias*, milita nas fileiras do partido progressista historico; porém a seriedade dos seus artigos torna-o digno do favor de todos os homens sensatos; os seus collaboradores, alem do proprietario, são os srs. Almeida Vilhena, Alexandre de Seabra, Rezende Junior, e outros cavalheiros não menos illustrados.

*

O sr. Manuel Firmino d'Almeida Maia faz expedir para o Brazil e Africa uma edição especial do *Campeão das Provincias* desde 4 de outubro de 1872.

Districto de Aveiro. Foi fundador d'este jornal o primeiro ornamento da nossa tribuna parlamentar José Estevão Coelho de Magalhães.

O primeiro numero do *Districto de Aveiro* viu a luz da pubilicidade em 2 de julho de 1862; porém, tendo suspendido a sua publicação por motivos que ignoramos, reappareceu em 8 de janeiro de 1872.

Ninguem pode negar que a época em que vivemos é toda de luz e trabalho; pois foi o desejo de trabalhar que fez reapparecer o *Districto de Aveiro*, e não as influencias partidarias, como ha succedido com a maioria dos nossos jornaes. Foi o sr. Antonio Augusto de Souza Maia, cavalheiro estimavel pela sua honradez e constante applicação, que fez ver de novo a luz da publicidade áquelle jornal, que hoje occupa um lugar distinctissimo na imprensa portugueza.

O *Districto de Aveiro* já encetou o quarto anno da sua publicação, provando d'esta sorte, que os esforços do seu muito digno proprietario, merecem um geral acolhimento, pois por todos os titulos se hão tornado dignos do favor publico.

O sr. Souza Maia, tendo por unico patrimonio o seu trabalho, mas o trabalho que nobilita, é um homem prestante e illustrado que gosa da geral estima de seus concidadãos.

O *Districto de Aveiro* tem por collaboradores o seu proprietario, e os srs. Agostinho D. Pinheiro e Silva, Lourenço de Almeida e Medeiros, e o auctor d'este livro.

SEGUNDA PARTE

ESTAÇÃO DO CAMINHO DE FERRO

José Estevam desejando promover por todos os meios a prosperidade da sua terra natal, conseguiu que a linha ferrea de Lisboa ao Porto passasse junto de Aveire; não obstante os prejuisos que d'isto resultaram á companhia constructora.

Esta cidade pouco ou nada lucrou com aquella medida, que a José Estavam se affigurou ser de grandes vantagens.

A estação de Aveiro, que é a 31.ª do caminho do Norte, não possue notabilidade alguma; até, pelo contrario, é um edificio acanhadissimo.

CAPELLA DO SENHOR DAS BARROCAS

Esta capella é um dos melhores templos que Aveiro possue; está situada ao lado da estrada que conduz a Esgueira, e foi edificada em 1707 a expensas do crescimo da massa das cisas. (92) E' de fórma polygona, e de rica escultura. Nas portas lateraes e principal predomina o estylo gotico floreado. Na porta principal ha figuras de grande merecimento artistico sustentan-

do alguns dos emblemas da paixão do Redemptor; comtudo é para lamentar o estarem tão deterioradas pelo tempo; o que é devido á qualidade da pedra, que é deAnçã.

Sobre esta porta lê-se n'uma lamina de bronze em fórma de fita o seguinte:

DOMUS MEA DOMUS ORATIONIS VOCABITUR:
PULSATE ET AERIETUR VOBIS.

Versão:

A minha casa é a casa da oração; batei
e ella abrir-se-vos-ha.

O zimborio da capella é tambem bastante notavel pela sua fórma e elevação; e da facha horisontal, que lhe corre em volta da raiz, por sobre a cornija, goza-se um panorama esplendido.

CAPELLA DE N. S. D'ALEGRIA

Por mais esforços que fizemos não nos foi possivel averiguar a data da fundação d'esta capella, respeitavel pela sua antiguidade; comtudo, levados por um vestigio de architectura manoelina que alli se encontra, parece-nos que não teve logar senão depois ou até mesmo no reinado do monarcha venturoso.

A capella não encerra nada de notavel, a não serem alguns azulejos antigos collocados a *trouche mouche* sob desmantelladas talhas douradas. Estes azulejos, cuja existencia passou por muito tempo desapercebida, são em relevo, com arabescos e flôres em tudo semelhantes aos que revestem as paredes e columnas da Sé Velha de Coimbra.

Esta capella pertencia a uma irmandade de pescadores; eram avultados os seus rendimentos, e ainda hoje possue algumas alfaias dignas de exame pela sua antiguidade.

Fr. Agostinho de Santa Maria, no seu *Sanctuario Marianno*, diz que a capella de Nossa Senhora da Alegria, muito

celebre na comarca d'Esgueira, se tem por tão antiga, que se ignora a sua origem.

A irmandade de N. S. da Alegria possuía um hospital na rua de Villa-Nova, (hoje Vera-Cruz).

EGREJA DE SANTA MARIA DE SÁ

Não resta um unico vestigio d'este templo, que a tradicção e bem assim os livros da chancellaria de D. Diniz dizem haver existido em Sá.

Diz o auctor da Monarchia Lusitania, que a egreja de Santa Maria de Sá, entre Aveiro e Esgueira, servia de freguezia no tempo de D. Diniz, que deu foral a este logar em Coimbra, a 13 de outubro de 1296. Este foral é tambem de Ilhavo e Verdemilho.

D. Manuel deu foral novo a Sá em 8 de março de 1514.

CONVENTO DE SÁ

D. João IV havia sido aclamado rei por 40 bravos, que n'um momento tinham despedaçado os ergastulos com que a Hespanha, durante 60 annos, nos algemou os pulsos; a bandeira das quinas fluctuava impavida sobre os derrocados baluartes, que bordam o Tejo; o povo inteiro, cheio de enthuziasmo, corria pressuroso ao chamamento do monarcha, para ir defender com a propria vida a terra em que repousavam as cinzas de seus passados; as fronteiras de Portugal eram o basto campo da batalha, onde dois povos, que se chamam irmãos, combatiam; um pela independencia da patria, outro pela conquista da terra que em todos os tempos tinha sido acalentada pelo sol benefico da liberdade.

Os combates eram sangrentos, e no meio d'essa lucta verdadeiramente fratricida, os castelhanos nada respeitavam, nem mesmo os proprios conventos onde se abrigavam as filhas do Senhor; e d'isto são prova os innumeros ataques feitos contra o convento de Nossa Senhora do Loreto (freiras franciscanas) da praça d'Almeida.

Foi d'este convento, que foi fundado por tres irmãs chamadas Garcia Gorôa, Anna da Conceição e Branca d'Assumpção, da familia dos Gelhas e Falcões de Pinhel, que vieram as fundadoras para o da Madre de Deus, d'esta cidade, por lhes ser impossivel o continuarem a viver no seu antigo convento.

Depois de obtidas as licenças necessarias, a maioria das religiosas do convento do Loreto abandonou Almeida e vieram para esta cidade onde, chegando em 22 de junho de 1644, se hospedaram no palacio de D. Beatriz de Lara, e ahi estiveram emquanto se procedia á edificação d'um novo convento nas casas e pomares, que para este fim lhe havia doado D. Maria Ferreira, viuva de Manuel Barreto Sarnich, fidalgo da casa real. No dia 2 de agosto d'aquelle mesmo anno fizeram as religiosas a sua entrada solemne no seu novo convento, a que se seguiu uma luzida festividade, sendo oradores fr. Manuel da Expectação e fr. Manuel Botelho.

A fundadora do convento, fallecendo, legou-lhe tudo quanto possuia, por testamento approvado pelo tabelião da villa de Ilhavo, Manuel Soeiro, em 25 d'agosto de 1646.

O convento é bom, e dizem ser o melhor que esta ordem possue em Portugal; comtudo está bastante arruinado.

Das 70 religiosas professas, que aqui haviam, presentemente existem apenas duas, que são as ex.^{mas} sr.^{as} D. Innocencia Ludovina do Céu, e D. Anna Benedicta de S. Miguel.

A egreja, que é de apparencia agradavel, e está ornada com todo o esmero, foi construida em 1671.

CONVENTO DE N. S. DO CARMO

Passando em Aveiro, no anno de 1613, com direcção ao Porto, alguns carmelitas descalços, foram hospedar-se no paço

dos Tavares. Por esta occasião um dos membros d'esta illustre familia fez-lhes vêr a grande utilidade que podiam alcançar, se fundassem aqui um convento da sua ordem.

Sendo eleito provincial fr. Antonio do Santissimo Sacramento, que tinha sido um d'aquelles a quem lembrou a fundação o fidalgo Tavares, mandou a Aveiro fr. Thomaz de S. Cirillo, prior do collegio de Coimbra, para escolher o local em que se devia edificar o convento, e bem assim para alcançar licença da camara. Esta licença foi concedida no dia 22 de julho de 1613, para o que se reuniram nos paços do concelho, além da camara, todos os nobres e *homens bons* da villa. O auto em que se concede auctorisação para os carmelitas fundarem o seu convento foi feito pelo escrivão da camara, Sebastião da Rocha Pimenta, e assignado pelo *juiz de fóra*, Gaspar Corado, e por os cidadãos Miguel Affonso Migalhas, José Coelho, Antonio de Almeida da Costa, Diogo Vieira Guedes, Thomaz da Costa Corte-Real, Jeronymo Cardoso, José Barreto, Antonio Coelho, Braz Pereira, Andrade Laçarote, Pedró d'Araujo e Miguel da Veiga.

O bispo de Coimbra, D. Affonso de Castello Branco, assim como D. Alvaro de Lancastre, 3.º duque d'Aveiro, deram a licença para a edificação em 12 de outubro do mesmo anno, de 1613.

As obras não se fizeram esperar muito, e o convento principiou-se a construir em umas casas junto da capella de S. Gonçalo, que haviam pertencido a Gil Homem da Costa; eram acanhadissimas as proporções do novo convento, não obstante ser pequeno o numero dos frades que n'elle habitavam.

Passado um anno depois da fundação, o convento foi julgado extincto por a Mesa do Desembargo do Paço, em vista dos frades não terem alcançado auctorisação regia. Logo que houve noticia d'esta ordem, a camara e bem assim a nobresa da villa representaram a Filippe III, para que este confirmasse a fundação do convento.

A representação que foi apresentada ao monarcha hespanhol por o conselheiro d'estado D. Henrique de Sousa, 1.º conde de Miranda (83) teve feliz exito; pois por provisão de 16 de julho de 1615 se ordenou que ficasse sendo valida a fundação do convento dos carmelitas descalços.

Foi pessima a construcção do primitivo convento; os frades vendo-o a ameaçar ruina, trataram logo de edificar um outro, porém n'um local mais apropriado do que aquelle era. Para este fim comprou o prior fr. José de Jesus Maria uma porção de

terreno na rua de S. Paulo, onde o seu successor fr. Domingos de Santo Angelo mandou construir o convento. Como as obras se fizessem vagarosamente, foram os frades transferidos para o palacio de D. Beatriz de Lara, e ahi permaneceram até ellas se concluirem; o que teve logar em 15 de março de 1620.

D. Beatriz de Lara prodigalisou os maiores favores aos carmelitas, para elles poderem levar afinal a edificação do seu convento; mas não o fundou, como affirma o padre Carvalho na sua Chorographia Portugueza.

Os frades deram a D. Beatriz de Lara o padroado da capella-mór; por escriptura feita em 25 d'agosto de 1626. Havendo declarado esta senhora, que por sua morte o padroado passaria para o representante da casa de Villa-Real, fez nova escriptura em fevereiro de 1648, em que declarou que tendo-se extinguido aquella casa (94) o padroado não passasse a nenhum outro parente.

O convento era um edificio assás amplo, porém muito irregular, e d'elle poucos vestigios restam, a não ser parte do claustro mandado construir pelo prior fr. Manuel de Santa Maria em 1653; pois foi demolido até aos alicerces, e no local que occupava fez edificar o sr. Sebastião de Carvalho e Lima um elegante palacete em 1858.

A egreja, que tem a fórma de cruz como quasi todas as da ordem, é espaçosa e de solida construcção; lançou-lhe a primeira pedra fr. Miguel da Madre de Deus no dia 15 de outubro de 1628. A pedra levava gravadas as armas de D. Beatriz de Lara, (que tambem se vêem no zimborio) o nome do papa, que então occupava a cadeira de S. Pedro, Urbano VIII, (95) e de Filippe III.

Só em 1643 é que a egreja se concluiu, celebrando-se alli a primeira missa no dia 24 d'abril d'aquelle anno. (96)

Na capella-mór, do lado do evangelho, está um sumptuoso tumulo de marmore em que repousam as cinzas da padroeira da mesma capella.

D. Beatriz de Lara era primogenita de D. Manoel de Menezes, 3.º marquez e 1.º duque de Villa Real, por mercê de Filippe III, e de D. Maria da Silva, filha de Alvaro Coutinho, commendador d'Almorol, — casou com D. Pedro de Médicis, terceiro filho do Grão-Duque da Toscana, Cosme de Médicis; (79) tendo-se divorciado do marido, viveu algum tempo em Madrid; mas logo que elle morreu n'aquella mesma cidade, veio para o convento de Jesus de Aveiro, onde falleceu a 4 de junho de 1648.

Na sachristia que foi mandada fazer por Fr. Luiz de Jesus em 1649, estão alguns bustos de santos, que outr'ora contiveram reliquias que tem sido subtrahidas ; tambem ainda alli se conservam duas miniaturas que tem merecido os encomios dos entendedores, e são : —um retrato de Jesus Christo offerecido pelo papa Inocencio 8.º a D. Beatriz de Lara, e por esta ao convento, e outra representando Jesus Christo a orar no Horto de Gethsemani.

Diz o padre Carvalho, que este convento possuia parte do escapulario de santa Theresa. O orgão, que tinha sido comprado pela communidade em 1680, foi levado por ordem do governo, depois da extincção das ordens religiosas, para a egreja do Pinheiro da Bemposta.

A egreja conserva-se com toda a decencia, graças ao desinteressado cavalheirismo do sr. Joaquim de Sequeira Moreira, que se não tem poupado a esforços, para que ella não tenha a sorte de muitas outras que estavam em circunstancias identicas, e tambem não tem concorrido menos para isto o sr. Sebastião de Carvalho e Lima, a cujas expensas alli tem logar todos os domingos e dias santificados o incruento sacrificio da missa.

Foi d'este convento que sahiram no dia 29 de junho de 1628, fr. Thomaz de S. Cyrillo e Alberto da Virgem, para procederem á fundação do Bussaco, e levaram para a obra, segundo resa a chronica, um cobertor cada um para a cama, uma canastra de sardinhas para a mesa e dez crusados novos para occorrer a todas as despesas.

EGREJA DA VERA-CRUZ

Ignora-se a data da fundação d'este templo, que sem duvida é um dos mais antigos que possue a cidade ; a sua architetura mostra que a primitiva construção data de seculos: dissemos primitiva porque n'esta egreja, que é de tres naves, se encontram construções de mui differentes épocas, como é a da capella-mór.

Esta egreja serve de freguesia desde o anno de 1572, e em 1835 foi-lhe annexada a de Nossa Senhora d'Apresentação, em virtude d'um alvará do primeiro administrador geral d'Aveiro, Lopes Lima. A capella do Santissimo, obra de bastante merecimento, foi construida em 1583, e pretencia á antiga e nobre familia dos srs. Couceiros da Costa, que ha bastantes annos a cederam á juncta de parochia pela deminuta quantia de réis 100:000. Tambem tem algum merecimento a tribuna, no cimo da qual estão as quinas reaes assentes sobre uma cruz—e o retabulo do arco cruzeiro, que foi alli collocado em 30 de setembro de 1845. Ha muito que está concebido o projecto de se reformar esta egreja, porque o consideravel augmento da população pede a construcção d'um templo de mais vastas proporções do que este.

Uma portaria de 4 de julho de 1845, referendada por José Bernardo da Silva Cabral, concedeu á juncta de parochia d'esta freguezia os sinos e relogio da egreja do extincto convento do Carmo, para se collocarem nas torres que se projetavam fazer.

A egreja conserva-se com todo o aceio, o que é devido a confraria do Santissimo, que se rege por estatutos approvados por um alvará do ex.^{mo} governador civil, Manuel José Mendes Leite, em 28 de janeiro de 1872, e ao louvavel zelo do muito digno prior da freguezia o revd.^{o} sr. João José Marques da Silva Valente, caracter respeitavel pela sua illustração, que como poucos tem comprehendido a sublime missão de parocho, imitando em tudo para não dizermos excedendo, o seu antecessor, o revd.^{o} dr. Manuel Rodrigues Tavares, cuja memoria ainda hoje é reverenciada pelos seus freguezes, a quem elle dispensava os carinhos do mais affectuoso dos paes.

Até 1834 a freguezia da Vera-Cruz, pretencia á ordem d'Aviz; o vigario tinha 60:000 réis de rendimento.

Na noute de 4 de março de 1870, praticou-se n'esta egreja um grande desacato, pois os amigos do alheio, em seguida ao haverem arrombado o sacrario, roubaram o vaso que continha as sagradas formas, lançando estas pelo chão.

No dia 25 do mesmo mez e anno teve lugar uma solemne festividade em desaggravo, sendo orador o sr. Alves Matheus, conego da sé do Porto e um dos primeiros ornamentos do pulpito portuguez.

EGREJA DE N. S. DA APRESENTAÇÃO

Esta egreja que é uma das melhores que Aveiro possue, foi edificada em 1606 no local d'uma capella denominada de S. Gonçalo, erecta em freguezia no anno de 1512 pelo bispo conde, D. João Soares.

A nova egreja, apesar de já construida sob o orago de Nossa Senhora da Apresentação, ainda conserva a antiga denominação de S. Gonçalo.

Serviu de freguezia até 13 de outubro de 1835, época em que foi annexada á da Vera-Cruz. Tinha 400 fogos.

O parocho, que tinha o titulo de vigario, recebia de ordenado 70$000 réis.

Antigamente havia n'esta egreja tres irmandades: eram a de S. Salvador, que foi fundada em 1615, a das Almas em 1768, e a de Nossa Senhora da Apresentação em 2 de fevereiro de 1726, que ainda existe e tem estatutos approvados em 7 de novembro de 1872.

O Papa Pio VI, por bulla de 21 de março de 1797, concedeu a esta egreja diversos privilegios.

COLLEGIO AVEIRENSE

Ha muito que se sentia entre nós a falta d'uma casa de educação e ensino; porém esta falta foi sanada com a fundação do Collegio Aveirense, de que é muito digno proprietario e director o revd.º sr. dr. Antonio José Rodrigues Soares, cavalheiro illustrado e geralmente bemquisto, que ha sido incansavel para collocar o seu collegio a par dos primeiros do paiz.

O Collegio Aveirense foi inaugurado sob a protecção da Virgem, em 4 de outubro de 1873; os resultados obtidos no ultimo anno lectivo, foram assás lisongeiros; tal é a classificação que nos exames finaes obteve a maioria dos seus alumnos.

O sr. Rodrigues Soares projecta mandar construir um edificio apropriado para n'elle estabelecer o seu collegio, que

presentemente é frequentado por mais de 40 alumnos internos e perto de 20 externos.

Este Collegio torna-se por todos os titulos recommendavel; a modicidade dos preços allia-se á boa educação moral e religiosa que alli se ministra aos alumnos e bem assim os nomes de seus professores.

CLUB

Tem já bastantes annos de existencia esta instituição, ondo diariamente se reune a maioria das pessoas que compõem a sociedade aveirense.

Presentemente projecta-se a edificação d'um novo edificio em que se aloge.

CAPELLA DE S. JOÃO

Esta capella, que não encerra nada de notavel, e cuja data da sua fundação se ignora, está situada no campo do Rocio, em que tem logar a feira annual denominada de—Março,—a que D. Duarte concedeu um privilegio em 1430.

Era tambem n'este campo que faziam exercicio as quatro companhias da ordenança que aqui haviam, e n'elle esteve acampado parte do exercito inglez, que, sob o commando de Sir Arthur Welleslei, foi atacar o Porto occupado por Soult.

N'outro tempo eram esplendidos os festejos que se faziam n'esta cidade ao Santo Precursor. N'uma memoria antiga sobre Aveiro lê-se o seguinte :

« N'esta villa (Aveiro) todos os nobres d'ella e da villa de Esgueira, que fica d'aqui uma milha para o nascente, desde tempos remotissimos tem costume de virem ao caes em dia de S. João Baptista celebrar a sua festa com mui luzidas cavalhadas, onde appareciam e ainda agora apparecem os mais ricos

telizes primorosamente bordados com bordaduras de ouro e prata, e sêdas de varias côres e veludos ricos de terciopelo, com as suas armas brazonadas e divisadas, trajando os seus mais ricos vestidos de gala e plumas; e depois de praticarem com a maior destreza e a mais brilhante mestria differentes jogos de cavalleria, correm a *sina* pela villa, e acabada esta vistosa funcção seguem á estacada dos touros, onde cada um á porfia mostra a sua destresa e manhas em acoçar os valentes animaes, ora de pé, ora a cavallo; raro é o anno em que não haja algum desgosto, o que procede do descommedido atrevimento e ouzadia em os accommetter, principalmente os touros que se mandam vir do Alemtejo e Santarem, por os quererem mais bravios que os de cá; e tambem n'aquelle dia se fazem mui vistosos jogos de artificio com figuras como de bonifrates de mui engenhosas invenções. »

PELOURINHO

Antigamente poucas eram as cidades e villas que não tinham o seu pelourinho, principalmente no sul de Portugal, cuja maioria o vandalismo lançou por terra depois de estabelecido entre nós o regimen constitucional. O pelourinho era ao mesmo tempo instrumento de justiça e signal de jurisdicção (98); o de Aveiro estava collocada no Largo do Rocio, e era em fórma de columna torcida, ornada de lavores imitando assim o estylo gothico. No fuste da columna viam-se as armas de Aveiro, e a esphera armilar, insignia do venturoso reinado de D. Manuel.

O pelourinho de Aveiro foi demolido em 1834.

O CAES

Aveiro está ligado com a ria por meio d'um braço canalisado com um bello caes de cantaria de ambos os lados.

Em 1680, por provisão de D. Pedro II, então regente, a camara foi auctorisada a lançar o imposto por espaço de tres annos d'um real em cada quartilho de vinho tabernado para poder occorrer ás despezas da reconstrucção do caes, que n'esta época se achava bastante arruinado. D. Maria I mandou tambem reedificar o caes, encarregando da inspecção da obra, que teve principio em 31 d'Agosto de 1780, o desembargador da Supplicação, Antonio Gravito Simões da Veiga.

Foi de pouca solidez esta nova obra, porque foi em vista do estado de ruina, em que se achava em 1858, que o governo o mandou reformar completamente principiando as obras a 26 de abril do mesmo anno, e concluindo-se a 30 de setembro de 1872. A despeza d'esta obra subiu á quantia de 50:218$085 réis.

A BARRA E A RIA

O rio Vouga outr'ora conhecido por Vaca, nasce na freguezia de Quintella da Lapa, 30 kilometros ao N. E. de Vizeu, e desaguando na ria d'Aveiro com 90 kilometros de curso vem formar o porto d'esta cidade a 3 kilometros de distancia d'ella. São confluentes do Vouga, á direita Sul e Caima, e á esquerda Brizella Riba-Má e Agueda. Seria de grande utilidade para o commercio levar a effeito a ideia já ha muito concebida de tornar navegavel o rio Vouga, de Sever até S. Pedro do Sul, porque este canal extendido pelo centro da Beira, atrahiria á nossa barra grande parte dos productos d'aquella fertil provincia.

Em Serem principia o Vouga a ser orlado de bellos campos, que se estendem até onde elle mistura suas aguas com as da ria. E' aquella povoação atravessada pela estrada que de Lisboa se dirige ao Porto, encontrando-se n'este local uma formosa ponte, mandada construir em 1713 por el-rei D. João V.

Ignora-se onde antigamente era a ponte d'este rio, que se julga ter sido principiada nos primeiros annos da nossa monarchia.

Nas *Dissertações* do academico, João Pedro Ribeiro, tom. 5.º, pag. 81, se acha transcripto o testamento de Gonçallo Gonçalves, chantre das sés do Porto e Coimbra, onde se en-

contra a seguinte verba: — « As pontes do Vouga, Agueda, Seira, Albia e Canavezes, *anciptrum meos panos de tritania, et annulum meum de rubibalaris, era de 1262.*

Tambem em 1298 D. Sancho, bispo do Porto, fez em seu testamento doação de certa somma ás pontes de Canavezes, Vouga e Agueda. São ferteis e extensos os campos do Vouga; é risonho o seu aspecto, principalmente quando a natureza os reveste com os primores de suas galas, e centenas de pequenos bateis velejam sobre as estanhadas aguas dos seus innumeros canaes. É explendido o panorama que se gosa no extenso lago da ponte da Rata, lago onde se unem em fraternal abraço as aguas do Vouga e Agueda.

Os campos do Vouga, hoje mais conhecidos por campos de Aveiro, segundo se vê do authorisado testemunho d'alguns escriptores antigos, produziam annualmente mais de 30:000 moios de trigo; mas hoje produzem sómente 12 a 14:000, e esta somma ainda foi muito mais diminuta desde 1615, em que a barra d'Aveiro se principiou a obstruir, até 1808, em que se abriu novamente. Estes campos, até então fertilissimos, tornaram-se incultos e pantanosos, principalmente aquelles que ficavam entre a costa do mar e Angeja.

São pouco piscosas as aguas d'aquelles rios; o que alli mais abunda são os *pimpões*, pequenos peixes vermelhos e dourados, que diz fr. Francisco dos Prazeres Maranhão serem as douradas chinezas (*chyprinus auratus*) trazidas da China pelos inglezes em 1611.

E' notavel a coincidencia que se deu na propagação dos *pimpões* no rio Vouga.

Em 1807 o dr. José Pedro Leite tinha grande quantidade d'estes peixes na sua quinta de Santo Antonio, hoje propriedade do exm.º visconde do mesmo titulo; por um descuido casual abandonaram o tanque onde se achavam, e passando ás valas de esgoto da mesma quinta, em breve se espalharam por as aguas da ria.

Na lat. de 40 gr. e 30 min., e na long. de 12 gr. e 32 min., a 50 kilometros de distancia da foz do Douro e 45 da do Mondego, forma o Vouga a barra d'Aveiro.

Tem sido grandes as alternativas por que ha passado a nossa barra; foram grandes as épocas do seu explendor, como tem sido e são tristes as da sua decadencia.

Outr'ora aportaram á foz do Vouga armadas phenicias, assim como a Carthaginesa commandada por Amilcar, e talvez outras mais, de que nos não resta noticia; os galeões romanos

vinham aqui buscar, assim como aos mais portos da Peninsula, os generos alimenticios e objectos de luxo de que Roma carecia.

No tempo de D. João II, como affirma Garcia de Rezende, era a barra de Aveiro frequentada por navios estrangeiros de grande lotação.

Segundo se vê das Memorias de Diogo Barbosa, assim como se deduz da lei de 3 de novembro de 1571, sahiram da barra d'Aveiro algumas *náus* com destino á malograda expedição d'Africa. (99)

Em 13 de Maio de 1809 entrou tambem pela barra d'Aveiro uma esquadra ingleza composta de 48 velas, e ancorando na praia, hoje conhecida por Praia da Senhora, aqui se demorou por espaço de 15 dias.

Até 1685 conservou-se a barra em optimo estado; porém, n'aquelle anno principiaram as areias a obstruil-a consideravelmente, o que fez com que o commercio paralizasse e Aveiro em poucos annos decahisse da sua antiga opulencia; já n'aquelle anno ella tinha tomado uma direção muito contraria á que sempre tivera, e isto fez que D. Pedro II mandasse a Aveiro dois engenheiros, para estudarem d'onde provinham tantos males. Estes sabios estrangeiros foram do parecer que o unico remedio possivel era o abrir-se uma nova barra na costa de S. Jacintho. Tal plano não se chegou a pôr em pratica, sem duvida por demandar despezas com que o nosso thesouro não podia, pois estava n'aquella época exhausto em virtude da guerra que pelo espaço de 25 annos houve necessidade de sustentar com a nossa visinha Hespanha.

Em 1687 o estado da barra era o mais deploravel possivel, segundo se vê d'uma memoria contemporanea.

Desde 1685 até 1756 nada se providenciou com relação á barra; porém n'aquelle ultimo anno o engenheiro Carlos Mardel foi encarregado de fazer o plano para a abertura da nova barra; mas tambem não se chegou a concluir.

Em 1778 o tenente-coronel Guilherme Elsden, conjunctamente com os engenheiros Isidoro Paulo e Manoel de Sousa Ramos, formaram um outro plano, que teve o mesmo fim dos já referidos.

Desde que a barra principiou a correr para o sul, se conheceu a necessidade de a deter no seu progressivo caminhar, porque quanto mais distante ella estivesse do local, em que fazem junção as aguas do Vouga com as da ria, menos deveria ser a sua corrente; por esta rasão se formou o plano de a abrir no sitio da Vagueira, em 1780; começaram as obras sobre a immedia-

ta direcção do engenheiro hydraulico João Izepe; mas taes obras em vez de impedirem que a barra continuasse a correr na antiga direcção, fizeram que em poucos mezes estivesse na costa de Mira; todos os trabalhos emprehendidos foram mandados suspender em 1783 por um *aviso regio* (100). Era n'esta época superintendente das obras da barra o desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, Francisco Antonio Gravito.

Em 1791 tentou-se novamente abrir a barra não na Vagueira, mas sim na costa de S. Jacintho; o plano foi dado pelo professor hydraulico Estevam Cabral, e a execução foi entregue ao capitão de engenheria Luiz d'Arlincourt. Todos os trabalhos em poucos mezes ficaram inutilisados, a ponto de quando em 1802 se tratou de abrir novamente a barra, já não existia d'elles o menor vestigio. N'esta segunda tentativa serviu de superintendente o provedor da comarca, Nuno de Faria da Mata e Amorim.

Em 1801 sendo ministro de estado D. Rodrigo de Souza Coutinho, (elevado á dignidade de conde de Linhares por decreto de 17 de dezembro de 1808), e superintendente e desembargador da relação do Porto João Carlos Cardoso Verney, tratou-se de remediar os males de que Aveiro era presa, ordenando-se aos dois engenheiros, o brigadeiro Reinaldo Oudinot e tenente coronel Luiz Gomes de Carvalho, que formassem um novo plano para se poder levar a effeito a abertura da barra; cada um fez separadamente o seu projecto, e foram n'esse mesmo anno plenamente approvados por um aviso regio.

A barra em 1777 na sua maior altura tinha 8 palmos de profundidade; em 1778 6 e em 1802 5.

Os dois distinctos engenheiros que haviam elaborado o plano foram encarregados de o porem em execução; em 1802 principiaram as obras, mas logo no anno seguinte tendo sido mandado Oudinot em commissão para ilha da Madeira, onde morreu em fevereiro de 1807, ficou encarregado da direcção de todos os trabalhos Luiz Gomes por aviso regio expedido pelo visconde d'Anadia.

As obras continuaram até 1808, e no dia 3 de abril d'este anno pelas 6 horas da tarde teve logar a abertura da nova barra, que ficou desde logo com uma profundidade, na baixamár de 18 a 22 palmos, e na preamar de 28 a 32, sendo a sua direcção entre Oeste N-Oeste. Uma das principaes obras, senão a principal que se tornou necessario fazer foi a construção d'um dique para impedir a antiga direcção das aguas; na construção d'este dique, cuja extenção na época da abertura da

*

barra era de 1210 palmos e hoje é de 1080 metros, tornou-se necessario tapar com redentes de madeira a parte da ria que medeia entre o forte e a costa de S. Jacintho, fazendo que a cidade fosse innundada e grande parte dos seus campos estivesse durante dois annos submergida pelas aguas.

As despezas feitas com a abertura da barra, calculam-se em quatrocentos contos de réis aproximadamente. Não é estavel a direcção da barra, o que torna bastante embaraçosa a navegação; a entrada dos navios é quasi certa com todo o tempo, porem a sahida é o mais incerta possivel.

Já depois de ter sido aberta a barra em 1808, tem estado em muito precarias circunstancias; em 1857 esteve quasi obstruida; em 10 de maio d'este mesmo anno reuniram-se nos Paços do Concelho, a convite de José Estevam, todos os proprietarios de marinhas com o fim de pedirem ao governo auxilios para o melhoramento d'ella; as supplicas dos aveirenses foram ouvidas, porque d'ahi em diante foi annualmente concedido á barra d'Aveiro, um subsidio nunca inferior a 15:000$000 réis, subsidio que desde 1865 deixou de ser concedido; o que faz com que a receita do cofre da barra esteja reduzida ao imposto «real da barra» cujo rendimento pouco passa de 8:000$000, e que é administrado por uma commissão de dois membros, eleita pela juncta geral do districto em conformidade da lei de 9 de setembro de 1858.

Em 1873 a barra obstruiu-se tambem quasi completamente, a ponto de se poder atravessal-a a vau; a 28 de dezembro d'este mesmo anno teve logar uma grande reunião dos proprietarios de marinhas e pessoas mais notaveis d'esta cidade, para se pedirem ao governo providencias para em breve se poder acudir ao estado lastimoso, em que a barra se achava e nomeou-se uma commissão, composta dos srs. Casimiro Barreto Ferraz Sacchetti, Alberto Ferreira Pinto Basto, Agostinho Fernandes Melicio, Antonio Pereira Junior e Sebastião de Carvalho e Lima. Esta commissão representou ao governo em 9 de janeiro de 1874, pedindo que se mandasse proceder aos estudos precisos, para o plano das obras da barra por uma commissão ou conselho de engenheiros nos termos do artigo 10.º da lei de 23 de julho de 1839, e artigo 1.º da de 21 de julho de 1852 — em 2.º logar que se dignasse fazer um adiantamento de fundos com que se podesse dar principio ás obras que fossem de maior urgencia. A Associação Commercial tambem representou sob o mesmo fim em 19 do mesmo mez e anno.

Apesar do governo não dar solução alguma ás duas repre-

sentações que lhe foram enviadas, a barra foi aberta em Março de 1874 pelo distincto engenheiro e incansavel director das obras publicas d'este districto, o sr. Silverio Augusto Pereira da Silva.

Passados alguns mezes a direcção das correntes continuou a presistir para o sul, obstruindo novamente o canal, do que resultaram graves prejuizos para o commercio e navegação.

Actualmente é bastante lastimavel o estado da nossa barra; e podem ser fataes as suas consequencias, porque Aveiro, já ha muito defecado da sua grandesa, baqueará de todo se não forem tomadas energicas providencias, que produzam os melhoramentos de que o seu porto necessita.

No melhoramento da barra não está só a salvação da ria, d'esse lago immenso, que com a sua fertilidade sustenta milhares de familias; está tambem a d'esta cidade, não só porque o seu commercio consiste quasi unicamente na exportação do seu sal, como tambem porque dentro em pouco ella se tornaria um fóco de infecção.

Se as cousas assim continuarem, não tardará muito que a fome bata á porta de muita gente.

O elemento da pesca já vae escasseiando consideravelmente, e muitos dos marnoteiros fallam em abandonar as salinas, não só porque o sal está por um diminuto preço em vista d'estar em grande parte paralisada a sua exportação, como tambem pela difficuldade que se encontra em muitas partes da ria, de não haverem aguas com as condições necessarias para o seu fabrico.

Eleva-se a 200 o numero das embarcações que entram e sahem a barra d'Aveiro, e limitam-se quasi que exclusivamente á condução do sal. O minerio das minas do Braçal e Palhal, que antigamente era exportado pela barra, é hoje condusido para o Porto pelo caminho de ferro, e bem assim a fructa, que d'aqui é enviada para Inglaterra.

Houveram annos em que foram incalculaveis os prejuizos soffridos pelos negociantes d'este ramo de commercio, que chegaram a ponto de perderem carregações inteiras; tal era a difficuldade que havia na sahida dos navios.

O forte da barra, conhecido até 1830 por Castello da Gafanha, está situado na praia do sul, e distante da costa perto de dois kilometros. Este *castello*, que não passa d'uma parodia de fortaleza, já existia nos meiados do seculo XVII. Ha alli uma bateria, ou cousa que o valha, composta de duas peças do systema antigo, que presentemente servem para fazer signaes aos navios que demandam a barra fóra de monsão.

Em 1825 era governador do forte da Gafanha o capitão João Rangel de Quadros, para o que havia sido nomeado em 7 de janeiro de 1809. (101)

Ultimamente tem-se edificado junto do forte algumas habitações de singela architectura, porém de aprasivel apparencia. Ha alguns annos que n'este mesmo local se edificou uma elegante capella sob a invocação de Nossa Senhora dos Navegantes. Não podia ser mais apropriada a escolha do orago para a pequena ermida, porque «a Virgem é a estrella do mar; para se livrar dos naufragios, o mareante a invoca — *Ave maris stella.*»

A barra está ligada com a cidade por uma pittoresca estrada orlada de um e outro lado de *tamargueiras*, e cuja extensão é de 7 kilometros. Este util melhoramento, assim como muitos outros que Aveiro possue, devem-se ao nunca esquecido zêlo do nosso conterraneo José Estevam.

Na praia de S. Jacintho, que fica do outro lado do forte, está uma elegante capella de fórma polygona denominada de Nossa Senhora das Areias. Ignora-se a época em que foi construida; comtudo diz a tradição que ella fôra mandada edificar pelo cabido da Sé do Porto, a quem antigamente pertencia a dizima do pescado da mesma costa de S. Jacintho; e isto, segundo dizem, porque tendo entrado pela barra parte d'um casco de navio, este foi arrolar proximo do local onde hoje está a capella, e dentro d'elle se encontrou uma pequena imagem da Virgem, que foi a quem se consagrou a capella, onde se conservou por largo espaço de annos, até que foi *roubada* para ir novamente apparecer ahi para os lados das Talhadas.

Esta capella esteve por muito tempo abandonada: em 1860 a junta de parochia da freguezia da Vera-Cruz d'esta cidade, mandou-a reedificar, cedendo assim ás repetidas instancias d'um de seus membros, o fallecido bemfeitor da humanidade Manuel Martins d'Almeida Coimbra. E' na exploração da ria que consiste quasi toda a industria d'Aveiro: por toda ella estão espalhadas as suas marinhas, devididas entre si por pequenos canaes a que se dá o nome de esteiros.

Tambem se encontram pela ria pequenas ilhas, que na sua mór parte produzem junco e bunho. N'uma d'estas ilhas, Sama, houve em remotas épocas um lasareto, para onde eram mandadas as pessoas que soffriam molestias cantagiosas: um dos duques d'Aveiro disputou a posse d'esta ilha á camara: houve renhido pleito entre ambos; mas afinal esta venceu, por provar

que desde tempos immemoriaes a ilha tinha aquelle destino, e como tal era propriedade do municipio.

Na ria, que é abundantissima em peixe, cometem-se grandes abusos em relação á pesca, porque esta sendo feita, como é, com redes de malha extremamente miuda, dá o funesto resultado de parte do peixe não se chegar a desenvolver: a outra parte que procura as aguas da ria em certas estações, emigra por não encontrar peixe miudo com que se possa sustentar.

O ex-governador d'este districto o sr. Guerra Quaresma, tentou remediar o mal, elaborando um regulamento sobre a pesca, regulamento que foi mandado pôr em pratica por o ex-secretario geral do governo civil, Augusto Correia Godinho Ferreira da Costa, em edital de 26 de maio de 1868; mas segundo nos informam nunca chegou a ser posto em execução.

Não é tambem menos prejudicial a apanha do bribigão, porque sendo esta apanha feita com gadanhas de ferro, estas revolvem as areias, que, levadas pelas correntes, vão formar junto da barra grandes depositos denominados *restingas*, que continuamente a vão obstruindo. Tambem está sendo de grande importancia a apanha do *moliço* estrume natural, formado por varias especies de algas, que continuamente se reproduzem no fundo da ria.

Calcula-se que em cada anno se carregam 200:000 barcos d'estes despojos. Cada barco leva seis carradas, e o seu carregamento na malhada de qualquer esteiro importa em 1$000 a 1$500 réis. Computa-se portanto em 200:000:000 réis o valor total do estrume tirado em cada anno do fundo da ria.

Emfim na ria se colhe tambem grande quantidade e variedade de marisco e de peixe, como linguados, solhas, enguias, taínhas, saveis, etc. As classes pobres alimentam-se especialmente de caranguejos, bribigões e ameijoas.

O rendimento annual da ria é calculado em 365:000$000 réis.

Segundo se deprehende do *Elucidario* de Viterbo, no tempo dos romanos ainda não existia o aggregado d'aguas que hoje forma a ria.

Diz o citado escriptor, que com o andar dos tempos a costa se entupio e alteou por causa das areias, e as aguas estagnadas não só esterilisaram os campos mas até fecharam a passagem dos caminhos, como succedeu com a *Estrada Romana ou Via Militar*, que passava em Talabrica.

Em 1862 o governo encarregou o distincto engenheiro hydrografo, Antonio Maria dos Reis, de tirar a planta da bacia hy-

dographica, que constitue o extenso ancoradouro do nosso porto: em 1868 achando-se já bastante adiantados os trabalhos, pois estava já tirada a maior parte da planta, foram mandados suspender, ficando assim por concluir uma obra que podia vir a ser de grande utilidade para o melhoramento da barra.

AS SALINAS

Não se pode fixar a época em que se construiram as primeiras marinhas em Aveiro; comtudo parece que já aqui existiam algumas no seculo X, porque a não succeder assim não podia a condessa Mumadona doar as suas marinhas ao mosteiro de Guimarães.

Durante os primeiros reinados da nossa monarchia, quasi todo o sal que se consumia nas provincias do Norte, principalmente depois que acabaram as marinhas que haviam nas margens dos rios Douro, Leça e Ave, era d'Aveiro.

Era grande a exportação do sal das marinhas de Aveiro, com destino ao Porto, cujos moradores apresentaram nas côrtes de Coimbra de 1386 um capitulo especial, pedindo a renovação de um antigo privilegio, de se não pagar dizima do sal, que exportasse de Aveiro aquelle, que mostrasse ter exportado para o Porto egual valôr em pannos, ou outras fazendas de fóra.

Nas côrtes de Lisboa, de 17 de março do anno de 1389, apresentou-se um capitulo especial do concelho do Porto para João Rodrigues Pereira, (103), e seu almoxarife em Aveiro, não levar dizima do sal, que aqui carregavam os navios do Porto, segundo aquelle privilegio.

Para se avaliar qual a produção das marinhas de Aveiro, não obstante a sua constante extração para o reino e estrangeiro, basta saber-se que nos reinados de D. Affonso IV e D. Pedro I, cada moio de sal custava apenas 90 réis; pois segundo a taxa do Mosteiro de Pedroso, feita em 14 de março de 1363 pelo corregedor d'Alem Douro, arbitraram-se para cada dois moios de sal cinco libras. (104)

Foi sem duvida a grande abundancia de sal e a sua extrema barateza, que deu azo a fazer-se aqui uma postura para que

só se podesse fazer sal nos mezes de julho e agosto; e que foi confirmada por D. Affonso IV.

Nas côrtes de Elvas, de 1361, os procuradores de Aveiro, pediram a D. Pedro I no art. 54 a revogação d'aquella postutura, ao que o rei accedeu.

Nas cortes de Santarem, de 1434, os procuradores de Aveiro representaram a D. Duarte, que as marinhas estavam em grande decadencia e isto em resultado das grandes imposições com que el-rei, seu pae, havia sobrecarregado o sal (105).

Nos fins do seculo passado, principios do actual, das quinhentas marinhas que outr'ora haviam em Aveiro, apenas existiam cento e sessenta e oito, como assevera o academico Constantino Botelho de Lacerda Lobo. (106)

A abertura da barra em 1808 fez com que as condições da nossa ria melhorassem a ponto de se fazerem novas marinhas e restaurarem as antigas: hoje o seu numero é de 300, e os productos regulam por 24:000 a 30:000 moios de sal.

Julga-se que o fabrico do sal em Aveiro, ou até mesmo em Portugal, só tivera principio depois da occupação romana, porque Plinio fallando do sal não faz menção de que o houvesse na Lusitania.

O sal de Aveiro é o sal marino, isto é, aquelle que pelo calôr do sol se fórma da agua salgada, que, como é bem sabido, é susceptivel de condensação, quando separada do mar no estio, e não reduzida pelas chuvas á sua natural fluidez.

No foral que D. Manuel deu a Aveiro em 4 d'agosto de 1515 manda-se que o sal seja medido.

Parece que a primeira medida usada na medição do sal se denominava *busio*; depois adoptou-se outra, o *conto*.

Por accordam da camara de 16 de julho de 1814, manda-se que a medida do sal seja o moio de 20 razas e não o *conto*.

A maneira como antigamente devia ser vendido o sal, vem nos alvarás de 18 de novembro de 1595 e de 9 de janeiro de 1596.

As marinhas compõem-se de differentes reservatorios destinados para facilitar a evaporação da agua salgada; mudando-se esta de uns para os outros, concentra-se cada vez mais, até que, entrando nos ultimos, se cristaliza o sal em mais ou menos tempo, segundo o estado em que entra para aquelles reservatorios, e as circunstancias que favorecem ou retardam a cristallisação (107).

Nas nossas marinhas os differentes reservatorios, *viveiros*, *algibebes*, *talhos*, *cabeceiras*, *meios de baixo* e *meios de cima*,

etc., são formados ordinariamente de terra vegetal, o que torna necessario lançar nos reservatorios em que se crystalisa o sal (*meios de baixo*) uma especie de barro, (*andoa*) que, endurecendo-lhe o fundo, influe immenso na bondade das marinhas e boa qualidade do sal.

Toda a manipulação do sal e trabalho das marinhas é feito por um marnoteiro, que, em pagamento do seu trabalho, recebe metade do seu producto.

ALFANDEGA

Ignora-se em que ponto da cidade estava antigamente situada a alfandega. Sem duvida não era no local que presentemente occupa, porque o commercio que outr'ora aqui havia demandava um edificio de muito maiores proporções do que as do actual, que foi construido em 1719.

A alfandega d'hoje é um edificio acanhadissimo, e não offerece nada digno de menção.

AULA DO CONDE FERREIRA

O benemerito patriota conde de Ferreira, legando 144:000$ réis para a fundação de cento e vinte edificios escolares, prestou um grande serviço á instrucção popular. Aveiro tambem obteve que aqui se edificasse uma d'aquellas casas.

A *aula* do conde de Ferreira, que possuimos, foi edificada em parte do antigo Paço Episcopal; comtudo ainda está por concluir.

PAÇO EPISCOPAL

D'entre os muitos edificios, que outr'ora existiram n'esta cidade, sobresahia o palacete dos Tavares.

A sumptuosidade do palacio correspondia á nobilissima styrpe d'aquella familia; já em 1687 elle era o melhor edificio particular que Aveiro possuia.

Ignora-se a época em que foi construido o palacio dos Tavares; comtudo não foi antes do reinado de D. João II.

Os Tavares descendem de Pedro Viegas de Tavares, governador da cidade da Guarda no tempo de D. Sancho I, e tinham o seu solar na villa do mesmo titulo, no districto de Vizeu, d'onde tomaram o appellido, como affirma Villas Boas.

As alcaidarias-móres de Portalegre, Assumar e Alegrete, no Alemtejo, pertenciam por concessão regia aos representantes d'esta familia, passando sem interrupção de paes e filhos até ao reinado de D. João II, em que este monarcha as tirou a Pedro Tavares, levado por falsas accusações contra este.

O monarcha a quem a historia outhorgou o cognome de principe perfeito, indemnisou o vassallo dando-lhe depois o senhorio de Mira e os dizimos do pescado da villa d'Aveiro. Ignoramos a data d'esta doação; porém é fóra de duvida que não teve logar senão depois do fallecimento da princesa Santa Joanna em 1490 pois esta senhora possuia aquella dizima em virtude de uma doação feita pelo mesmo rei em 19 d'agosto de 1485.

Diz o auctor do Agiologio Luzitano que Pedro de Tavares embargára a el-rei D. João II o receber o Sacramento da Eucharistia, por este o haver injustamente esbulhado das alcaidarias-móres de Portalegre, Assumar e Alegrete com todos os direitos reaes que haviam pertencido a seus antepassados. O rei prometteu ao fidalgo offendido dar uma completa satisfação do seu proceder, como depois deu, concedendo-lhe Mira e a dizima do pescado d'Aveiro.

Havendo fallecido Manuel de Sousa Tavares, filho de Bernardino de Sousa Tavares, senhor de Mira, commissario de cavalleria no Alemtejo durante a guerra da independencia, e governador de Masagão, sem deixar fiança, deu-se por extincta a linha primogenita d'aquella familia, passando em seguida todos os seus haveres para a corôa.

El-rei D. José, creando o bispado d'Aveiro, ordenou que a casa dos Tavares ficasse para paço episcopal.

O segundo bispo d'esta diocese, D. Antonio José Cordeiro, attendendo ao estado de ruina em que estava o paço mandou reformar a fachada da rua dos Tavares, e o terceiro bispo, o sr. D. Manuel Pacheco de Rezende, a da rua d'Alfandega.

Foi o sr. D. Antonio José Cordeiro quem mandou construir a capella, sumptuosa pelos seus primores architectonicos, que foi apeada, quando em 1853 se arrasou o velho bastião da muralha em que estava a porta da Ribeira, e sobre que se erguia um espaçoso terraço, onde campeavam as armas dos Tavares, que são: «em campo d'ouro cinco estrellas de purpura de seis pontas, elmo d'aço aberto, e por timbre meio cavallo de purpura, sellado, com peitoral, cascaveis, e freio, d'ouro.»

Tambem n'este terraço estava uma meridiana com a data de 1640, que em 1860 foi collocada ao lado da ponte da Praça do Commercio, onde presentemente se encontra.

O Paço Episcopal, que tinha sallas e aposentos magnificos, foi devorado pelas chammas na madrugada do dia 20 de julho de 1864. Era occupado pelas repartições do governo civil e fazenda.

Foram grandes os prejuisos que resultaram d'este incendio; tal foi o numero de papeis importantissimos que ficaram reduzidos a cinzas.

Concedido ha alguns annos á camara municipal, foi a maior parte do Paço demolida para no seu local se edificar a casa de escola primaria a expensas do legado do fallecido conde de Ferreira.

A EGREJA DE S. MIGUEL

« O solo sobre que pesavas ha seculos, desassombrado do teu vulto enorme, se converterá em aprazivel soalheiro, e os soalheiros são hoje objectos de primeira necessidade no abastado Portugal. »

A. Herculano.

Os apologistas do progresso destruidor do seculo XIX, fazem a cada momento gravar nas paredes do templo á ponta de picareta, a expressão atrocissima—a terra.

A egreja de S. Miguel era um d'esses monumentos venerandos, que, cobertos pelo pó dos seculos, servem para mostrar á posteridade o objecto da religião pura e crente das primeiras épocas do christianismo.

A fabrica perdia-se no obscurantismo dos tempos passados; ella era a testemunha ocular dos feitos homericos dos antigos aveirenses, assim como o deposito sagrado das suas cinzas venerandas.

E' bastante obscura a historia da egreja de S. Miguel; não ha documento algum que mostre a época da sua edificação. Pedro de Mariz diz ter sido seu fundador o infante D. Pedro, filho de D. João I. Poderia dar-se algum credito a esta opinião se a architectura da egreja não nos viesse mostrar que ella foi construida n'uma época muito mais remota. O que se torna bastante crivel é tel-a o infante mandado reedificar, como fez a muitos edificios que Aveiro então possuia.

Pelas paredes da egreja haviam espalhadas algumas lapides, que, a existirem hoje, nos poderiam illucidar consideravelmente, não só no que diz respeito á época em que foi edificada, como tambem a diversos acontecimentos aqui succedidos; estavam escriptas na sua mór parte em gotico, e duas em arabe, uma das quaes estava sobre uma das portas lateraes.

Todas estas preciosidades archeologicas foram despedaçadas pelo camartello progressista.

Alguns querem que esta egreja fosse anterior á fundação da monarchia, e outros que seja contemporanea d'ella.

Estava situada no local que presentemente se denomina Largo Municipal, tendo a frente voltada ao poente, como todos os templos antigos. O seu aspecto era pesado e triste, porém magestoso. A luz não penetrava n'aquelle recinto sagrado por janellas espaçosas, mas sim por frestas esguias e semi-circulares, o que lhe dava o cunho sublime da magestade das construcções da edade-media.

A egreja de S. Miguel era de proporções amplas; tinha doze altares, que pertenciam a algumas familias nobres que aqui tinham os seus solares, e a diversas irmandades, sendo todos ornados com retabulos de primorosa talha. N'um d'elles, o de S. Sebastião, guardava-se uma reliquia d'este santo, offerecida á camara, em 1524, por el-rei D. João III. Era egreja sagrada, e tinha cinco beneficiados, que resavam quotidianamente, em côro, presidindo o parocho, que tinha o titulo de prior, e era freire d'Aviz.

Junto da egreja estava a capella de Santo Ildefonso, onde

teve principio a nossa Misericordia, e a de Santa Catharina, pertencente á antiga familia dos Marizes Balacós; esta ultima era de architectura gotica, o que não lhe valeu para ser respeitada, pois tambem foi demolida em 1834.

A egreja de S. Miguel era um monumento, e por isso não se necessitavam mais requisitos para ser arrasada.

Lopes Lima, o primeiro administrador geral d'Aveiro, comprehendeu como poucos a *sublime* missão do vandalismo, e por isso havendo chamado os homens do alvião e da picareta, mandou derrubar o vetusto monumento, porque se tornava necessario edificar uma praça, onde ha seculos se erguia o templo de Christo.

Extincta a freguezia de S. Miguel por alvará do administrador geral, José Joaquim Lopes Lima, de 11 de outubro de 1835, logo em seguida, por ordem do mesmo, principiou a demolição do templo; o camartello cumpriu cabalmente o seu dever, pois, nada se poupou; até as lapides que serviam de egide aos que tinham vindo repousar das lides da vida á sombra da cruz foram despedaçadas.

ALBERGARIA DE S. BRAZ

Desde o momento em que o conde D. Henrique lançou os fundamentos á monarchia portugueza, a caridade jámais deixou de ter proselytos no paço dos nossos reis.

E' sua esposa, a rainha D. Theresa, que principia a espalhar com mão benefica pelos logares mais ermos pequenos hospitaes, onde o pobre viandante, alquebrado pelo cançasso, encontrava pão e abrigo, emquanto se refocilava para de novo se dirigir ao seu destino.

D'estes hospitaes denominados Albergarias, que outr'ora despontavam com profusão por todo o paiz, ainda existem hoje alguns, mas em ruinas, cobertos de hervas parasitas, testemunho authentico de que o vandalismo d'Omar alli tem imperado.

A rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, e bem assim Santa Mafalda, filha de D. Sancho I, tambem fun-

daram muitas Albergarias, exemplo que depois seguiram alguns mosteiros e varios fidalgos.

Aveiro tambem teve uma Albergaria, que se denominava de S. Braz, e occupava parte do local onde hoje está o lyceu. O seu fundador foi Fernando Vaz de Agonide, contador-mór de D. Duarte e D. Affonso V; e por seu fallecimento deixou testado que todos os seus bens fossem applicados para a sustentação d'uma Albergaria, onde devia haver seis camas para prenoitarem passageiros pobres, e a quem se dariam medicamentos e o mais de que necessitassem, no caso de adoecerem.

O testamenteiro de João Vaz d'Agonide, e primeiro provedor d'Albergaria foi o prior de Santa Maria de Lamas, João Lourenço. Sendo os bens da Albergaria de S. Braz administrados por Antonio Henriques e sua mulher Ignez Coelho, pediram estes ao papa Paulo III, que instituisse todos estes bens n'um morgado, ao que o papa accedeu por um breve em 1582. A administração da Albergaria chegou a ser muito disputada, pois do Pegas, tom. 4.º, pag. 5.ª, se vê que houve com relação a ella duas sentenças—da supplicação em 20 de janeiro de 1682, e em 3 de novembro de 1687,—sentenças que foram confirmadas por um alvará de el-rei D. Pedro II, passado em 6 de dezembro d'este mesmo anno.

Annexa á Albergaria havia na egreja de S. Miguel a capella de S. Braz, em que o mesmo Fernando de Agonide mandou que se dissessem annualmente 92 missas, sendo tres pelas almas de D. João I, D. Affonso V e D. Duarte, legado a que era obrigada a casa de Villa Pouca. E no que diz respeito a este ultimo legado, alcançou D. Maria José de Carvalho e Napoles, baroneza de Villa Pouca, um breve de reducção em 7 de junho de 1804.

A Albergaria de S. Braz ha já muitos annos que não existe.

O LYCEU

O edificio do lyceu é sem duvida, n'este genero, o primeiro de Portugal. Na sua edificação gastaram-se 27:000$000 rs. Foi inaugurado em 15 de fevereiro de 1860.

A construcção interna e externa é elegante. Ás tres portas ogivaes da entrada, no alto da escadaria exterior correspondem outras tantas no fundo do atrio, communicando a do centro para o interior do pavimento e as lateraes para as escadarias que vão ao patamar, do meio da qual arranca, em sentido inverso, e alumiada por uma janella ogival, e antigamente por uma claraboia, em forma de zimborio, a escada que dá accesso para o segundo pavimento, occupado pelas aulas, gabinete onde se acham as *vitrines*, que contem instrumentos de physica mineralogia, ornitologia etc., sala de espera e bibliotheca, que se compõe de perto de 4 mil volumes, habilmente coordenados pelo illustrado professor o sr. Bernardo Xavier de Magalhães.

No dia 21 de outubro de 1866, foi inaugurado na sala da bibliotheca, o retrato de José Estevam. Devemos dizer que é este o primeiro monumento levantado á memoria do grande tribuno. Coube esta honra aós estudantes do lyceu d'Aveiro que, gratos aos beneficios que receberam d'esse homem notavel, quizeram mostrar á posteridade que o nome de José Estevam devia ser immorredouro no coração de todos os seus conterraneos.

Nas aulas, os logares para os alumnos, formam em frente da cadeira do professor, um amphytheatro de cadeiras de braços em semi-circulo.

O primeiro pavimento d'este edificio é occupado, desde o dia 20 de julho de 1864 pelas repartições do governo civil e fazenda.

OS PAÇOS DO CONCELHO

O edificio onde se alojam as diversas repartições da camara e tribunal judicial, foi construido no ultimo quartel do seculo passado. É de architectura singela, e tem no centro uma bella torre com relogio e sinos, um dos quaes adverte todas as noutes aos cidadãos a hora de se recolherem aos seus domicilios — velha usança determinada no liv. 1.º tit. XLIV das «Ordenações do senhor rei D. Manuel». (109)

Na fachada do Largo Municipal estão esculpidas as quinas reaes, e na da rua Direita o brasão da cidade.

A sala das sessões da camara tem um aspecto quasi in-

quisitorial ; porem a sua mobilia, de pau santo com estofo carmezim, é riquissima. (110)

A bandeira, ou estandarte real, que a camara leva quando sae encorporada, é uma das melhores de Portugal.

No archivo em que outr'ora se guardavam documentos importantissimos, ainda se conserva, entre outros, um livro em que estão registradas varias *cartas regias e provisões* d'alguns dos nossos monarchas, e bem assim documentos de grande merecimento com relação a esta cidade.

Entre os papeis antigos que existem no archivo, ha alguns documentos originaes escriptos em pergaminho ; entre os quaes se conta o original do *alvará* de 26 de julho de 1759 em que D. José I concede a Aveiro o titulo de cidade. As salas onde hoje estão as secretarias da camara e administração do concelho, foram antigamente as aposentadorias da cidade, (111) e n'ellas esteve hospedado em 1809 o marechal Beresford, quando veio inspecionar os regimentos de milicias d'Aveiro, Coimbra e Figueira, n'aquella época aqui reunidos por ordem da regencia.

A sala do tribunal foi reformada em 1872 ; nos baixos estão as prisões publicas, que exigem uma pronta reforma, pois taes como estão, em vez de corrigirem desmoralisam.

Os antigos paços do concelho eram onde hoje está a casa do sr. José Antonio de Rezende, na rua da Costeira, cujo terreno havia sido comprado pela camara em 1436 por dois mil reaes brancos, como se vê da escriptura que se guarda no archivo da camara.

MIZERICORDIA

De todas as instituições beneficentes, que tem havido em Portugal, a de maior alcance é a das misericordias ; é a esta instituição que milhares de desgraçados devem a vida, porque ella jámais lhes negou pão e conforto ; as portas dos seus hospitaes estão sempre abertas de par em par para receberem aquelles a quem a fortuna não bafejou.

O haver em Portugal esta instituição deve-se ao louvavel zelo de fr. Miguel de Contreras, confessor da rainha D. Leonor,

viuva de el-rei D. João II. O nome d'este santo varão tem sido abençoado por milhares de desgraçados, e inscripto com caracteres indeleveis nas paginas douradas dos annaes da caridade.

D. Manuel logo em seguida ao seu casamento com D. Izabel, viuva do principe D. Affonso e filha de D. Fernando e D. Izabel de Hespanha, o qual teve logar em outubro de 1797, tendo fallecido em Salamanca o principe D. João primogenito dos reis catholicos, passou a Castella conjunctamente com sua esposa para alli serem jurados como herdeiros das côroas de Leão, Castella, Aragão, e Sicilia. Esta junta das côroas peninsulares não chegou felizmente a ter logar por a rainha D. Izabel haver fallecido (em Saragoça a 24 d'agosto de 1498.)

Durante a ausencia de D. Manuel ficou governando o reino, na qualidade de regente, sua irmã (112) a rainha D. Leonor.

Não foi longo o governo d'esta princeza, mas ficou honrosamente assignalado na historia patria pela instituição mais caridosa e mais philosophica, que os homens tem creado, como diz um illustrado escriptor contemporaneo. Foi durante a sua regencia que a rainha D. Leonor, accedendo aos rogos do seu confessor fr. Miguel de Contreras, instituiu a confraria da Misericordia em 1498 na capella de Nossa Senhora da Piedade, no claustro da sé de Lisboa.

Fr. Miguel de Contreras deu por instituto á nova confraria «dotar e casar donzellas pobres, amparar viuvas necessitadas, curar de orfãos desamparados, tratar dos enfermos desvalidos, enterrar os mortos em miseria, ajudar os peregrinos infelizes, resgatar os captivos sem recursos, prover ao sustento dos presos, deffender no fôro as suas causas, e sollicitar do soberano o seu perdão; e, finalmente, acompanhar e confortar os padecentes no seu transito para o patibulo.»

D. Manuel, logo que voltou a Portugal, apressou-se a confirmar a benefica instituição, inscrevendo-se e fazendo inscrever todos os principes na lista dos irmãos da Misericordia, e, segundo affirma Damião de Goes, (113) deu logo um conto de rs. para alimento dos orphãos, e quinhentos mil réis para obras pias, mandando edificar o magnifico templo denominado de Nossa Senhora da Misericordia, obra que só veio a acabar-se em 1534, reinando D. João III.

O compromisso da Misericordia de Lisboa que havia sido feito pelo seu instituidor Fr. Miguel de Contreras e approvado por D. Manuel, ordenava que a irmandade se compozesse de cem irmãos, sendo 50 nobres e 50 plebeus; este numero foi ao deante elevado a seiscentos tirados igualmente das duas classes. No

que diz respeito ao compromisso ordenar que haja duas classes de irmãos—nobres e plebeus, é um absurdo que apesar de estarmos no seculo XIX ainda prevalece em muitas Misericordias, como na d'Aveiro, o que faz com que se torne urgente uma reforma que faça desapparecer esta distincção.

Os pergaminhos e os privilegios caducaram ha muito. O sagrado lemma da egualdade deve substituir os emblemas heraldicos; hoje a nobreza é o trabalho; por isso, do estatuto porque se rege essa veneranda instituição a que a virtuosa rainha D. Leonor lançou os fundamentos, deve ser eliminado o paragrapho que ordena haverem duas classes de irmãos — nobres e plebeus.

Esta mesma ideia já foi apresentada no parlamento pelo deputado Lopes Branco, no artigo 8.º do seu projecto de lei para a reforma das Misericordias. (114)

Quasi todas as cidades e villas abraçaram desde logo com enthusiasmo a grandiosa ideia que tinha por fim o tornar menos agres as dôres dos que soffrem; Aveiro no mesmo reinado de D. Manuel lançou os fundamentos á sua Misericordia na capella de Santo Idefonso, (115) onde se conservou até julho de 1608, em que se transferiu para o magnifico templo que hoje occupa. A capella a que acima nos referimos foi dada pela mesma Santa Casa, mediante o foro de 5:000 réis, ao padre Sebastião de Mattos, por escriptura publica feita a 27 de novembro de 1614 no cartorio do tabellião Belchior Correia de Vasconcellos.

D. João III, por provisão de 18 de julho de 1555 concedeu á Misericordia d'Aveiro, os mesmos privilegios que gosava a de Coimbra, sem embargo do que ordena o tit. 5.º do livro 2.º da ordenação.

A egreja da Misericordia foi principiada em 1599 e concluida em 1608, sendo o risco para a obra dado, segundo geralmente se diz, por um architecto florentino, e executado pelo cantoneiro Manuel da Asanha, da villa d'Ançã.

Esta sumptuosa obra foi construida com a maior solidez; o todo superior da abobada assemelha-se a immensa massa de granito; a tribuna da capella mór, que é de talha dourada, tem a mesma fórma do portico e é ornada com alguns quadros a oleo de pouco ou nenhum merecimento. As paredes interiores foram azulejadas no principio d'este seculo.

Sobre o arco cruseiro está collocada uma imagem de Jesus Christo, de tamanho natural.

Em 1867 a mesa administrativa mandou restaurar a fron-

*

teira do templo, azulejando-a e escudando a cantaria, e em 1872 fez importantes reparos no interior.

A egreja serviu de Sé desde 1775 até 1822.

El-rei D. Manuel deu compromisso particular á Misericordia d'Aveiro em 11 de dezembro de 1519; e D. Filippe augmentou-lhe vinte capitulos em 13 d'agosto de 1615.

D. João VI, por alvará de 18 de outubro de 1806, mandou que todas as Misericordias se regulassem pelo compromisso da de Lisboa, em quanto se não procedia á reforma do de cada uma d'ellas.

Por um alvará de 15 de dezembro de 1699, foi concedido á Misericordia o ter por juiz privativo o provedor da comarca d'Esgueira.

Os edificios que ficam contiguos á egreja da Misericordia, e que lhe são anexos não desdizem em nada da sua sumptuosidade. Na sala do despacho ha um nicho de granito, e n'elle está collocada a imagem de Jesus Christo Crucificado, de marfim e d'uma só peça. Não tem merecimento algum artistico; foi enviada da India pelo capitão de artilheria, Diogo de Oliveira Barreto, natural d'esta cidade.

Tambem está n'esta sala um altar, em que se venera o Senhor *Ecce Homo*, imagem veneranda, thesouro artistico, que Aveiro se ufana de possuir.

Não ha documento algum que mostre como foi adquirida esta imagem; porém é tradição constante entre os aveirenses que ella veio de Inglaterra, quando alli se proclamou o protestantismo—n'essa época nefasta em que o machado se alçava desapiedado para derrubar os symbolos do christianismo em todas as povoações da Gran-Bretanha.

Quando em 1855 a cholera-morbus ceifava todos os dias milhares de vidas n'esta cidade e circumvisinhanças, a mesa da Santa Casa fez celebrar preces publicas na sua egreja, pedindo ao Altissimo o acabamento do fatal contagio; e em 20 de setembro d'aquelle mesmo anno sahiu processionalmente, levando a veneranda imagem do Senhor *Ecce Homo*. O prestito parecia mais um sahimento do que uma procissão. As lagrimas marejavam em todos os olhos, os crepes da viuvez e da orphandade viam-se a cada passo; porém a fé cada vez era mais viva quando os levitas entoavam o *Miserére* com voz pausada e triste; tal era a commoção de que estavam apossados todos os corações, que multidões compactas ajoelhavam como que se fosse um só homem.

Conta-se um facto succedido n'este dia, que julgamos digno

de ser narrado. Um infeliz, a quem o fatal contagio havia ferido, por nome Manuel de Pinho Vinagre da Loura, estava em artigos de morte no momento em que a procissão passava pela porta da sua habitação. N'este momento o andor em que ia a imagem do Senhor *Ecce Homo* parou defronte do albergue do infeliz, por elle assim o haver pedido. Os levitas entoaram o *Miserére mei Deus*, o povo prostrou-se implorando do Altissimo a vida d'aquelle que com tanta fé confiava na Providencia. Caso raro! O homem, só, abandonado pela medicina, resistiu ao contagio, e ainda hoje vive.

Esta mesma imagem do Senhor *Ecce Homo* sahe processionalmente na tarde de Quinta-Feira Santa. O rico manto de veludo carmezim, que lhe cahe dos hombros, foi-lhe offerecido por o negociante d'esta praça, Francisco José Ferreira, a 12 de abril de 1813.

No archivo da Santa Casa, que tambem está na *salla do despacho*, guardam-se papeis importantissimos, como são *bulas* de diversos papas, *cartas* e *provisões regias*. Tambem n'elle se guardam os livros de receita e despeza, e bem assim os das sessões da mesa, sendo os mais antigos de 1566.

Todos estes documentos foram coordenados pelo escrivão da mesa, Miguel Joaquim Pereira da Silva, em março de 1800.

A Misericordia d'Aveiro conta no numero de seus irmãos pessoas muito distinctas; foram seus provedores D. Raymundo de Lancastre, duque de Aveiro, D. João de Mello, bispo de Coimbra, e os d'esta diocese, D. Antonio Freire Gameiro de Sousa, D. Antonio José Cordeiro, e D. Manuel Pacheco de Rezende.

E' hoje bastante florescente o estado da Misericordia; porém já foi deveras precario, principalmente quando teve de pagar, em virtude de varias sentenças, grossas sommas aos herdeiros do seu bemfeitor, Ignacio da Silva Medella, e a de réis 6:000$000 ao finado sr. visconde da Granja, para o que foi auctorisada a destractar fundos capitalisados por uma carta regia do sr. D. Pedro V em 2 de janeiro de 1857.

A sr.ª baroneza d'Almeidinha, desejando auxiliar a Santa Casa, quando esta se viá a braços com seus credores, deu na noite de 6 de julho de 1858 no seu palacio do Terreiro, um baile por subscripção, cujo producto, 192$640 réis, enviou á mesa.

Na *sala do despacho* encontram-se os seguintes retratos de bemfeitores da Santa-Casa.—D. Isabel da Luz de Figueiredo, fallecida em 1685, Ignacio da Silva Medella, em 1745; padre José Simões Mostardinha, em 1855; Ricardo José da Rocha,

em 1864; conego José Bernardo de Carvalho, em 1865; major João Gonçalves Netto, em 1866, José Pinto de Miranda, em 1869;—Joaquim Thimotheo de Sousa da Silveira, 1874. Oxalá que dentro em pouco tempo haja necessidade de augmentar esta galeria de homens, cuja memoria é reverenciada por todos, porque isso será uma prova de que ainda ha almas nobres, que nos ultimos momentos da vida não se esqueceram de inscrever seus nomes no grande livro da caridade, tornando-se assim protectores d'uma das mais bellas instituições que vecejam no solo abençoado de Portugal, as Misericordias.

O HOSPITAL

A caridade teve sempre perenne culto no coração dos aveirenses; além d'um hospital que em remotas épocas houve n'esta cidade, e de que hoje se ignora onde era o local que occupava havia a Albergaria de S. Braz e o hospital da irmandade de Nossa Senhora da Alegria.

Este hospital estava situado na rua de Villa Nova (presentemente da Vera-Cruz) e tinha uma capella anexa que ha poucos annos foi demolida; ignoram-se hoje quaes ás proporções d'aquelle edificio; com tudo não deviam ser acanhadas, porque a classe piscatoria chegou entre nós a um elevado grau de prosperidade.

D. Izabel da Luz de Figueiredo, legando todos os seus bens á Misericordia de Aveiro, por testamento feito a 14 de janeiro de 1641, determinou;—que esta corporação instituisse um hospital para n'elle serem curados os enfermos pobres.

A Santa-Casa deu cumprimento ás determinações da sua bemfeitora no mesmo anno do seu fallecimento de 1685; eram acanhadissimas as proporções do edificio, onde se estabeleceu o hospital; (117) alguns annos depois da sua edificação se conheceu a necessidade de edificar um com maiores proporções mas a falta de meios com que a Santa Casa luctava obstou por muitos annos á execução d'esta ideia.

Por decreto de 5 d'outubro de 1815, e outro de 21 de maio de 1816, foi auctorisada a Misericordia d'Aveiro, a fazer diver-

sas loterias, cujo valor não podia excedar a 24:000$000 réis, para os lucros produzidos serem applicados na construcção d'um hospital, onde se dessem todos os predicados que a sciencia recommenda em estabelecimentos d'esta ordem.

Possuimos o plano da primeira loteria: tem a data de 21 de maio de 1815, e declara que o numero dos bilhetes seria de 5:194, os quaes deveriam ser firmados pelo provedor da comarca como presidente da loteria, Antonio José Cabral de Mello e Brito, e pelo provedor da meza Francisco Luiz Gomes de Mascarenhas.

Não tendo sido possivel o effectuar-se a venda de todos os bilhetes, um aviso regio de 7 de março de 1817, auctorisou a meza a proceder á extracção da loteria no que dizia respeito á metade dos numeros, o que com effeito teve lugar em 22 de junho do mesmo anno. Com os lucros produzidos pela loteria principiu um novo hospital, que nunca chegou a passar dos alicerces; a obra não progrediu, porque os fundos adquiridos eram demasiado pequenos para levar a final um edificio de tão grandes proporções, com o projectado.

O que não poderam fazer as loterias, fel-o a boa vontade e a energia d'uma commissão, que para administrar a Santa Casa da Misericordia foi nomeada em 13 d'Agosto de 1852 pelo governador civil do districto, Antonio Xavier de Barros Corte-Real. Esta commissão, prestou grandes serviços áquelle estabelecimento de caridade, porque além de satisfazer n'um pequeno espaço de tempo as dividas a que estava obrigado, mandou edificar o grande hospital, que hoje possue; era composta dos srs. Francisco Thomé Marques Gomes, Serafim Antonio de Castro, João de Mello e Freitas e Antonio Pereira da Cunha.

Procedeu-se á eleição da mesa no seguinte anno de 1853; a irmandade, grata aos serviços prestados por aquella commissão, resolveu por unanimidade de votos, que ella continuasse a sua administração. A resolução da irmandade foi confirmada por uma portaria de Rodrigo da Fonseca Magalhães em 18 de julho de 1853.

O hospital foi construido junto á egreja da Misericordia, onde havia existido o palacete dos Marizes Balacós, por resolução tomada em mesa de 20 de setembro de 1853, em que compareceram os facultativos Francisco José d'Oliveira Queiroz e João Maria Regalla, e os architectos Ricardo da Maia Romão e Bernardo Antonio da Graça.

O hospital, que se conserva em todo o accio, tem propor-

ções para acommodar mais de 60 enfermos. Foi aberto pelo governador civil do districto, o sr. Anthero Albano da Silveira Pinto, ás dez horas da manhã do dia 3 de julho de 1855.

O hospital tem capella onde se celebra missa por concessão pontificia concedida ao antigo hospital em 15 de setembro de 1687.

RECOLHIMENTO DE S. BERNARDINO

A maior parte dos conventos são celebres ou por seus fundadores e factos que comemoram, ou porque em seus annaes se encontram quasi sempre rasgos de heroismo e de virtude, praticados por alguns de seus habitadores.

O convento, ou, para melhor dizermos, o recolhimento de que vamos tratar, anda ligado á historia d'uma familia illustre,— historia que o nosso primeiro romancista Camillo Castello Branco, com todas as bellesas do seu aprimorado estylo, já reproduziu sobre a tela do romance.

O recolhimimento de S. Bernardino de *terceiras* de S. Francisco, foi fundado pelo prior de S. Miguel, freire Sebastião Carrilho e Oliveira em 1680, para cujo fim comprou por 80:000 réis duas moradas de casas com os seus respectivos quintaes, sitas na rua do Loureiro, ao licenciado Pedro Ribeiro de Oliveira e sua mulher D. Luiza da Gama, por escriptura feita pelo tabellião Manuel Pereira Botelho, a 21 de março d'aquelle mesmo anno.

A entrada das primeiras irmãs terceiras teve lugar em 2 de abril de 1670 e eram estas, Maria da Resurreição, Theresa de Jesus, Sebastiana da Cruz, Maria da Conceição e Anna de Jesus.

O bispo conde D. João de Mello tomou o recolhimento sob a sua immediata proteção.

Tratou-se de tornar o recolhimento em convento; mas nunca se chegou a conseguir; pois quando em 1822 foi declarado extincto ainda era recolhimento.

A regra porque se governavam as recolhidas era a das religiosas Conceicionistas capuchas, pelo que viviam em clausura como que se fossem reclusas, não obstante não terem véo.

A egreja que hoje existe não é a primitiva; essa, que havia sido edificada em 1684, e benzida por D. Pedro de Sousa, dom prior de Guimarães, foi mandada demolir em 1734. A' actual, que presentemente serve de Sé, lançou-se a primeira pedra no dia 21 de setembro de 1735; e tendo-se concluido as obras, foi benzida no 1.º de desembro de 1743.

A 24 de desembro de 1734 tomou o habito de terceira n'este recolhimento D. Josepha Maria de Castro, filha de Antonio de Sá Mourão e de D. Maria Cabral.

São notaveis as causas d'aquella resolução. O dobre do sino na torre do recolhimento casava-se com a expressão sentida d'um ungido do Senhor, que nas abobadas do sanctuario fazia resoar a palavra inspirada que lhe affluia aos labios lividos, entre lagrimas e soluços; porque ainda ha pouco vendo desenrolarem-se diante de si os horisontes illimitados da felicidade domestica, vinha n'este dia, cingindo já tambem o borel da ordem franciscana, assistir e ao mesmo tempo commemorar, como ecclesiastico e frade, á profissão d'uma sua irmã, que tambem havia sido sua esposa.

Este frade, que perante os designios da providencia curvava a cabeça alva como a neve, não pela idade, mas sim pelo soffrimento, era Braz Luiz d'Abreu, auctor do *Portugal Medico*, e filho de Antonio de Sá Mourão e de D. Maria Cabral.

Seguindo as pizadas do primeiro romancista portuguez, trataremos de narrar a vida d'aquelle homem, celebre pelo seu saber e infelicidades.

O pae de Braz Luiz d'Abreu, oriundo d'uma familia israelita, foi desde os seus primeiros annos alvo da mais cruel e injusta perseguição por parte do *Santo Officio*; frequentou a Universidade; porém o horror que sempre lhe impoz a *carocha* e o *sambenito*, fez que abandonasse Coimbra e fosse viver para Bragança, sendo n'esta ultima cidade que elle deparou com a mulher que, amando-o, foi o *santelmo* que lhe annunciou a bonança no meio do mar tormentoso da sua vida errante. Porém esta mulher era nobre; corria-lhe nas veias o sangue azul, pois era filha de Fernão Cabral, morgado de Carrazedo, e elle, o proscripto, era judeu, relapso e christão novo; por isso jámais devia levantar os olhos para uma mulher cujas genealogias se perdiam... quem sabe? talvez na mais remota antiguidade da nação Goda!

D. Maria Cabral calcou com desdem os pergaminhos nobiliarios, e levada pelo amôr, que tudo vence, desposou Antonio de Sá Mourão segundo o rito judaico.

D'este casamento houveram dois filhos; um d'elles foi Braz Luiz d'Abreu, que seus paes entregaram aos cuidados de Francisco Luiz d'Abreu, logo em seguida ao seu nascimento, para melhor poderem fugir para Hollanda, onde foram encontrar seguro asylo contra as perseguições dos familiares do Santo Officio, que, instigados pelo fidalgo de Bragança, se esforçavam por dar hospedagem a Antonio de Sá dentro dos sinistros muros da Inquisição, porque a vergontea austrogoda julgava, que a nodoa cahida no seu brasão só podia ser lavada indo em pessoa resinar os paus da fogueira, que no auto de fé havia de carbonisar o corpo do genro.

Braz Luiz d'Abreu foi, passados alguns annos, entregue pelo amigo de seu pae a Francisco Moraes Taveira, que o mandou para Coimbra em companhia de seu filho Heitor Dias da Paz, e que desde logo principiou a frequentar humanidades no collegio de S. Paulo da mesma cidade, onde deu não poucas provas do seu grande talento; e em 1714 tinha já o gráu de licenciado na faculdade de medicina.

Em 1726 publicou Braz Luiz de Abreu o seu *Portugal Medico*, que dedicou ao principe do Brazil, D. José Francisco, sendo n'esta época ja casado com D. Josepha Maria de Castro.

Braz Luiz de Abreu ignorava quem fossem seus paes. Sua mãe, voltando a Portugal, já viuva, em companhia de sua filha D. Josepha Maria de Castro, (que, tendo nascido em Amsterdão, tomou o nome de D. Antonia da Piedade para assim evitar de ser conhecida,) em vão se esforçou por encontrar o filho; comtudo morreu abençoando-o, porém como genro.

Do casamento de Braz Luiz d'Abreu com D. Josepha Maria de Castro nasceram sete filhos. O sol da felicidade reflectiu explendido sobre esta familia até 24 de março de 1832, mas n'este dia as explicações dadas a Braz Luiz d'Abreu, pelo seu primeiro protector, desvendaram o segredo d'aquelle parentesco, e abriram um vacuo immenso entre aquelles dois corações que se amavam não como irmãos, mas sim como esposos, e a quem as portas do recolhimento de S. Bernardino separaram eternamente. Braz Luiz d'Abreu, depois de haver prestado os ultimos soccorros da religião e da sciencia, cerrou as palperas a soror Josepha da Cruz, sua irmã, e que tambem fora sua esposa, em junho de 1735.

A 18 d'agosto de 1756 os frades do convento de Santo Antonio d'esta cidade escondiam debaixo d'algumas pazadas de terra regada com lagrimas de saudade o corpo de seu irmão fr. Braz Luiz d'Abreu.

SÉ EPISCOPAL

Sendo creado o bispado d'Aveiro, por decreto de 12 d'abril de 1774, foi nomeado para seu primeiro bispo D. Antonio Freire Gameiro de Souza, a quem uma portaria de 10 de março de 1775 concedeu a egreja da Misericordia para Sé, de que tomou posse a 24 do mesmo mez e anno, fazendo a meza da Santa-Casa celebrar um solemne *Te-Deum* em que orou o padre fr. Bernardo Xavier de Magalhães.

O segundo bispo D. Antonio José Cordeiro pediu a D. João VI, então ainda principe regente, que lhe fosse dada definitivamente a egreja da Mizericordia para sé, e que a irmandade passasse para a capella do Senhor das Barrocas junto de Sá.

D. João VI por aviso regio, passado em Queluz pelo visconde de Balsemão a 20 de dezembro de 1802, mandou que a meza decidisse se era, ou não justa a petição do bispo, e bem assim se a cedencia da egreja poderia acarretar alguns prejuizos á irmandade.

A meza negou-se terminantemente a conformar-se com os desejos do bispo e respondeu n'esse sentido ao aviso regio em sessão de 9 de janeiro de 1803.

A Mizericordia continuou a ser sé até 1826; n'este anno foi ella transferida para a egreja do recolhimento de S. Bernardino, que, tendo sido extincto, foi dado ao terceiro bispo o sr. D. Manuel Pacheco de Rezende, o qual, mandando fazer importantes reparos n'aquelle templo, tornou-o um dos melhores d'esta cidade.

Do lado do evangelho vê-se a cadeira episcopal, mas com o docel, que a cobria, cahido, mostrando-nos assim a falta do prelado diocezano; pois ha trinta annos que o bispado d'Aveiro sente a falta do seu pastor, e Deus sabe se essa falta será ou não remediada.

A sé possue ricas alfaias, assim como bellas imagens. E' d'esta egreja que sahe a procissão de Corpus-Christi.

Esta solemnidade foi decretada pelo Papa Urbano IV, em 8 de setembro de 1264, e mandada celebrar em todos os paizes catholicos por o concilio convocado em 1311 por Clemente V. A introducção d'ella em Portugal teve logar no reinado de D. Diniz.

D. João I ordenou que n'esta procissão fosse levada a imagem de S. Jorge, protector de Portugal.

SEMINARIO

As aulas ecclesiasticas do bispado d'Aveiro foram creadas e estabelecidas no Paço Episcopal pelo primeiro bispo d'esta diocese, o sr. D. Antonio Freire Gameiro de Sousa, onde se conservaram até 15 de fevereiro de 1860, sendo n'este anno transferidas para uma das salas do primeiro pavimento do lyceu: quando porém em 1864 se transferiram para alli as repartições do governo civil, foram mandadas para a Sé, onde hoje se acham.

Em seguida á morte do ultimo bispo, o sr. D. Manuel Pacheco de Rezende, a instrucção ecclesiastica ficou no maior abandono; porém sendo nomeado vigario geral o sr. Joaquim Coelho de Sequeira, ellas principiaram a ter mais regularidade, porque, havendo até ahi só uma cadeira, foram creadas mais quatro.

Presentemente no seminario cursam-se as aulas de historia sagrada e ecclesiastica, theologia moral, instituições canonicas e theologia dogmatica. As cadeiras são regidas por professores illustrados, que se não poupam a esforços, para que a instrucção prodigalisada no Seminario d'esta diocese possa hombrear com as das primeiras do paiz.

Além das aulas já referidas, ha mais duas: cantochão e lithurgia.

A antiga livraria do Paço Episcopal, hoje muito descahida da sua antiga grandesa, tambem está annexa ao Seminario.

RODA DOS EXPOSTOS

Engeitado!... Eis um nome, que só o escrever-se causa

dôr; elle sôa aos nsssos ouvidos como o cantar d'uma nenia execravel. Congela-se-nos o sangue só de pensarmos que a mais gelida indifferença se abriga no coraçãe de certas mães, que algumas vezes chegam a ser reprovas de grandes crimes, não obstante o amôr maternal, esse sentimento sublime, que se devia abrigar em seu seio. A mãe que expõe seu filho, expõe-se tambem ao stygma da maldição; se ella tal acto pratica é porque o coração lhe é dotado da rigidez marmorea, pois ella bem deve saber que o futuro que esses innocentinhos, que logo no alvorecer da existencia principiam a beber o absyntho das mortificações, não é outro do que o abandono e a morte.

As rodas estão muito longe de attingirem o fim que representam; ellas não são mais do que rodas de navalhas onde se dilaceram os membros d'esses infelizes a quem a desgraça impelle para a perdição, porque para o que transpõe os umbraes d'essas casas, sobre cuja porta se lê em lètras sinistras—Roda sem apoio nem arrimo, verá esvaecer-lhe a luz dos olhos sem ter sentido o fremito de um beijo voluptuoso, que lhe roce pelas faces aljofradas de lagrimas; ou então sahirá d'alli depois de 7 annos de tormento, para ir luctar com a fome ou sentar praça nas fileiras do crime.

As rodas dos expostos em Portugal pouco differem do estabelecimento creado em Pariz, denominado *créche*, cujo fim era o dar abrigo ás creanças abandonadas; mas quão triste não é a historia d'esse asylo! Ella está escripta com caracteres negrissimos, porque alli, á sombra da caridade, praticavam-se crimes os mais execrandos, que só teriam eguaes nos sertões da Africa, como era a venda de creanças aos marinheiros e saltimbancos.

Apesar de em Portugal não succeder isto, é tambem para lamentar a sorte d'esses infelizes, que se por acaso chegam aos 7 annos, não obstante as torturas da roda, são lançados á margem, sem sombra de educação, nem ensino. Elles, abandonados ao nascer por uma mãe desnaturada, são tambem desprezados pela mãe patria quando mais precisam de auxilio e protecção.

Ousa-se por ahi comparar a roda dos expostos com o hospital que S. Vicente de Paula creou em França nos meiados do seculo XVII para dar asylo aos engeitados. Esta comparação além de ser redicula é infame, porque comparar o amôr mercenario das nossas rodas ao que se offerecia no hospital de caridade estabelecido por aquelle apostolo fervoroso da religião do Crucificado, á frente do qual se viam os nomes mais res-

peitaveis da França, como o da princesa de Conti, da duqueza d'Aiguillon, do marechal Fabert, e muitos outros, é o mesmo que comparar Nero com o proprio S. Vicente de Paula.

A França ufana-se de possuir hoje immensos asylos, em que são recebidos os engeitados; elles na sua maior parte se devem aos incansaveis esforços do homem que, velando sem cessar pela sua patria, extinguia todas as infelicidades com os beneficios que espalhava por toda a parte; porque elle era o homem da Providencia,—era S. Vicente de Paula—que comprehendeu como ninguem a maxima do Filho de Deus, que se encontra no Evangelho, n'esse livro incomparavel, cuja santidade falla ao coração—«Vinde a mim, vós que soffreis, porque eu vos consolarei.»

Em Portugal antes da creação das rodas eram os engeitados creados á custa dos hospitaes e albergarias, e em falta d'estas á custa dos concelhos; e isto em virtude das determinações do titulo 88 do liv. 1.º da Ordenação. Depois de 1836 é que principiaram a haver esses estabelecimentos a que tão propriamente chamamos rodas, e que ainda se conservam para servirem de vergonha e oprobrio á humanidade.

A civilisação pede a reforma radical d'estas instituições, que já ha muito deviam ter sido destruidas pelo arado do progresso. A reforma d'ellas urge ser estudada pelos homens que tem as redeas do governo.

Aveiro, para mostrar que acompanha o *progresso* na sua vanguarda, tambem possue uma das taes *rodas*, a qual antigamente esteve alojada em casa propria, no largo da Fonte Nova, e presentemente se acha em uma casa de aluguer de apparencia tão sinistra como o fim para que a aproveitam, situada na rua de Santo Antonio.

CONVENTO DE S. JOÃO EVANGELISTA

Não são as tradições historicas nem tão pouco os primores d'arte que tornam celebre o convento de S. João Evangelista, (carmelitas); mas sim as acrysoladas virtudes das suas habitadoras

que em todos os tempos tem observado fielmente os preceitos que Santa Theresa legou á sua ordem.

Este convento occupa o antigo palacio dos duques d'Aveiro e a egreja é a capella do mesmo palacio consideravelmente ampliada nos meiados do seculo passado; foi fundado por D. Raymundo de Lencastre em 1668. D. Raymundo fundou este convento em virtude de certas disposições testamentarias de sua thia D. Brites de Lara; e as suas primeiras habitadoras foram 8 freiras, que vieram dos conventos de Santo Alberto e Santa Theresa de Carnide, chegando a Aveiro em 13 de junho de 1668.

A 16 do mesmo mez e anno fizeram as religiosas a sua entrada solemne no convento. Foi apparatoso este acto, a que assistiu todo o clero, nobreza e povo; as ruas da villa estavam ornadas com arcos triumphaes, e á noite todas as casas se illuminaram, pois o contentamento era geral e o regosijo espontaneo.

Pelas duas horas da tarde d'aquelle dia o prior do convento do Carmo fr. Antonio do Espirito Santo, fez a entrega das chaves do convento ás religiosas, no meio dos brados de alegria soltados pela multidão ebria de enthusiasmo e das descargas dadas por as quatro companhias da ordenança.

O convento, que ainda em parte conserva a forma do antigo paço ducal, possue amplos dormitorios; mas os primores d'arte não tem alli guarida, porque dentro de seus muros tudo respira humildade. No côro, que é assás vasto, venera-se uma imagem de Jesus-Christo flagelado, de grande merecimento artistico.

A egreja é toda forrada de magnifica talha dourada, e conserva-se sempre com toda a decencia, o que é devido ao louvavel zelo do digno procurador do convento o revd.º sr. Bento Rodrigues.

Do grande numero de religiosas, que outr'ora habitaram este convento, só existem presentemente as exm.as sr.as D. Maria da Conceição, que professou em 19 de dezembro de 1831, D. Maria Isabel da Conceição, em 24 de setembro de 1826, e D. Anna Rita do Espirito-Santo, em 13 de julho de 1832. E são estas as vergonteas ainda robustas, d'aquella arvore frondosa que se chama Carmelitas.

ERMIDAS

Foi abundante o numero de capellas ou ermidas que outr'ora existiram n'esta cidade; em quasi todas as ruas se encontrava um d'esses monumentos, que nos attestam a piedade christã dos nossos passados. Em todos os tempos foi grande a devoção tributada á Virgem pelos aveirenses, de que são prova o grande numero de sanctuarios que hão edificado sob a sua invocação.

Das ermidas que em outros tempos houveram em Aveiro, temos noticia das seguintes:

N. Senhora da Graça.—Na rua do Gravito existem as paredes. Ignora-se a época da sua edificação.

N. Senhora da Guia.—Diz o auctor do *Sanctuario Mariano* (118) que esta ermida, de que hoje não restam minimos vestigios, estava situada extra-muros, e fronteira ao convento de Santo Antonio.

N. Senhora da Madre de Deus.—É na rua do Seixal, e tem a forma polygona; pertenceu á casa de Tavarede; hoje é propriedade do ex.mo sr. Manuel José Mendes Leite.

N. Senhora do Hospital.—Esta ermida que estava situada na rua da Vera-Cruz tomou o nome do hospital que lhe ficava ao lado, e que era pertença dos pescadores.

N. Senhora d'Ajuda.—Fica a pouca distancia do Passeio Publico; não possue nada de notavel; antigamente tinha por orago S. Gregorio.

S. Roque. — Levanta-se sobre uma pequena colina ao fim da rua do mesmo nome.

S. Bartholomeu. — É no bairro piscatorio e pertence ao ex.mo sr. Casimiro Barreto Ferraz Sacchetti. Está aqui sepultado sob uma campa rasa o sr. Antonio Barretto Ferraz de Vasconcellos, 1.º visconde da Granja, par do reino, ministro de estado honorario, juiz relator do supremo conselho de justiça militar, gram-cruz de S. Thiago de Espada, commendador de

Christo, que nasceu a 25 de maio de 1789, casou a 25 de julho de 1813 com D. Maria Bibiana Sacchetti, e falleceu em 27 de abril de 1861. (119).

Corpo Santo. — Estava junto do caes; não resta d'ella vestigio algum. Foi n'esta ermida que teve principio a ordem Terceira em 1670. Pertencia a uma irmandade de mareantes, e era aqui que elles vinham trazer a véla rota pela tempestade que haviam offerecido quando as vagas enraivecidas ameaçavam traga-la.

S. Sebastião.—Foi demolida em 1839 por ameaçar ruina sendo os seus materiaes empregados na construção da capella do cemiterio. Estava situada junto da fonte do mesmo nome, á qual uma lenda, que se perdeu com o prepassar dos seculos, deu o nome dos Amores.

Santos Martyres. (120)—É na quinta do mesmo nome, e propriedade da illustre familia d'esta cidade, os Rangéis de Quadros.

S. Gonçalo.—É de bastante antiguidade, e foi reformada em 1714. Os carmelitas descalços quando vieram para Aveiro estabeleceram aqui o seu convento.

S. Martinho.—Já não existe: era na rua d'este nome.

S. Paulo.—Tambem já não existe: ficava fronteira á egreja da Vera-Cruz, e julga-se haver sido fundada no reinado de D. Fernando I.

S. Antonio.—Era junto da egreja de S. Miguel: foi edificada para os presos reclusos na cadeia publica poderem ouvir missa nos dias santificados.

Foi demolida em 1835.

O JARDIM

O nosso jardim publico é uma das obras de maior vulto que

nos ultimos annos se tem feito n'esta cidade. Foi principiado em 1862, e presentemente é um dos primeiros de Portugal.

Divide-se em alameda e jardim propriamente dito.

O jardim que é tratado com todo o esmero, porque a exm.ª camara nunca se poupou a despezas para que elle possa hombrear com os melhores do paiz, está vedado com uma bella grade de ferro fundido; do lado do poente esta grade é substituida por um parapeito de pedra, para assim se poder melhor admirar o extenso e bello panorama que a seus pés se desenrola e que abrange uma grande parte da ria, assim como extensas campinas que cercam esta cidade.

N'este mesmo local, que pertenceu á commenda de S. Miguel da Ordem d'Aviz e que foi comprado pelos frades do convento de Santo Antonio ao commendador Topete por 60$000 réis, estava uma frondosa alameda, que havendo sido plantada em 1672, por fr. Antonio das Chagas, foi destruida em 1862, sem se deixar um unico vestigio d'aquella vegetação secular.

ORDEM TERCEIRA

A Italia do mesmo modo que é o berço de grandes homens, tambem o é de beneficas e santas instituições; pois foi em Florença que teve principio a ordem de penitencia dos terceiros de S. Francisco.

O grande patriarcha serafico, pouco depois de celebrado em Assis o capitulo geral de 1221, concebeu a ideia de formar uma ordem de seculares, para o que escreveu uma regra, que em 1289 foi confirmada por uma bulla de Nicolau IV. Já antes d'esta confirmação a nova ordem havia recebido varios privilegios de Honorio III e Gregorio IX.

A ordem dos irmãos terceiros de S. Francisco espalhou-se por toda a Europa com uma rapidez assombrosa: os reis e os principes abriram o exemplo alistando-se nas fileiras da milicia do patriarcha d'Assis.

Portugal foi um dos reinos em que ella fez mais progressos; porém, pondo de parte a historia da Ordem Terceira, com relação ao nosso paiz, trataremos da d'esta cidade.

No anno de 1670, lançaram-se os fundamentos á nossa Ordem Terceira na capella do Corpo Santo, sendo escolhido para padre commissario fr. Luiz de S. Francisco, (que n'aquella epoca aqui estava em missão,) cargo que desempenhou com todo o zelo apostolico pelo espaço de seis annos, ao fimodos quaes deu a sua demissão que lhe foi acceito em 8 de fevereiro de 1676.

Em virtude das instrucções recebidas do seu primeiro commissario os irmãos terceiros, recorreram á meza definitoria dos frades menores, que por bulla passada por Nicolau IV em 1290, eram os vesitadores das Ordens Terceiras, para que lhes fosse dado novo commissario; ao que o padre provincial, fr. Thomé de Villa Real, accedeu nomeando fr. Sebastião de Monsanto em 10 de janeiro d'aquelle mesmo anno.

O novo commissario conhecendo os inconvenientes que provinham á ordem em estar na capella do Corpo Santo, fez com que se transferisse para a egreja do convento de Santo Antonio a 13 de março de 1678, onde se conservou até 1679, em que foi novamente transferida para a capella onde hoje está. Tendo o bispo conde, D. Alvaro de S. Boaventura, dado licença para se construir a capella, que devia servir de séde á Ordem Terceira, lançou-lhe a primeira pedra em 16 de janeiro de 1677, e passados dois annos estavam as obras de todo concluidas.

A capella, ou egreja, é espaçosa e está ornada com boas imagens e alguns quadros a oleo de nenhum merecimento artistico; apesar de serem assás escassos os meios de que dispõe a *mesa* a que estão entregues os destinos da Ordem, ella encontra-se sempre com todo o aceio.

A Ordem, apesar de pobre, celebra todas as suas solemnidades, senão com grandesa, ao menos com decencia, que custará a encontrar em outras opulentas. A procissão de penitencia, que tem logar em quarta-feira de Cinza, torna-se imponente não só pelo merecimento artistico da maior parte das imagens que n'ella vão, como pela compostura com que se apresentam todos os irmãos.

A *sala do despacho*, que teve principio em 1682, para o que se obteve licença do padre provincial fr. Leonardo Chaves, é de architectura singela, e foi mandada ampliar em 1872 pela mesa que tambem reformou a sacristia—obras que foram custeadas a expensas de esmolas.

CONVENTO DE SANTO ANTONIO

Tendo Aveiro sido assolada por uma grande epidemia no anno de 1524, fizeram os seus habitantes um solemne voto de edificarem um convento para frades menores (Ordem instituida pelo papa Innocencio III) dedicado ao portuguez Santo Antonio; e d'isto deram parte ao provincial da Ordem, fr. Bartholomeu d'Albuquerque, que gostosamente acceitou a valiosa offerta dos filhos d'esta terra.

O terreno para o convento foi dado por João Nunes Cardoso, senhor dos coutos de Freiriz e de Pennagate da Torre, do que se lavrou uma escriptura a 17 de março do mesmo anno de 1524. A obra foi custeada com esmolas, e o mesmo succedeu com a reedificação do mesmo convento que teve logar em 1658.

A cerca, que era muito aprazivel pelas fontes e arvores seculares que a embellezavam, pertencia á commenda de S. Miguel, que era uma das 49 commendas que formavam o patrimonio da Ordem d'Aviz, e que se houve por troca, para a qual se alcançou em 1611 licença d'el-rei, como mestre da dita Ordem, e do commendador que então a possuia, Daniel Topete.

O claustro, que ainda hoje conserva a sua primitiva fabrica, foi construido em 1753; e a casa da livraria, que continha um grande numero de obras de merecimento, em 1720, sendo guardião fr. Manuel de Barcellos.

Tambem alli ha uma varanda abobadada de tijolo e cantaria, d'onde se gosa um bello panorama: foi construida em 1749.

Nos baixos d'esta varanda é que antigamente estava a unica aula publica de instrucção primaria, que havia em Aveiro, regida por um frade do convento, que recebia annualmente rs. 40$000 pagos pela camara. Esta aula foi extincta em 1834, sendo seu ultimo professor fr. Joaquim de Santa Rita, caracter venerando, cuja memoria ainda hoje é respeitada por muitos dos que tiveram a dita de ser seus discipulos.

A egreja é de aspecto humilde, mas agradavel; alli tudo respira pobresa, porque o instituto da Ordem, confirmado pelo papa Alexandre IV, não permittia o uso de alfaias luxuosas; pois a sua missão era incutir no coração dos povos as santas doutrinas do Evangelho, e os operarios d'essa obra grandiosa não devem possuir senão os bens do espirito, porque a sua patria é o universo e a sua familia a humanidade inteira, que de-

ve encontrar n'elles balsamo salutar para as chagas do infortunio.

Os frades deram o padroado da capella-mór a Jorge Moniz, senhor da casa d'Angeja, por escriptura feita em 30 de dezembro de 1583, com a condição de dar annualmente ao convento 20$000 réis, uma pipa de vinho e outra d'azeite, e todas as lampreias que fossem apanhadas á segunda-feira na pesqueira que aquella mesma casa possuia junto á villa que lhe deu o titulo, na ribeira chamada do Paço.

Alguns annos depois, tendo fallecido o ultimo possuidor d'aquella casa, passou para á corôa, e D. João IV, por provisão de 30 de setembro de 1644, ordenou que se continuasse a pagar aos frades tudo a que se havia obrigado Jorge Moniz; porém as lampreias não se acham mencionadas na provisão.

A tribuna do altar-mór, que é toda de talha dourada, foi mandada construir em 1740.

A egreja tem dous altares lateraes, sendo um do Menino Deus, ao lado do qual se acha sepultada Izabel da Luz de Figueiredo, fallecida em 22 d'abril de 1681, que tendo legado grande parte dos seus haveres ao convento, deixou dito em testamento que queria alli ser sepultada; e o outro de S. Benedicto, privilegiado perpetuo por concessão do papa Innocencio XIV.

Tem a egreja mais dois altares, ou capellas, n'um dos quaes se venera uma devota imagem da Virgem das Dores, dada ao convento em 1628 por o conde de Miranda, e na outra os cinco santos martyres: Otto, Bernardo, Pedro, Acurcio e Adjuto.

A sacristia é a melhor d'esta cidade; é toda forrada de pinturas a oleo com bellas molduras de talha dourada. Os quadros que nos parecem de mais merecimento são os da Virgem, Santo Antonio, S. Francisco e S. Miguel. Antes d'esta já houve outra, que foi devorada pelas chammas em 1712; a actual foi feita á custa do bispo conde D. Antonio de Castello-Melhor em 1713, que não consentiu que sobre a porta fossem postas as suas armas, como os frades desejavam.

Conta-se que indo alguem participar ao bispo, que aqui esteve a maior parte do anno de 1712 habitando no paço dos Tavares, que a sacristia tinha ardido, elle disséra que o que ardêra era a sua bolsa; dito este que cabalmente confirmou mandando construir uma obra de tanto merecimento.

Os frades viviam de esmolas que pediam na cidade e circumvisinhanças; a camara era obrigada a dar-lhes annualmente 40$000 réis, com a obrigação d'elles prégarem vinte e quatro

sermões na egreja matriz de S. Miguel, e isto por provisão de D. João IV passada em 16 de janeiro de 1642, que se acha transcripta a paginas 76 do Livro do Registo da mesma camara.

A casa dos Tavares concedeu ao convento a renda que possuia dos navios que, carregados de bacalhau, entrassem pela barra, que era uma arroba por cada um; passando esta casa, tambem por falta de successores, para a das rainhas, continuou o convento a receber a mesma renda por as provisões de D. Luisa Francisca de Gusmão, mulher de D. João IV e de D. Maria Francisca Izabel de Saboya, mulher de D. Affonso VI, passadas em Lisboa a 27 d'abril de 1647 e 13 de janeiro de 1667.

Todas as esmolas que os frades recebiam eram entregues a um syndico nomeado pelos prelados superiores, em conformidade com uma bulla do papa Innocencio IV, onde se lê o seguinte: «Seja-lhes licito (aos prelados superiores) o nomearem alguns varões idoneos e tementes a Deus, os quaes, segundo a necessidade de cada um convento, possam com a nossa auctoridade livremente vender, commutar, expender e aplicar todas as cousas que os fieis tenham dado, ou dérem, para as necessidades dos frades.»

Esta disposição foi confirmada por Clemente IV, Martinho V e Bonifacio XI. O ultimo syndico que teve o convento de Santo Antonio foi o sr. Francisco Thomé Marques Gomes, avô do auctor d'este livro, a quem os frades, agradecidos, sepultaram em 27 de dezembro de 1831 sob campa rasa á entrada da sacristia junto d'outros bemfeitores do convento, que tambem alli dormem o somno da eternidade.

O convento tem tido diversas applicações: foi hospital militar, de colericos, lyceu, e quartel de reformados; actualmente é onde se aloja o destacamento que faz a guarnição da cidade, para o que se fizeram algumas reparações.

A egreja foi concedida á mesa da veneravel Ordem Terceira de S. Francisco, que a conserva com toda a decencia.

QUARTEL MILITAR

Antes de 1834 não havia aqui nenhum edificio com este

destino; algumas casas particulares, entre ellas o palacete dos marquezes de Arronches, (121) serviam de quartel.

Depois da extincção das ordens religiosas ficou sendo quartel o convento de N. Senhora da Misericordia; porém reduzido este a cinzas, estabeleceu-se o quartel militar no convento de Santo Antonio, onde hoje se acha.

REAL CONVENTO DE JESUS

Ha já muitos annos que em Portugal desaba cada dia um monumento de que cada pedra era um padrão das façanhas obradas por esse punhado de heroes, que, ainda não ha quatro seculos, viviam como esquecidos n'este canto da Europa.

A destruição parece que assentou seus arraiaes na patria do Mestre d'Aviz e Camões. Nada escapa á sua vertigem assoladora. Nada respeita, porque para ella tanto importa empregar o camartello seja para lançar a terra o templo de Christo sobre que campeia o symbolo da redempção, e sob cujos zimborios dormem o eterno somno aquelles que, ou por seus feitos, ou por suas virtudes, immortalisaram a patria; ou para arrasar o baluarte famoso que, coberto de éras e musgo se assemelha ao ancião alquebrado pelos annos, onde a bravura dos nossos antigos guerreiros ia apear o crescente mauritano, para arvorar em seu logar a bandeira das Quinas.

Tristes recordações são estas! E quem deixará de pensar sem saudade que dentro dos claustros solitarios e tristes dos conventos ha immensas probabilidades de dentro em breve se ouvir o toque marcial da corneta e do tambor!

Mas, pondo de parte quaesquer considerações, passemos á historia do real mosteiro de Jesus.

D. Beatriz Leitão, senhora de alto nascimento e grandes virtudes, havendo enviuvado aos 27 annos de Diogo de Athaide, (da casa de Athouguia) mandou edificar uma modesta habitação n'esta cidade, a pouca distancia do convento de N. Senhora da Misericordia, para onde veio viver em 24 de novembro de 1458 com suas duas filhas D. Catharina e D. Maria d'Athaide.

D. Beatriz Leitão principiou desde logo a viver vida mo-

nastica. A fama das suas virtudes, correndo pressurosa por toda a parte, fez com que algumas damas das primeiras familias de Portugal lhe pedissem guarida no seu pequeno cenobio; conta-se no numero d'estas D. Mecia Pereira, da casa dos condes da Feira.

Foi D. Mecia Pereira, que mais concorreu para se augmentarem as proporções da casa, comprando diversas propriedades que lhe ficavam contiguas.

D. Beatriz Leitão vendo crescer todos os dias o numero das suas companheiras tratou de alcançar as licenças necessarias para poder proceder á fundação d'um convento de freiras da ordem dominica.

Foram grandes as difficuldades que encontrou para levar a effeito a projectada ideia, como affirma fr. Luiz de Sousa; porém a sua vontade energica tudo venceu, porque o papa Pio II accedeu ás suas supplicas expedindo em 16 de maio de 1461 uma bulla em que authorisava a fundação do convento.

D. Affonso V lançou a primeira pedra para a fundação da egreja, e tomou o convento sob a sua protecção em 15 de janeiro de 1462.

Foi imponente a ceremonia: assistiu toda a côrte e o bispo de Coimbra, D. João Galvão, que foi o que pegou conjunctamente com el-rei na primeira pedra que foi assente nos alicerces da egreja de Jesus, onde D. Affonso lançou uma *dobra* de ouro.

A egreja concluiu-se em 1464, e no 1.º de janeiro do anno seguinte tomou o habito de freira professa da ordem dominica D. Beatriz Leitão, e bem assim suas filhas e outras senhoras que se lhes haviam juntado.

Em julho do 1472 veio viver para o convento de Jesus a Princeza Santa Joanna, que por ordem de seu pae el-rei D. Affonso V se viu obrigada a abandonal-o, em virtude de grassar em Aveiro uma grande epidemia; foi acompanhada por D. Beatriz Leitão e dirigiu-se a Abrantes, onde esta senhora, que foi a primeira prioreza do convento, falleceu a 3 d'agosto de 1480.

Algum tempo depois a Princeza voltou novamente ao convento.

Em 1481 seu irmão el-rei D. João II a encarregou da educação de seu filho illegitimo, D. Jorge de Lencastre, que tendo de edade 3 mezes veio para este convento, onde estava de dia, e á noute ia para casa de D. Filippa de Noronha, condessa do Villa Verde, e thia da princesa, pois ella era filha de D. Iza-

bel, illegitima de D. Fernando I e casada em 1387 com D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, filho bastardo de Henrique II de Castella.

D. Jorge de Lencastre viveu com sua tia até á edade de 9 annos, para o que se alcançou um breve de Roma.

A Santa Princeza, que falleceu em 12 de maio de 1490, legou todos os bens ao convento, e ainda hoje se conserva a cella em que viveu.

Foram taes as virtudes obradas pela Santa Princesa, que em 1687 se tratou de alcançar de Roma a sua beatificação; foi encarregado d'este negocio fr. Francisco Mascarenhas, que obteve o ordenar o papa Innocencio XI ao bispo conde, D. João de Mello, que viesse a Aveiro examinar o corpo e milagres da Santa Princeza. Em 29 de junho de 1689 foi desenterrado o caixão em que se guardavam as suas cinzas, o qual estava debaixo do côro junto ao commungatorio, e em seguida examinado pelo bispo D. João de Mello, que lavrou um auto de tudo que encontrou, o qual foi enviado para Roma e bem assim um summario sobre as suas virtudes e milagres.

Foi beatificada pelo mesmo papa, Innocencio XI, em 4 de abril de 1693, designando o dia 12 de maio para a sua festividade.

Quando chegou o breve da beatificação era prioreza d'este convento a madre D. Anna de Belem, que fez celebrar um solemne triduo, fazendo pontifical o bispo conde, D. João de Mello.

Pouco depois da beatificação, fr. Pedro Monteiro, prior do convento de Nossa Senhora da Misericordia, representou a el-rei D. Pedro II a necessidade que havia das cinzas da Santa Princeza repousarem em um tumulo mais sumptuoso do que até alli; el-rei immediatamente approvou o alvitre e encarregou o mesmo fr. Pedro Monteiro da obra, dizendo-lhe que se não importasse com as despezas. Este, seguindo as determinações d'el-rei, encarregou da construcção do magnifico tumulo que hoje se admira no côro debaixo d'este convento, o architecto João Antunes.

Era opinião geral em Aveiro que esta preciosidade artistica fôra obra dos genovezes; tambem partilhámos d'ella por muito tempo, porém consultando um manuscripto, existente no cartorio d'este convento, que tem o n.º 827, vicmos no conhecimento de que o auctor de tão delicada obra foi um portuguez.

Logo que principiaram as obras para a collocação do novo mausuleu, foram as cinzas da Santa Princeza transladadas para a capella de Nossa Senhora da Conceição, onde se conservaram pelo espaço de 12 annos.

Em 28 d'agosto de 1711 ordenou el-rei D. João V ao bispo conde, D. Antonio de Vasconcellos e Sousa, que viesse fazer a transladação das cinzas da Pinceza; este logo que recebeu a ordem determinou o dia 21 de outubro para ter lugar a transladação; para o que convidou os abbades de Santo Thyrso, de S. Bento de Coimbra, de S. Bernardo e do Collegio da mesma cidade.

No dia 10 do mesmo mez fez o Bispo a sua entrada no convento, onde foi recebido pelo padre provincial, fr. Manuel da Encarnação e pela prioreza D. Izabel da Visitação, e dirigindo-se ao local em que tinha sido collocado o caixão com as reliquias da Santa Princeza, ahi o abriu e transladou-as para um novo caixão forrado de velludo carmezim e agaloado de prata, o qual foi fechado, e alli ficou até ao dia 19 em que o mesmo Bispo tornando acompanhado pelo cabido da sua sé, juiz de fóra d'Aveiro, D. fr. Rodrigo de Lencastre, representando a Inquisição de Coimbra, e por grande numero de nobres, abriu o caixão, e em seguida, tendo mostrado as reliquias ás pessoas presentes, mandou lavrar um auto, que depois de assignado por todos, foi encerrado no caixão, e cuja copia mandou guardar no cartorio do convento.

Depois d'um apparatoso triduo teve lugar a transladação no dia 23, em que o Bispo sahindo da egreja de cruz alçada, se dirigiu ao convento, e ahi pegaram no caixão os quatro abbades mitrados, e levando-o debaixo do palio, a cujas varas pegavam 6 cavalleiros da ordem de Christo, dirigiram-se em procissão, que era formada pelas communidades de 3 conventos de frades que aqui haviam e mais de 300 clerigos que para este fim tinham sido convidados pelo Bispo, á egreja de S. Miguel e de lá ao convento de S. João Evangelista (carmelitas), indo em seguida recolher-se; o caixão foi levado para junto do novo tumulo dentro do qual foi collocado pelos 4 abbades, sendo depois fechado com 3 chaves, que se remetteram, a 1.ª a el-rei, a 2.ª á prioreza do convento, e a 3.ª ao Bispo conde.

Em 1694 desejando a communidade d'este convento promover a canonisação da Santa Princeza, beatificada em 4 d'abril de 1693, representou a el-rei D. João V, para que alcançasse de Roma esta graça.

O monarcha, magnanimo cedendo a tão justo pedido fez com que fossem expedidas pela commissão dos Ritos as ordens necessarias em 17 de dezembro de 1746, para que o Bispo conde nomeasse uma commissão para proceder a um rigoroso inquerito sobre as virtudes da Santa Princeza nos logares em que vi-

vera. O Bispo conde nomeou para membros d'esta commissão o chantre da sé de Coimbra, o dr. Antonio Vicente de Vasconcellos, deputado do santo officio, e Manuel Coimbra Soeiro de Almeida.

Tendo estes procedido ás averiguações que julgaram convenientes, trataram de obter licença de el-rei para poderem examinar os restos mortaes da Santa Princeza, o que obtiveram por carta regia de 18 de maio de 1750.

No dia 1 de junho d'este mesmo anno foi aberto o tumulo pelo Bispo conde em presença de todas as auctoridades e nobres aqui residentes; encontraram um caixão de pau santo e dentro d'elle outro da mesma madeira, forrado de velludo carmesim e chapeado de prata, onde se guardavam os ossos da Santa Princeza.

Para commemorar tão religioso acto celebrou-se na egreja do convento um *Te-Deum* a que assistiu grande numero de pessoas para esse fim convidadas, e fez a guarda d'honra um regimento de dragões de que era commandante o coronel Antonio Carlos de Castro.

De tudo isto se remetteu um auto para Roma.

Ainda hoje se guardam no convento algumas reliquias da Princeza Santa, sendo ellas uma parte do cabello que lhe cortaram quando tomou o habito de noviça a 25 de janeiro de 1475, e parte da camisa que tinha vestida quando falleceu em 12 de maio de 1490.

O convento, apezar de ser no exterior de uma architectura singela, é magestoso, e mesmo porque o que contempla aquellas paredes não é com o fim de admirar o merito artistico que por acaso alli podia sobresahir, mas sim para recordar as virtudes sublimes que sempre alli tiveram eterna morada.

O real convento de Jesus teve o titulo de Jerusalem, por uma bulla do papa Alexandre IV, e d'elle sahiram fundadoras para os de Sant'Anna de Leiria, Annunciada de Lisboa, S. João de Setubal, Reformação das Donnas de Santarem, e Corpus Christi, do Porto. O termo medio das religiosas era de 70 professas, não contando com perto de 100 entre noviças e creadas; tinha o dominio d'Ouca e apresentação das egrejas de Fermelã, Valmaior e S. João de Loure, e mais quatro annexas.

Por ordem de el-rei D. Manuel foi passado em 7 d'outubro de 1502 um *padrão* em que se concediam annualmente ao convento dez arrobas de assucar, pagas na cidade do Funchal, *padrão* que foi confirmado por um alvará de 21 de março de 1714.

O tombo do convento é uma obra de muito merecimento, por n'elle se conter a copia de preciosos documentos. Foi principiado em 23 de maio de 1740 e concluido em fevereiro de 1784.

Era o tal numero de religiosas que de diversas cidades e villas se pediam para procederem á fundação de varios conventos, que a prioreza de Jesus, D. Maria d'Athayde, alcançou um breve do Papa prohibindo que d'este convento podessem sahir mais religiosas para aquelle fim.

Diz o padre Carvalho na sua *Corographia*, que n'este convento se guardava um dedo polegar de S. Pantaleão.

Em 1506 tomaram as religiosas do convento de Jesus para seu padroeiro o apostolo S. Simão, e a prioreza D. Izabel de Castro lhe fez edificar uma capella junto da portaria, que fr. Luiz de Sousa diz ser em cumprimento d'um voto.

A egreja é toda forrada de bellissima talha dourada, e a capella-mór é dedicada, desde a fundação, ao Senhor Jesus; foi dada pelas religiosas aos Tavares Tavoras, alcaides-móres do Portalegre, Alegrete e Assumar, por um padrão de 25:000 réis de juro, e n'ella jazem sepultados dois membros d'esta illustre familia do lado do evangelho, campeando sobre a pedra tumular o seu brazão, que são 5 estrellas em aspa tendo por timbre um elmo; as paredes são ornadas com algumas pinturas, destituidas de todo o merecimento artistico, com allusão a diversos factos da vida da Santa Princeza. A egreja, não obstante ser pequena, é elegante e possue boas imagens. São sumptuosas as festividades que n'ella se celebram, principalmente a da Santa Princeza, a 12 de maio, real em virtude d'um decreto d'el-rei D. João VI.

Faltavamos ao mais sagrado dos deveres —a gratidão—se não transcrevessemos nas paginas d'este livro a narração que o nosso presado amigo, o sr. marquez de Penalva, fez da festividade da Princeza Santa Joanna, narração veridica e sentimental em que transparecem envoltas em diafana sombra as virtudes de que é dotada a alma verdadeiramente fidalga e portugueza do legitimo representante das casas de Penalva, Tarouca e Alegrete.

« Graças á Providencia e aos religiosos e patrioticos sentimentos das auctoridades locaes, e do bom povo d'Aveiro, ainda n'este anno foram celebradas solemnissimamente n'aquella bonita, historica e pittoresca cidade as festas de Santa Joanna, Princesa de Portugal, filha de el-rei D. Affonso V, grande Senhora no Mundo, mas ainda maior no reino do Céo, pela vantajosa tro-

ca que fez, de tres corôas, que se lhe offereceram na terra, por uma immarcessivel, que a esperava no Céo!

E' o dia 12 de maio aquelle em que a egreja Lusitana celebra a festa de Santa Joanna; e este dia, que, para todo o Portugal é solemne, considera-se de grande gala em Aveiro, onde falleceu a Santa Princeza, e que possue o rico thesouro de suas reliquias, guardadas no côro de baixo do convento de Jesus em preciossimo tumulo de Mosaico, dadiva de el-rei D. Pedro II, que de Italia mandou vir esta riquissima peça, admirada por nacionaes e estrangeiros. (123)

Vamos, pois, descrever, como nos fôr possivel, a solemne festividade.

Achava-se a egreja de Jesus ricamente adornada com as suas proprias armações de damasco de oiro, dispostas com muito gosto e symetria; no altar da Santa Princesa, ornado com armações da mesma tella, não faltava, (como competia á gerarchia, da Santa), um rico docél, e na peça dianteira do mesmo docél, estava artistica e elegantemente formado um trophéo composto de bandeiras portuguezas, e de um manto real de velludo e seda, no meio do qual se viam as armas portuguezas, e a corôa de espinhos, emblema da Santa Princesa.

Os riquissimos paramentos, de um tecido de prata bordada a oiro, só podem rivalisar com os paramentos da Sé Patriarchal de Lisboa, ou da Real Capella de S. João Baptista de S. Roque; casula, dalmaticas, pavilhão, frontal, pallio, véo de calix etc., é tudo egual, e de grande valor; até a fórma, porque estavam dobradas as alvas, e toalhas, apresentava novidade e graça.

Tornemos ainda ao altar de Santa Joanna. As muitas flores artificiaes, que ornavam este altar, poderiam talvez rivalisar pela sua perfeição com as obras, n'este genero, do famoso Constantino, o portuguez conhecido pelo nome rei dos floristas.

Era grande a profusão de luzes, e acertadissima a sua disposição.

Pelas 11 horas do dia, abriu-se a grade do côro de baixo, e apresentou-se, á vista dos fieis, o bello espectaculo, de que apenas faremos um imperfeito esboço, porque talvez, nem mesmo a elegante penna de Garrett podesse descrever devidamente este quadro, digno por certo dos pinceis de Raphael, de Miguel Angelo e de Morillo.

O tumulo, ou mausoléo, (como já dissémos) está collocado no meio do côro de baixo; a riquesa artistica d'esta peça, a sua perfeita conservação, e magestosa ornamentação, e sobre tudo o

precioso thesouro que contém, bastariam para agradar aos olhos e impressionar os espiritos, mas a piedade e a arte vieram ainda contribuir porque o espectaculo fosse mais grandioso, imponente e bello.

Em frente do tumulo estavam duas credencias, em uma das quaes se achava collocado um cofre de cristal e prata onde se guardam as contas e o habito de Santa Joanna, e na outra em ambula de cristal, os louros cabellos da bemaventurada Princeza. Grande profusão de flores artificiaes, obra perfeita das pupilas do convento, serviam de ornamento ao tumulo e credencias.

O côro estava atapetado com uma rica alcatifa.

Para completar tão bello quadro, viam-se aos lados do tumulo duas respeitaveis sentinellas, ou antes, duas damas fieis e respeitosas, que faziam a guarda de honra á sua Princeza; mas quem seriam estas sentinellas, estas damas? eram duas senhoras das que ainda se conservam no convento, e que, vestidas com o habito de S. Domingos, realçavam a belleza do quadro, e não poderiam ser observadas indifferentemente!

Pouco depois das 11 horas principiou a missa, com o Santissimo exposto, cantada, com acompanhamento de orgão, pelas pupillas do convento, que teem lindas vozes. O sermão foi muito bom, e as sentidas palavras do orador fizeram deslisar lagrimas pelas faces de muitos ouvintes, e principalmente pelas das duas senhoras, que estavam no côro de baixo, e é provavel que acontecesse o mesmo ás que estavam no côro de cima.

Pelas 6 horas da tarde sahiu a procissão, pela fórma seguinte: abria o prestito a archi-confraria do Santissimo Coração de Maria; seguia-se o andor de Santa Joanna vestida com o habito dominicano, de sêda, com riquissima bordadura de ouro, sendo a imagem perfeita e quasi de tamanho natural; atraz d'este andor ia um lindo anjo levando o rosario da Santa; o 2.º andor era de S. Domingos, bella esculptura e ricos vestidos; seguia-se outro anjo, levando um livro em salva de prata: acompanhavam a procissão as duas irmandades do Santissimo das freguezias da cidade, levando todos os irmãos opas de sêda, presas com cordões de retroz e grandes borlas de ouro, e os que levavam as insignias e pegavam nos andores iam de casaca preta e de calção e meia, sapato e fivela.

Uma linda menina ia no centro, levando na mão um ramo de açucenas. Seguiam-se duas alas de sacerdotes com sobrepelizes, e capas do asperges, e por ultimo o Santissimo Sacramento debaixo do riquissimo palio já mencionado.

A camara municipal, de capa e volta e chapéo de plumas, levando o seu rico estandarte, o exm.º vigario geral, o exm.º governador civil, juiz de direito e auctoridades civis e militares, que todas assistiram á festa e acompanharam a pomposa procissão; fechava o prestito uma das phylarmonicas da cidade, e uma força de caçadores.

E' inexcedivel a decencia, ordem, respeito e socego com que se fez a procissão.

As ruas estavam atapetadas com flores e junco, e as janellas ornadas com bellas colchas de sêda e damasco bordadas.

Pode dizer-se, sem exageração, que a festa de Santa Joanna, em Aveiro, é em tudo completa, e nós que de proposito alli fomos, conservaremos sempre gratissimas recordações dos solemnissimos cultos e solemnidade que presenciámos, dedicados á mimosa Filha de D. Affonso V, a quem pedimos seja intercessora, junto do throno de Deus, para que abençôe o devoto e religiosissimo povo de Aveiro, e, com esta nossa humilde prece, cumprimos tambem um dever de gratidão.» (124)

Junto do côro de baixo, está uma capella denominada de Santo Agostinho, onde se admira um elegante tumulo de pedra de Ançã, que tem por remate o escudo real com corôa ducal, e um tropheu formado por uma espada e o emblema da morte. N'este tumulo, que foi mandado construir pela prioresa D. Arcangela Maria Baptista com ordem do padre provincial, fr. Manuel Coelho, está sepultado o setimo duque d'Aveiro, D. Gabriel de Lencastre, filho da duqueza do mesmo titulo, D. Maria de Guadalupe e de Manuel Ponce de Leão, duque de Arcos (Hespanha).

D. Gabriel tendo fallecido em Lisboa no mez de julho de 1745, encontrou-se em seu testamento a determinação de que desejava ser sepultado junto do tumulo de sua thia a Princeza Santa Joanna. Este duque tinha presenteado o convento com quatro lampadarios de prata, admiraveis pelos seus delicados lavores, por doação feita em Lisboa a 3 de janeiro de 1734; porém esta preciosidade artistica foi levada ou, para melhor dizer, roubada pelos francezes. Estas, assim como outras riquezas, não seriam levadas pelos francezes, se não fosse a vergonhosa convenção de Cintra, negociada pelo general Kellermann a 25 do dito mez, em que se permittiu levar ao exercito vencido todas as suas bagagens, que, segundo se diz, foram depois repartidas com os proprios inglezes, talvez por estes o conduzirem na sua esquadra aos portos de Rochella e Quiberon.

Diz-se que o tumulo de que acima fallámos é de D. Jor-

ge de Lencastre, fundador da casa d'Aveiro; é porém uma inexactidão que cumpre remediar.

O tumulo não é de D. Jorge não só pelas razões que acima deixámos expostas, como tambem pelas que vamos expor.— A sua architectura é d'um estylo muito moderno; além d'isso D. Jorge, fallecido em 1550, foi sepultado no convento de Jesus de Palmella, como mestre da ordem do S. Thiago (125) (em 1560; segundo o testemunho do sr. H. Freire, estava o jazigo d'esta vergontea dos nossos reis em pessimo estado, a ponto das pessoas de Palmella lá irem tirar ossos quando muito bem lhe parecia); e tambem se prova que é o 7.º duque d'Aveiro que está sepultado na capella de Santo Agostinho, pelo seguinte documento que se acha no archivo da Santa Casa de Misericordia d'esta cidade:

Termo do dia em que chegou a esta viila o cadaver do exm.º duque nosso irmão, a quem acompanhou á sepultura toda a irmandade.

«Aos oito de julho de mil setecentos e quarenta e cinco annos, n'esta nobre e notavel villa d'Aveiro, e na egreja da Misericordia d'ella, se ajuntou a sua irmandade, que tinha sido convocada ao som da campa corrida: ahi pelo irmão José Barreto Ferraz, cavalleiro professo da ordem de Christo, e provedor d'esta Santa Casa, foi dito, que o ill.mo e ex.mo sr. D. Gabriel de Lencastre, duque d'Aveiro, que tinha sido irmão e provedor d'esta Santa Casa, fallecera em Lisboa, a vinte e tres de junho e deixára determinado o vir enterrar-se ao convento das religiosas de Jesus, junto do tumulo de sua thia Santa Joanna Princesa: e que segundo o aviso, que lhe fizera D. Nicolau de Gusman, que fôra estribeiro do exm.º duque, e o acompanhava, queria que a irmandade d'esta Santa Casa o acompanhasse, e conduzisse seu caixão até á sepultura. O que ouvido que todos foram esperar o corpo do exm.º duque á rua de Jesus; e ahi pelos irmãos de maior, e menor condição, que nomeou o irmão provedor, se tirou do coche em que vinha, foi levado á capella-mór das ditas religiosas, e acabado o officio e missa, conduzido á capella de Santo Agostinho, junto ao tumulo de Santa Joanna, aonde fizeram o jazigo para o exm.º duque; assistindo a todos estes actos a nossa irmandade incorporada dentro da mesma egreja até o fim de tudo. De que o irmão provedor mandou fazer este termo que assignou, e eu João Pedro da Silveira Mascarenhas, escri-

vão da meza o escrevi e assignei—João Pedro da Silveira Mascarenhas.»

No dia 2 de março de 1874 falleceu aqui a exm.ª sr.ª D. Maria Henriqueta dos Anjos Barbosa, que havia professado em 29 de agosto de 1831; com a sua morte deviam ser fechadas as portas do real convento de Jesus, porque era esta senhora a ultima religiosa professa; porém não succedeu assim; os aveirenses sem distincção de classe imploravam do governo de S. Magestade que fosse conservado este convento como casa de educação e ensino; as suas suplicas foram ouvidas, pois por uma ordem, expedida em 22 de maio d'aquelle mesmo anno por a secretaria dos negocios ecclesiasticos e da justiça, o convento ficou permanecendo até que no parlamento se apresente o projecto que o faça presistir com aquelle fim.

No real convento de Jesus continuam ainda a ressoar os canticos sagrados e a terem perene culto as virtudes das suas fundadoras. Os nossos desejos assim como os de todos os habitantes d'esta terra são que as portas d'aquelle asylo da religião e da caridade se não fechem ao desgraçado que sempre alli encontrou um bocado de pão com que matar a fome.

Presentemente os destinos do convento estão entregues á exm.ª sr.ª D. Leonor Cardoso de Lima, senhora d'uma educação esmerada, que se ha tornado incansavel para que o real convento de Jesus não desdiga em nada do que foi.

CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA MISERICORDIA

Diz o chronista da ordem dominica, fr. Luiz de Sousa, que a fundação d'este convento se deve á milagrosa apparição da Virgem sobre um dos bastiões da muralha ao velho Affonso Domingues, em 5 de agosto de 1442.

Foi para commemorar aquelle facto, segundo diz o auctor acima citado, que o infante D. Pedro (126) alcançou do papa Martinho V, em 19 de fevereiro de 1423 um Breve por o qual lhe foi concedido o poder fundar na sua villa d'Aveiro um convento para frades dominicos; o que levou a effeito lançando-lhe a primeira pedra a 23 de maio do mesmo anno.

A fabrica do convento era em tudo digna do seu illustre fundador; tinha bons dormitorios, e a casa do capitulo tambem era assás espaçosa, e n'ella se venerava uma imagem de Jesus Christo de tamanho natural, que presentemente está na capella do cemiterio.

A egreja que em varias épocas tem sido reformada é de solida construcção, e a melhor que Aveiro possue. A capella-mór pertencia aos marquezes d'Arronches e diz o padre Carvalho na sua Corographia Portugueza que um primogenito d'esta familia fôra aqui sepultado.

N'ella, do lado do Evangelho, em um modesto tumulo de granito sobre que campeia o brazão da Casa de Sousa, está sepultada D. Catharina d'Athayde.

A semelhança d'este nome com o da mulher que Camões amou, fez com que differentes escriptores affirmassem que a Natercia do immortal cantor dos Lusiadas estava sepultada no convento de N. Senhora da Misericordia, d'esta cidade. Tal não é a verdade; Camões amou, sim, D. Catharina d'Athayde; mas esta era filha de D. Antonio de Lima e de D. Maria Boca-negra, e não de Alvaro de Sousa e de D. Filippa de Athayde, que é a que aqui está sepultada.

Na capella do Senhor Jesus está um tumulo de pesada architectura, que geralmente se diz ser o deposito das cinzas de João de Albuquerque, senhor de Angeja e Canellas, fidalgo de illustre stirpe, que legou grande parte de seus bens a este convento.

As diversas remoções d'este tumulo tornam completamente illegivel o epitaphio que n'elle está gravado em caracteres goticos. N'esta mesma capella esteve por muitos annos um quadro representando a Virgem, o qual se julga ser obra do nosso compatriota grão-Vasco. Em 1872 esta preciosidade artistica, foi vendida pela junta de parochia da freguezia de Nossa Senhora da Gloria, que desde 1834 aqui se acha instalada, pela quantia de 350:000 réis.

Pelo corpo da egreja e capellas encontram-se bastantes lapides tumulares, debaixo das quaes repousam homens sem duvida illustres, segundo se deprehende dos brazões que n'ellas se acham gravados, e que o andar dos tempos tem tornado quasi indecifraveis.

D. Jorge d'Almeida, bispo de Coimbra, sagrou a egreja a 20 de janeiro de 1664. Tambem esteve para ser presa do incendio que reduziu a cinzas grande parte do convento no dia 19 de outubro de 1843. Deve-se a sua salvação aos incansaveis

esforços do finado tenente general visconde de Santo Antonio, n'esta época governador militar de Aveiro.

A fachada da egreja que é toda de pedra d'Ançã foi construida em 1719 e a torre, que se lhe ergue ao lado, em 1860.

THEATRO

Pouco, infelizmente, se nos offerece dizer sobre este assumpto. Em quanto nas demais terras do paiz as artes prosperam e avançam na senda auspiciosa do progresso, nós vivemos no estacionamento. Com pesar o dizemos: não possuimos um theatro digno de receber os estranhos que visitam esta cidade.

Ainda não ha muitos annos que um illustre filho d'esta terra, que então presidia á direcção dos destinos da municipalidade aveirense—Bento Xavier de Magalhães—concebeu um plano que, se outros predicados não immortalisassem entre nós o seu nome, esse concorreria decerto para o engrandecer. Comprehendendo aquelle cidadão que Aveiro devia possuir um theatro, que não nos envergonhasse, apresentou o seu projecto, e de tal modo se houve com os seus collegas, que o alvitre mereceu a sancção plena de todos.

Passado pouco tempo estava destinado o terreno onde se devia erguer o sanctuario de Thalia. Abriram-se os alicerces; lançaram-se as primeiras pedras com indiscriptivel enthusiasmo; subiram as paredes a uma certa altura, muitos filhos de Aveiro alli foram pagar o obulo do trabalho, em quanto que outros concorreram com as quantias concernentes aos seus haveres. Mas Bento de Magalhães morreu, legando-nos como recordação da sua honrosa e grande iniciativa essas paredes nuas, esse montão de ruinas,—habitação de bichos, monturo de silvado, que ahi desafiam o escarneo do viandante no centro da cidade—contigua á obra monumental de José Estevão—o lyceu.

Não devemos, porém, descrer da boa vontade dos homens que estão dirigindo os negocios d'este municipio, porque á frente d'elles acha-se um cavalheiro que nos tem dado já bastantes provas do seu genio emprehendedor. D'elle, que comprehende os grandes commettimentos, e que não deixa passar desaperce-

bido o impulso que as demais terras do paiz vão tendo n'estes certames do progresso, esperamos remedio para esta lacuna. Fará n'isso um importante serviço á terra em que nasceu e aos seus conterraneos.

Concluindo, diremos que o unico theatro que possuimos deve-se á iniciativa dos laboriosos artistas d'esta cidade. Situado na rua do Rato, são acanhadas as suas proporções; comtudo attesta o genio e o amôr da arte d'aquelles que, não tendo infelizmente recursos, patenteiam claramente a sua boa vontade.

CEMITERIO

E' lugubre estender a vista por entre monumentos funebres, que recordam a inanidade das glorias humanas, e sob cujas lousas dormem o somno da morte aquelles que nos foram caros.

O cemiterio é o campo da egualdade: alli repousam conjuntamente o rico e o pobre; alli confundem-se na promiscuidade do nada as cinzas do pobre com as do plebeu. Todos os que transpõem os umbraes d'aquelle recinto sagrado, convergem no mesmo pensamento—lamentar a sorte dos que, finando-se, nos legaram a saudade.

Foi entre os romanos que tiveram principio os cemiterios. Denominavam-nos *pustibuli* e estavam situados junto da Via Apia; n'elles eram enterrados unicamente os escravos e pobres. Os poderosos construiram por muito tempo jazigos subterraneos em suas proprias habitações; porém este abuso finalisou logo que os imperadores pozeram em pratica a lei *das dose tabuas*, que ordenava que ninguem podesse ser sepultado dentro da cidade— «*Hominem mortuum in urbe ne sepelito, neve urito.*»

Depois d'isto os particulares principiaram a construir tumulos sumptuosos nas suas casas de campo e na margem das estradas, fazendo ordinariamente gravar nas lapides tumulares a seguinte inscripção: «*Oro ut practeriens dicas sit tibi terra levis; cineves quoque flores legautur.*» — Peço-te que digas

quando por aqui passares: a terra te seja leve e de flores se cubram as tuas cinzas.

Os christãos, nos primeiros seculos do christianismo sepultavam os cadaveres em cavernas subterraneas, a que davam o nome de catacumbas. No seculo IV principiou-se a enterrar os corpos dos imperadores ás portas dos templos; e com o volver dos annos esta medida tornou-se geral para com todas as pessoas, qualquer que fosse a sua condição, chegando o abuzo a ponto de não só se enterrarem ás portas, como até dentro dos proprios templos.

Passados annos, conhecendo-se prejudicial este modo de enterramento tomaram-se medidas preventivas, para ser prohibido. Prevaleceram por alguns seculos, mas afinal deixaram de ser observadas.

Carlos Magno, a pedido de Randolpho, bispo de Orleans, tentou restabelecel-as, promulgando decretos em que se prohibia dar sepultura nas egrejas; porém taes providencias nunca chegaram a attingir o exito desejado, porque jámais deixaram de haver abusos. Mas o que não pôde fazer a vontade de ferro de Carlos Magno, e as providencias tomadas em diversos concilios, no numero dos quaes se conta um celebrado em Braga no seculo IX—fel-o a civilisação do seculo actual, porque presentemente é expressamente prohibido em todos os estados o dar-se sepultura aos cadaveres dentro das egrejas.

A introdução dos cemiterios em Portugal teve logar quando em 1832 a colera-morbus, assolando o paiz, exterminava povoações inteiras, a ponto dos templos já não poderem conter os cadaveres; o que fazia com que estes fossem sepultados nos adros.

N'esta mesma epoca a medida tomada com relação a algumas localidades tornou-se geral por os decretos de 21 de setembro e 8 de outubro de 1835, e carta de lei de 27 de abril de 1837, que mandavam estabelecer cemiterios publicos em todas as localidades.

O cemiterio d'Aveiro principiou a construir-se em 1835, na cerca do extincto convento de Nossa Senhora da Misericordia. E' cercado de altos muros e fechado por um portão de ferro. Pelo meio d'elle erguem-se bastantes sepulcros de apparencia elegante que se abrigam á sombra dos cyprestes, cujos ramos parecem dizer, que as nossas esperanças se devem dirigir para os céos.

A capella, que foi construida em 1838, é espaçosa e está ornada com toda a decencia e compostura devida ao logar.

Entre os diversos jazigos particulares que aqui ha, existe

aquelle em que repouzam as cinzas do grande orador parlamentar José Estevam, em cuja campa se lê o seguinte epitaphio:

JOSÉ ESTEVAM COELHO DE MAGALHÃES
NASCEU EM 29 DE DEZEMBRO DE 1809 E FALLECEU
EM 1862.

APOSTOLO FERVOROSO E INCANSAVEL DO PROGRESSO,
CONSAGROU-LHE TODA A SUA EXISTENCIA;
SERVIU A PATRIA COM EXEMPLAR DESINTERESSE
ENGRANDECENDO-A COM OS RECURSOS DO SEU GRANDE GENIO;
FOI MODELLO DE AMOR FILIAL, BOM ESPOSO
E BOM AMIGO.
A SUA ALMA DESCANCE EM PAZ
NO SEIO DE DEUS.

N'uma das paredes lateraes da capella escreveu em 1871 o sr. Guerra Leal o seguinte improviso:

S'os éccos ainda soam na tribuna
Da voz que lá vibrava audaz, potente,
Em peitos portuguezes accendendo
Da patria liberdade amôr ardente;
Os labios que a soltavam tão brilhante
Nas pompas da palavra bella e forte,
Silencio sepulchral aqui envolve
Na eterna mudez—mudez da morte!

No meio do cemiterio ergue-se uma columna de marmore, sobre que pousa uma urna funeraria, tambem de marmore. Em uma das faces do pedestal lê-se:

Os ossos aqui tem, a alma no enpyreo,
Seis illustres varões por quem fremente
A liberdade chora. Atroz delirio
N'elles punio o esforço independente,
E heroes os fez com as palmas do martyrio.
Fique a sua lembrança eternamente
Nos nossos corações, na patria historia:
Paz aos seus restos, aos seus nomes gloria.
(Mendes Leal).

Na face opposta lê-se

7 DE MAIO DE 1829.
FRANCISCO MANUEL GRAVITO DA VEIGA E LIMA.
MANUEL LUIZ NOGUEIRA.
CLEMENTE DE MELLO SOARES DE FREITAS.
FRANCISCO SILVERIO MAGALHÃES SERRÃO.
9 DE OUTUBRO DE 1829.
CLEMENTE DE MORAES SARMENTO.
JOÃO HENRIQUES FERREIRA.

O cemiterio está ligado com a rua da Corredoura por uma frondosa alameda plantada em 1860 no local outr'ora denominado Campo de S. Domingos, o qual, sendo propriedade publica, passou em 1700 para o dominio dos frades dominicos em virtude d'um contracto feito com a camara, em que elles se obrigaram a crear uma cadeira de philosophia.

A' entrada d'esta alameda ha tambem um portão de ferro, coroado por uma cruz—symbolo de redempção e penhor seguro da eternidade.

ASYLO DE JOSÉ ESTEVAM

Quão elevada missão não é da caridade! que thesouros inexauriveis não possue esta virtude sublime que emana de Deus em toda a sua essencia, porque todos os seus cuidados pertencem unica e exclusivamente aos que soffrem! A caridade busca o albergue do infeliz, e ahi vae levar pão e conforto ao que, com mão trémula, mendiga um esteio para a vida que se lhe esvaece; ella arranca das garras libidinosas do vicio e do crime milhares de desgraçados, que, n'um momento de augustia, se esqueceram de que a Cruz é o abrigo dos que soffrem, e a religião o balsamo salutar, que cura todas as ulceras, por muito cancerosas quo sejam. A caridade vae procurar pelas habilitações mais abjectas as creancinhas que se finam no meio da mais asquerosa miseria; troca-lhes por vestes limpas e decentes os andrajos que lhes cobriam os membros infesados, e condul-as aos *asylos* onde vão encontrar tecto e pão, evitando assim que escorreguem na vereda do crime. *Os asylos para a infancia des-*

valida são sem duvida uma das mais bellas instituições das que se encontram nos annaes da caridade.

A ideia de dar abrigo á juventude desprotegida desabrochou em França em 1770, envolta na mais brilhante luz: - foi um pastor venerando, mr. de Auberlin, que lhe lançou os fundamentos. A benefica instituição partiu d'um parocho, porque elle é o pae do orphão, assim como o amparo da viuva; e como apostolo da religião santa, não podia deixar de ter em vista as palavras do Divino Mestre. «Deixai os pequeninos, não lhes tolhais que venham a mim».

A ideia d'este santo pastor encontrou echo em toda a França. Leão Rouen e Nimes crearam logo asylos, e pouco depois quasi todas as cidades seguiram as suas pisadas. E nem outra cousa era de esperar de uma nação que tem caminhado sempre na vanguarda de todos os melhoramentos sociaes e civilisadores. Em Portugal só muitos annos depois é que esta caritativa instituição se principiou a generalizar.

Algumas das mais illustres damas de Lisboa auxiliadas por Manuel Antonio Vianna Pedra, foram as instituidoras dos nossos asylos. Entre nós a sublime missão de educar a infancia desvalida não partiu dos homens a quem estão confiadas as redeas do governo, como devia partir; mas sim da mulher, d'esse ente priviligiado, que com o coração a trasbordar de affectos e o sorriso angelico a esboaçar-lhe nos labios, estende os braços para os filhinhos do pobre; é a ella que muitos desventurados, que hoje se abrigam á sombra d'esta instituição, devem a vida, e bem assim o seu desenvolvimento phisico e intellectual.

O haver em Aveiro um asylo para a infancia desvalida deve-se ao grande tribuno José Estevam que sempre incançavel em beneficiar a terra que lhe fôra berço, trabalhou ate final para lhe grangear os melhoramentos, que a vastidão do seu genio tinha julgado necessarios para o seu engrandecimento.

José Estevam porém não chegou a ver realisados os seus projectos com relação ao asylo porque só dez annos depois do seu fallecimento é que pôde ter logar a inauguração d'este estabelecimento humanitario. Foram grandes os obstaculos que se encontraram para se estabelecer um asylo em Aveiro pela escassez de meios; mas, graças aos subsidios de algumas pessoas, poz-se alfim em pratica a projectada ideia de José Estevam.

O asylo está interinamente n'uma casa de acanhadas proporções, pretencente á Santa Casa da Misericordia, onde desde tempos remotos até 1854 se conservou o hospital da mesma Santa Casa, e onde tambem se estabeleceu o de colericos em

julho de 1855. O asylo que se abriu a 6 de agosto de 1870, contendo apenas 12 asyladas tem presentemente 24, e este numero mais se elevaria se não fosse a falta de meios com que lucta a illustrada commissão que dirige os destinos do estabelecimento.

Para que este monumento levantado á memoria de José Estevam não desabe, torna-se necessario que todos os aveirenses, possuidos do mesmo sentimento—a caridade,—concorram com o seu obolo para a sustentação d'elle. E vós, que frequentaes os theatros e vos embriagaes com os prazeres das vossas ruidosas assembleias, emquanto que cá fora muitos infelizes se finam á mingoa, sem um bocado de pão com que possam matar a fome,—ide inscrever os vossos nomes na lista dos subscriptores do asylo, porque por isso não se tornarão menos explendidas as vossas salas; e se assim fizerdes, recebereis no sabbado da vida a recompensa com que o Salvador costuma premiar todos aquelles que comprehendem a sublime missão da caridade. Se assim obrardes, as bençãos de Deus cahirão sobre vós. Se passardes junto do asylo, quando no fim da tarde o bronze sagrado chama á oração os filhos do christianismo, ouvireis hymnos, que vos parecerão córos de anjos: e esses hymnos são, sem mais nem menos, as vozes das creancinhas, que, de joelhos, levantam as mãos para o Céu, implorando os beneficios de Deus para aquelles que no auge da sua opulencia não se esqueceram de lhes matar a fome.

Soccorrei pois as infelizes asyladas, porque — quem dá aos pobres empresta a Deus.

FONTES

Ha n'esta cidade onze fontes publicas, sendo as principaes as da Praça do Commercio e rua da Vera-Cruz, inaugurada em novembro de 1873.

Quando se procedeu ás escavações necessarias para o assentamento dos alicerces d'esta ultima, encontrou-se uma grande porção de moedas de cobre mui semelhantes ás moedas de 3, 5 e 10 réis. Examinámos com a mais escrupulosa attenção todas

as moedas encontradas, e conhecemos serem os *reaes* ou *fortes* mandados cunhar por D. Fernando I, e cujo valôr variava de 10 a 20 soldos.

Nas moedas vêem-se as cinco chagas em fórma de cruz, tendo na parte superior um L, e na orla a seguinte legenda: *Ferdinandus Dei Gratia: Rex: Portugaliae: A.* No reverso lê-se a seguinte legenda circulando uma cruz: *Si: Dominus: michi: adjuntor no n: timebo: quid: faciam.*

Esta apparição explica-se que, havendo n'este mesmo local uma ermida consagrada a S. Paulo, as moedas alli foram postas quando se lançou a primeira pedra para a sua fundação, que se diz ter tido logar no tempo d'aquelle monarcha.

A agua que vinha antigamente para estas duas fontes seguia por um aqueducto de alvenaria, composto de 97 arcos, os quaes foram demolidos em 1873 em virtude da actual camara mandar fazer um encanamento subterraneo, sendo esta importante obra dirigida pelo habil e distincto engenheiro chefe da repartição districtal n'esta circumscripção, o sr. Antonio Ferreira de Araujo e Silva.

A perspectiva d'este aqueducto pode ver-se a pag. 17 do segundo volume da 2.ª serie do *Panorama*.

Fallariamos das demais fontes que existem na cidade, mas n'ellas nada encontramos de notavel, que mereça mencionar-se.

MURALHAS

O infante D. Pedro quando mandou reedificar Aveiro, concebeu o plano de muralhar um de seus bairros, e taes esforços empregou que conseguiu ver realisado o seu emprehendimento.

Foi porém de pouca duração a obra d'aquelle heroe, porque D. Manuel enviou em 1506 á camara d'esta cidade, então villa, a quantia de 10$000 réis, afim d'esta ordenar a reedificação das muralhas; tal era o máu estado em que se achavam.

Diz a tradicção que a quantia a que acima nos referimos veio sob a guarda d'uma escolta de 80 soldados. O recintho muralhado era assás pequeno, mas apesar d'isso continha sete portas, que eram as da Villa, do Sol, do Côjo, da Ribeira, do Alboi, de Babães e de Vagos.

De tudo isto pouco ou nada existe hoje, porque a incoherencia e o menospreso com que em Portugal se tratam os monumentos do passado, fizeram com que os muros de Aveiro, uns cahissem desmoronados, e outros fossem demolidos.

Em 1759 as muralhas de Aveiro ainda estavam em bom estado de conservação; porém em 1808 apenas existia de pé uma parte d'ellas, que foi apeiada, afim dos seus materiaes serem empregados nas obras da barra.

Em 1852, no local onde presentemente está a praça da Fructa, ainda se erguia impavida, como desafiando os seculos, o lanço da muralha, em que se encontrava a porta da Ribeira; mas hoje, em vez d'este monumento venerando, erguem-se as rumas de couves e alfaces.

Das muralhas de Aveiro ainda se encontram alguns vestigios em diversas ruas da cidade, mas os que se tornam mais salientes são os réstos da porta do Sol, proximo da egreja de S. Domingos. Algumas pedras desconjuntadas e denegridas pelo tempo, é o que nos resta dos nossos antigos muros.

TERCEIRA PARTE

A PRINCEZA SANTA JOANNA

D. Affonso V, que succedêra a el-rei seu pae D. Duarte, em 9 de setembro de 1438, casou a 6 de maio de 1447 com D. Isabel, filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e de D. Isabel d'Aragão. D'aquelle consorcio nasceu a Princesa Santa Joanna a 6 de fevereiro de 1452.

Foi com geraes demonstrações de alegria, que se recebeu a nova d'este memoravel acontecimento. O regosijo era expontaneo, porque o nascimento da Santa Princesa era seguro penhor de não faltar successor á corôa, o que então muito se receiava.

D. Affonso V fez jurar a filha por princesa e herdeira do reino pelos Tres Estados, para este fim reunidos.

Em mui verdes annos ficou a Santa Princesa orphã de mãe, pois a rainha D. Isabel falleceu em seguida ao nascimento do principe D. João, a 2 de dezembro de 1455. D. Affonso V, logo que perdeu a esposa, modêlo de abnegação e outras virtudes, entregou a educação da filha aos cuidados de D. Beatriz de Menezes, dama de illustre stirpe e de educação pouco vulgar; e ordenou que todos os officiaes e damas da casa da finada rainha ficassem ao serviço da joven princesa.

Não cahiram em terreno agreste as sabias prelecções de D. Beatriz de Menezes, porque a sua regia discipula, aquella flôr mimosa á qual as tempestades da vida jámais crestaram uma só pétala, cada dia exalava mais suaves fragrancias, eternos effluvios d'altas virtudes.

Quando a Santa Princesa havia chegado aos nove annos,

em vez de se entregar aos passatempos proprios d'esta edade, empregava as horas do ocio na leitura de livros sagrados, ou em fazer distribuir avultadas esmolas áquelles infelizes, a quem a fome fazia ir demandar as portas do paço em busca de pão.

Ainda a Santa Princesa tinha apenas treze para quatorze annos, já a fama de suas virtudes, assim como de seus dotes tanto physicos como intellectuaes, corria pressurosa por toda a parte; e as suas miniaturas cada dia tinham maior numero de admiradores nas principaes côrtes da Europa, principalmente da França, o que fez com que Luiz XI mandasse embaixadores a Portugal a pedirem a mão da Santa Princesa para seu irmão Carlos, duque de Orleans.

Diversos escriptores, entre elles o auctor do *Agiologio Dominico*, fr. Manuel de Lima, sustentam que Luiz XI pedira a Santa Princesa, não para o duque de Orleans, mas sim para seu filho, o Delfim. Tal opinião é completamente erronea. N'esta época, 1465, ainda o Delphim, que depois foi Carlos VIII, não existia; pois nasceu em 30 de junho de 1470. E ainda mais erronea é a dos que dizem que Luiz XI tambem pedira a Santa Princesa para sua esposa. Pois como havia o monarcha francez, perguntamos nós, de casar com a Santa Princesa, sendo ainda viva n'esta época sua segunda mulher Carlota de Saboia, com quem havia casado em 1451, pois falleceu só em dezembro de 1483?

A proposta de casamento, de que acima fallamos, foi recebida com summo prazer não só por D. Affonso V, como tambem pela côrte em geral. Mas o contrario succedeu com a Santa Princesa, porque esta, desejando cingir a fronte, não com os diademas do mundo, mas sim com aquelles com que o Redemptor costuma premiar no sabbado da vida os que na terra pelas suas virtudes se tornam fieis imitadores das sublimes maximas por elle expendidas no Evangelho, recebeu com desdem taes propostas, porque o amor que lhe ardia n'alma o desejava consagrar, não aos monarchas da terra, mas sim ao do Céu.

Sendo consultada pelo Pae, se queria acceitar por esposo o duque d'Orleans, a Santa Princesa, resoluta a recusar todos os consorcios que se lhe propozessem, disse que ainda era demasiado cêdo para se tratar do seu casamento, e muito principalmente com um principe estrangeiro; porque se por acaso seu irmão D. João fallecesse sem deixar successão, a corôa portugueza viria a cahir em mãos estrangeiras com grave prejuiso dos naturaes do reino.

D. Affonso V, ouvindo as sabias e patrioticas ponderações da filha, recusou tambem a proposta que lhe havia feito Luiz XI. A Santa Princesa, vendo frustrado o seu casamento com o duque de Orleans, principiou a entregar-se completamente á oração e exercicios de caridade, e tomou para seu confessor um respeitavel sacerdote, já avançado em annos, o qual havia sido capellão de sua finada mãe a rainha D. Isabel.

As luxuosas vestes de que a Santa Princesa se via obrigada a usar, occultavam as roupas de grosseira lã e bem assim os asperos cilicios, que lhe feriam as carnes. Por o adiantado da noite, quando no paço todos repousavam e julgavam que a Santa Princesa repousava tambem, ella se entregava, e pelo espaço de longas horas, á oração, finda a qual em vez de se ir recostar sobre os preciosos estofos do seu leito de princesa, ía-se deitar em grosseiras coberturas, n'um pequeno cubiculo com que tinham communicação os seus aposentos. D'este viver tão difficil de encontrar em annos como eram os da Santa Princesa, só tinham conhecimento algumas damas, e bem assim um velho gentil homem da real camara.

Todos os annos, em quinta-feira maior, a Santa Princesa, desejando imitar o Salvador, fazia conduzir ao paço por entradas secretas doze pobres estrangeiros, a quem lavava humildemente os pés. Os infelizes que tinham esta dita recebiam vestidos e uma avultada esmola da Santa Princesa, a quem completamente desconheciam, pois ella se lhes apresentava com o rosto vendado e em trajos os mais modestos.

A Santa Princesa cada dia tinha mais admiradores. Era amada tanto da côrte como do povo em geral, porque ora fazia desapparecer as inimisades que existiam entre o rei e os nobres, ora mandava distribuir innumeras e avultadas esmolas pelas cadeias e hospitaes. A sua mão benefica fazia-se sentir por toda a parte. Levava conforto e pão tanto áquellas que, chorando o esposo idolatrado, viam fenecer-lhes á mingua os tenros filhinhos, como consolava ou matava a fome aos que, tendo sido grandes, jaziam na miséria. A Santa Princesa tinha terno culto no coração de todos os seus compatriotas. O seu nome estava inscripto nos annaes da caridade, pois ella era a mãe dos desvalidos.

A Princesa Santa Joanna desde a mais tenra edade que nutria desejos de deixar a côrte para se recolher á solidão de um claustro. Estes desejos tornaram-se mais fortes depois que a filha do conde de Vianna, D. Leonor de Menezes, para se esquivar ás repetidas instancias do duque de Bragança, que a

desejava para esposa, se veio recolher ao convento de Jesus, d'Aveiro, onde depois professou. Foi a esta dama que ella revelou o segredo das suas intenções. A resposta foi o dizer-lhe D. Leonor de Menezes, que era acertadissima a sua resolução, e que não havia em Portugal convento mais exemplar e mais digno de ser habitado por uma princesa, como era o de Jesus, de Aveiro.

Resolvida a levar a final a projectada ideia, pediu a D. Affonso V licença para a poder pôr em pratica; porém este, como rei e como pae, recusou satisfazer seus desejos, dizendo que por cousa alguma se privaria de a ter ao seu lado para vêr cerrar sobre ella as portas da clausura.

A Santa Princesa, apesar de vêr fanadas n'um momento todas as suas doces esperanças, não desanimou, porque entregando-se fervorosa nos braços da oração, lhe pareceu que uma voz occulta na alma lhe dizia que mais tarde viria a alcançar o que desejava.

D. Affonso V, desejando imitar D. Affonso Henriques e D. Sancho I, que haviam combatido ao lado de seus soldados em prol da religião e da patria, assim como alargar os dominios da corôa que herdára, resolveu ir fazer guerra aos mouros d'Africa.

A morte do infante D. Fernardo pedia vingança; Tanger devia ser tomada nem que isso custasse milhares de vidas; a memoria d'aquelle justo que fallecêra nos cárceres de Fez a 5 de junho de 1444, depois de um ignominioso captiveiro de seis annos, clamava bem alto para que D. Affonso V deixasse de metter hombros á gloriosa empreza, que tinha por fim o ir arvorar sobre os muros da cidade, que havia zombado do valor dos portuguezes, o pendão das quinas.

Aprestada uma armada de mais de 200 vasos com forças de dezembarque não inferiores a 30:000, D. Affonso V encarregou da regencia do reino sua filha a Princeza Santa Joanna, e tendo embarcado na nau *Capitanea* com seu filho o principe D. João e muitos nobres e esforçados cavalleiros, como eram D. João Coutinho, conde de Marialva e D. Alvaro de Castro, conde de Monsanto, mandou levantar ferro; e a de 15 d'agosto de 1471 já a poderosa esquadra desfraldava as velas com destino a Arzila, onde afferrou passados alguns dias.

Feito o desembarque, o combate não se fez esperar muito. A lucta foi sangrenta: grande numero de portuguezes pagaram a victoria com a vida, mas o pendão, ante o qual em Ourique os netos d'Agar tinham fugido vencidos, foi alfim arvorado

sobre os bastiões da praça, a que os gregos e romanos haviam chamado Zela.

A noticia da victoria, alcançada pelos portuguezes, em breve espalhou o terror entre os mouros das cidades circumvisinhas. Tanger receiosa de pagar caro a morte que déra ao infeliz infante, foi evacuada pela maior parte de seus habitantes. Tal nova foi recebida com jubilo nos arraiaes de D. Affonso, porque assim se faziam apear os crescentes mauritanos dos zimborios das mesquitas para em seu logar se collocar a cruz, sem haver necessidade de se derramar uma só gotta de sangue.

Em quanto as armas portuguezas se cobriam de loiros em Africa, em Portugal, e bem assim na Europa, admiravam-se as sabias medidas do governo da regente do reino, a Santa Princesa, que tendo por principal conselheiro a Diogo Soares d'Albergaria, homem de grande saber e de consumada prudencia, escutava a todos e fazia executar a lei, e, fossem quaes fossem os interessados, durante o periodo da sua regencia as portas do paço tanto estavam patentes ao grande senhor como ao mais humilde filho do povo; perante os degráos do throno todos eram eguaes: ella não conhecia distincções, a todos amava como irmãos.

Logo que se espalhou a noticia de que a armada real estava prestes a aproar a Lisboa, a Santa Princesa ordenou que toda a côrte se vestisse de gala, e que a cidade festejasse a chegada d'el-rei com as maiores demonstrações de alegria; e, acompanhada por todos os grandes do reino e de quasi todo o povo da capital, foi esperar o pae ao desembarque para o felicitar pelos triumphos alcançados, e ao mesmo tempo entregar-lhe o governo do reino.

A Santa Princeza é recebida pelo pae no meio das demonstrações do mais fervoroso affecto, e saudada pelos bravos conquistadores de Tanger e Arzilla, que cobertos de gloria vinham beijar o solo abençoado da patria, assim como pelas multidões, que se apinhavam na praia para contemplar de perto e monarcha valoroso, que apertava em seus braços a filha idolatrada— o anjo da caridade, a mãe dos desvalidos.

Passados os primeiros momentos de jubilo, a Santa Princeza dirige ao pae, entre lagrimas e sorrisos, as seguintes expressões:—Senhor, não posso, nem sei expressar-vos o jubilo que sinto no coração pela vossa feliz viagem, e a parte que tomo n'este feliz successo, no qual se dignou Deus abençoar as vossas gloriosas empresas; bem posso certificar-vos, que depois da vossa partida não tenho cessado de offerecer a Deus arden-

tes votos, e fervorosas supplicas pela felicidade da vossa real pessoa e de todo o vosso exercito; mas já que a Divina Bondade me quiz ouvir, fazendo que tornasseis com perfeita saude, cheio de gloria e digno de triumphos pelas victorias alcançadas contra os inimigos da nossa fé e da vossa corôa; não seria justo que vossa Altesa offerecesse em acção de graças o que lhe fosse mais grato? Eu, senhor, que conheço evidentemente ser tratada com especial ternura do vosso amor, quizera ser o objecto d'este sacrificio. E se um dia Jephté, aquelle grande capitão do povo escolhido, depois de ter alcançado uma assignalada victoria contra os Amonitas, offereceu a Deus em sacrificio sua filha unica, não quererá vossa Altesa sacrificar tambem esta sua filha, não já fazendo-a morrer de uma morte violenta, mas dando-lhe a liberdade de se retirar a um convento, para passar n'elle religiosamente a vida, e pedir incessantemente a Deus pela feliz conservação de vossa Altesa e pelo bem commum dos vossos reinos? Espero, senhor, esta graça da vossa clemencia; e se fôr do vosso agrado conceder-m'a, serei a mais afortunada, e ditosa princeza do mundo.»

D. Affonso V ficou deveras sobresaltado com a resolução da filha mas tal era o contentamento que se lhe abrigava no coração, que não teve forças para deixar de satisfazer ao pedido, não obstante a declarada opposição do principe D. João e de grande numero dos do seu conselho.

A Santa Princesa, não querendo fazer terminar com a sua sahida para o convento as festas em que andava engolphada a côrte pela feliz chegada d'El-rei, adiou a partida por alguns mezes; porém este adiamento fez-lhe surgir inesperados obstaculos.

Frederico IV, imperador d'Allemanha, mandando embaixadores a Lisboa para felicitarem D. Affonso V, seu cunhado, (pois havia casado em 1433 com D. Leonor de Portugal, filha d'el-rei D. Duarte) encarregou-os de pedirem sua sobrinha, a princesa Santa Joanna, para esposa de seu filho, o archiduque Maximiliano, então de 13 annos de edade, pois havia nascido em 1439.

Foi acceite desde logo a nova proposta de casamento, porque D. Affonso V n'ella via um penhor seguro de se estreitarem mais os laços de amisade e parentesco, que já haviam entre as duas familias reaes, de Portugal e Austria.

Porém o contrario succedeu com a Santa Princesa, que recusou terminantemente ser esposa do archiduque d'Austria; e tal foi a sua resolução, que de nada valeram os pedidos do Pae, nem as ameaças do Irmão.

E em resposta aos embaixadores, disse-lhes que fizessem

saber a seu thio o Imperador que, por em quanto não estava decidida a desposar-se; mas se algum dia se resolvesse a fazel-o, que não o faria com outro, a não ser com seu primo o archiduque.

A Santa Princesa tomou uma resolução antes que surgissem novos obstaculos á sua entrada na clausura. Em uma noite, quando todos menos o esperavam, sahiu do paço e foi recolher-se ao convento de Odivellas, onde permaneceu por espaço de dois mezes, sendo durante elles constantemente visitada por seu Pae e Irmão.

A Santa Princesa não podia sympathisar com o convento que fundara o rei lavrador, D. Diniz, porque, collocado a pouca distancia da côrte, fazia com que se ressentisse consideravelmente das distracções d'ella; o convento d'Odivellas não era um recolhimento de religiosas, mas sim um recinto onde imperavam todas as intrigas e galanteios que costumam pairar nas athmospheras da côrte; por isso pediu licença a El-rei seu pae para se transferir para outro mosteiro que ficasse mais no interior do reino.

D. Affonso promptamente cedeu aos desejos da filha, e determinou elle mesmo vil-a acompanhar ao convento de Santa Clara de Coimbra, que havia sido instituido pela esposa do fundador do de Odivellas, a rainha Santa Izabel.

A Santa Princesa, como as suas tenções eram não ficar em Coimbra, logo que sahiu de Odivellas em 17 de junho do anno de 1432, acompanhada por grande e luzido sequito, escreveu a D. Beatriz Leitão, prioreza do convento de Jesus, de Aveiro, e disse-lhe que muito breve estaria na sua companhia. A Santa Princesa, prestes a chegar a Coimbra, lança-se aos pés do pae, e lhe pede para que siga a estrada d'Aveiro, pois os seus maiores desejos eram de tomar o habito dominico no convento de Jesus d'esta então villa. D. Affonso entristeceu-se bastante com isto, porque conhecia bem de perto a rigorosissima observancia d'este convento, pois havia sido elle quem lhe lançara a primeira pedra no dia 15 de janeiro de 1462; mas não querendo de fórma alguma servir de estorvo aos desejos de sua filha, mandou que a comitiva seguisse para Aveiro, o que causou grande desgosto ao Principe, e mais fidalgos que acompanhavam, em virtude de todos terem mais ou menos conhecimento do rigor observado no convento de Jesus.

A 30 de julho de 1472 chegou a Santa Princesa a Aveiro, e a 5 de agosto do mesmo anno fez a sua entrada solemne no convento de Jesus, entre a lagrimas do Pae e do Irmão, e sor-

risos das religiosas, que á porta a esperavam. D. Affonso V, desejando quo á filha nada faltasse, para poder viver, como o pedia a sua elevada posição de princesa, fez-lhe mercê de grandes rendas; e alguns querem que até da então villa d'Aveiro; doação que não podia ter logar, porque n'esta época a villa não pertencia á corôa, mas sim ao conde de Faro que a possuiu até ao reinado de D. João II, em que lhe foi confiscada assim como tudo o mais que possuia, por fazer parte da conspiração de que era chefe o duque de Bragança, justiçado em Evora a 20 de junho de 1483.

A Santa Princesa, logo depois que entrou para o convento de Jesus, mostrou desejos de tomar o habito de religiosa, o que não realisou em virtude dos procuradores das cidades e villas do reino, haverem contra isso protestado nas côrtes de Coimbra a 22 de dezembro de 1472.

Passados tres annos, a Santa Princesa, despresando todos os protestos, resolveu tomar o habito, e em 25 de janeiro de 1475, estando a communidade reunida em capitulo, dirigiu-se á prioresa e prostrada perante ella lhe supplicou que a contasse no numero das religiosas d'aquelle convento; ao que a prioresa D. Beatriz Leitão, jubilosa, accedeu, conduzindo-a immediatamente ao altar mór, onde depois de lhe haver cortado os assetinados cabellos loiros, ainda mais loiros que o proprio oiro, lhe lançou o habito da sua ordem.

A noticia de que a Santa Princesa havia tomado o habito, em breve se espalhou por todo o reino; representantes de quasi todas as cidades e villas vieram a Aveiro e aqui novamente protestaram, por a Santa Princesa desejar ser freira, quando tal cousa não podia fazer; pois tinha sido reconhecida por herdeira da corôa, e como tal havia de n'ella succeder, se o principe D. João morresse sem successão.

O Irmão da Santa Princesa tambem veio a Aveiro para a dissuadir de professar; e logo que ella teve noticia de que elle era chegado ao convento, sahiu a esperal-o á portaria, e recolhendo-se á sua cella, ahi lhe declarou que era questão decidida o professar. De nada valeram as rasões do principe, nem tão pouco as do bispo d'Evora por quem se havia feito acompanhar.

D. João, vendo que eram infructiferos todos os seus esforços, sahiu colerico do convento, depois de ter ameaçado a irmã de que se ella não tirasse o habito, elle lh'o tiraria com suas proprias mãos.

A Santa Princesa depois d'isto continuou a entregar-se a todos os misteres do convento, como que nada tivesse succedido;

*

não se recusava a serviço algum por mais pesado que fosse; a todas as religiosas tratava como irmãs, e agastava-se se por acaso alguma d'ellas lhe dava o titulo de princesa. Porém a sua compleição delicada, prestes a findar o anno do noviciado, principiou a resentir-se das afanosas lides a que se entregava, e bem assim do uso continuo da comida de peixe, a que era obrigada pelo instituto da ordem.

Aquella flor mimosa até então cheia de seiva e vida d'ahi em diante cada vez se apresentava mais defecada. Os homens da sciencia, consultados sobre a doença da Santa Princesa, declararam que se ella se não abstivesse d'aquelle viver tão austero, dentro em pouco tempo se finaria.

A noticia da doença da Santa Princesa em breve chegou á côrte, e D. Affonso, logo que d'ella teve conhecimento, expediu uma ordem á prioresa do convento de Jesus, para que sem a menor demora fizesse despir o habito á filha.

A Santa Princesa, vendo que lhe era impossivel continuar o seu noviciado, tal era o melindroso estado de saude em que se achava, e desejando satisfazer ás ordens do pae e conselhos dos medicos, despiu o habito e fez um solemne protesto, em que declarou desistir dos seus desejos de professar; mas passados alguns dias, tornou ella a vestir o habito, não como religiosa mas sim como secular, e d'esta fórma continuou usando d'elle até morrer.

Quando a Santa Princesa se julgava mais livre de dissabores, é obrigada a abandonar o seu convento, em rasão de se ter desenvolvido aqui uma terrivel epidemia; sahiu com direcção á villa de Aviz, acompanhada dos bispos do Porto e Coimbra, assim como de seis religiosas, no numero das quaes se contava a prioresa D. Beatriz Leitão. N'essa villa enfermando perigosamente esta senhora, por conselho dos medicos se transferiu a Princesa com toda a sua comitiva para Abrantes. A viagem agravou o mal, e a prioresa e fundadora do convento de Jesus, depois de haver recebido todos os sacramentos, entregou a alma a Deus a 3 de março de 1481.

Passados dias, a Santa Princeza voltou para Aveiro, fazendo a 12 d'agosto d'aquelle mesmo anno a sua entrada no convento, onde foi recebida com indiscriptivel enthusiasmo pelas suas antigas companheiras, e bem assim pela nova prioresa, D. Maria d'Athayde.

Ainda mal a Santa Princesa tinha repousado das fadigas da viagem, quando um terrivel e novo golpe lhe veio ferir a alma, já assás dilacerada — golpe que encerrava a dôr d'uma fi-

lha a quem a morte acabava de lançar nos braços da orphandade; pois El-rei seu pae tinha fallecido em Cintra (no proprio aposento em que nascera) a 28 d'agosto de 1471.

Sendo acclamado rei o principe D. João no dia 31 do mesmo mez e anno, a Santa Princeza mandou-o felicitar, o que o irmão agradeceu, encarregando-a da educação de seu filho illegitimo, D. Jorge, o qual ao diante tomou o appellido de Lencastre e foi fundador da casa d'Aveiro. D. Jorge, nascido em Abrantes a 12 d'agosto de 1181, contava apenas tres mezes de edade quando o trouxeram para a companhia da Santa Princeza, a qual mandou preparar-lhe apozentos no proprio convento, para o que obteve um breve da Santa Sé.

Corria o anno de 1483, quando Luiz XI de França, que já em 1465 havia pedido a Santa Princeza para esposa de seu irmão Carlos, a mandou novamente pedir para o Delfim seu filho. D. João II fez saber a sua irmã esta nova proposta de casamento, e ella promptamente respondeu que contrahiria os esponsaes com o Delfim, se por acaso o rei Luiz ainda vivesse, porque a ter fallecido, estava completamente desfeito tal casamento. D. João II recebeu jubiloso a nova de que a Santa Princeza tinha acceitado a proposta de Luiz XI, a quem julgava vivo; porém tantas alegrias em breve se tornaram em pezares, porque passado muito pouco tempo se recebeu em Lisboa a noticia de que o Rei de França havia morrido, acontecimento que com effeito teve logar a 20 d'agosto de 1483.

Em 1485 desenvolveu-se novamente a peste em Aveiro, e por esta rasão a Santa Princeza viu-se obrigada a abandonar outra vez o seu convento. D'esta vez foi para o Porto, e levou na sua companhia além de diversas religiosas, seu sobrinho D. Jorge; porém uma ordem d'El-rei seu irmão a fez deixar aquella cidade, para ir a Alcobaça, onde elle então se achava.

D. João II disse a sua irmã, que o principal motivo por que a havia chamado era para que ella acceitasse por esposo Ricardo III, rei de Inglaterra; e que elle não pedia, mas ordenava isto, porque eram grandes as vantagens que podiam advir á corôa de Portugal pela sua alliança com o rei de Inglaterra, alliança que só se podia levar a effeito se se effectuasse este casamento.

A Santa Princeza, recusando aquelle casamento como todos os outros que lhe haviam sido propostos, fez com que o Irmão protestasse que a havia de fazer casar com o rei de Inglaterra, ainda que para isso tivesse de a ir arrancar a todos os conventos do mundo.

A Santa Princeza vendo a resolução do Irmão, recorreu a Deus, e as suas preces foram ouvidas, porque ella, como que tivesse sido inspirada por uma visão celeste, passados dois dias disse ao irmão, que estava desobrigada do casamento que lhe propunha, porque o rei de Inglaterra acabava do morrer.

O rei recebeu sobresaltado a resposta da irmã: ainda estava bem recente a morte de Luiz XI, para não pensar que podia agora succeder o mesmo a Ricardo III. E o principe perfeito não se enganou, nem tão pouco a Santa Princeza, porque o monarcha inglez, traspassado por uma bala n'um combate dado contra o conde de Richemont (depois Henrique VIII) havia perecido poucos dias depois.

D. João II conheceu então que era impossivel luctar com a Irmã em negocios de casamento. Concedeu-lhe por isso licença ampla para ir para onde quizesse, dando-lhe a villa de Aveiro, com todos os seus termos, e todas as rendas e direitos reaes, e as dizimas do pescado com a siza, e imposição do sal da villa, e dos logares de Mortagoa, Eixo, Requeixo, Paus, Ois, Quinta de Villarinho e de Bellazaima com todas as suas rendas por carta passada na mesma villa e mosteiro de Alcobaça a 19 d'agosto de 1485. D. João II por carta de 29 de outubro de 1483 havia tambem confirmado um instrumento de doação, feito no convento de Jesus d'Aveiro a 28 de julho d'este mesmo anno, por Fernão Gonçalves e Pero Nunes, que, como procuradores da villa de Bretiandos vieram offerecer o senhorio d'aquella mesma villa á Santa Princeza, que reconhecida, acceitou, promettendo guardar e fazer guardar todos os privilegios e regalias de seus habitantes.

A Santa Princeza, voltando a Aveiro, teve aqui uma enthusiastica ovação: as massas do povo eram compactas pelas ruas por onde passava; os brados de alegria saiam espontaneos de todos os labios... era um povo inteiro que exultava de prazer por ver novamente dentro de seus muros o seu anjo tutelar!

A Santa Princeza cada dia se tornava mais amada dos aveirenses, porque na terra em que habitava e de que era senhora, podia dizer-se que não haviam desgraçados, pois que ella a todos confortava, a todos matava a fome. N'essa época Aveiro era um azylo seguro e benefico para aquelles a quem a fortuna tivesse sido adversa, porque o anjo da caridade havia estendido sobre ella o seu manto protector.

Nos fins de dezembro de 1489 a Santa Princeza adoeceu gravemente: dizem alguns que em resultado de veneno que lhe

havia sido dado durante o trajecto da sua viagem para Aveiro. O mal redobrava de dia para dia; e o povo corria pressuroso ás portas do convento a pedir noticias do seu estado. Os primeiros medicos do paiz foram chamados a Aveiro; porém os esforços da sciencia eram inuteis, porque o mal recrescia sempre.

Por todo o reino, mal que constou a doença da Santa Princeza, se fizeram preces publicas. Os templos regorgitavam de fieis, porque todos lamentavam a morte prematura do anjo da caridade, da mãe dos desvalidos.

Ainda se prolongou por alguns mezes aquella preciosa vida, e durante elles vieram ao convento de Jesus o arcebispo de Braga e os bispos do Porto e Coimbra, D. Filippa de Noronha, condessa de Villa Verde, tia da Santa Princeza, e avultado numero de grandes do reino.

Era chegado o mez de março de 1490. O mal augmentava de intensidade, e a Santa Princeza, conhecendo que em breve ia deixar o mundo, fez testamento, legando tudo quanto possuia aos desvalidos, e bem assim ao convento onde tinha habitado por espaço de dezesseis annos.

A 6 de maio, em seguida ao ter-se confessado, foram-lhe ministrados os sacramentos pelo prior do convento de Nossa Senhora da Misericordia, e n'esse mesmo dia se despediu de seu sobrinho D. Jorge, então de nove annos de edade e a quem deu os mais salutares conselhos de fidelidade e respeito á corôa, assim como de soccorrer os que soffrem.

A 12 do mesmo mez, resignada e feliz, vendo em volta de seu leito todas as religiosas do convento, e bem assim os bispos do Porto e Coimbra, pediu a todos resignação para a dôr que iam soffrer e prometteu que se o Salvador a chamasse para seu lado jámais se esqueceria d'aquella casa, assim como de suas habitadoras, e entre lagrimas e soluços da communidade, o seu espirito, desprendendo-se d'aquelle corpo voou ao seio de Deus.

A noticia da morte da Santa Princesa espalhou-se pela villa com a rapidez do raio; as lagrimas marejam em todos os olhos, o dobre plangente do bronze sagrado nos corochéos do templo casa-se com os gemidos dos desgraçados que ás portas do convento lamentam a perda d'aquella que tantas vezes lhes havia matado a fome. E transpondo-se os muros da clausura, o que se via? viam-se as virgens do Senhor conduzindo pelos solitarios claustros, por onde parece que tinha passado o tufão da morte, o cadaver d'uma sua irmã, que tinha sido princesa;

viam-se as florinhas dos canteiros cahindo murchas sobre a haste, como se houvessem sido esmagadas pelas mãos da procella; viam-se, finalmente, os ramos das arvores, que ainda ha pouco se levantavam para o sol que despontava no oriente, cahindo por terra, como se houvessem sido açoutados pelos braços flexiveis da ventania. Tudo era silencio! E passadas algumas horas, o que restava? a saudade, e a fé viva de que aquella, cuja morte todos lamentavam, habitava as regiões celestes. Na terra não havia mais do que um punhado de cinzas, um cadaver «amarrado á sua cama de marmore pelo grilhão da morte, chumbado nos seios da pedra!»

ANTONIA RODRIGUES

Se Aljubarrota se ufana de ser patria da celebre Brites d'Almeida, Aveiro não deve ufanar-se menos por ser a de Antonia Rodrigues, d'esse valente soldado que tão galhardamente combateu em Masagão.

Antonia Rodrigues nasceu em Aveiro a 31 de março de 1580; porém seus paes, Simão Rodrigues e Leonor Dias, tendo poucos ou nenhuns meios de subsistencia, logo que a filha chegou á edade de 15 annos a levaram para Lisboa, onde a entregaram aos cuidados d'uma sua irmã já casada.

Antonia Rodrigues, passados alguns mezes depois da sua chegada á capital, emprehendeu o plano de desprezar os carinhos fraternaes (que decerto não haviam de ser muitos) para se entregar á vida aventureira de seu pae—á vida arriscadissima do mar. Por esta rasão, abandonando a casa de sua irmã, a nossa heroína, depois de haver cortado os cabellos e alcançado vestes proprias de maritimo, foi offerecer-se para servir como grumete n'uma *caravella* prestes a partir para as nossas possessões africanas.

Acceites os seus serviços pelo capitão do pequeno navio, ella ahi vae sob o nome de Antonio Rodrigues transpor a foz do Tejo, com o coração repassado de saudades, mas ao mesmo tempo animada pela fagueira esperança de ver deante de si deslizar um futuro menos agre que aquelle com que então sonhára.

Não a intimidam as ondas que, enraivecidas se arremessam de encontro ao fragil baixel, nem tão pouco os prenuncios de tempestade, porque criada sobre as ribas d'esse mesmo mar que, espumante, vinha beijar os pés da sua formosa Aveiro, o encara agora como antigo conhecido. Costumada a viver com elle tão de perto, ella mostra durante toda a viagem a maior serenidade, e uma experiencia e arrojo mui pouco vulgar em tão verdes annos.

Aportando a *caravella* a Mazagão, Antonia Rodrigues foi obrigada a abandonal-a, porque tendo-se feito um roubo no carregamento, foi chamada a depôr como testemunha do facto; e dizendo, como era de esperar, pura e simplesmente a verdade, culpou o capitão com as suas revelações, o que foi bastante para ser excluida immediatamente da tripulação.

Vendo-se só e desamparada n'uma terra estranha, e em lucta com a falta de recursos, não desanimou: vae assentar praça n'um dos regimentos de infanteria que faziam a guarnição d'aquella praça, sob o mesmo nome que havia tomado quando embarcou—Antonio Rodrigues.

O joven soldado em breve ganhou a estima de todos os seus camaradas e se tornou destrissimo no manejo de todas as armas; porém passado um anno, desejando conhecer de perto os inimigos da fé e da patria, os mouros, transferiu-se para um corpo de cavallaria, onde praticou grandes e novos rasgos de valôr nas continuas correrias operadas pela guarnição, o que lhe valeu ser elevado ao posto de official.

Antonio Rodrigues era o enlevo de todas as bellas de Mazagão, e não foram poucas as que o desejaram para esposo; porém elle, vendo que mais tarde ou mais cêdo havia de ser descoberto o seu segredo, declarou ao governador da praça que era mulher; e, quando todos menos o esperavam, o valente official de cavallaria appareceu trajado com as vestes proprias do seu sexo.

No meio da geral admiração que este successo causou, annunciou-se o casamento de Antonia Rodrigues com um joven pertencente a uma das primeiras familias da praça; levado a effeito o apregoado casamento, os dois conjugues partiram para Portugal, onde foram recebidos com geraes demonstracções de affecto.

Antonia Rodrigues recebeu de Filippe II, como premio dos seus serviços, duzentos cruzados para ajuda das despezas da viagem, uma tença de 10$000 réis e uma fanga de farinha cada mez.

D. Filippe III apresentando-se-lhe, passados annos, um filho de Antonia Rodrigues allegando os serviços prestados por sua mãe, elevou este á dignidade de moço da real camara.

Aljubarrota teve uma Brites d'Almeida, e Aveiro uma Antonia Rodrigues; aquella combateu os hespanhoes, e esta os mouros.

D. FR. JORGE DE SANTA LUZIA

Em julho de 1528 professou no convento de Nossa Senhora da Misericordia d'esta cidade d'Aveiro o filho d'ella, Jorge de de Santa Luzia. A dedicação com que se entregou ao estudo da philosophia e theologia o tornou conhecido em todo o reino, a ponto de D. fr. Jorge de S. Thiago, bispo dos Açores, chegar a convidal-o para ir em sua companhia para a sua diocese, ao que elle accedeu, fazendo ahi relevantes serviços á religião, que lhe valeram o ser recommendado por aquelle ao Rei e ao Nuncio apostolico.

Fr. Jorge de Santa Luzia tendo aportado a Lisboa em 1557 foi nomeado bispo de Malaca por D. João III. No anno seguinte, tendo chegado a confirmação de Roma, foi sagrado na egreja de S. Domingos, em Lisboa, no dia 29 de Março d'esse mesmo anno, e passados alguns dias partiu para a nova diocese que acabava de ser creada por aquelle rei.

Antes de chegar a Malaca esteve um anno e tanto governando o bispado de Gôa, d'onde só partiu depois que alli chegou o arcebispo D. Gaspar de Santa Maria, que foi o primeiro que teve o titulo de primaz das Indias. Depois de 16 annos de trabalhos nunca interrompidos, renunciou a diocese, e recolheu-se ao convento de S. Domingos da cidade de Gôa, trocando assim as vestes episcopaes pelo habito da sua ordem.

D. fr. Jorge de Santa Luzia ainda viveu no convento de Gôa por espaço de alguns annos, d'onde enviou ao seu convento d'Aveiro bastantes esmolas e bem assim a fr. Francisco Foreiro, que debaixo de seus auspicios fundou o mosteiro de S. Domingos, de Almada. Ignoramos a data do fallecimento d'este virtuoso prelado, que sem a minima pompa foi sepultado tão longe da patria.

D. FR. DUARTE NUNES

Ao mesmo tempo que Vasco da Gama tornava conhecidas na India as glorias do nome portuguez, D. Manuel, o monarcha venturoso, fazia com que as doutrinas do Golgotha fossem implantadas nos palmares d'aquellas regiões.

Os filhos das armas eram acompanhados pelos filhos da cruz; emquanto que aquelles sellavam com sangue a resenha das suas victorias, estes preparavam por meio da palavra o terreno que havia de receber os abençoados fructos do Christianismo.

Um dos primeiros apostolos da religião santa, que prégando a verdade se esforçou por trazer ao seio da egreja as hordas selvagens que o valor dos nossos guerreiros submetteu ao dominio da corôa portugueza, foi D. fr. Duarte Nunes, bispo titular de Laodicea.

Este illustre varão, tendo nascido de paes humildes n'esta cidade d'Aveiro, professou no convento de Nossa Senhora da Misericordia d'esta mesma cidade no anno de 1489; e em poucos annos se tornou assás notavel entre os filhos de S. Domingos, pelas suas virtudes e talento não vulgar, o que fez com que D. Manuel o elegesse bispo de Laodicea, sendo elle o primeiro que tivemos na India.

Depois de ter feito grandes serviços á religião, foi atacado d'uma grave doença, que o obrigou a voltar á Europa, vindo fallecer em Aveiro em 1528.

Foi sepultado na egreja do que tinha sido seu convento, em campa raza, em cuja lapide fr. Lopo d'Aveiro gravou o seguinte epitaphio:—Aqui jaz D. fr. Duarte Nunes, religioso espelho de virtudes e prelado do Oriente, que primeiro deu ordens aos povos da India.

FR. SIMÃO TAVARES

Entre os varões de reconhecida virtude que cingiram o bo-

vel franciscano no convento de Sant'Antonio, d'esta cidade, contase Simão Tavares, senhor de Mira. Este illustre fidalgo nasceu em Aveiro no anno de 1484, e tendo por paes D. Gonçalo Tavares e D. Catharina de Castro, foi nomeado estribeiro-mór do cardeal D. Affonso, filho d'el-rei D. Manuel, e de sua segunda mulher D. Maria, de quem tinha sido preceptor um seu illustre compatriota.

Fr. Apolinario da Conceição, na sua obra *Pequena na terra e grande no Ceo*, diz que Simão Tavares fôra estribeiro-mór do cardeal D. Henrique, e não de D. Affonso, seu irmão.

Simão Tavares, havendo perdido sua virtuozissima esposa D. Izabel da Fonseca, filha de João da Fonseca, senhor da ilha das Flores, metteu-se frade no convento de Santo Antonio em 1544, não obstante o possuir 4:800$000 réis de renda e ter de edade mais de 50 annos; alli se portou sempre como um religioso exemplar. Era pouco o que tinha para repartir com os necessitados, dando assim aos seus irmãos da ordem inimitaveis exemplos de caridade evangelica.

Fr. Simão Tavares depois de haver recebido os ultimos soccorros da religião entregou a alma ao Creador pelas 6 horas da tarde do dia 6 de maio de 1566.

JOÃO AFFONSO

A tomada de Ceuta desperta nos portuguezes um enthusiasmo immenso pelos descobrimentos maritimos. O infante D. Henrique com a alma a trasbordar de patriotismo traça na imaginação o futuro de Portugal, estabelecendo em Sagres a *Escola de Nautica*, pois é d'ahi, do Promontorio sacro, que sae essa pleiade de heroes que, ávidos de gloria e aventuras, foram tentar temerosa lucta contra a braveza das ondas e grangearnos á custa de sacrificios, superiores a forças humanas, o fôro de descobridores de novos mundos.

Descobertas as ilhas da Madeira e Porto Santo, em breve principiámos a patentear ao mundo o nosso arrojo. Mas para que relatar aqui tão estupendos successos? ninguem ignora que já fomos grandes e hoje somos pequenos; são estas as phases d'um povo.

Diogo Cam, na viagem que por ordem de D. João II fez á costa d'Africa em 1484, e que teve por resultado a descoberta do grande rio Zaire e do reino do Congo, levou na sua companhia João Affonso, piloto assás perito, cujo saber era conhecido em todo o Portugal.

João Affonso era natural de Aveiro; porém ignora-se a época do seu nascimento, assim como o nome de seus paes.

Taes foram as informações que a seu respeito deu Diogo Cam a D. João II, que este logo no anno seguinte o encarregou d'uma expedição, tambem na Costa d'Africa; que foi o penetrar pele interior do Rio Formoso, o que levou a effeito em 1486, descobrindo por esta occasiao o reino e terras de Benim, em Guiné.

João Affonso estabeleceu feitorias em Benim, e fez com que o rei enviasse embaixadores a D. João II, pedindo alliança.

João Affonso, que apressou a descoberta da India, não só enviando para Portugal a pimenta de Guiné, como tambem pelas noticias que deu a D. João II d'um celebre monarcha do Oriente, que a este se lhe affigurou ser o Preste João das Indias, teve por tumulo o theatro das suas glorias, pois as suas cinzas lá repousam longe da patria, em Benim.

AYRES BARBOSA

Ayres Barbosa nasceu em Aveiro em 1470, e foram seus paes Fernão Barbosa e D. Catharina de Figueiredo, que conhecendo o talento precoce do filho, o mandaram estudar na Universidade de Salamanca, onde em poucos annos se tornou notavel pelo seu saber e constante applicação.

Ayres Barbosa desejando augmentar o seu cabedal scientifico, deixou Salamanca e partiu para a Italia, onde foi frequentar a Universidade de Florença; havendo porém ouvido durante dois annos as sabias prelecções do celebre Angelo Policiano e outros prefessores não menos insignes, voltou á patria.

Na Italia Ayres Barbosa adquiriu taes conhecimentos do latim e do grego, que o tornaram celebre.

A 4 de julho de 1495 Ayres Barbosa deixou novamente Portugal e foi para Salamanca, em cuja Universidade obteve a cadeira de rethorica e mais tarde as de latim e grego; n'esta ultima teve por discipulo o nosso celebre antiquario Garcia de Rezende.

Ayres Barbosa excedeu no estudo do grego, assim como na poesia, a Antonio de Nebrissa, seu contemporaneo e amigo, e uma das primeiras illustrações da Hespanha n'aquella época.

Foram valiosissimos os serviços que Ayres Barbosa, prestou á Hespanha durante 20 annos de magisterio; unindo os seus exforços aos de Nebrissa fez sair a litteratura do abatimento e menospreso em que jazia; para o que teve de combater a barbarie e ignorancia que então dominavam no paiz. Sendo já professor jubilado em Salamanca, foi chamado por D. João III para preceptor de seus irmãos, os infantes e depois cardeaes D. Affonso e D. Henrique; logar que gostosamente aceitou e exerceu durante sete annos com extremado zelo e grande aproveitamento dos principes; sendo esta a ultima e sem duvida a mais brilhante corôa do seu longo magisterio.

Julga-se, e com bons fundamentos, que fôra Ayres Barbosa o primeiro portuguez que soubera o grego; que elle foi a primeira pessoa que introduziu o seu estudo em Portugal isso é que é incontestavel.

Ayres Barbosa foi remunerado bizarramente por D. João III, que elevou seu filho primogenito á dignidade de moço fidalgo; segundo o testemunho d'alguns escriptores contemporaneos, Ayres Barbosa mereceu o ser contado por aquelle monarcha no numero das pessoas da sua intimidade, honra que tambem tivera do arcebispo de Compostella, D. João da Fonseca.

Ayres Barbosa escreveu differentes obras em latim, que foram impressas em Salamanca e Coimbra (127). Casou com D. Izabel de Figueiredo, de quem teve varios filhos.

Ayres Barbosa passou os ultimos annos de sua vida em Aveiro e aqui falleceu em 1530.

Diogo Barbosa, na sua Biblioteca Lusitana, diz que Ayres Barbosa foi sepultado na capella que fundára sob a invocação de Nosso Senhor do Desterro no territorio da egreja de Santo André, d'Esgueira, tendo sobre a sepultura este epitaphio: «Aqui jaz o corpo d'Ayres Barbosa—mestre grego—era de 1530.»

HOMENS ILLUSTRES

Aveiro honra-se de ter sido berço dos seguintes homens illustres:

D. fr. Sebastião d'Assumpção, eleito em 1610 bispo de Cabo Verde.

Fr. Pedro Dias, bacharel formado em theologia, foi intimo de D. João II e tratou do casamento do principe D. Affonso seu filho, com a infanta D. Izabel, filha de D. Fernando o *Catholico*. E' honrosissima para este filho d'Aveiro uma carta que lhe dirigiu D. João II em 8 de novembro de 1487.

Manuel Soares d'Albergaria, ajudante de cavallaria na Beira, mestre de campo, e governador de Buarcos e de Parahiba no Brazil.

Fr. Pedro o Bom, doutor na Universidade de Pariz e lente das escolas geraes de Lisboa.

Francisco de Sá Coutinho, capitão de mar e guerra.

Pedro Almeida, tenente general, commandante de cavallaria na provincia da Beira.

Paulo de Moniz Gano, capitão-mór do Pará (Brazil).

Vasco de Sousa, filho de D. Henrique de Sousa, 1.º conde de Miranda e de D. Mecia de Vilhena. Tendo nascido em Aveiro no 1.º de novembro de 1584, passou a Coimbra onde se doutorou em direito, e d'ahi a Madrid em companhia de seu pae, onde foi nomeado por D. Filippe III reitor da Universidade d'aquella primeira cidade.

Manuel Mendes de Barbuda e Vasconcellos—magistrado e poeta da escola hespanhola—nasceu em Verde-Milho, povoação dois kilometros d'esta cidade, em 1606 e falleceu em 30 de março de 1670.

Escreveu um poema *Virginidos*, ou vida da Virgem Nossa Senhora, Lisboa 1667.

Padre Antonio da Silva, jesuita, professor de theologia e humanidades, escreveu—*O sol do Oriente*—S. Francisco Xavier, —livro de bastante merecimento pois descreve os dez annos que aquelle santo varão viveu na Asia com uma tal ou qual elegancia.

Falleceu no collegio da sua ordem em Santarem a 16 de abril de 1666, tendo 61 annos de edade.

Fr. Antonio da Purificação e Silva, franciscano, nasceu

em 25 de abril de 1738, e traduziu o Cathecismo Evangelico do veneravel P. fr. Placido Olivier.

A impressão d'esta obra, que consta de 3 volumes, foi feita a expensas do bispo do Beja D. fr. Manuel do Cenaculo.

D. Affonso Ferraz, bispo da Guarda em 1384, foi esmoler-mór de el-rei D. João I.

D. fr. Miguel Rangel, dominico, foi eleito bispo de Cochim em 1645.

D. João Affonso Ferraz, bispo de Ceuta e da Guarda.

FR. PANTALEÃO D'AVEIRO

Entre os muitos escriptores, que se tornaram celebres visitando os Santos Lugares, sobresae um illustre aveirense fr. Pantaleão de Aveiro.

Pouco ou nada se sabe da vida d'este escriptor: ignora-se até a época do seu nascimento e morte; professou o *instituto serafico* na provincia chamada dos Algarves, de que era cabeça o convento de Santa Maria de Xabregas de Lisboa, onde praticou todas as virtudes d'um perfeito religioso.

Fr. Pantaleão desejando ver com os proprios olhos os logares regados com o sangue do Homem Deus partiu para a Palestina em 1563, onde permaneceu tres annos, findos os quaes voltou á patria.

Fr. Pantaleão chegado a Portugal escreveu e publicou a narração da sua viagem a que deu o titulo de *Itenerario da Terra Santa*.

A primeira edição d'esta obra que é dedicada ao arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, foi impressa em Lisboa por Simão Lopes em 1593: além d'esta ha mais cinco edições, sendo a ultima de 1723; e não obstante isto, esta obra é hoje muito rara.

Fr. Pantaleão depois de haver referido no prologo da sua obra que foi com seus companheiros a Roma e Venesa, conta pela seguinte fórma como fez a peregrinação e depois escreveu o Itenerario: «Partimos para a cidade de Trento, onde então se celebrava o Sagrado Concilio, no qual detidos alguns mezes

negociando o que convinha para a Terra-Santa, nos tornámos a Veneza. E com o primeiro tempo me parti eu primeiro por sor assim necessario; e porque vi muitos peregrinos fazerem Itinerarios da sua peregrinação, onde escreviam seus trabalhos e perigos, e os logares que em Terra-Santa visitavam, os quaes quasi nunca são visitados sem o contrapeso de muitos enfadamentos, permittindo assim a Divina clemencia, que em muitos dos taes logares as quiz padecer, determinei seguir sua opinião.»

O livro de fr. Pantaleão está escripto n'uma linguagem vernacula, e o seu estylo sempre puro, é algumas vezes elegante. Faria e Sousa, na sua Europa Portugueza, diz que a obra de fr. Pantaleão fôra a primeira que n'aquelle genero appareceu na Hespanha.

A mór parte das noticias biograficas que sobre Ayres Barbosa e fr. Pantaleão de Aveiro apresentamos aos leitores, foram-nos obsequiosamente dadas por o exm.º sr. Innocencio Francisco da Silva, um dos primeiros vultos da nossa litteratura contemporanea e verdadeiro patriota que ha consumido toda a sua existencia investigando noticias dos nossos escriptores.

A s. ex.ª summamente penhorados agradecemos os seus obsequios.

VISCONDE DA GRANJA

Entre os homens que entre nós se hão tornado dignos de renome pelos seus serviços e saber, conta-se o finado sr. visconde da Granja, de quem Aveiro se presa haver sido berço.

Desejavamos ser demasiado longos na apreciação dos successos em que tomou parte este illustre aveirense, mas obstanos a isso a falta de espaço: a memoria d'aquelle prestante cidadão decerto nada perde, porque a historia hade fazer inteira justiça ao seu caracter lhano e honrado como poucos.

Na biographia que vae ler-se foram-nos valiosissimo auxiliar os esclarecimentos que obsequiosamente nos ministrou o exm.º sr. Casimiro Barreto Ferraz Sachetti, filho d'aquelle illustre titular, e herdeiro de todas as suas brilhantes qualidades.

Ao ex.mo sr. Casimiro Barreto, cavalheiro por todos os titu-

los respeitavel e geralmente bemquisto, agradecemos penhorados a maneira obsequiadora com que satisfez ao nosso pedido de nos dar algumas noticias sobre a vida publica do seu pae.

—

O visconde da Granja Antonio Barreto Ferraz de Vasconcellos, nasceu n'esta cidade a 23 de maio de 1789, e foram seus paes o desembargador Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcellos e D. Angelica Margarida Pereira.

Um alvará de 18 de setembro de 1803 confirmou-lhe o fôro de fidalgo cavalleiro da casa real, que lhe pertencia de juro e herdade. Foi grande a sua inclinação para as letras logo aos primeiros annos: tendo obtido dispensa d'idade, matriculou-se em 1804 na Universidade, onde depois d'um curso brilhantissimo fez a sua formatura em leis no anno de 1809.

Portugal era invadido pela segunda vez pelas forças de Bonaparte, quando o moço academico havia finalizado a sua carreira litteraria: trocar o remanso do lar e os carinhos da familia pelas agruras da guerra foi cousa de pouca monta para o visconde da Granja, porque além de ser um verdadeiro patriota tinha um nome illustre a honrar; por isso alistou-se como voluntario no batalhão academico, n'essa pleiade d'heroes que em mais d'um combate mostraram aos francezes que os vencedores d'Aljubarrota ainda tinham quem lhes honrasse as cinzas combatendo pela defeza da patria como elles combateram.

Não foi longa a sua demora nos acampamentos porque em 27 de junho de 1810 foi nomeado juiz de fora d'Obidos e Caldas, logar então importante e arriscadissimo, sendo por isso dispensado do serviço militar.

Em 25 de junho de 1814 desposou a ex.ma sr.a D. Maria Bibianna Barbosa Sachetti, filha do conselheiro Bernardo Xavier Barbosa Sachetti e de sua esposa D. Maria Theresa Ferreira. Havendo seguido a honrosissima carreira da magistratura foi despachado corregedor do crime do Bairro dos Romulares em Lisboa em 21 de maio de 1815, e por um alvará de 15 de junho do mesmo anno foi-lhe concedida uma commenda da Ordem de Christo da dotação de 100$000 réis, como premio dos serviços prestados.

Por carta regia passada no Rio de Janeiro em 4 de março de 1818 foi-lhe concedida a propriedade do logar de syndico do senado da camara de Lisboa.

Em 24 de agosto de 1820 uma revolução no Porto proclamou os principios liberaes, e havendo deposto a regencia nomeado por D. João VI pouco antes de partir para a America fez

com que n'esse mesmo dia se creasse a Junta Provisoria do Governo Supremo do Reino. N'esta revolução, em que se não derramou uma unica gôta de sangue, tomou parte activa o visconde da Granja, pelo que foi despachado desembargador da Relação do Porto em 16 de junho de 1821.

As suas ideias liberaes fizeram com que fosse aposentado em 4 de novembro de 1823; mas proclamada a constituição em 1825, foi reintegrado no seu logar de desembargador em 6 de fevereiro do mesmo anno.

Os successos de 1828 fizeram-o abandonar a patria e procurar asylo em França, onde se conservou até que teve noticia de que o exercito liberal havia desembarcado no Mindello.

Restituido á patria, foi nomeado em 13 de dezembro de 1832 presidente da Relação do Algarve e provincias do sul do reino, que fossem reconhecendo o governo da Rainha, com poderes para nomear todas as auctoridades judiciaes n'aquellas provincias.

Em 19 de setembro de 1833 foi nomeado presidente da Relação de Lisboa, e a 6 de dezembro do mesmo anno foi agraciado com a carta de conselho.

Em 24 de setembro de 1834 foi o visconde da Granja nomeado ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, conjuntamente com o duque de Palmella, marquez de Villa Real, bispo conde, fr. Francisco de S. Luiz, Agostinho José Freire e José da Silva Carvalho.

Por carta regia de 1 de dezembro de 1834 foi agraciado com a gran-cruz da Ordem de Santiago da Espada. Foi atribulada e difficilima a época em que o visconde da Granja desempenhou o elevadissimo cargo de ministro e secretario de estado, mas nem por isso o seu nome deixou de ser respeitado; porém conhecendo sem duvida as exagerações dos partidos, que mais tarde haviam de fazer verter o sangue de Agostinho José Freire, pediu a exoneração do seu logar de ministro em 23 d'abril de 1835, que promptamente lhe foi concedida, conservando-lhe as honras.

Os sucessos da noite de 9 de setembro de 1836 impressionaram de tal sorte o animo bondoso do nobre visconde da Granja, que este julgou inherente á sua dignidade o dimittir-se de todos os cargos publicos que occupava e retirar-se á vida privada; e assim se conservou até o anno de 1838 em que foi eleito novamente deputado pelo circulo de Vianna, tendo sido pelo mesmo circulo e pelo de Evora eleito em quasi todas as legislaturas anteriores.

Por carta regia de 27 de maio de 1842 foi nomeado par do reino, e em 30 de setembro do mesmo anno primeiro relator do supremo conselho de justiça militar, logar que occupou até a sua morte.

Um decreto de 13 de agosto de 1847 concedeu-lhe o titulo de visconde da Granja.

Falleceu em Aveiro a 27 de abril de 1861.

Ahi deixamos esboçada a biographia do visconde da Granja. Apontamos apenas as épocas mais importantes da sua longa vida publica: oxalá que penna mais bem aparada do que a nossa se occupe em apreciar mais circunstanciadamente os factos de que hoje damos leve noticia.

BENTO DE MAGALHÃES

Faltariamos a um dever se não mencionassemos n'este livro o nome de um homem que se tornou distincto entre os seus conterraneos, pela intelligencia com que Deus o favoreceu. Já não existe Bento Rodrigues Xavier de Magalhães, mas se a penumbra da eternidade escondeu para sempre o seu cadaver, ainda vive na memoria de todos a recordação d'aquelle grande espirito.

Fronte espaçosa, olhar vivo, profunda penetração—eis os dotes que caracterisavam aquelle nobre filho d'esta terra. Junte-se, porém, a isto uma intelligencia robustissima, e os mais variados conhecimentos.

Nasceu Bento de Magalhães em Aveiro a 28 de abril de 1820, sendo seus paes o sr. Luiz Rodrigues de Mello e a sr.ª D. Maria Clementina Xavier do Magalhães, já fallecidos.

Aos 16 annos matriculou-se o nosso conterraneo no 1.º anno de Direito na Universidade de Coimbra, e taes provas de saber alli revelou, que aos 21 annos de edade estava formado, e punha banca de advogado n'esta terra.

Pressurosos correram os clientes a procurar o novo advogado, e de tal modo se houve elle até nas questões mais intrincadas do fôro, que a fama da sua intelligencia ecoou até nas aldeias mais humildes. E' que Bento de Magalhães tinha a pala-

vra fluente, a argumentação fina, e pensamentos irrefutaveis, sendo por isso que conquistou ainda em verdes annos, como orador, logar honroso nos tribunaes d'este districto.

Por alguns annos se conservou solteiro o nosso biographado; porém no dia 24 de abril de 1854 despozou a sr.ª D. Anna de Faria Magalhães, viuva do sr. José da Silva Mello, que egualmente fôra filho de Aveiro, e bacharel em Direito. Foi como chefe de familia que Bento de Magalhães revelou claramente os dotes da sua alma; pois apesar dos seus assiduos affazeres, occupado o mais das vezes na leitura dos nossos classicos, estremecia seus filhos, e idolatrava sua espoza.

Operou-se, porém, n'elle uma transformação. De homem affeito ás lides do fôro, passou a occupar-se dos negocios da familia, entretendo-se na administração dos bens de que se achava de posse.

Ainda assim não se julgue que lhe era totalmente indifferente o bem publico. Bento de Magalhães foi tres ou quatro vezes presidente da camara; outras tantas vogal da junta de districto; conselheiro de districto; presidente da Associação Commercial, e vice-presidente da direcção da Caixa Economica. Mas a sua iniciativa não abrangia só esta esphera; ia mais longe, pois apezar dos seus negocios domesticos lhe prenderem demasiado a attenção, não deixava comtudo no seu escriptorio de esclarecer aquelles que buscavam o seu conselho.

De dois grandes vultos que possuímos, e com os quaes se ufanava esta terra — José Estevam Coelho de Magalhães (do qual nos occupamos n'outro lugar) e Bento de Magalhães, já não resta d'elles mais que a memoria. Se o primeiro tinha a magia da palavra sempre bella e fluente, sempre arrojada e feliz, este possuia o condão da intelligencia, profundos conhecimentos de Direito, e uma penetração não vulgar. Eram émulos um do outro, mas trabalhavam debaixo da mesma bandeira — tinham eguaes intuitos—o de serem uteis á terra que os viu nascer.

Passaremos em claro alguns traços da vida de Bento de Magalhães, para fallarmos do logar honroso que occupou na imprensa. Foi tambem jornalista o nosso conterraneo, e apezar do seu nome nem sempre apparecer nas columnas do *Districto de Aveiro*, do qual foi um dos fundadores e assiduo collaborador, é certo que os seus escriptos se distinguiam, não só pelo primor da phrase, mas pelo bom gosto litterario.

. . . . . .

Apoz a lucta ingente do espirito com as tempestades da

vida; depois d'este labutar incessante, e das aspirações sempre crescentes, vem a edade e como epilogo d'esta existencia transitoria—a eternidade. E Bento de Magalhães presentiu-a mas encarou-a com a philosophia propria do homem intelligente e pensador que, sabendo que tudo tem um termo, prepara-se para receber o golpe.

Depois de alguns insultos apopleticos, em que se esgotaram todos os recursos da medicina, e os desvellos da familia, chegou o dia 8 de janeiro de 1869 e Bento de Magalhães, desprendida a alma do involucro, foi occupar o seu lugar no campo da egualdade.

O cadaver d'aquelle distincto cidadão que, enobrecendo-se a si, enobreceu a terra que hoje lamenta a sua falta — descança no cemiterio publico d'esta cidade—n'aquelle local funebre e triste—onde terminam todas as vaidades mundanas.

JOSÉ ESTEVAM

Entre os nomes que illustram as paginas da nossa historia, conta-se o de José Estevam Coelho de Magalhães, esse vulto gigante da tribuna portugueza cuja fama ecoou com assombro não só em Portugal como na Europa inteira.

José Estevam era um genio: entreabrindo os labios, a inspiração brotava-lhe da alma verdadeiramente patriotica, em turbilhões de eloquencia.

« José Estevão pertenceu á geração, que assistiu em 1828 « á queda da liberdade, que padeceu por ella nas amarguras do « desterro, e que a fez triumphar nas luctas e combates.

« De estatura mais do que mediana, esbelta, e tocada de « certa arrogancia militar, que lhe realçava a gentilesa, a sua « presença, sympathica, espirituosa, e animada attrahia e insinua- « va-se. O rosto cheio e engraçado, as feições nobres e varonis, « e a viveza dos olhos, que ao menor impeto scintilavam, com- « punham uma das physionomias mais distinctas do typo penin- « sular.

« A fronte, já despovoada, rasgava-se espaçosa e sem nu- « vens em harmonia com o sorriso, não desmalicioso, que lhe

« alegrava a bocca. Todas as proporções do corpo, quando um « grande pensamento o dominava, concorriam para o decoro do « gesto e da exposição, e nas occasiões solemnes ninguem exece- « dia a elegancia d'aquelle busto, que a naturesa parecia ter « moldado de proposito para a tribuna.

« Nas horas de anciedade publica, ou nos momentos mais « graves de anciosa discussão, antes de elle abrir os labios já o « silencio de amigos e de adversarios annunciava a voz que to- « dos escutavam com admiração.

« Nervoso e sensivel, o coração pulsava-lhe em cada palavra; « o enthusiasmo, ou a indignação, acendiam-lhe a phrase, e de « um jacto fundiam a imagem. »

José Estevam foi durante 25 annos o ornamento da nossa tribuna parlamentar; os principaes traços da sua vida vai encontral-os o leitor nas paginas que vão ler-se; não se divisarão n'ellas primores de estylo mas em compensação encontra-se a verdade historica.

José Estevam nasceu em Aveiro a 26 de desembro de 1809 e foram seus paes Luiz Cypriano Coelho de Magalhães e D. Clara Miquelina de Azevedo Leitão.

Os primeiros annos de José Estevam correram placidos; a morte de sua mãe em junho de 1821 foi a unica sombra que os enlutou. Havendo estudado latim com José Lucas da Silveira, logica com Francisco Ignacio de Mendonça e rethorica com o padre Manuel Xavier, matricolou-se em 1825 na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

A morte de D. João VI, deixando indecisa a successão do throno, collocou Portugal como que sobre um vulcão; as opiniões divergiam, e os animos vacillavam; os clubs politicos estabeleciam-se em todas as cidades e em todos elles se discutia a questão da successão.

Nos clubs de Coimbra José Estevam era um dos mais denodados campeões na defesa dos principios liberaes; a força da sua eloquencia em breve lhe grangeou a estima de todos os homens sensatos e o enthusiasmo de todos os revolucionarios audaciosos; por isso, levantado o grito contra o poder do sr. D. Miguel, o joven estudante foi dos primeiros que se alistou no batalhão academico; porém, batidas as forças liberaes na Cruz dos Maroiços, teve de ir demandar o pão do exilio, assim como a maioria dos seus correligionarios.

Foi penosa a emigração de José Estevam; as saudades da patria e da familia atrofiando-lhe a alma, fizeram surgir-lhe a idéia mil vezes sinistra de que não tornaria a ver o seu formoso

Aveiro ; mas não succedeu assim, porque sabendo-se que a ilha Terceira se conservava fiel á Rainha, em breve deixou a Inglaterra e acompanhou os demais emigrados na expedição áquella ilha.

Operado o desembarque no Mindello em 8 de julho de 1832, pouco tardou que o exercito liberal transpozesse os muros da cidade da Virgem, e que José Estevam abraçasse seu pae, esse vulto venerando cuja memoria ainda hoje é respeitada por todos aquelles que o conheceram.

Não seguiremos passo a passo a vida de José Estevam, como militar ; dizendo que elle foi um dos mais valentes soldados do exercito liberal, temos dito tudo ; e se isto não basta, saiba-se que elle, pela sua bravura, recebeu o gráu de official da antiga e muito nobre ordem da Torre Espada e a patente de segundo tenente de artilheria por decreto de 4 de abril de 1833, e de primeiro tenente por decreto de 24 de julho de 1834.

Feita a convenção de Evora Monte, José Estevam voltou á casa paterna, e em outubro d'aquelle mesmo anno matriculou-se na Universidade, no terceiro anno de direito, e ahi continuou a mostrar a vastidão do seu talento.

Em 1837 José Estevam, havendo concluido a sua formatura em direito, foi eleito deputado por Aveiro ; estava-lhe aberto o caminho em que a sua eloquencia, confundindo amigos e adversarios, devia pugnar pelos interesses do povo e da patria.

« A politica de José Estevam, — diz um illustrado escriptor, — foi uma unica durante os vinte e cinco annos da sua vida publica — a felicidade, a prosperidade e o engrandecimento do seu paiz ; a sua doutrina uma só — a maxima liberdade, compativel com a instrucção do povo e com a segurança social; o seu partido o mesmo sempre — a democracia ; a sua divisa — o progresso e a civilisação. »

Quando José Estevam tomou pela primeira vez logar em S. Bento, tratava-se da reforma da constituição; era difficil a época parlamentar, mas nada intimidou o homem que tão friamente havia encarado a morte no campo da batalha ; na sessão de 7 de abril de 1837, pronunciou José Estevam um brilhante discurso que, sendo a sua profissão de fé politica, foi ao mesmo tempo um primor de eloquencia parlamentar.

Foi no congresso constituinte que a sua vocação principiou a revelar-se, diz Rebello da Silva, realçada desde logo por soberbas manifestações nas legislaturas de 1839 e de 1840.

« Foram dias de lucta, accrescenta o mesmo escriptor, mas

tambem de crenças vivas aquelles, em que o moço de coração, e movido por illusões bem nobres, o orador se encontrava em duello grandioso com os maiores vultos da tribuna: com Garrett, Rodrigo da Fonseca, e Seabra.

Era bello e grande ver então o mancebo, filho de suas obras, altivo, com as forças de engenho precoce, levando a bandeira do seu partido sempre hasteada, disputar o terreno palmo a palmo e colher novos brios de cada revez vibrando a apostrophe e a imprecação. »

Em 1840 alcançou José Estevam por um concurso publico a propriedade da cadeira de economia politica na Escola Polytechnica, e no anno seguinte fundou conjuntamente com o seu velho amigo, o sr. Manuel José Mendes Leite, o jornal *Revolução de Setembro*.

A revolução de Torres Vedras cujo desenlace é bem conhecido, fez com que José Estevam demandasse pela segunda vez o caminho do exilio, indo viver para Pariz n'uma casa na rua Laffite n.º 20, onde se conservou até que a revolução popular de 1846 lhe abriu novamente as portas da patria.

Durante toda a campanha, que a junta do Porto sustentou contra as tropas da rainha, José Estevam prestou serviços relevantissimos á causa popular, e a narração d'elles já foi feita por penna muito mais bem aparada do que a nossa, por isso absteme-nos de os mencionar.

Depois da revolta militar de 1851, José Estevam continuou a ser o primeiro ornamento da tribuna parlamentar. São magistraes alguns dos seus discursos proferidos em defeza do ministerio presidido pelo sr. duque de Saldanha.

José Estevam nunca se esqueceu da terra que-lhe foi berço. Na sessão de 16 de julho de 1853 requereu « primeiro para que o governo mandasse fazer a planta e orçamento de um edificio para estabelecer o lyceu do districto d'Aveiro, tendo por adjunto a bibliotheca publica, que estava decretada para esta cabeça de districto, assim como para a de todos os mais;—segundo, que se mandassem consultar as auctoridades para verificar se as ruinas da Albergaria de S. Braz eram o logar mais proprio para o lyceu;—terceiro, que o governo escolhesse dos edificios nacionaes, que em Aveiro eram destinados para os diversos serviços da repartição militar, os que se podessem dispensar com as melhores condições para se estabelecerem as cadeias e tribunaes; por fórma, que o edificio satisfizesse ás condições que as ideias humanitarias, a philosophia do direito e as

prescripções que o codigo penal indica em construcções d'aquella especie »

A bem conhecida questão do *Charles et George* deu azo a que José Estevam pronunciasse na sessão legislativa de 1857 um improviso arrebatador, em que fulminou o ultrage feito a Portugal pela nação que se diz ser a mais civilisada da Europa.

N'este discurso ha trechos admiraveis. O ardor da inspiração sobresae em cada palavra. Transcrevemos por isso aqui alguns dos seus periodos, porque são admiraveis exemplos de eloquencia: « A aguia imperial, disse José Estevam, enfadada da sua força de inacção, saudosa de aventuras, ávida de gloria, voou do seu ninho de pedra, d'esses penhascos artificiaes de Cherburgo até ás margens do Tejo, só guarnecidas da sua natural belleza e venerandas recordações; e veio aqui, (grande e nobre façanha!) repôr a bandeira francesa em um navio, d'onde nós a haviamos arrancado para que não continuasse a manchar-se, cobrindo o trafico da escravatura.

« Esta visita á nossa terra foi mais feliz do que outras, porque já vimos esta mesma aguia levantar-se das eminencias que bordam este mesmo Tejo, e arrastar-se em vôos atordoados e incertos de serro em serro atravez das Hespanhas, até se recolher na guarida d'onde saira, levando apenas nas garras já mal seguras, o desengano de imaginados dominios e poderios. A França nunca pode ser grande senão como philosopha, como pensadora, como humanitaria, como liberal, como protectora de gratas ideias e promotora de grandes intuitos. As suas armas são muitas e valorosas, mas desacompanhadas d'estes auxiliares estão sujeitas ás vicissitudes da guerra, e esta verdade já foi ensinada á França em amargas lições, que ella teria evitado se não fôra o seu engodo por victorias falsas.

« O maior defeito d'essa brava e estimavel nação é juntar a mais extremada vaidade á mais injustificavel modestia. A França crê que pode tudo, mas não crê poder governar-se, como se uma nação d'aquellas não lhe fôra facilimo com o governo de si propria para si propria, pelas suas luzes, pela sua experiencia, pelos instinctos do seu povo, pela dedicação e virtudes dos seus naturaes, que são muitos com estas qualidades, sem recorrer nos momentos de angustia a recordações obsoletas, a nomes desprestigiados, a brasões obliterados, a symbolos, que já se não podem traduzir, e a côres que ficaram para sempre desbotadas.

. . . . . .

« Os heroes são excepções monstruosas da nossa natureza; podemos vangloriar-nos de vermos os seres da nossa especie exceder as condições ordinarias da nossa existencia; mas essa vaidosa satisfação custa sempre cara. Os heroes são uns filhos prodigos da naturesa e da sociedade, que dispõem em proveito das suas paixões do oiro, do sangue e da honra do mundo; que sacrificam aos seus caprichos, quanto ha n'elle de mais santo, de mais nobre e de mais sympatico, e a Providencia que castiga sempre, ainda que por diversos modos, os que se esquecem da humanidade do berço commum, ou lhes esconde a loisa da sepultura para que os deslembrem, ou lhe deixa apontada á ingnação publica para que os aborreçam.

As ondas tocadas da tempestade batem furiosamente no penhasco que as assoberba. N'esta lide atropellam-se, amontoam-se; sobem umas sobre as outras e repetem assim os ataques, redobram os arremessos, até que galgam a altura onde a resistencia as levou, e de lá, fatigadas e desfeitas em espuma caem no mar d'onde eram, no mar que lhes dera a força, no mar em que se tornam. Os heroes são estas cataratas passageiras, estes cachões espumosos. O mar é a humanidade; como elle larga, vasta, immensa, como elle querendo sempre saltar fora das suas barreiras, fugir ás leis que a dominam, e voltando sempre, apezar da sua inquietação aos principios da sua harmonia natural a que perpetuamente está sujeita, e para conservar os quaes foi creada. E serenada a tempestade, que resta dos penhascos em que as ondas já não batem, que o mar apenas roça, que já não attraem as nossas vistas pela lucta que sobre ellas se trava? Pedras de irregular conformação, sem bellesa que satisfaça a nossa curiosidade não excitam o nosso pasmo!

.....

Em 7 de junho de 1848 desposou José Estevam no paço do bispo do Porto a exm.ª sr.ª D. Rita de Miranda, senhora dotada d'uma educação esmerada e de qualidades e virtudes pouco raras.

A 27 de março de 1856 perdeu José Estevam seu pae; não houve ninguem em Aveiro que deixasse de lamentar esta morte; aquelle dia foi para esta cidade um dia de luto e de lagrimas.

José Estevam cada vez tinha mais popularidade; logo que a sua figura magestosa assumia á tribuna o silencio era sepulchral, porque elle a todos tinha suspensos dos seus labios inspirados.

Os triumphos oratorios de José Estevam contam-se pelas

vezes que a sua eloquencia se fez vibrar nas abobadas do palacio de S. Bento; quando o tribuno do povo fallava, todas as cabeças se curvavam perante a omnipotencia da sua palavra.

A' uma hora da madrugada do dia 4 de novembro de 1862, entregou a alma a Deus o rei da tribuna portugueza.

Desde aquelle dia José Estevam deixou de existir; porém o seu nome ficou gravado nas paginas da historia com caracteres indeleveis, e a sua memoria tem perenne culto no coração de todos os portuguezes.

NOTAS.

(1) O sr. A. A. Teixeira de Vasconcellos.

(2) Revista Contemporanea, vol. 1.º, pag. 438.

(3) Vide Talabrica.

(4) As colonias romanas eram compostas na sua maior parte de soldados veteranos.

(5) A éra que adoptamos n'esta obra é a do nascimento de Jesus Christo.

(6) Nantium volucrum qua flagnis piscnis, quae laetantur appellamus aviaria. Collumela 1. 18 cap. 1.º

(7) Vide Talabrica.

(8) Romey. Historia de Hespanha, tom. 4.º, pag. 202.

(9) Idem tom. 4.º, liv. 14, pag. 230.

(10) Na desgraçada expedição d'Africa tambem pereceram muitos nobres aveirenses.

(11) Os aveirenses tomaram parte muito activa nas guerras da independencia enviando valiosos auxilios ao campo das operações.

(12) Romey. Historia de Hespanha, tom. 1.º, pag. 17.

(13) O sr. Julio de Vilhena. As Raças Historicas da Peninsula Iberica, pag. 35.

(14) L'Gregoire. Dictionnaire encyclopedique d'Histoire, de Biographie e de Geographie verbo Celtis; — citado pelo sr. Julio de Vilhena.

(15) Romey. Historia de Hespanha, tom. 1.º, pag 23.

(16) Ibidem, pag. 22.

(17) Ibidem, pag. 61.

(18) Historia de Portugal, tom. 1.º Introdução.

(19) O primitivo nome de Dido era Elisa; porém os seus compatriotas deram-lhe aquelle, que significava mulher valorosa, por ella haver preferido suicidar-se, arremessando-se a uma fogueira, a desposar Iarbas, rei de Getulia.

(20) Montesquieu. Grandeur et Decadence des Romains, cap. 5.º

(21) Romey. Historia de Hespanha, tom. 4.º, pag. 160.

(22) Vide o Commercio.

(23) Bergier. Historia dos grandes caminhos do imperio.

(24) O sr. Ignacio de Vilhena Barbosa. Archivo Pittoresco, vol. 6.º, pag. 337.

(25) Não era grande a distancia que havia entre cidade alliada e cidade tributaria; mas esta mesma desappareceu depois com as medidas adoptadas com relação á Peninsula por Vespasaino e Antonino.

(26) Epitome da Historia da Antiga Lusitania por Jeronymo Soares Barbosa, cap. 6.º, pag. 165.

(27) In Scholis ad Resendium, fl. 249.

(28) Vide a Introdução.

(29) Romey. Historia de Hespanha, tom. 4.º, pag. 195.

(30) O consul Spurio Cassio, com o fim de atrahir a si os animos populares, propoz que se fizesse pelos cidadãos mais necessitados a partilha das terras conquistadas. Esta determinação veio a ser conhecida ao deante por lei agraria.

(31) Memoria para a Historia da Legislação e Costumes de Portugal, por A. C. do Amaral.

(32) O sr. Julio de Vilhena.

(33) De Gubernatione Dei l. 50.

(34) Montesquiu. Le Esprit des Lois, liv. 3.º, cap. 15.

(35) Romey. Historia de Hespanha, tom. 4.º, pag. 79.

(36) Le Esprit des Lois l. 28, cap. 1.º

(37) Entre as differentes edições do Codigo Wisigothico ha uma com o titulo de Fuero-Juzgo.

(3) As Raças Historicas da Peninsula Iberica, por o sr. Julio de Vilhena, pag. 70.

(39) O sr. Alexandre Herculano. Historia de Portugal, tom. 3.º, pag. 230.

(40) Historia Universal de Cesar Cantu, nona época, cap. 7.º, citada por o sr. Theophilo Braga nas Epopêas da Raça Mosarabe, pag. 19.

(41) As Raças Historicas da Peninsula Iberica por o sr. Julio de Vilhena, pag. 102.

(42) Historia do Direito Portuguez—Os Foraes—por o sr. Theophilo Braga, pag. 71.

(43) Dissertação Historico-Juridica de J. C. do sr. Miranda, paginas 95.

(44) Historia do Direito Portuguez—Os Foraes—por o sr. Theophilo Braga, pag. 67.

(45) Estas côrtes tiveram logar em setembro de 1413.

(46) Historia do Direito Portuguez—Os Foraes—pag. 100.

(47) Benedictina Lusitana de fr. Leão de S. Thomaz, tom. 2.º, pag. 163.

(48) Com o apresentarmos n'este logar a doação da condessa Mumadona, não queremos com isto contal-a no numero dos donatarios d'Aveiro, mas sim fundamentarmos o que já dissémos sobre a época da reedificação d'esta cidade.

(49) Monarchia Lusitania, tom. 6.º, pag. 78

(50) O mosteiro de Cellas foi fundado por D. Sancho em 1210.

O auctor da Monarchia Lusitania dá á infanta D. Sancha o titulo de rainha, e faz isto sem duvida porque a confunde com suas irmãs D. Constança, rainha de Leão, por haver casado com Affonso IX, e D. Mafalda, mulher de Henrique I de Castella.

(51) Monarchia Lusitania, tom 4.º. liv. 14, cap. 15.

(52) Jorge Cardoso no seu Agiologio Lusitano, tom. 3.º, pag. 128, diz que D. Theresa era filha de Raymon Garcia e de D. Gotinha Nunes.

(53) Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no Elucidario, palavra *cutelo*.

(54) Fermedo era n'esta época propriedade da corôa; havia sido do mosteiro de Castrumire, bentos, a que tinha sido doada em 922 por D. Pedro II.

(55) Historia Genealogica da Casa-Real, tom. 5.º das Provas do liv. 8.º

(56) Ibidem, liv. 8.º, part. 3.ª, cap. 1.º

(57) Ibidem, liv. 8.º, part. 3.ª, cap. 1.º

(58) Vide a Princesa Santa Joanna.

(59) N'esta época D. João II residia n'esta cidade.

(60) Cathalogo dos Bispos do Porto, cap. 31.

(61) Caethano de Sousa, na sua Historia Genealogica da Casa Real, diz que o titulo de duque de Aveiro foi dado a D. João de Lancastre por el-rei D. Sebastião em 30 d'agosto de 1575.

(62) Pegas Commentarios á Ordenação, tom. 11, pag. 70 e seguintes.

(63) D. Martinho de Mascarenhas foi nomeado marquez de Gouveia por D. João V em 17 de janeiro de 1714.

(64) D. João de Mascarenhas nasceu em 2 de julho de 1699 e casou a 15 de outubro de 1718 com D. Thereza de Mascarenhas e Aragão, filha da marqueza d'Almanza e Rosa.

(65) Na biographia do ultimo duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas, foi nosso valioso auxiliar o *Portugal antigo e moderno* do sr. Pinho Leal. E' esta uma obra de ilimitado merecimento. Só uma de suas paginas val muitos livros; alli patenteia-se uma erudição vastissima e uma grande força de vontade por parte do seu auctor. O sr. Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, é sem contestação, um grande talento, assim como um grande patriota, que sacrificou os melhores dias da sua vida, e a sua fortuna, para poder colleccionar no seu diccionario todas as glorias de Portugal.

A obra do sr. Pinho Leal merece ser lida por todos os que presam as glorias patrias, e nós como admiradores sinceros do sr. Pinho Leal, d'aqui lhe endereçamosos os nossos parabens.

(66) Portugal Antigo e Moderno, tom. 2.º, pag. 270.

(67) A perspectiva d'este palacio pode ver-se no n.º 627 do Diario Illustrado, 6 de junho de 1874.

(68) Portugal Antigo e Moderno, tom. 1.º, pag. 271.

(69) Os Foraes por o sr. Theophilo Braga, pag. 26. Historia de Portugal do sr. Alexandre Herculano, tom. 4.º, paginas 124.

(70) O sr. Theophilo Braga, no seu livro—Os Foraes,—transcreve as queixas feitas pelos representantes dos povos do Porto e Coimbra.

(71) Livro dos foraes novos da Extremadura, fl. 207, v. col. 2. Archivo Nacional.

(72) Os Foraes pelo sr. Theophilo Braga, pag. 136.

(73) O sr. Alexandre Herculano. Panorama, 2.ª série, vol. 3.º, pag. 337.

(74) Esta carta acha-se transcripta no Livro da Chancellaria de D. João III, anno de 1522, fl. 22. Este facto tambem o narra D. Caetano de Sousa, na sua Historia Genealogica, liv. 14, cap. 21 do tom. 12, part. 1.ª

(75) Notice sur Le Portugal por J. J. Rodrigues de Freitas. Pariz 1867.

(76) Os que desejarem mais larga noticia sobre a Terra Nova podem consultar a Memoria inserta no tom. 8.º das de Litteratura Portugueza da Academia Real das Sciencias, e o Panorama, tom. 3.º, pag. 11.

(77) Carvalho. Corographia Portugueza, tom. 2.º, pag. 117. Pimentel. Art. de Navegar, pag. 276.

(78) Les Grandes pêches por Victor Meunier,—*le morue.*

(79) Vide o Cancioneiro do sr. João de Lemos, volume 2.º, pag. 72.

(80) Le Espirit. de Lois, liv. 21, cap. 18.

(81) Les Merveilles de L'Art Naval, pap. 11.

(82) Os que desejarem mais amplos conhecimentos sobre a descoberta do vapor e sua applicação á navegacão, consultem L'Art Naval, par Leon Renard, e La Vapenr par Amédée Guillemen.

(83) Panorama, 2.ª série, vol. 2.º, pag. 213.

(84) Todos os generos, afora o sal, (e mesmo grande parte d'este) são exportados pelo caminho de ferro.

(85) Os primeiros *infações* que houveram em Portugal foram os da Terra de Santa Maria (Feira).

(86) Relatorio apresentado á junta geral do districto de Aveiro em 1868 por o secretario geral, servindo de governador civil, Augusto Correia Godinho Ferreira da Costa.

(87) Compendio de Economia Rural por L. A. Rebello da Silva, pag. 244.

(88) Ibidem. pag. 33.

(89) Le Marquis de Pombal,—esquise de sa vie publique, —por Francisco Luiz Gomes, pag. 100.

(90) Jornal de Coimbra, n.º 25, de janeiro de 1814.

(91) Nova Malta Portugueza, part. 2.ª, pag. 32 e nota 12.

(92) As Camaras costumavam dar ao governo uma certa quantia pelo rendimento do imposto das cizas. Os lucros obtidos eram empregados sempre em obras de utilidade publica.

(93) D. Henrique de Sousa foi 1.º visconde de Miranda por mercê de Filippe II. Em 1591 foi chamado a Madrid por Filippe III para ser seu conselheiro nos negocios concernentes a Portugal. Voltando á patria, veio viver para Aveiro e aqui morreu, como se vê do Theatro Genealogico e Panegirico da Casa de Sousa, pag. 789.

(94) O marquez de Villa Real, D. Luiz de Noronha e Menezes, e seu filho D. Miguel de Noronha, duque de Caminha, foram justiçados na Praça do Rocio, em Lisboa, a 29 de maio de 1641, como cumplices no attentado contra a vida de El-rei D. João IV.

(95) Urbano VIII, que era natural de Florença, foi eleito em 1623, e occupou o solio pontificio durante vinte e um annos e sete dias.

(96) A egreja actual não é a primitiva; aquella ficava onde hoje está a sacristia. Chronica dos Carmelitas, tom. 2.º, pag. 418 e seguintes.

(97) O ducado de Florença ou da Toscana foi creado em 1531 por Carlos V na pessoa de Lourenço de Medicis. O papa Pio V deu a Cosme de Medicis, filho o successor de Lourenço de Medicis, o titulo de grão duque em 1569.

(98) Estudos Historicos e Archeologicos por o sr. I. de Vilhena Barbosa, tom. 1.º, pag. 264.

(99) Esta lei ou regimento em que se determinava o modo porque deviam ir armados os navios, foi impressa em Lisboa em 1574 por João Barreira.

(100) Memoria sobre a cidade de Aveiro, publicada no numero 7.º do 2.º vol. do Jornal de Coimbra—janeiro de 1812.

(101) Almanach Militar dos officiaes do exercito de Portugal, (referido ao 1.º de outubro de 1825, pag. 57.)

(102) Jorge Cardoso; obra citada, pag. 104 do tom. 3.º

(103) (Donatarios) João Rodrigues Pereira.

(104) Todas as nossas libras cunhadas até 1395 tinham o valôr de 36 réis, segundo a opinião mais seguida; porém alguns querem que as libras tivessem durante os reinados de D. Affonso III e D. Diniz o valôr de 180 réis.

(105) Côrtes de Santarem de 1434, cap. 112.

(106) Memorias de Litteratura portugueza, tom. 5.º, nas da Academia Real das Sciencias.

(107) Archivo Popular, 29 de abril de 1837.

(108) Dialogos de Varia Historia, pag. 190.

(109) Vide Privilegios.

(110) O custo de cada cadeira foi de 50$000 réis.

(111) Antigamente só era pirmittido ao rei e bem assim a qualquer auctoridade o escolherem aposentadoria em casa de quem muito bem lhe parecesse. Este pesado onus foi regulado por diversas leis; o primeiro regulamento foi decretado em 7 de setembro.

N'um dos livros do Registo da Camara está transcripto um alvará de El-rei D. João IV, em que se determina, « que na aposentadoria da villa de Aveiro se não dê aos ministros mais do que casa e cama.

(112) Estudos Historicos e Archeologicos, tom. 1.º, paginas 322.

(113) Chronica d'El-rei D. Manoel, part. 4.ª, cap. 17, pag. 499.

(114) Collecção dos projectos de lei mais importantes que

o conselheiro A. R. O. Lopes Branco propoz á Camara dos Deputados nas seis legislaturas em que foi membro d'ella. Lisboa, 1865, pag. 100.

(115) Vide Egreja de S. Miguel.

(116) Este compromisso da Misericordia de Lisboa é o que foi approvado em 19 de maio de 1818.

(117) O antigo Hospital da Misericordia era onde hoje está o Ásylo de José Estevam.

(118) Fr. Agostinho de Santa Maria.

(119) Vide Visconde da Granja.

(120) Fr. Oto, Berardo, Pedro, Acurcio e Adjuto, que tendo ido a Marrocos por ordem do seu patriarcha S. Francisco, para alli prégarem o Evangelho, soffreram cruel e afrontoso martyrio em 16 de janeiro de 1220.

(121) Esta casa é hoje propriedade do sr. Manuel Ferreira Corrêa de Sousa.

(122) Esta moeda tambem se denominava *crusada*, e foi mandada cunhar por D. Diniz com o valôr de 270 réis.

(123) O nobre titular ignorava tambem que o tumulo da Santa Princesa fosse obra portugueza.

(124) A visita do sr. marquez de Penalva a esta cidade teve logar em maio de 1874.

(125) Garcia de Rezende. Chronica de El-rei D. João II, cap. 112 e 213, D. Jeronymo Osorio—De Rebus Emanuelisi vol. 1.°, cap. 1.° e Historia da Ordem Militar de S. Thiago, capitulo 9.°

(126) Vide Donatarios.

(127) Vide Bibliotheca Lusitana de Diogo Barbosa Machado, pag. 76, tom. 1.°, e Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra por Francisco Leitão Ferreira, pag. 484.

Indice.

Introdução 9
A Alcaidaria-mór (*a*) 49
Associação Aveirense 73
Agricultura 89
Alfandega 122
Aula do conde Ferreira 129
Albergaria de S. Braz 126
Asylo de José Estevam 167
Ayres Barbosa 189
Antonia Rodrigues 184
Bispado (*o*) 78
Brazão (*o*) 88
Barra (*a*) e a ria 112
Bento de Magalhães 196
Commercio (*o*) e a navegação 58
Caixa Economica 85
Comarca (*a*) e o Concelho 93
Côrtes 86
Capella do Senhor das Barrocas 101
» da Senhora da Alegria 102
» de S. João 110
Convento de Sá 103
» de N. Senhora do Carmo 104
» de S. João Evangelista 142
» de Santo Antonio 148
» de Jesus (*real*) 151
» de N. Senhora da Misericordia 161
Collegio Aveirense 109
Club 110
Caes (*o*) 111

Donatarios (*os*) 27
Districto (*o*) 96
Duarte Nunes (*D. fr.*) 187
Estação do caminho de ferro 101
Egreja de Santa Maria de Sá 103
» da Vera-Cruz 107
» de N. Senhora d'Apresentação 109
» de S. Miguel 124
Ermidas 144
Foraes (*os*) 45
Força armada 82
Fontes 169
Hospital 134
Homens illustres 191
Imprensa (*a*) 98
Judiaria (*a*) 74
Jardim (*o*) 145
João Affonso 188
Jorge de Santa Luzia (*D. fr.*) 186
José Estevam 198
Lyceu 127
Misericordia 129
Muralhas (*as*) 170
Nossa Senhora do Pranto (*poesia*) 54
Pescarias 51
Paço episcopal 123
Paços do Concelho 128
Privilegios 83
Pelourinho 111
Princesa Santa Joanna (*a*) 172
Pantaleão d'Aveiro (*fr.*) 192
Quartel militar 150
Recolhimento de S. Bernardino 136
Roda dos expostos 140
Salinas (*as*) 120
Sé episcopal 139
Seminario 140
Simão Tavares (*fr.*) 187
Talabrica 16
Theatro 136
Visconde da Granja 193

Erratas.

PAGINAS	LINHAS	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
9	13	anteriormente	interiormente
11	27	palmides	palmipedes
12	30	Calabria	Cantabria
23	1	*antevio*	*intebiou*
30	25	aproaram	aproavam
19	26	sustentava	sustenta
39	41	Filippe	Filippa
47	1	começo do 15	fins do 15
70	22	1522	1552
76	7	Ordenanças	Ordenações
80	13	Mambré	Bambré
»	15	Micheas	Micheo
84	20	Ordenanças	Ordenações
99	5	Tylogia	Trilogia
102	7	Aerietur	Aprietur
»	8	é	será chamada
118	10	dos naufragios	dos parceis occultos
123	35	fiança	successão
124	14	ponte	fonte
130	10	junta	junção
131	34	cantoneiro	canteiro
136	24	1670	1683
136	34	reclusas	professas
141	23	*créche*	*couche*
164	17	pobre	nobre
195	8	1825	1826

GETTY CENTER LIBRARY
3 3125 00033 9586